PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE PARIQUERA-AÇU

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU

Autos n. 580-44.2008

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, vem à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo da **AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** proposta em face de **ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN-ME** expor e requerer o seguinte:

1 – Nos termos da r. sentença de fls. 1303/1308, que foi julgada procedente e transitou em julgado em 31/01/2017 (fls. 1333), os demandados ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME foram condenados a, solidariamente, ressarcirem o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu, **no valor atualizado de R$ 35.310,48**, conforme calculo anexo.

2 – O requerido ORLANDO MILAN foi condenado, ainda, às seguintes sanções: a) suspensão dos direitos políticos de cinco anos; b) multa civil de **duas vezes** o valor do dano (**R$ 70.620,96**); c) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

3 – O requerido OSVALDO MILAN foi condenado, ainda, às seguintes sanções: a) suspensão dos direitos políticos de cinco anos; b) multa civil de **uma vez** o valor do dano (**R$ 35.310,48**); c) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NlyokxNf.

4 – É necessário, portanto, promover o cumprimento da sentença no que tange ao capítulo condenatório, devendo, por isso, ser intimados os demandados para que paguem em 15 dias o valor do cálculo anexo, sob pena de multa de 10% e penhora de bens. No mais, quanto ao capítulo constitutivo, conforme documentação que instrui a presente, verifica-se que já foram expedidos ofícios a diversos órgãos públicos e inserido o nome dos demandados no rol dos condenados por improbidade administrativa do Conselho Nacional de justiça.

4 – Isto posto, nos termos do artigo 523 do Código de Processo Civil, requer o Ministério Público:

A) seja ORLANDO MILAN intimado para que, em 15 dias, efetue nestes autos o depósito do valor de **R$ 105.931,44**, correspondente ao valor do dano e multa civil de duas vezes o valor do dano, sob pena de **penhora de bens** e **multa processual** de 10% (art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil);

B) seja OSVALDO MILAN intimado para que, em 15 dias, efetue nestes autos o depósito do valor de **R$ 70.620,96**, correspondente ao valor do dano e multa civil de uma vez o valor do dano, sob pena de **penhora de bens** e **multa processual** de 10% (art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil);

C) seja OSVALDO MILAN-ME intimado para que, em 15 dias, efetue nestes autos o depósito do valor de **R$ 35.310,48**, correspondente ao valor do dano, sob pena de **penhora de bens** e **multa processual** de 10% (art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil);

Nestes termos,

P. deferimento.

Pariquera-Açu, 09 de maio de 2017.

LEANDRO SILVA XAVIER

Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NlyokxNf.

1088

VARA DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU/SP
Comarca de Jacupiranga/SP
✉ - Av. Dr. Fernando Costa, 215, centro – Pariquera-Açu/SP

PROC. N.: 221/2008

MANDADO DE CITAÇÃO

O Doutor ELTON ISAMU CHINEN, MM. Juiz Substituto da VARA DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU, Comarca de Jacupiranga, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.

MANDA, a qualquer Oficial de Justiça de sua Jurisdição que, em cumprimento deste, expedido nos autos da ação **CIVIL PÚBLICA** sob n. **221/2008**, que **O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** move contra **ORLANDO MILAN E OUTRO**, dirija-se ao endereço indicado e aí sendo proceda à:

CITAÇÃO de **ORLANDO MILAN**, brasileiro, residente à **Rua Santa Natália, 23, OSVALDO MILAN** e **OSVALDO MILAN-ME** com endereço na **Rua Antonio Campostrini, 15- Jd Elvira Zanela**, todos nesta cidade, para os termos e atos da ação proposta, conforme cópia da inicial que acompanha o presente e que servirá de contrafé, ficando **advertido** de que poderá contestar a ação no prazo **de 15 dias,** sob pena de **REVELIA E CONFISSÃO** e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (Art. 285 e 319 do CPC), de conformidade com o r. despacho cujo tópico final segue transcrito: " *Recebo a inicial exclusivamente com relação a ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN – ME e determino a CITAÇÃO destes requeridos para contestar, no prazo de 15 dias, como determina o art. 9º, da referida lei, c/c o art. 297 do Código de Processo Civil. Vindo as contestações, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 05 dias. Int. e ciência ao MP.. Pariquera-. Açu, d.s.. (a) Elton Isamu Chinen- Juiz de Direito*"

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. dado e passada nesta cidade de Pariquera-Açu, Comarca de Jacupiranga, Estado de São Paulo, aos 20 de agosto de 2009. Eu, ***(Joanir R. Gomes)***, Escrevente que digitei e providenciei a impressão. Eu, JOÃO DE ASSUNÇÃO, Diretor de Serviço, matrícula n. 305.636, subscrevi e assino por determinação judicial.

JOÃO DE ASSUNÇÃO
DIRETOR DE SERVIÇO

OFICIAL: NILSON
CARGA Nº 920 2518

*** É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte.**
***A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPD17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código VoHMgaC5.

1089

Proc. 221/08

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que me dirigi aos endereços indicados e ao Bairro Barra de Jacupiranga, local de trabalho do Sr. Orlando Milan, onde o citei, e bem assim a empresa Osvaldo Milan-ME, na pessoa de seu sócio Osvaldo Milan, qué assinaram, receberam a contrafé e ficaram cientes do inteiro teor do presente. Nada mais.

Pariquera-Açu(SP), 11 de setembro/2009.

Nilson Roberto Silva Pacca
Oficial de Justiça,
Mat. 80.950-A

(Deslocou 95km = 06 atos).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número VBOU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003378-52.2017.8.26.0424 e código VoHMgac5.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS
PARIQUERA-AÇU - SP
COMARCA DE JACUPIRANGA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃ: LUCIANE MARTINS MENDES

Fundado em 1951
Seção São Paulo
Filiado a UINL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Livro nº 086
Pg. 155
1º Traslado

Procuração que faz: ORLANDO MILAN

Oficial de Registro Civil e Tabelião de Notas
Rua Pedro Bonne, 115
Sala 01 - Centro
Notária e Registradora Civil
Luciane Martins Mendes
Escrevente
Giselle Ribeiro Muniz
Pariquera-Açú - Comarca de Jacupiranga

1.00

S A I B A M

quantos virem este público instrumento de procuração, bastante que, aos dezesseis dias do mes de fevereiro de dois mil e sete (16/02/2007), neste distrito e município de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, Estado de São Paulo, nesta Serventia, perante mim Registradora Civil Designada compareceu como OUTORGANTE **ORLANDO MILAN,** brasileiro, casado, professor, ex-Prefeito de Pariquera-Açu/SP, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 4.409.356-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob número 480.003.108-72, domiciliado e residente na Rua Santa Natalia, nº 23, centro, nesta cidade; o presente devidamente identificado a vista dos documentos apresentados, do que dou fé. Pelo outorgante me foi dito que por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como seu procurador **CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 93.364, inscrito no CPF/MF sob número 041.411.408-64, portador do RG nº 12.670.127-SSP/SP, com escritório na Rua Tamekichi Takano, 683, centro, Registro/SP. a quem confere amplos poderes, com os poderes da cláusula "ad judicia" e "et-extra", para o foro em geral, podendo propor contra quem de direito e defendê-lo nas contrárias, oferecer defesas, justificativas, interpor recursos, iniciais, contestações, perante todo e qualquer Juízo, Instância, Tribunais, Foros, Ministério Público Estadual e Federal, Tribunais de Contas do Estado e da União, Autarquias Estaduais e Federais, Secretarias, Ministério da União, tudo requerendo, promovendo e assinando no interesse dele outorgante, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, com ou sem reserva de poderes ora conferidos. E, de como assim disse, do que dou fé. A pedido lhe lavrei esta que lida e aceita, achando-a em tudo conforme, assina, do que dou fé. Eu, (as.) LUCIANE MARTINS MENDES, Registradora Civil Designada, a lavrei, e subscrevi. (a.) ORLANDO MILAN // legalmente selada. NADA MAIS. Trasladada em seguida. Eu, _____ (LUCIANE MARTINS MENDES), Registradora Civil Designada, a digitei, conferi, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº _____ da verdade.

_____
LUCIANE MARTINS MENDES
Registradora Civil Designada

51.672.467/0001-79
Pariquera-Açú Cartório de Notas e Ofício de Justiça
Rua Pedro Bonne, 115 - Sala 3 e 4
Centro Cep. 11.930-000
Pariquera-Açu - SP

Tabelião de Notas e de Protestos de Títulos e Letras da Comarca de Registro

FIRMA DO TABELIÃO URALDINO

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado do que dou fé

RUA PEDRO BONNE 115 - CENTRO
PARIQUERA-AÇU SP CEP 11930-000
FONE/FAX: 13-368561132

REGISTRO 23 SET 2009

0708260215347600000004247

P: 1000 - 060424 F: 000425

Valor recebido R$ 1,00 - Selo(s) e Taxa

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

☐ Mirian Elisabete F. Peniche ☐ Merian Ferreira Paz
☐ Edson Cardoso ☐ Emerson Pereira
Rua Jerônimo Monteiro Lopes 60 - Registro-SP

Colégio Notarial do Brasil - SP
ARPEN SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0841AA433149

Válido somente com selo de autenticidade

União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017588
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/al... Documento de informe o processo 0000278-52.2017.8.26.0424 e código jfST8pXG.

1108

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que compulsando estes autos deles verifiquei constar que até a presente data os co-requeridos **Osvaldo Milan** e **Osvaldo Milan-ME** não apresentaram contestação, embora devidamente citados a fls. 1.089, tendo já decorrido o prazo legal.

P.Açu, 21.10.2009

Joanir R. Gomes
Escrevente T. Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPO 10177000417581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003781-52.2017.8.26.0424 e código CHBEy5M7.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JACUPIRANGA
FORO DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000

CONCLUSÃO

Aos 22/05/2015, faço estes autos conclusos a MM.ª Juíza de Direito, **Dr.ª PATRÍCIA NAHA** da Vara Única do Foro Distrital de Pariquera-Açu, da Comarca de Jacupiranga. Eu, GILSON CARLOS PEDRO, Oficial Maior, digitei.

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto: **Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido: **Orlando Milan e outros**
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Patricia Naha**

Vistos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO ajuizou AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em face de ***ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN, OSVALDO MILAN- ME*** (ou PRODUTORA FOCUS – OSVALDO MILAN - ME),

Inicialmente, a ação foi ajuizada também em face de GILBERTO JOSÉ SALETTI MELCHER, REINADO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO, SILVIA GOMES SALETTI DOS SANTOS, REINADO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO-ME, LAURO DENDEVITZ, SEBASTIANA CORREA DENDEVITZ, GULUC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA., SELEART LTDA.-ME, MANOEL SIMÃO CARDOSO, EDSON AKABANE, SEBASTIÃO JOSÉ CORRÊA, mas a inicial foi rejeitada nesse parte, sem recurso do autor.

Alegou que, na qualidade de **então Prefeito (2001 a 2004),** ORLANDO contratou as seguintes empresas para prestar serviços e comprar produtos conforme relação de (fls. 46), a saber:

1) **OSVALDO** (**irmão** do Ex-Prefeito Orlando e proprietário da OSVALDO MILAN-ME) adjudicou o objeto dos Convites:

A) nº 001/2003 (fls. 226/241) referente à compra de 2.000 cartazes e 10.000 folders e 100.000 folhetos para a festa das nações no valor de R$ 18.980,00 (Fls. 179/196). Sustentou o autor o superfaturamento

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA NAHA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, liberado nos autos em 22/05/2015 às 10:03 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 40mnBDwW.
Este documento foi gerado pelo usuário 000000000000000000000000000000 em 26/04/2016 10:03:10 GMT-03:00
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

que prejudicou o erário, pois não foram convidadas as empresas da região do Vale do Ribeira, que tinham preço de 10.000 exemplares orçado entre R$ 12.400,00 a 15.500,00.

B) nº 014/2003 (Fls.55/68 e 619/638) referente à compra de 20.000 folders para a festa das nações no valor de R$ 17.920,00 (Fls. 08/26), anotando-se que todo o material era para divulgação da Festa que ocorreu em 2003 e 2004; Sustentou o autor o superfaturamento do contrato em 07 vezes mais do que o preço médio de mercado, o que prejudicou o erário, pois não foram convidadas as empresas da região do Vale do Ribeira, que tinham preço de 20.000 exemplares orçado entre R$ 2.900,00 a R$ 4.490,00.

2) GULUC (cujo sócio LAURO DENDEVITZ é **cunhado** do Ex-Vice Prefeito GILBERTO) adjudicou o objeto do Convite nº 08/2003 (fls. 269/313 e 501/564) referente à obra de instalação de rede de energia elétrica no valor de R$ 114.271,72 (Fls. 263/265);

3) REINADO (**cônjuge** da ex-assessora jurídica de Pariquera-Açu SILVIA) adjudicou o objeto do Convite nº 06/2003 (fls. 70/114 e 565/618) referente à prestação de serviços de análises laboratoriais no valor de R$ 37.200,00 (Fls. 562/566); o vencedor da licitação é marido da assessora jurídica SILVIA, que fazia pareceres jurídicos dos processos de licitação (Fls. 37), pessoa que detinha informações privilegiadas concernentes ao seu cargo em comissão e as repassou ao marido. Além disso o réu ORLANDO e os corréus membros da comissão licitante sabiam do relacionamento entre REINADO e a assessora jurídica e mesmo assim, enviaram a carta convite a ele.

4) SELEART (cuja sócia SEBASTIANA é **sogra** do Ex-Vice Prefeito GILBERTO) adjudicou o objeto do Convite nº 20/2003 (fls. 244/268 e 473/499) referente à aquisição de uniformes escolares para atender alunos do ensino fundamental no valor de R$ 24.712,60 (Fls. 197/221);

A comissão da licitação foi composta por MANOEL (presidente), SEBASTIÃO (secretário) e EDSON (membro) conforme portaria de fls. 241, 564, 59, 113 e 267que juntamente com ORLANDO (Prefeito) direcionaram a licitação, bem como concederam informações privilegiadas com alguns contratos superfaturados, dentre os

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA [...]AHA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e o código [...]
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

quais, aquele referente à compra dos cartazes e folders para a festa das nações cuja licitação teve o irmão do Prefeito como vencedor. Além disso, os pagamentos dos serviços eram feitos sem laudo de medição feito por engenheiro habilitado ou qualquer outro controle. Tão logo foi noticiada a existência de inquérito civil, todos os contratos foram rescindidos.

Assim, requereu o reconhecimento dos atos de improbidade administrativa pelos réus, da seguinte forma:

A) com a condenação de ORLANDO, MANOEL, EDSON, SEBASTIÃO, OSVALDO E OSVALDO MILAN-ME por incurso no artigo 9º, "caput", e inciso I, da LIA, com a condenação dos corréus, inclusive, a ressarcir o erário no valor de R$ 37.810,00. Subsidiariamente, o reconhecimento dos atos ímprobos previstos no artigo 9º, da LIA;

B) com a condenação de ORLANDO, MANOEL, EDSON, SEBASTIÃO, REINADO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO-ME, REINADO e SILVIA por incurso no artigo 10, "caput", e incisos V, VIII, XI e XII, da LIA, com a condenação dos corréus, inclusive, a ressarcir o erário no valor de R$ 37.200,00.

C) com a condenação de ORLANDO, MANOEL, EDSON, SEBASTIÃO, GULUC, LAURO E GILBERTO por incurso no artigo 10, "caput", e incisos V, VIII, XI e XII, da LIA, com a condenação dos corréus, inclusive, a ressarcir o erário no valor de R$ 114.271,72.

D) com a condenação de ORLANDO, MANOEL, EDSON, SEBASTIÃO, SELEART, SEBASTIANA E GILBERTO por incurso no artigo 10, "caput", e incisos V, VIII, XI e XII, da LIA, com a condenação dos corréus, inclusive, a ressarcir o erário no valor de R$ 114.271,72.

Subsidiariamente, requereu o reconhecimento do ato ímprobo previsto no artigo 11, "caput", da LIA.

ORLANDO foi notificado (Fls. 834) e apresentou defesa (Fls. 857/863). OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN-ME foram notificados (Fls. 810) e OSVALDO apresentou defesa (Fls. 850/855).

GILBERTO foi notificado (Fls. 818). SILVIA foi notificada (Fls. 822) e apresentou defesa (Fls. 866/883). MANOEL foi notificado (Fls. 816) e apresentou defesa (Fls. 843/848). EDSON foi notificado (Fls. 826) e apresentou defesa (Fls. 992/995). SEBASTIÃO foi notificado (Fls. 784) e apresentou defesa (Fls.946/961). REINADO foi notificado (Fls. 812) e apresentou defesa (Fls. 866/883). REINADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ... e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 04/12/2017 às 09:55:08 - Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO- ME foi notificado (Fls. 1026, verso) e apresentou defesa (Fls. 1028/1043). SEBASTIANA foi notificada (Fls. 804). SELEART foi notificado (Fls. 806). GULUC foi notificado (Fls. 814) e apresentou defesa (Fls.973/976). LAURO foi notificado (Fls. 820) e apresentou defesa (Fls. 962/965).

O MUNICÍPIO foi intimado (Fls. 824 e 1067), ingressando no polo ativo (fls. 1069).

Recebida a inicial apenas quanto aos corréus ORLANDO, OSVALDO E OSVALDO MILAN –ME, REJEITANDO-A no tocante aos demais corréus (Fls. 1077/1084).

Citados (Fls. 1089). O réu ORLANDO contestou (Fls. 1091/1099). Alegou que não houve superfaturamento, que o laudo de fls. 1101/1107 é imprestável, uma vez que coligido unilateralmente pelo autor, bem como não houve conluio ou má-fé. Além disso, alegou que não houve prejuízo ao erário.

Os corréus OSVALDO e OSVALDO MILAN-ME não contestaram (Fls.1109).

Manifestação do autor (fls. 1111/1117) que requereu o julgamento antecipado da lide (fls. 1121). O réu ORLANDO requereu perícia e prova documental (Fls. 1120).

Audiência do artigo 331, do Código de Processo Civil, com saneamento do feito e determinação de prova pericial e documental (Fls. 1130).

Laudo pericial (Fls. 1165/1209), com esclarecimentos (Fls. 1238/1240, 1262/1265 e 1279/1282), com manifestação das partes.

Encerrada a instrução, o autor apresentou memoriais remissivos as suas manifestações quanto ao laudo pericial ao passo que o réu deixou de se manifestar.

É o relatório.

Decido.

Os pedidos da ação são ***parcialmente procedentes***.

Apenas por curiosidade, anoto que segundo informações contidas na página oficial do Município (http://www.pariqueraacu.sp.gov.br/site/index.php/acidade), Pariquera-Açu tem cerca de 17.649 habitantes conforme censo de 2000. Em 2004, a população estimada era de 19.950. Trata-se de pequena cidade que não tem semáforo e os anúncios de falecimento são noticiados no autofalante da Igreja e podem ser ouvidos neste Fórum.

Trata-se de ação que visa à responsabilização por ato de improbidade

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA ANAHA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 40mnBDwW.
Este documento foi gerado pelo usuário 003.***.***-42 em 09/05/2017 11:16:42 -
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

administrativa o ex-Prefeito ORLANDO e seu irmão OSVALDO MILAN, também na qualidade de empresário individual como OSVALDO MILAN-ME.

Incontroverso que OSVALDO é irmão do Ex-Prefeito, ora corréu ORLANDO MILAN e lhe foi enviado convite para participar do certame.

Incontroversa a contratação da empresa de OSVALDO pelo Município de Pariquera-Açu, representada por seu irmão ORLANDO, na forma descrita na inicial.

Conforme a licitação consistente na Carta Convite nº 001/2003 (fls. 226/241), o réu OSVALDO adjudicou o fornecimento de 2.000 cartazes e 10.000 folders e 100.000 folhetos para a festa das nações no valor de R$ 18.980,00 (Fls. 179/196).

Em 02/01/2003, o réu ORLANDO determinou a abertura de processo de licitação remetendo-se o expediente à contabilidade.

Na mesma folha, já havia sido feita a previsão orçamentária na mesma data (fls. 226).

Na mesma data, foi lançado o edital com aprovação da assessoria jurídica.

E na mesma data, as 03 empresas, incluindo a do corréu irmão do então Prefeito, receberam as cartas-convite (Fls.229/231).

Anoto que as licitantes tem sede nas cidades de Pariquera-Açu, Ilha Comprida e Registro e receberam a proposta ***no mesmo dia*** da afirmada necessidade, previsão orçamentária, edital que passou pelo crivo da assessoria jurídica, envio das cartas-convite para cidades vizinhas, tudo no mesmo dia, causando surpresa a alta eficiência administrativa.

Em abril de 2003, ou seja, ***cerca de 04 meses da abertura da primeira licitação,*** deu-se início a novo certame para fornecimento de fornecimento de 20.000 folders para a mesma Festa das Nações, conforme Carta Convite nº 014/2003 (Fls.55/68 e 619/638).

E irmão do então Prefeito adjudicou o fornecimento de 20.000 folders para a festa das nações no valor de R$ 17.920,00 (Fls. 08/26).

Todo o material serviria para a divulgação da Festa que ocorreu em **2003 e 2004.**

OSVALDO é empresário individual, de modo que seu patrimônio confunde-se com o da empresa, já que o empresário individual recebe CNPJ para fins fiscais, mas não tem personalidade jurídica distinta tal como se sucede em sociedades empresárias.

O perito realizou pesquisa de mercado (abril de 2012), com 08 empresas,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERLCIA MARIA PEREIRA DE SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 14/08/2017 às 16:00 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

sendo 06 da cidade de Santos e 02 do Vale do Ribeira, considerando os requisitos constantes na carta convite (2.000 cartazes, 10.000 folders e 100.000 panfletos) como tamanho, dentre outras especificações.

Comprovou-se o superfaturamento.

Em 2012, ou seja, passados quase 10 anos dos fatos (2003/2004), constatou-se que foram apresentados 08 orçamentos, sendo o mais alto valor o de R$ **11.680,00** e o mais baixo de **R$ 5.176,00**. Ambos os orçamentos são de empresas de Santos, que cobrariam frete de cerca de R$ 450,00, além do preço acima, conforme o laudo.

As duas empresas do Vale do Ribeira apresentaram valores de R$ **5.920,00** (da cidade vizinha Iguape) e **R$ 8.200,00** (Cajati, cidade que integra a Comarca de Jacupiranga, da qual Pariquera-Açu é Distrital) conforme fls. 1199.

Assim, em 2003, foi adjudicada a oferta, com menor preço, do corréu irmão do então Prefeito no valor de R$ 19.890,00. Considerando o menor valor de mercado à época da perícia (abril de 2012), mesmo que acrescida de frete, totalizaria R$ 5.626,00 (R$ 5.176,00 + R$ 450,00 =R$5.626,00). Anota-se, ainda, que as empresas pesquisadas do Vale do Ribeira não cobrariam frete, conforme a perícia.

Vale dizer, houve superfaturamento em mais de três vezes o valor do produto fornecido.

Ainda consoante o laudo, o objeto da carta convite consistente em 20.000 folders contratados pela quantia de **R$ 17.920,00** foi superfaturado em cerca de 70% a mais do que a cotação feita pelo perito.

De acordo com a perícia, considerando o menor preço (empresa da cidade vizinha IGUAPE) dentre as 08 empresas pesquisadas, 20 mil folders impressos na forma da carta convite custariam **R$ 4.320,00**.

Tal valor não destoa dos orçamentos apresentados às fls. 1105/1107, nos valores de R$ 4.490,00, R$ 6.000,00 e R$ 4.680,00.

Assim, comprovou-se que houve superfaturamento nos dois contratos firmados pelo Município, através do então Prefeito, e seu irmão.

Os agentes públicos responsáveis pelo procedimento e os particulares que participam do certame têm a obrigação de conhecer a lei.

Se o agente, premeditadamente e em conluio, frauda o caráter competitivo da licitação, com o intuito de direcionar o certame, configura-se o dolo e os atos ímprobos.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA NAHA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 2S000042CE.
Este documento foi gerado pelo usuário LEANDRO SILVA XAVIER em Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

A carta convite foi enviada ao irmão do então Prefeito, que apresentou proposta quase que no valor estimado para o contrato. Seria afronta à inteligência acreditar que o então Prefeito não tenha se valido das informações inerentes ao cargo que ocupava para prestar informações privilegiadas ao irmão.

E mesmo que isso não tivesse acontecido, fato é que enviar o convite e contratar o próprio irmão, empresário individual, afronta a moralidade. Há nítida colidência de interesses.

Além disso, anoto que – nos dias atuais - para colocarem porta nos banheiros coletivos da Casa da Criança e Adolescentes, o Município levou várias semanas para fazê-lo.

Causa surpresa que - em menos de 24 horas - formalizou-se a licitação com a dotação orçamentária, edital aprovado pela assessoria jurídica e envio das cartas convites às cidades vizinhas (Registro e Ilha Comprida) com recebimento das licitantes no mesmo dia.

Anoto que Pariquera-Açu fica em distância aproximada de 28km de Registro ao passo que Ilha Comprida fica aproximadamente há 79km do centro desta Distrital.

A contratação pela Administração Pública de empresas pertencentes a parentes de gestor público envolvido no processo caracteriza, diante do ***manifesto conflito de interesses,*** violação aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Realizado o contraditório, o réu OSVALDO, irmão do então Prefeito, permaneceu silente, configurando, dessa forma, a revelia.

A despeito de não haver, na Lei nº 8.666/1993, vedação expressa de contratação, pela Administração, de empresas pertencentes a parentes de gestores públicos envolvidos no processo, a jurisprudência do Tribunal de Justiça bandeirante tem se firmado no sentido de considerar que há um evidente e indesejado conflito de interesses e que há violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Qualquer pessoa de mediano conhecimento saberia o problema que viria a ter com esta negociação envolvendo irmãos, mais ainda considerando que o menor preço ofertado pelo irmão é quase que 75% mais caro que o valor de mercado do produto/serviço.

A conduta dolosa de ORLANDO como então Prefeito e de seu irmão,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERICA NAHAL e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 10/05/2017 às 15:05:44 sob o número WPQU17700917506
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

beneficiário, atenta contra os princípios da Administração Pública, em especial ao princípio da moralidade pública, violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas, nos exatos termos do art. 11, ""caput"", da Lei nº. 8.429/1992, bem como do seu inciso I (I ? praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência).

Nos termos da Lei 8.429/92, tem-se que a configuração dos atos de improbidade administrativa não requer a cumulação de requisitos nela definidos, mas, sim, a prática de qualquer um deles, tanto que são tais atos especificados em seções distintas, que tratam do enriquecimento ilícito, do prejuízo ao erário e do atentado aos princípios da Administração Pública.

Tendo em vista que a deflagração e conclusão do procedimento licitatório ensejou a um só tempo, afronta aos princípios da administração pública e prejuízo ao erário de Nantes/SP, ficou satisfatoriamente configurado o ato de improbidade administrativa nos termos dos artigos 9º e 10 da Lei 8.429/92.

O prejuízo ao erário ressai facilmente da diferença entre o valor contratado e pago e o valor real do produto (**superfaturamento**); trata-se de dado objetivo e se a Prefeitura pagou mais do que valia o serviço, evidente o prejuízo aos cofres públicos.

Caracterizado o ato de improbidade porque os custos reais poderiam ser inferiores ao que foi pago.

Tipificada a conduta de improbidade prevista no artigo 10 da Lei de Improbidade, aplicáveis as penalidades estabelecidas no art. 12, III, da referida legislação, com os parâmetros previstos no parágrafo único do art. 12.

O indispensável elemento subjetivo também se faz presente no caso concreto.

O dolo dos requeridos ficou bem evidenciado, na medida em que respectivamente ex-prefeito foi o responsável pelo processo licitatório e o irmão dele foi o principal beneficiário, pois se sagrou o vencedor do certame.

No caso em testilha, diante do descaso mostrado com o dinheiro público, está evidente que o requerido ORLANDO, no papel de administrador público, deixou de agir em conformidade com os interesses da coletividade em prol de interesses próprios e/ou do beneficiado, seu irmão, pelo procedimento licitatório.

Assim, o corréu ORLANDO, na qualidade de então Prefeito, cometeu o ato de improbidade administrativa consistente em permitir ou facilitar a aquisição de bem

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA NAHA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código ...
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

ou serviço por preço superior ao mercado, ou seja, superfaturado (artigo 10, inciso V, da LIA), bem como por ofensa aos princípios da Administração Pública, consistentes na probidade e lealdade ao Município, na forma acima descrita.

O réu OSVALDO, beneficiário do ato ímprobo, também deve responder pelo ressarcimento de danos ao erário, nos moldes do artigo 3º, da LIA.

E em relação às penalidades previstas na Lei nº 8.429/92, urge esclarecer que devem ser aplicadas de forma proporcional não só a gravidade da conduta, mas também correspondente ao benefício auferido pelos agentes e ao **dano** causado aos cofres públicos (par. único art. 12).

Assim, os requeridos devem ser condenados, solidariamente, a ressarcir o dano ao erário.

Anoto que os contratos são nulos por terem sido superfaturados e firmados com o irmão do Prefeito à época, contudo, o ressarcimento do dano não deve corresponder à integralidade do contrato. Isso porque o réu OSVALDO entregou o objeto da licitação e a condenação ao ressarcimento integral do contrato implicaria enriquecimento sem causa para a Administração Pública.

Desse modo, deverão os corréus devolver a diferença entre o valor de mercado para o serviço contratado (estimado em **R$5.626,00,** para a carta convite do item 1, "a" da inicial, e **R$ 4.320,00** para a carta convite do item 1, "b" da inicial), **atualizados a partir de abril de 2012, e o que foi pago, ou seja, R$ 18.980,00 e R$ 17.920,00, respectivamente.**

Sem prejuízo do ressarcimento do dano ao erário, passo a dosar as sanções pela pratica dos atos ímprobos.

No mais, quanto ao réu OSVALDO:

Fica proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA).

Além disso, aplico ao réu OSVALDO a sanção correspondente à suspensão dos direitos políticos por cinco anos e pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano.

Prejudicada a perda de bens e valores e a perda da função pública, uma vez que o réu não é funcionário público.

No tocante, ao réu ORLANDO:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ROSILENE NAIME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, acesso o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 40mnBDwW.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

Considerando que as sanções previstas para o artigo 11 são subsidiárias, passo a dosar as sanções previstas para o ato ímprobo que cause dano ao erário.

Prejudicada a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio uma vez que não comprovado acréscimo patrimonial com os fatos.

Prejudicada a perda da função pública, uma vez que o réu não é mais Prefeito ou servidor público.

Aplico a suspensão dos direitos políticos de cinco anos, que se faz necessária ante a desonestidade praticada, bem como multa civil de duas vezes o valor do dano com proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Pelo exposto, e por tudo o que mais dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado nesta Ação Civil Pública promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU em face de ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME para:

1) **CONDENAR** os requeridos ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME a, solidariamente, ressarcirem o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu/SP, **no valor resultante da diferença entre o valor de mercado** do produto/serviço fornecido (estimado em **R$5.626,00,** para a carta convite do item 1, "a" da inicial, **e R$ 4.320,00** para a carta convite do item 1, "b" da inicial), atualizados a partir de abril de 2012, **e o que foi pago, ou seja, R$ 18.980,00 e R$ 17.920,00, atualizado a contar do pagamento, respectivamente**. Desnecessária a liquidação, podendo os autores apresentarem mero cálculo aritmético do valor devido com a correção monetária pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação.

2) CONDENAR o réu OSVALDO MILAN, por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", na forma do artigo 3º, da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos; c) o pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano;

3) CONDENAR o réu ORLANDO MILAN, por incurso nos artigos 10º,

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA NAHA e ANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 as 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PATRICIA NAHA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 15000010004253.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JACUPIRANGA
FORO DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000

inciso V, 11, "caput", da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) suspensão dos direitos políticos de cinco anos; B) a multa civil de duas vezes o valor do dano; C) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Por consequência, extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no art. 269, I, do CPC.

Custas e honorários advocatícios incabíveis na espécie.

P.R.I.C.

Pariquera-Acu, 01 de outubro de 2015.

(Somente nesta data pelo acúmulo de serviço, tendo priorizado problemas referentes ao abrigo, infância, réus presos, e realização de audiências)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DATA
Em 6 / 10 /2015, recebi estes autos em cartório. Eu, Esc.Téc.Jud.,subscr.

Ciente o Ministério Público
14/10/2015

Leandro Silva Xavier
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ERICA NAVE RO e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/03/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ERICA NAVE RO e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/03/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código BS000000042CO.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 40mnBDwW.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

CERTIDÃO - TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a r. sentença de fls. 1303/1308, transitou em julgado em 31/01/2017. Nada Mais. Pariquera-Acu, 10 de fevereiro de 2017. Eu, ___, Gilson Carlos Pedro,Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 10/02/2017 às 15:07 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código T7AAIJ2W.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu
Autos n ° 580.2008

MM. Juíza,

Transitada em julgado a r. sentença de fls.1303/1308, conforme certidão de fls. 1333, o Ministério Público requer:

1. Com o objetivo de alimentar o Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA, seja encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça planilha de dados referente à presente presente ação, nos termos do art. 3º da Resolução CNJ n.º 44, de 20 de novembro de 2007;

2. Sejam expedidos ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral da 228ª Zona Eleitoral – Jacupiranga – comunicando a suspensão dos direitos políticos dos requeridos Orlando e Osvaldo por cinco anos;

3. Sejam expedidos ofícios a todos os municípios do Vale do Ribeira, à Fazenda Pública Estadual e à Fazenda Pública Federal, comunicando que os requeridos Orlando e Osvaldo estão proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos da sentença, pelo prazo de cinco anos.

4. Após, pugno por nova vista para a atualização do valor da multa

MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0VXn2LTU.

civil aplicada aos requeridos, bem como do valor a ser ressarcido ao erário, em termos de prosseguimento.

Pariquera-Açu, 23 de fevereiro de 2017.

LEANDRO SILVA XAVIER
Promotor de Justiça

MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0VXn2LTU.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Aos 20/03/2017, faço estes autos conclusos ao **Dr.** Ana Carolina Munhoz de Almeida, MMº Juíz de Direito da Vara Distrital de Pariquera-Açu – Comarca de Jacupiranga. Eu, _____ (Alexandre Cleto Porto), Escrivão Judicial II, digitei.

DESPACHO

Processo:	**0000580-44.2008.8.26.0424 - Ação Civil Pública**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Ana Carolina Munhoz de Almeida

Vistos.

Fls. 1337/1338 – Nada a apreciar. Os embargos de declaração foram publicados em 28/11/2016 (fl. 1.331) tendo o prazo integral para recurso decorrido em 31/01/2017, conforme certificado a fl. 1.333, sendo desnecessária a intimação dos corréus ante a revelia operada.

Fls. 1.335 – Cumpra-se nos termos requeridos.

Int.

Pariquera-Açu, 20/03/2017

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DATA
Em 21/03/17, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Esc.Téc.Jud.,subscr.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 15000005XDAN.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, ALEXANDRE CLETO PORTO, ALEXANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código C4w4swQR.

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Alexandre Cleto Porto Sair

Dados do Processo

Alterar Informações (alterar_processo.php?seq_processo=48188)

Responsável pelas informações:	USU53889B1B824BE
Data da Informação:	22/03/2017 10:34:26
Esfera:	Estadual
Tribunal de Justiça Estadual:	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1º Grau - Justiça Estadual:	1º Grau - TJSP
Comarca:	PARIQUERA-AÇU
Varas e Juizados Estaduais:	VARA UNICA DE PARIQUERA ACU
Num. do Processo:	00005804420088260424
Data da propositura da ação:	16/04/2008

Clique aqui para cadastrar novas condenações neste processo (cadastrar_requerido.php?seq_processo=48188)

Pessoa(s) envolvida(s) no processo

Nome pessoa	Ação
ORLANDO MILAN (visualizar_condenacao.php?seq_condenacao=46498)	Inativar condenação
OSVALDO MILAN (visualizar_condenacao.php?seq_condenacao=46499)	Inativar condenação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17000[illegible]81
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código [illegible]eGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Tapiraí/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/03/2017 às 15:05 , sob o número WPRJ17000017581
0000580-44.2008.8.26.0424 e código ES000000005787.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/03/2017 às 15:05 , sob o número WPRJ17000017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Sete Barras/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 5000000005785.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:18 , sob o número WMPO017000017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
São Lourenço da Serra/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 3S000005178.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPCO01700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Ribeira/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, ANDRÉ SILVA XAVIER e THIAGO ARO SILVA
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 17007001581.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Registro/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código BS000000057BP.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Pedro de Toledo/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 8S000000051FW.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 12:15 , sob o número WPGO17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Pariquera-Açu/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580442008826042 4, código BS000005767.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo em 09/03/2017 às 11:16 , sob o número WPG00517581700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

1348

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Miracatu/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA.
Para acessar os autos acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 000017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo.
Para acessar os autos acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 000017581.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

1349

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Juquitiba/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 17000017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:18 , sob o número WPGO17000017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Juquiá/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

1951

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Jacupiranga/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e o código 17000017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e PEDRO SILVA XAVIER em 09/03/2017 às 12:18 , sob o número WMO00317000017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Itariri/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, ANDRE SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2017 às 11:16 , SOB O NÚMERO WPCU17000175817
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Itapirapuã Paulista/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 17700017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Itaóca/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 15000000019785. LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

1355

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Iporanga/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 3S000000085784.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 03/04/2017 às 15:10 , sob o número WPG10017581007.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Ilha Comprida/SP

Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hzeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Iguape/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:18, sob o número WPQU17000017581.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Eldorado/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código BS000005781.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/05/2017 às 11:10 , 5 0017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Cananéia/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 3S000000006780.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Cajati/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580442008826042 4 e o código 15000000005772.
Este documento foi gerado pelo usuário 000.***.***-** em 03/08/2017 11:46:30, sob o número WPQU17000017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Barra do Turvo/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, ANDRE SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2017 às 11:18 , sob o número WPGQU17700017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580442008826042 e código BS000605977.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 23 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Barra do Chapéu/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, ANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 09/03/2017 às 11:16 , sob o número WPOU17000017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 5800000003775.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

1963

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 22 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria, que os réus **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72 e **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foram condenados, solidariamente, às seguintes sanções: a) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

À
Prefeitura Municipal do Município de
Apiaí/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código BS000000087317.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRÉ SILVA XAVIER e Tribunal de Justica de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:46 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 22 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência, que por sentença datada de 01.10.2015, o réu **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72, foi condenado a seguinte sanção: **Suspensão dos Direitos Políticos pelo prazo de 05 (cinco) anos.**

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
Diretor do Cartório Eleitoral da 228ª Zona
Jacupiranga/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580442008826042 4 e código 15000000057313.
Este documento foi gerado pelo usuário 300.***.***-81 em 09/05/2017 às 11:16:15, sob o número WPQU17000001781
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

1365

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 22 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência, que por sentença datada de 01.10.2015, o réu **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foi condenado a seguinte sanção: **Suspensão dos Direitos Políticos pelo prazo de 05 (cinco) anos.**

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
Diretor do Cartório Eleitoral da 228ª Zona
Jacupiranga/SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, liberado nos autos em 22/03/2017 às 17:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 5000000005130.
Original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 22 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência, que por sentença datada de 01.10.2015, o réu **Orlando Milan**, RG. 4.409.356 SSP/SP, CPF. 480.003.108-72, foi condenado a seguinte sanção: **Suspensão dos Direitos Políticos pelo prazo de 05 (cinco) anos.**

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
Tribunal Regional Eleitoral
São Paulo/Capital

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e ANDERSON SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 09/03/2017 às 11:18 , sob o número WPCO017000017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e ANDERSON SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 09/03/2017 às 11:18 , sob o número WPCO017000017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

fls. 50

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 22 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência, que por sentença datada de 01.10.2015, o réu **Osvaldo Milan**, RG. 10.205.631, CPF. 044.450.578-43, foi condenado a seguinte sanção: **Suspensão dos Direitos Políticos pelo prazo de 05 (cinco) anos.**

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
Tribunal Regional Eleitoral
São Paulo/Capital

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580442008826042 e código 2500000051257.
ANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 2500000051257.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico nº:	**0000580-44.2008.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Ação Civil Pública - Atos Administrativos**
Requerente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido:	**Orlando Milan e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Pariquera-Acu, 22 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, encaminho a Vossa Senhoria, planilha de dados referente aos autos supracitados, nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº. 44, de 20 de novembro de 2007, com o objetivo de alimentar o Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – NCIA.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Ana Carolina Munhoz de Almeida**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
Diretor do Conselho Nacional de Justiça do Estado de São Paulo
São Paulo

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 15000000005127.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRÉ SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700017581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hZeGKuHb.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da comarca de Pariquera-Açu
Autos n º 580-44.2008

MM. Juíza,

Consoante r. sentença de fls. 1303/1308, os requeridos foram condenados solidariamente ao pagamento do dano, consistente na diferença entre o valor de mercado e o que foi pago, totalizando R$ 35.310,48 (valor atualizado), conforme calculo anexo.

O requerido Orlando Milan foi condenado, ainda, a pagar multa civil de 02 vezes o valor do dano, que corresponde a R$ 70.620,96.

O requerido Osvaldo Milan foi condenado, ainda, a pagar multa civil de 01 vez o valor do dano, que corresponde a R$ 35.310,48.

Assim, tem-se que Orlando Milan é devedor de **R$ 105.931,44** (valor do dano + multa civil) ao passo que Osvaldo Milan é devedor de **R$ 70.620,96** (valor do dano + multa civil). Assim, nos termos do artigo 523 do CPC, requeiro a intimação dos executados para pagamento do valor apontado, sob pena de multa de 10% do valor atualizado e penhora.

Assinado digitalmente.

LEANDRO SILVA XAVIER
Promotor de Justiça

Bruno Rodrigues Fanti
ANALISTA DE PROMOTORIA I

MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700034581
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código KICeoN81.

Imprimir Voltar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS (valor do dano)

Carta Convite 01 - Valor do dano - diferença do valor de mercado e do valor pago Carta Convite 02- Valor do dano - diferença do valor de mercado e do valor pago
Data de atualização dos valores: abril/2012
Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Juros moratórios legais
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 0,00%	TOTAL
1	Diferença Carta Convite 01	1/4/2012	13.354,00	13.354,00	0,00	4.140,11	0,00	17.494,11
2	Diferença Carta Convite 02	1/4/2012	13.600,00	13.600,00	0,00	4.216,37	0,00	17.816,37
				Sub-Total				**R$ 35.310,48**
				TOTAL GERAL				**R$ 35.310,48**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/05/2017 às 11:16 , sob o número WPQU17700012812.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código KICeoN81.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Aos 03/05/2017, faço estes autos conclusos ao Dr. André Gomes do Nascimento, MMº Juíz de Direito da Vara Distrital de Pariquera-Açu – Comarca de Jacupiranga. Eu, _____ (João Amaro Lisboa Neto), Oficial Maior, digitei.

DESPACHO

Processo: **0000580-44.2008.8.26.0424 - Ação Civil Pública**
Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Requerido: **Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: André Gomes do Nascimento

Vistos.

Deverá o exequente dar efetivo cumprimento aos artigos 1214 e 1286 das NSCGJ, c.c. art. 319 do CPC.

Int.

Pariquera-Açu, 03/05/2017

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DATA
Em 05/05/17, recebi estes autos em cartório. Eu, _____ Esc.Téc.Jud.,subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 09/05/2017 às 11:16 , Sob o número WPQU17700017561
Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código WORK0d7b.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código WORK0d7b.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Tipo Completo da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>:	**Nome da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação disponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação disponível >>**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela de Oliveira Thomaze**

Vistos.

Atente-se o requerente que a correta classificação das petições no curso do processo é essencial ao bom andamento dos trabalhos nesta serventia, especialmente o correto cadastramento dos pólos demandantes. Ficam as partes cientes de que todas as petições deverão ser classificadas/nomeadas corretamente, de acordo com as classes e assuntos existentes no sistema SAJ, nos termos do art. 6º do CPC, com todas as informações e dados cadastrais atualizados e existentes que estiver em sua posse ou for seu conhecimento. Excepcionalmente, providencie a serventia o cadastramento dos polos demandantes.

Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.

Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada.

Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.

Int.

Pariquera-Acu, 20 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA DE OLIVEIRA THOMAZE, liberado nos autos em 21/07/2017 às 10:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código LnpNk23D.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Ciência ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 21 de julho de 2017.
Eu, ___, Adriane Aparecida Da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/07/2017 às 15:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CWEseIpV.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 21/07/2017 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Pariquera-Acu, (SP), 21 de julho de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/07/2017 às 15:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código x9i5NJL7.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **24/07/2017 17:28**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público**

São Paulo, 24 de Julho de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 25/07/2017 às 08:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zWOvzXqv.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0183/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos.Atente-se o requerente que a correta classificação das petições no curso do processo é essencial ao bom andamento dos trabalhos nesta serventia, especialmente o correto cadastramento dos pólos demandantes. Ficam as partes cientes de que todas as petições deverão ser classificadas/nomeadas corretamente, de acordo com as classes e assuntos existentes no sistema SAJ, nos termos do art. 6º do CPC, com todas as informações e dados cadastrais atualizados e existentes que estiver em sua posse ou for seu conhecimento. Excepcionalmente, providencie a serventia o cadastramento dos polos demandantes.Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada.Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.Int."

Do que dou fé.
Pariquera-Acu, 25 de julho de 2017.

Valdomiro Borogan

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 25/07/2017 às 15:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Dl9i7aRX.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0183/2017, foi disponibilizado na página 2338/2344 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/07/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos.Atente-se o requerente que a correta classificação das petições no curso do processo é essencial ao bom andamento dos trabalhos nesta serventia, especialmente o correto cadastramento dos pólos demandantes. Ficam as partes cientes de que todas as petições deverão ser classificadas/nomeadas corretamente, de acordo com as classes e assuntos existentes no sistema SAJ, nos termos do art. 6º do CPC, com todas as informações e dados cadastrais atualizados e existentes que estiver em sua posse ou for seu conhecimento. Excepcionalmente, providencie a serventia o cadastramento dos polos demandantes.Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada.Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.Int."

Pariquera-Açu, 26 de julho de 2017.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 26/07/2017 às 11:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código MygdhQGq.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que os executados foram intimados pelo DJE do dia 25/07/2017, através do seu advogado, a pagarem o valor indicado na presente execução, todavia decorreu o prazo sem que houvesse notícias do pagamento e nem a interposição de impugnação. Nada Mais. Pariquera-Acu, 26 de outubro de 2017. Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 26/10/2017 às 18:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código WyKYEzDi.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 26 de outubro de 2017.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/10/2017 às 18:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hlkk3m9W.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 26/10/2017 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 26 de outubro de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/10/2017 às 18:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GMSXHtMu.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **27/10/2017 16:17**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

São Paulo, 27 de Outubro de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIO JOSE DA COSTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/10/2017 às 09:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BeyctY2V.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **27/10/2017 16:17**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

São Paulo, 27 de Outubro de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIO JOSE DA COSTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/10/2017 às 09:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 43I1kpTO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VARA JUDICIAL DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU

AUTOS N. 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Apesar de regularmente intimados os executados não pagaram o débito apontado na exordial, de modo que se mostram necessárias medidas constritivas que deverão recair sobre o patrimônio destes.

Requeiro, portanto, a realização de pesquisa BACEN-JUD, bem como pesquisa de imóveis e veículos em nome dos executados.

Pariquera-Açu, data do protocolo.

-assinatura digital-

Flávio José da Costa

Promotor de Justiça Substituto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIO JOSE DA COSTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/10/2017 às 19:09 , sob o número WPQU17700053669
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código mPrr84EF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Aos 21 de novembro de 2017, faço estes autos conclusos à(o)Dr(a)André Gomes do Nascimento MM Juiz de Direito da Vara de Pariquera-Açu. Eu, _____ (Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II

DECISÃO

Processo nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **André Gomes do Nascimento**

Vistos.

Defiro a tentativa de penhora via bacenjud e a pesquisa de bens via Renajud e Infojud.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 21 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 21/11/2017 às 18:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 2wP72dDE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
"Recolher as custas – penhora bacenjud e renajud"
Nada Mais. Pariquera-Acu, 22 de novembro de 2017. Eu, ___, Adriane Aparecida Da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Remessa ao DJE

Certifico e dou fé que remeti ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) ato(s) ordinatório(s) acima em _____/_____/_____.
Eu, ___, Adriane Aparecida Da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 22/11/2017 às 17:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 1tONtqZd.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0384/2017, foi disponibilizado na página 2947;/2954 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/11/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: ""Recolher as custas - penhora bacenjud e renajud""

Pariquera-Açu, 27 de novembro de 2017.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 27/11/2017 às 11:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ZHLUIfnP.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0384/2017, foi disponibilizado na página 2947;/2954 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/11/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Defiro a tentativa de penhora via bacenjud e a pesquisa de bens via Renajud e Infojud."

Pariquera-Açu, 27 de novembro de 2017.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 27/11/2017 às 11:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código pbHBjioh.

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	EJUBP.JALISBOA segunda-feira, 19/02/2018

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiterações para Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20180000343391
Número do Processo:	378-52.2017.8.26.0424
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	14264 - VARA DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Andre Gomes do Nascimento (Protocolizado por Joao Amaro Lisboa Neto)
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Ministério Público do Estado de São Paulo

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **480.003.108-72 -** ORLANDO MILAN
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$65,62] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRASIL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:11	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	105.931,44	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 65,62	65,62	26/01/2018 05:01
19/02/2018 17:57:16	**Desb. Valor**	**Andre Gomes do Nascimento (Protocolizado por Joao Amaro Lisboa Neto)**	**65,62**	**Não enviada**	-	-

BCO BRADESCO / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:11	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	105.931,44	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	25/01/2018 19:50

BCO SANTANDER / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:11	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	105.931,44	(02) Réu/executado sem saldo	0,00	26/01/2018 04:43

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kujugzTw.

				positivo. 0,00		

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:11	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	105.931,44	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	25/01/2018 23:03

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Voltar para a tela inicial do sistema

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kujugzTw.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BacenJud 2.0 - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**

EJUBP.JALISBOA
segunda-feira, 19/02/2018

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20180000344071
Número do Processo:	378-52.2017.8.26.0424
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	14264 - VARA DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Andre Gomes do Nascimento (Protocolizado por Joao Amaro Lisboa Neto)
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Ministério Público do Estado de São Paulo

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **044.450.578-43 -** OSVALDO MILAN
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:37	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	70.620,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	25/01/2018 19:50

Nenhuma ação disponível

BCO INTERMEDIUM/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:37	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	70.620,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	26/01/2018 17:52

Nenhuma ação disponível

CCLA CAMPOS GERAIS - SICREDI C/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:37	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	70.620,96	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/01/2018 05:43

Nenhuma ação disponível

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kujugzTw.

Não Respostas
Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Ministério Público do Estado de São Paulo	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBP.

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kujugzTw.

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	EJUBP.JALISBOA segunda-feira, 19/02/2018

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20180000344078
Número do Processo:	378-52.2017.8.26.0424
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	14264 - VARA DISTRITAL DE PARIQUERA-AÇU
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Andre Gomes do Nascimento (Protocolizado por Joao Amaro Lisboa Neto)
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Ministério Público do Estado de São Paulo

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **56.184.237/0001-24 -** OSVALDO MILAN
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/01/2018 13:39	Bloq. Valor	Andre Gomes do Nascimento	35.310,45	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	25/01/2018 19:50
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Ministério Público do Estado de São Paulo	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kujugzTw.

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kujugzTw.

renajud Restrições J Veículos Aut

Seja bem vindo,

Sair

JOAO AMARO LISBOA NETO TJSP 05/03/2018 • 14h 00' 33'' • **09:32**

Restrições Designações

Você está em: RENAJUD Inserir Restrições

Inserir Restrição Veicular

Pesquisa de Veículos (Informe 1 ou mais campos)

Placa	Chassi	CPF/CNPJ	Mostrar somente veículos sem restrição RENAJUD
		48000310872	☐

Pesquisar Limpar

Lista de Veículos - Total: 2

	Placa	UF	Marca/Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Proprietário	Restrições Existentes	Ações
☐	DFB7311	SP	HONDA/XLR 125 ES	2001	2002	ORLANDO MILAN	Sim	
☐	BRP5832	SP	VW/FUSCA 1300	1977	1977	ORLANDO MILAN	Sim	

1

Restringir Limpar lista

2.0.44

Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, 5º andar - CEP 70700-010 - Brasília-DF

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nsh6kDc4.

RENAJUD - Restrições Judiciais On-Line

Usuário: JOAO AMARO LISBOA NETO

05/03/2018 - 14:01:11

Veículo/Informações RENAVAM

Placa	DFB7311	**Ano Fabricação**	2001	**Ano Modelo**	2002
Chassi	9C2JD17202R005075	**Marca/Modelo**	HONDA/XLR 125 ES		

Restrições RENAVAM

RESTRICAO_JUDICIAL

Restrições RENAJUD Ativas

Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIAO	**Comarca/Município**	SANTOS
Órgão Judiciário	JUIZO DA 1 VARA DO FORUM FEDERAL DE SANTOS - SP	**Nro do Processo**	00036968920134036104
Juiz Inclusão	ANITA VILLANI	**CPF**	267.1XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	Informação não disponível	**CPF**	Informação não disponível
Restrição	Transferência	**Data Inclusão**	25/07/2013

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nsh6kDc4.

RENAJUD - Restrições Judiciais On-Line

Usuário: JOAO AMARO LISBOA NETO

05/03/2018 - 14:01:23

Veículo/Informações RENAVAM

Placa	BRP5832	**Ano Fabricação**	1977	**Ano Modelo**	1977
Chassi	BJ604787	**Marca/Modelo**	VW/FUSCA 1300		

Restrições RENAVAM

RESTRICAO_JUDICIAL

Restrições RENAJUD Ativas

Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIAO	**Comarca/Município**	SANTOS
Órgão Judiciário	JUIZO DA 1 VARA DO FORUM FEDERAL DE SANTOS - SP	**Nro do Processo**	00036968920134036104
Juiz Inclusão	ANITA VILLANI	**CPF**	267.1XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	Informação não disponível	**CPF**	Informação não disponível
Restrição	Transferência	**Data Inclusão**	25/07/2013

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nsh6kDc4.

Sair

Seja bem vindo,

JOAO AMARO LISBOA NETO TJSP 05/03/2018 • 14h 00' 33'' • **08:45**

Restrições Designações

Você está em: RENAJUD Inserir Restrições

Inserir Restrição Veicular

A pesquisa não retornou resultados.

Pesquisa de Veículos (Informe 1 ou mais campos)

Placa	Chassi	CPF/CNPJ	Mostrar somente veículos sem restrição RENAJUD
		04445057843	☐

Pesquisar Limpar

2.0.4

Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, 5º andar - CEP 70700-010 - Brasília-DF

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nsh6kDc4.

renajud Restrições Veículos Au

Sair

Seja bem vindo,

JOAO AMARO LISBOA NETO TJSP 05/03/2018 • 14h 00' 33'' • **08:00**

Restrições Designações

Você está em: RENAJUD Inserir Restrições

Inserir Restrição Veicular

A pesquisa não retornou resultados.

Pesquisa de Veículos (Informe 1 ou mais campos)

Placa	Chassi	CPF/CNPJ	Mostrar somente veículos sem restrição RENAJUD
		56184237000124	☐

Pesquisar Limpar

2.0.4

Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, 5º andar - CEP 70700-010 - Brasília-DF

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nsh6kDc4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que a pesquisa INFOJUD em nome dos executados encontra-se arquivada em pasta própria do ofício, à disposição do exequente para consulta pelo prazo de trinta dias, ao fim do qual será inutilizado, nos termos do artigo 1.263, I das NSCGJ. Nada Mais. Pariquera-Acu, 05 de março de 2018. Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código K032dWGr.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 05 de março de 2018.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código tu4NSJp2.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 05/03/2018 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 05 de março de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/03/2018 às 14:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código rJMqca2z.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

PJ de Pariquera-Açu

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
Autos nº 378-52.2017

MM. Juiz,

Decorrido o prazo para pagar o débito, ao valor apontado na inicial deve incidir a multa de 10%, nos termos do artigo 523, § 1º, do CPC, sendo **Orlando Milan devedor de R$ 116.524,58**, **Osvaldo Milan devedor de R$ 77.683,05** e **Osvaldo Milan ME devedor de R$ 38.841,52**, sem prejuízo de oportuna atualização do calculo.

Deferida a realização de pesquisa Bacenjud, Renajud e Infojud a fim de localizar bens passíveis de expropriação, sobreveio a juntada da documentação de fls. 71/81 e certidão de fls. 82.

Pois bem.

A pesquisa **Bancejud** (penhora online) restou **infrutífera** em relação ao executado Orlando Milan (fls. 71/72), ao executado Osvaldo Milan (fls. 73/74) e Osvaldo Milan ME (fls. 75/76).

A pesquisa **Renajud** apontou a existência de dois veículos em nome de Orlando Milan (fls. 77), ambos com restrição judicial (fls. 78/79). Já os executados Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME não possuem veículos (fls. 80/81).

A pesquisa **Infojud** – arquivada em cartório - apontou a existência de **diversos bens móveis e imóveis** em nome de **Orlando Milan**, ao passo que em relação a Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME a pesquisa restou infrutífera.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2018 às 18:35 , sob o número WPQU18700013625
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Hn1ildVo.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

PJ de Pariquera-Açu

Diante do exposto, requeiro a **expedição de mandado de penhora e avaliação a ser cumprido na residência dos executados** Orlando Milan (Rua Santa Natalia, nº 23, Centro, Pariquera-Açu), Osvaldo Milan (Rua João Tobias Filho, nº 234, Centro, Pariquera-Açu) e na sede da empresa Osvaldo Milan ME (Rua Francisco Elias, nº 15, Jardim Elvira Zanella, Pariquera-Açu), a fim de apurar a **existência de bens móveis** passíveis de expropriação.

Requeiro, ainda, a **expedição de mandado de penhora e avaliação de todos os bens móveis e imóveis** indicados na Declaração de Imposto de Renda de Orlando Milan, com exceção do imóvel situado na Rua Santa Natalia, nº 23, Centro, por se tratar do imóvel residencial – bem de família -, expedindo-se ofício ao Cartório de Registro de Imóveis para averbar na matrícula as restrições impostas.

Requeiro, ademais, **a realização de pesquisa ARISP** – imóveis – em nome dos três executados, a fim de apurar a existência de bens imóveis não declarados à Receita Federal.

Requeiro, outrossim, a **inclusão do nome dos executados nos órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa)**, assim como o **protesto da sentença judicial transitada em julgado, oficiando-se ao cartório de protesto** (art. 517 do CPC).

Assinado digitalmente.

LEANDRO SILVA XAVIER

Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2018 às 18:35 , sob o número WPQU18700013625
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Hn1ildVo.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **08/03/2018 16:52**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

São Paulo, 8 de Março de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO SILVA XAVIER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 09/03/2018 às 08:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nLyWIVzv.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Aos 16 de março de 2018, faço estes autos conclusos à(o)Dr(a)André Gomes do Nascimento MM Juiz de Direito da Vara de Pariquera-Açu. Eu, _____ (Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II

DECISÃO

Processo nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **André Gomes do Nascimento**

Vistos.

Cumpra-se nos exatos termos retro requeridos.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 16 de março de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 19/03/2018 às 10:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código OpgrnAIX.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0128/2018, foi disponibilizado na página 2601/2607 do Diário da Justiça Eletrônico em 21/03/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Cumpra-se nos exatos termos retro requeridos."

Pariquera-Açu, 21 de março de 2018.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 21/03/2018 às 11:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código IjZcIxJu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

"Expedir Certidões".

Nada Mais. Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018. Eu, ___, Adriane Aparecida Da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 14/05/2018 às 17:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ILXGA5W4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ORDEM DE INCLUSÃO DE APONTAMENTO Processo Digital

Ao
SCPC – Boa Vista Serviços S/A
Prezados Senhores.
Ref.:

Nome do credor:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Nome do devedor:	**Osvaldo Milan - ME**
CPF/CNPJ:	**56.184.237/0001-24**
Endereço:	**Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella - CEP 11930-000, Pariquera-Açu-SP**
Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Juiz(a) de Direito:	**André Gomes do Nascimento**
Vara:	**Vara Única**
Comarca:	**de Pariquera-Açu**
UF:	**SP**

Comunico a Vossas Senhorias que o MM. Juiz de Direito mandou INCLUIR o apontamento de débito no banco de dados desse órgão por decisão proferida em 16/03/2018. Informação sobre o cumprimento da ordem deverá ser encaminhada, no PRAZO de 30 dias, para o *e-mail* pariquera@tjsp.jus.br.

Valor do débito:	R$ 38.841,52
Data do vencimento:	16/08/2017

No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018.

Alexandre Cleto Porto, Escrivão, matrícula M356.264-9.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Kk2C5Kq2.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ORDEM DE INCLUSÃO DE APONTAMENTO Processo Digital

Ao
SCPC – Boa Vista Serviços S/A
Prezados Senhores.
Ref.:

Nome do credor:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Nome do devedor:	**Osvaldo Milan**
CPF/CNPJ:	**044.450.578-43**
Endereço:	**Rua João Tobias Filho, 234, Centro - CEP 11930-000, Pariquera-Açu-SP**
Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Juiz(a) de Direito:	**André Gomes do Nascimento**
Vara:	**Vara Única**
Comarca:	**de Pariquera-Açu**
UF:	**SP**

Comunico a Vossas Senhorias que o MM. Juiz de Direito mandou INCLUIR o apontamento de débito no banco de dados desse órgão por decisão proferida em 16/03/2018. Informação sobre o cumprimento da ordem deverá ser encaminhada, no PRAZO de 30 dias, para o *e-mail* pariquera@tjsp.jus.br.

Valor do débito:	R$ 77.683,05
Data do vencimento:	16/08/2017

No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018.

Alexandre Cleto Porto, Escrivão, matrícula M356.264-9.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código mZ8rA4o2.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ORDEM DE INCLUSÃO DE APONTAMENTO Processo Digital

Ao
SCPC – Boa Vista Serviços S/A
Prezados Senhores.
Ref.:

Nome do credor:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Nome do devedor:	**Orlando Milan**
CPF/CNPJ:	**480.003.108-72**
Endereço:	**Rua Santa Natália, 23, Centro - CEP 11930-000, Pariquera-Açu-SP**
Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Juiz(a) de Direito:	**André Gomes do Nascimento**
Vara:	**Vara Única**
Comarca:	**de Pariquera-Açu**
UF:	**SP**

Comunico a Vossas Senhorias que o MM. Juiz de Direito mandou INCLUIR o apontamento de débito no banco de dados desse órgão por decisão proferida em 16/03/2018. Informação sobre o cumprimento da ordem deverá ser encaminhada, no PRAZO de 30 dias, para o *e-mail* pariquera@tjsp.jus.br.

Valor do débito:	R$ 116.524,58
Data do vencimento:	16/08/2017

No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (pariquera@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018.

Alexandre Cleto Porto, Escrivão, matrícula M356.264-9.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código MHiH1bCu.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado	**Orlando Milan e outros**
Oficial de Justiça:	*****
Mandado nº:	**424.2018/001537-0**

Diligência do Juízo

O MM. Juiz de Direito da Vara Única, Dr. André Gomes do Nascimento, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, proceda à

PENHORA E AVALIAÇÃO a ser cumprido na residência dos executados Orlando Milan - Rua Santa Natália, nº 23, Centro, CEP: 11930-000, Pariquera-Açu – SP, Oswaldo Milan - Rua João Tobias Filho, nº 234, Centro, CEP: 11930-000, Pariquera-Açu – SP e na sede da empresa Osvaldo Milan – ME - Rua Francisco Elias, nº 15, Jardim Elvira Zanella, CEP: 11930-000, Pariquera-Açu – SP, a fim de apurar a **existência de bens móveis** passíveis de expropriação, tantos quanto bastem para garantir a execução.

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018. Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Nome do Advogado da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Endereço: Endereço do Advogado da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Fone:

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*
Art. 212, do CPC: *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*
§ 2º *Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.*
Artigo 5º, inciso XI, da CF: *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

424201800153 70

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código LpFRxmZU.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado	**Orlando Milan e outros**
Oficial de Justiça:	*
Mandado nº:	**424.2018/001538-8**

Diligência do Juízo

Executado: ORLANDO MILAN, Brasileiro, Casado, Rua Santa Natália, 23, Centro, CEP 11930-000, Pariquera-Açu - SP

O MM. Juiz de Direito da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu da Comarca de Pariquera-Açu, Dr. André Gomes do Nascimento, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

PENHORA E AVALIAÇÃO de todos os bens móveis e imóveis indicados na Declaração do Imposto de Renda, a saber:

- Automóvel marca Fiat Palio Wik Adventure, Ano/Mod: 2009/2010, Renavam: 182257550, Placas: EJT 4063, Adq. em dezembro/2009, por R$ 55.000,00, financiado em 48 parc. iguais de R$ 1.663,00.

- Gleba Rural com Área Total de 76,47HA., que é parte do Sítio Barra do Jacupiranga, Município de Pariquera-Açu, conforme Matrícula nº 26319.

- 50% do Imóvel denominado Fazenda Três Rios, no Município de Pariquera-Açu/SP, com área de 77HA, Adq em 07/1991, com casas em alvenaria medindo uma 120MTS2 e 75MTS a outra.

- Curral em madeira de Lei medindo 150MTS2 constr. em 1999, na Fazenda Três Rios.

- Barracão Pré Moldado Cimentado, com 500MTS2, constr. em 2001, na Fazenda Três Rios.

- Duas casas de alvenaria rústicas, sendo uma com área de 50MTSS e outra com 60MTS2, edificadas em 2002, na Fazenda Três Rios.

- Poço artesiano tubular, com profundidade de 34MTS, na Fazenda Três Rios.

- Eqto completo de ordenha mecânica instalado na Fazenda Três Rios.

- Dois tanques com seus implementos para leite.

- Lotes de terras rurais sendo 50% de uma porção maior de 78,97 alq. paulistas na estrada da Boa Vista sentido Barra do Rio Jacupiranga, no município de Pariquera-Açu, com matrícula 4697 e 4137, Sítio Barra do Jacupiranga, escriturada em Livro N. 55, 57, sendo a minha pessoa o equivalente a 39,49 alq. paulista, pelo valor de R$ 30.000,00, adq. em 16/12/2014, do sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, CPF: 041.978.078-56.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qALaInn3.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **vdrjfd**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018. Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Endereço: 300 - Telefone Comercial do Adv da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*
Art. 212, do CPC: *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*
§ 2º *Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.*
Artigo 5º, inciso XI, da CF: *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

42420180015388

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qALaInn3.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO PARA FINS DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL

ALEXANDRE CLETO PORTO, Escrivão Judicial II do Cartório da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, na forma da lei,

CERTIFICA, para fins de embasamento de protesto extrajudicial de sentença/título executivo judicial, em observância ao artigo 104-A das NSCGJ, atendendo a requerimento do(s) credor(res), que pesquisando em cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 0000378-52.2017.8.26.0424 **- CLASSE - ASSUNTO: Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/04/2008

VALOR DA CAUSA: R$ 213.994,32

VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO ATÉ 08/03/2018 : RS 38.841-52 (Trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

REQUERENTE(S)/CREDOR(ES):
Ministério Público do Estado de São Paulo

REQUERIDO(S)/DEVEDOR(ES):
OSVALDO MILAN – ME, CNPJ: 56.184.237/0001-24, Rua Francisco Elias, nº 15, Jardim Elvira Zanella, CEP: 11930-000, Pariquera-Açu - SP

DATA DA SENTENÇA: 01/10/2015

SENTENÇA: "Pelo exposto, e por tudo o que mais dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado nesta Ação Civil Pública promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU em face de ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME para: 1) **CONDENAR** os requeridos ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME a, solidariamente, ressarcirem o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu/SP, **no valor resultante da diferença entre o valor de mercado** do produto/serviço fornecido (estimado em **R$5.626,00,** para a carta convite do item 1, "a" da inicial, **e R$ 4.320,00** para a carta convite do item 1, "b" da inicial)**,** atualizados a partir de abril de 2012, **e o que foi pago, ou seja, R$ 18.980,00 e R$ 17.920,00, atualizado a contar do pagamento, respectivamente**. Desnecessária a liquidação, podendo os autores apresentarem mero cálculo aritmético do valor devido com a correção monetária pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. **2) CONDENAR o réu OSVALDO MILAN,** por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", na forma do artigo 3º, da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iE3HJzj3.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos; c) o pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano; **3) CONDENAR o réu ORLANDO MILAN,** por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) suspensão dos direitos políticos de cinco anos; B) a multa civil de duas vezes o valor do dano; C) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. Por consequência, extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no art. 269, I, do CPC. Custas e honorários advocatícios incabíveis na espécie. P.R.I.C. Pariquera-Acu, 01 de outubro de 2015."

DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 31/01/2017

DATA DO DECURSO DO PRAZO LEGAL PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO: 16/08/2017

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iE3HJzj3.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO PARA FINS DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL

ALEXANDRE CLETO PORTO, Escrivão Judicial II do Cartório da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, na forma da lei,

CERTIFICA, para fins de embasamento de protesto extrajudicial de sentença/título executivo judicial, em observância ao artigo 104-A das NSCGJ, atendendo a requerimento do(s) credor(res), que pesquisando em cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 0000378-52.2017.8.26.0424 **- CLASSE - ASSUNTO: Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/04/2008

VALOR DA CAUSA: R$ 213.994,32

VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO ATÉ 08/03/2018 : RS 116.524,58 (Cento e dezesseis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e ciquenta e oito centavos).

REQUERENTE(S)/CREDOR(ES):
Ministério Público do Estado de São Paulo

REQUERIDO(S)/DEVEDOR(ES):
ORLANDO MILAN, CPF: 480.003.108-72, Rua Santa Natália, nº 23, Centro, CEP: 11930-000, Pariquera-Açu - SP

DATA DA SENTENÇA: 01/10/2015

SENTENÇA: "Pelo exposto, e por tudo o que mais dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado nesta Ação Civil Pública promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU em face de ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME para: 1) **CONDENAR** os requeridos ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME a, solidariamente, ressarcirem o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu/SP, **no valor resultante da diferença entre o valor de mercado** do produto/serviço fornecido (estimado em **R$5.626,00,** para a carta convite do item 1, "a" da inicial, **e R$ 4.320,00** para a carta convite do item 1, "b" da inicial)**,** atualizados a partir de abril de 2012, **e o que foi pago, ou seja, R$ 18.980,00 e R$ 17.920,00, atualizado a contar do pagamento, respectivamente**. Desnecessária a liquidação, podendo os autores apresentarem mero cálculo aritmético do valor devido com a correção monetária pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. **2) CONDENAR o réu OSVALDO MILAN,** por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", na forma do artigo 3º, da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código RKIHMV62.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos; c) o pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano; **3) CONDENAR o réu ORLANDO MILAN,** por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) suspensão dos direitos políticos de cinco anos; B) a multa civil de duas vezes o valor do dano; C) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. Por consequência, extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no art. 269, I, do CPC. Custas e honorários advocatícios incabíveis na espécie. P.R.I.C. Pariquera-Acu, 01 de outubro de 2015."

DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 31/01/2017

DATA DO DECURSO DO PRAZO LEGAL PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO: 16/08/2017

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código RKIHMV62.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO PARA FINS DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL

ALEXANDRE CLETO PORTO, Escrivão Judicial II do Cartório da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, na forma da lei,

CERTIFICA, para fins de embasamento de protesto extrajudicial de sentença/título executivo judicial, em observância ao artigo 104-A das NSCGJ, atendendo a requerimento do(s) credor(res), que pesquisando em cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 0000378-52.2017.8.26.0424 **- CLASSE - ASSUNTO: Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/04/2008

VALOR DA CAUSA: R$ 213.994,32

VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO ATÉ 08/03/2018 : RS 77.683,05 (Setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinco centavos).

REQUERENTE(S)/CREDOR(ES):
Ministério Público do Estado de São Paulo

REQUERIDO(S)/DEVEDOR(ES):
OSVALDO MILAN, CPF: 044.450.578-43, Rua João Tobias Filho, nº 234, Centro, CEP: 11930-000, Pariquera-Açu - SP

DATA DA SENTENÇA: 01/10/2015

SENTENÇA: "Pelo exposto, e por tudo o que mais dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado nesta Ação Civil Pública promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU em face de ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME para: 1) **CONDENAR** os requeridos ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN E OSVALDO MILAN-ME a, solidariamente, ressarcirem o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu/SP, **no valor resultante da diferença entre o valor de mercado** do produto/serviço fornecido (estimado em **R$5.626,00,** para a carta convite do item 1, "a" da inicial, **e R$ 4.320,00** para a carta convite do item 1, "b" da inicial)**,** atualizados a partir de abril de 2012, **e o que foi pago, ou seja, R$ 18.980,00 e R$ 17.920,00, atualizado a contar do pagamento, respectivamente**. Desnecessária a liquidação, podendo os autores apresentarem mero cálculo aritmético do valor devido com a correção monetária pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. **2) CONDENAR o réu OSVALDO MILAN,** por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", na forma do artigo 3º, da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ztNex9Zj.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos (artigo 12, inciso II, da LIA); b) a suspensão dos direitos políticos por cinco anos; c) o pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano; **3) CONDENAR o réu ORLANDO MILAN,** por incurso nos artigos 10º, inciso V, 11, "caput", da Lei nº 8.429/92, às seguintes sanções: A) suspensão dos direitos políticos de cinco anos; B) a multa civil de duas vezes o valor do dano; C) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. Por consequência, extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no art. 269, I, do CPC. Custas e honorários advocatícios incabíveis na espécie. P.R.I.C. Pariquera-Acu, 01 de outubro de 2015."

DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 31/01/2017

DATA DO DECURSO DO PRAZO LEGAL PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO: 16/08/2017

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Pariquera-Acu, 14 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 15/05/2018 às 16:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ztNex9Zj.

ENC: OFÍCIO Nº 426755/2018 RESPONDIDO PELA SERASA EXPERIAN.

PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
Enviado: terça-feira, 29 de maio de 2018 9:45
Para: VALDOMIRO BOROGAN

_____
De: monitore@serasa.com.br [monitore@serasa.com.br]
Enviado: terça-feira, 29 de maio de 2018 9:41
Para: PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
Assunto: OFÍCIO Nº 426755/2018 RESPONDIDO PELA SERASA EXPERIAN.

Prezados, O Ofício Nº 426755/2018, Processo Nº 00003785220178260424 Vara OFÍCIO JUDICIAL foi respondido pela Serasa Experian, favor acessar a aplicação SerasaJudicial para ver a resposta.

Esta é uma mensagem automática do sistema. Não é necessário responder.

_____

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 29/05/2018 às 15:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código tJGM2RyG.

LIVRO N.º 2 REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE JACUPIRANGA

Estado de São Paulo

GUILHERME GIMENES - Escrivão

MATRÍCULA	FOLHA
18.556	01

Jacupiranga, 07 de dezembro de 19 82

Imovel: O lote de terreno n. 07 da quadra A do loteamento Jardim Elvira Zanella, perimetro urbano, no distrito e municipio de Pariquera Açú, desta comarca, assim descrito e confrontado: mede 15 ms de frente, em reta e em curva; 20 ms por um lado; 27,50 ms de outro lado e 15 ms nos fundos, no total de 395,12 m2, confrontando pela frente com uma rua sem denominação, lado direito lote 6, esquerdo rua sem denominação e fundos lote 14. C.1.258.

Proprietária: Construtora Hecriza Ltda., com sede na cidade de Santos-SP à rua Amador Bueno, 38, CGC 51.073.211/0001-95.

Registro anterior: R.1 e 2, matricula 6.889, Lº 2 deste cartorio

Guilherme Gimenes-escrivão

=/

R.1/18.556, em 07 de dezembro de 1982

Titulo: Venda e compra.

Instrumento e adquirente: Nos termos da escritura publica de venda e compra lavrada no 1º cartorio local, Lº 55, fls. 16/18 em data de 06.12.1982, o lote de terreno acima descrito foi transmitido definitivamente para CILIO ZANELLA, brasileiro, comerciante, RG 5.331.400-SP, CIC 139.980.728-53, casado no regime da comunhão de bens antes da lei 6.515/77 com Ivone Bertoldo Zanella. residente em Pariquera Açú, desta comarca.

valor: Cr$.50.000,00.

condições: as comuns.

Guilherme Gimenes-escrivão

(E. e selos- Cr$.4.158,00 - guia 220/82)

(segue no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

MATRÍCULA 18.556 | FOLHA 01 verso

R.2/18.556, em 15 de abril de 1988 .

Titulo: venda e compra.

Nos termos da escritura de venda e compra lavrada no cartório de P.Açú,Lº 53,fl.123 em 04.04.88,Cilio Zanella, retro qualificado e s/m. Ivone Bertholdo Zanella,RG 1.473.117,SP,CIC n.-139.980.728-53, transmitiram definitivamente o imovel desta - matricula para VALTER LUCATO JUNIOR, brasileiro, comerciante, RG 9.363.450,SP,CIC 043.143.408-51,casado no regime da comu - nhão parcial de bens após a lei 6.515/77 com Maristela Rodrigues Lucato, residente e domiciliado em P.Açú à Av.Dr. Carlos Botelho,582.

valor: Cz$.50.000,00.

condições: as comuns.

escrevº autª | escrivão

(Maria T.Bertoli) | (João B.Sallesse)

d.selos-Cz$.3.131,83-guia 66/88

=/=

R.3/18.556, em 08.09.1994

Titulo: Carta de Sentença

Nos termos da Carta de Sentença datada de 06.09.1994,assinada-pelo MM.Juiz de Direito desta comarca de Jacupiranga, Dr.Ri - chard Paulre Pae Kim,extraida dos autos de separação judicial consensual n. 109/92,foi homologada a separação do casal Valter Lucato Junior e s/m. Maristela Rodrigues Lucato e, que ela passará a assinar seu nome de solteira,Maristela Rodrigues.

valor: R$.221,10

condições: as constantes do titulo;

escrevº autª | escrivão

> (Maria T,Bertoli) | (João B.Sallesse)

d.selos-R$. 34,49 ,guia 128/94

=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=$=$=/=/=/=/=/=/=/=/=/=$=$=/=/=/=/=/=/=/=/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N º 2 - REGISTRO GERAL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Jacupiranga - SP

matrícula 18.556 | ficha 02 | Jacupiranga, 21 de Julho de 2006

Av.4, em 21/07/06
Procedo esta averbação para constar que Valter Lucato Junior, casou-se no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77 com Silvana Boiago, portadora do RG n.º 3.929.670-5/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 579.076.259-04, conforme certidão de casamento n.º 11.176, fls.082, Livro B-74, do Registro Civil Portão de Curitiba/PR, a contraente passou a assinar Silvana Boiago Lucato.
Guia 134/05; D.selos – R$ 13,93

João Batista Sallesse – Oficial

Av.5, em 21/07/06
Procedo esta averbação para constar que Maristela Rodrigues, casou-se no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77 com Ricardo de Vicenzo, portador do RG n.º 16.278.171-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 130.701.958-73, conforme certidão de casamento n.º 10.712, fls.282, Livro B-36, do Registro Civil das Pessoas Naturais de Osasco/SP, a contraente passou a assinar Maristela Rodrigues de Vicenzo.
Guia 134/05; D.Selos – R$ 13,93

João Batista Sallesse – Oficial

R.6, em 21/07/06

Título: Venda e Compra
Nos termos da Escritura de Venda e Compra lavrada no Tabelião de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais de Pariquera-Açú, desta Comarca de Jacupiranga, Estado de São Paulo, Livro nº 85, fls.075/78, em 13/07/2006, Valter Lucato Junior, retro qualificado, assistido por sua mulher Silvana Boiago Lucato, brasileira, bancária, RG n.º 3.929.670-5-SSP/PR, CPF/MF n.º 579.076.259-04, residentes e domiciliados na Rua Santa Bernadete n.º 416, Vila Lindóia, Curitiba, Estado do Paraná e Maristela Rodrigues de Vicenzo, brasileira, assistente de departamento pessoal, RG n.º 15.321.847-2-SSP/SP, CPF/MF n.º 159.024.418-46, assistida por seu marido Ricardo de Vicenzo, brasileiro, comerciante, RG n.º 16.278.171-4-SSP/SP, CPF/MF n.º 130.701.958-73, residentes e domiciliados na Rua Amadeu da Ressurreição n.º 203, Presidente Altino, Osasco/SP, transmitiram definitivamente o imóvel desta matrícula para **OSVALDO MILAN**, brasileiro, empresário, RG n.º 10.205.631-SSP-SP, CPF/MF n.º 044.450.578-43 e sua mulher ***CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN***, brasileira, professora, RG n.º 7.771.643-SSP/SP e CPF/MF n.º 047.225.858-30, casados sob o regime da Comunhão Universal de Bens na vigência da Lei 6515/77, com Pacto Antenupcial registrado sob n.º 3.473, Livro 3-A do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Junqueirópolis/SP, residentes e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

matrícula 18.556 | ficha 02 verso

domiciliados à Rua João Tobias Filho n.º 24, Centro, na cidade de Pariquera-Açú, Estado de São Paulo. Inscrição Cadastral n.º 3605B.
Valor: R$ 4.000,00 ***Valor Venal:*** R$ 4.109,25
Condições: As constantes da Escritura.
Guia 134/06; D.Selos – R$ 386,71

João Batista Sallesse – Oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA — ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 16.001

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 16.001 DATA:- 02 dezembro 1992.-
M	Um prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, - com 40,28m2 de áreaconstruída, com 2 quartos, sala, cozi-- nha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 68, no Conjunto - Habitacional Jardim Mandacaru, nesta cidade ecomarca de Adamantina, e seu respectivoterreno compreendendo o lote - 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 - metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a - referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confronta como lote nº 7;e, pelos fundos mede 8,84 metros e con-- fronta com o lote nº 23, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob nº 01094200-4; Proprietária:- COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSESOCIAL - CRHIS., sociedade de economia mista intermunicipal, com sede na cidade de Araçatuba, deste Estado, inscrita no CGC/MF sob nº 51.097.236/0001-29; Construtora:- PAEZ DE LIMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade' limitada, com sede na Capital deste Estado, inscrita no - CGC/MF sob nº 49.577.752/0001-09; Registro anterior:- 01 e AVs. 04 e 05 da matrícula nº - 14.968 deste Cartório.- Eu , escrevente autorizado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 01 Prot.1-A Nº 64046 02 12 92	Adquirentes:- ABRAÃO JOSÉ DOS SANTOS, RG. 13.323.798-SP, - comerciário e s/mr. VILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, RG. - nº 22.505.035-SP, do lar, brasileiros,casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77,- residentes nesta cidade, portadores do CIC sob número ... 036.705.328-46; Transmitentes - doadora do terreno e vendedora da benfeitoria:- A proprietária e construtora, respectivamente, referidas na matrícula; Título:- Doação e Com-- pra e Venda; Forma do título:- Instrumento Particular com' caráter de escritura pública celebrado nesta cidade, aos - 18 de dezembro de 1991, em quatrovias, legalizado, uma via arquivada; Valor-terreno:- Nihil; Valor-benfeitoria:- Cr$ .. 3.967.297,01 (três milhões e novecentos e sessenta e sete' mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e umcentavo); - Foram apresentadas e ficam arquivadas cópias reprográficas das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelo MTPS/ ' INSS, a saber:- nº 955664 - Série "B",expedida em 31 08 92, pela Região Fiscal de Araçatuba, deste Estado (doadora);e, nº 753783 - Série "C", expedida em 13 11 92, pela Região - Fiscal de São Paulo-Lapa (vendedora)e cópias reprográficas das Certidões de Quitações de Tributos Federais Administrados pelaSecretaria da Receita Federal expedidas por Araçatuba, em 23 11 92 (doadora) e por São Paulo, em 14 09 - 92 (vendedora).- Eu , escrevente autorizado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 02 Idem	Credora:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, instituição financeira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasília-DF. e Agênciadesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº - 00.360.305/0001-04; Devedores:- Os adquirentes constantes' do R. 01; Título:- Hipoteca (em primeira e especial hipoteca); Forma do título:- A mesma do R. 01, referido; Valor - do mútuo:- Cr$ 3.807.386,77,pagável através de 300 prestações mensais e consecutivas dovalor inicial total de Cr$ ...

- continua no verso -

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

MATRÍCULA N.º 16.001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Atos e referências	Livro n.º - Registro Geral
	R$ 34.048,71, vencendo-se a primeira prestação a contar 30 dias da data do título, à taxa anual de juros nominal de - 5,90% e efetiva de 6,0621%; Pena convencional:- 10%; De--- mais condições: As do título.- Eu , escrevente - autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.- Destes:- 24.132,40; Guia:- 227/92.-
AV. 3 11-2-04	Pela certidão expedida em 11 de setembro de 2003, da escritura pública de cessão de créditos e de assunção de dívidas lavrada em 18 de março de 2002, no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, a fls. 1/3 do livro n. 2323-E, a credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, já qualificada, cedeu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, empresa pública federal, com sede em Brasília-DF, na SBS Q. 4 Lote 03/04, Edifício Anexo do Prédio da Matriz da CEF, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.527.335/0001-13, todos os direitos oriundos do crédito hipotecário objeto do R. 2 desta matrícula, compreendendo o principal, seu reajuste monetário, os juros e demais encargos, bem como as garantias existentes, pelo preço de R$ 23.316,60 (vinte e três mil e trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Demais condições:- As do título.- Foram apresentadas:- a Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa, sob n. 6.496.731, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa sob n. 472192003-23001040, emitida via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivadas nas pastas próprias sob n. 1/04 e 21/04, respectivamente.- Título prenotado sob n. 92.440, em 10-2-04.- Desta:- R$ 100,78; Guia:- 28/04.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 4 27-3-07	Pelo instrumento particular celebrado nesta cidade em 26 de março de 2007, legalizado e arquivado, foi pela credora Empresa Gestora de Ativos, autorizado o cancelamento do R. 2 desta matrícula, em virtude da liquidação da dívida.- Título prenotado sob n. 101.561, em 26-3-07.- Desta:- R$ 57,41; Guia:- 59/07.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 5 22-9-08	Pela Lei Municipal n. 2.625, de 4 de outubro de 1995, arquivada, a Rua Seis, passou a denominar-se Rua Vinicius de Moraes; e, o Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, passou a denominar-se Jardim dos Poetas, nesta cidade.- Desta:- Nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 22-9-08	Pela escritura pública de venda e compra de 18 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 158 e 159 do livro n. 222, os proprietários Abraão José dos Santos e sua mulher Vilma Maria Pereira dos Santos, CIC n. 179.450.938-09, já qualificados, venderam o imóvel pelo valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a JURANDIR SAVI, RG. n. 14.082.876-SSP/SP e CIC n. 045.824.018-48, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua Adoniran Barbosa, n. 269 - Vila Jardim Ipiranga, nesta cidade.- Título prenotado sob n. 106.207, em 19-9-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 178/08.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 7 2-10-08	Pela escritura pública de venda e compra de 29 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 211 e 213 do livro n. 222, verifica-se que o USUFRUTO do imóvel foi constituído a título oneroso por ANA FIDALGO MILAN,

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 16.001 FICHA 2

RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade, por venda que lhe fez o proprietário Jurandi Savi, já qualificado, pelo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 186/08.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 8-M. 16.001, em 2 de outubro de 2008.

Pela escritura pública referida no registro anterior, o proprietário Jurandir Savi, já qualificado, vendeu o imóvel, gravado com o usufruto objeto do R. 7, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Célia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua Antonio Campostrine, n. 15 - Jardim Elvira Zanella, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 350,04; Guia:- 186/08.-.-.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 9-M. 16.001, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietária ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executada Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

MATRÍCULA | FICHA | VERSO

CERTIDÃO	
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **16001**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **GUILHERME L. C. VERGILIO** **SUBSTº DO OFICIAL**
Adamantina, 14 de junho de 2018.	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado junto ao INCRA., em maior porção, sob n. 615013 004472-0; Area total:- 58,0 ha.; mód. fiscal:- 20,0; n. mód. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 0,0 ha., denominado "Sítio Santana I";

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 2.142, de 2-3-60 deste Registro.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob n. 615013 004472-0; área total:- 58,00 ha.; mód. fiscal:- 20,0 ha.; n. móds. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 3,0 ha., em nome de Domingos Milan, de nacionalidade brasileira, conforme CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, ora apresentado; e, se acha inscrito na Receita Federal sob n. 0.728.256-7, conforme Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural referida no registro seguinte.- Desta:- nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

= CONTINUA NO VERSO =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1 VERSO

R. 4-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 79.275,80 (setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural sob n. 9098.1AF5.4FD8.7D2E, relativa ao ITR sobre o imóvel.- Titulo prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 57/06.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 69/71 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 83.031,03 (oitenta e três mil e trinta e um reais e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercicios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 2

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

R. 6-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalicio sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 83.031,03, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do titulo, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do titulo, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.979, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietária ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executada Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.----------
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **3** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **19979**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	
PRAZO DE VALIDADE	Emissão feita por:
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	(Certidão assinada digitalmente) GUILHERME L. C. VERGILIO SUBSTº DO OFICIAL
Adamantina, 14 de junho de 2018.	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 19.982 — FICHA: 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Um imóvel urbano constituído pelo lote de terreno sob n. 2 (dois) da quadra n. 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a Alameda Armando de Salles Oliveira; por um lado, com o lote n. 1; por outro lado com o lote n. 3; e, pelos fundos com o lote n. 16, da mesma quadra, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob n. 21500;

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 4.717, de 20-11-64, deste Registro.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 7 de agosto de 2003, acompanhado da certidão n. 93/03, expedida em 6-2-03, pela Prefeitura do Município de Adamantina e dos Alvarás de Habite-se n. 14/65 e 24/02, expedido em 27-2-03, pela Secretaria de Planejamento-Departamento de Engenharia daquela repartição, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que sobre o imóvel foi construída uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas, sob n. 110 da Alameda Armando de Salles Oliveira, cujas plantas para sua edificação foram aprovadas por aquela repartição em nome de Domingos Milan, em 11-3-65, com a área de 109,50 metros quadrados e em 23-9-02, com a área de 72,89 metros quadrados, totalizado uma área construída de 182,39 metros quadrados, estimando-se à obra o valor de R$ 195.872,26, segundo tabela do Sinduscon/SP. Apresentada com referên-

= CONTINUA NO VERSO =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 1 VERSO

cia à obra, a Certidão Negativa de Débito-CND do INSS n. 007532003-21030010, emitida em 9-5-03, via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivada na pasta própria sob n. 101/03. Título prenotado sob n. 91.143, em 29-8-03.- Desta:- R$ 163,94; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 4-M. 19.982, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 14.069,30 (quatorze mil e sessenta e nove reais e trinta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 50.945,62.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 418,26; Guia:- 57/06.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 66/68 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 14.224,30 (quatorze mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 19.982 | FICHA: 2

R. 6-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 14.224,30, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.982, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietária ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executada Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **3** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **19982**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **GUILHERME L. C. VERGILIO** **SUBSTº DO OFICIAL**
Adamantina, 14 de junho de 2018.	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 5.734

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 5.734 DATA:- 05-novembro-1.979
M	Metade do lote de terreno sob nº 9 (nove) da quadra nº - 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de - 288,00 metros quadrados, medindo 18 metros de frente por 16 metros da frente aos fundos, situada à Alameda Santa - Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando- pela frente com a citada via pública; por um lado com a - Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado - com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio - para comércio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, coberto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao salão comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com te--- lhas.- Eu , escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.--
1- R. 01 Prot. 01 Nº 18951 05-11-79	Adquirentes:- ANA FIDALGO MILAN e seu marido Domingos Milan, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 153.034.978-87; Transmitentes:- Generosa Fidalgo - Conrad e seu marido Edmundo Conrad, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 012.410.018-04; - Título:- Divisão amigável; Forma do título:- Escritura - Pública de 26 de outubro de 1.979, das notas do 1º Cartório local, lavrada às fls. 46 do Lº 43; Valor:- Cr$ .... 297.653,20 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e - cinquenta e três cruzeiros e vinte centavos);'Registro anterior nº 4.355,digo, Registro anterior nº 01 da matrícula nº 4.355 deste Cartório.- Eu , escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.-- Deste:- 600,00; Recibo:- 1.416-Série "B".-
AV. 2 19-9-03	**Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que a proprietária Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, é casada pelo regime da comunhão de bens com Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Destas:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)**
AV. 3 23-3-06	**Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado na Prefeitura local sob n. 253800 e 254000, conforme carnês de IPTU do corrente exercício, ora apresentados.- Destas:-**

= CONTINUA NO VERSO =

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Atos e referências	Livro n.º 2 - Registro Geral
	nihil - "ex officio".- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 4 23-3-06	Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de - 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 37.462,92.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 57/06.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 5 2-8-06	Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 63/65 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 11.817,53 (onze mil e oitocentos e dezessete reais e cinqüenta e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 293,84; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 2-8-06	USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já quali-
	= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA	FICHA
5.734	2

ficada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 11.817,53, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 5.734, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietária ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executada Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **3** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **5734**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **GUILHERME L. C. VERGILIO** **SUBSTº DO OFICIAL**
Adamantina, 14 de junho de 2018.	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 18/06/2018 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BbAENzLS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato negativo**
Oficial de Justiça	**Nilson Roberto Silva Pacca (31637)**

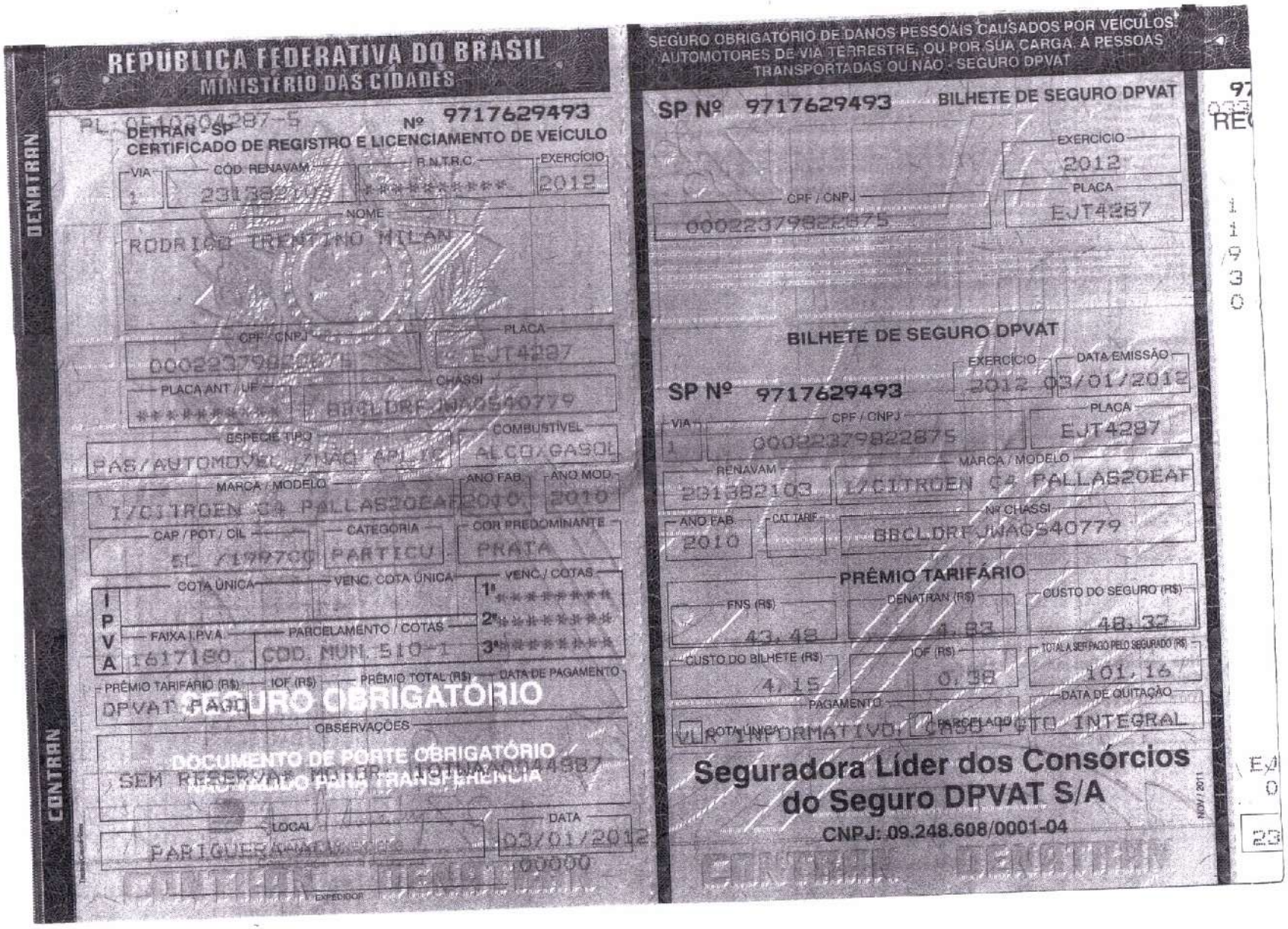
CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 424.2018/001538-8, dirigi-me à Rua Santa Natália, 23, Centro, nesta cidade, quando falei com o senhor Orlando Milan que declarou não possuir os bens indicados à penhora há anos, apresentando cópia da Declaração de Ajuste Anual atualizada. Com relação ao veículo indicado, o executado alegou não lhe pertencer e apresentou dois comprovantes (um ref. ao exercício de 2012 e outro de 2018), em que se verifica encontrar-se o bem em nome de Rodrigo Trentino Milan. Em face do exposto, **deixo de realizar a penhora**. O referido é verdade e dou fé.

Pariquera-Acu, 15 de junho de 2018.

Número de Cotas: 01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NILSON ROBERTO SILVA PACCA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 3o6XcTiP.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

PL 0510304287-5

Nº 9717629493

DETRAN-SP
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 | COD. RENAVAM: 231382103 | R.N.T.R.C.: ********** | EXERCÍCIO: 2012

NOME: RODRIGO [illegible] MILAN

CPF / CNPJ: 000223798226[illegible] | PLACA: EJT4287

PLACA ANT / UF: ******** | CHASSI: 8BCLDRFJWAC540779

ESPECIE TIPO: PAS/AUTOMOVEL | COMBUSTÍVEL: ALCO/GASOL

MARCA / MODELO: I/CITROEN C4 PALLAS20EAF | ANO FAB.: 2010 | ANO MOD.: 2010

CAP / POT / CIL: 5L / 1797CC | CATEGORIA: PARTICU | COR PREDOMINANTE: PRATA

IPVA
COTA ÚNICA | VENC. COTA ÚNICA | VENC. / COTAS 1ª ********
FAIXA IPVA | PARCELAMENTO / COTAS: 1617180 | COD. MUN. 510-1 | 2ª ********
PRÊMIO TARIFÁRIO (R$) | IOF (R$) | PRÊMIO TOTAL (R$) | DATA DE PAGAMENTO | 3ª ********
DPVAT PAGO

SEGURO OBRIGATÓRIO

OBSERVAÇÕES
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATÓRIO
SEM RESERVA DE MOTOR [illegible]
NÃO PERMITE QUITAÇÃO APÓS TRANSFERÊNCIA

LOCAL: PARIGUERA-AÇU/SP | DATA: 03/01/2012

EXPEDIDOR

CONTRAN

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

SP Nº 9717629493 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO: 2012 | CPF / CNPJ: 000223798226[illegible] | PLACA: EJT4287

BILHETE DE SEGURO DPVAT

SP Nº 9717629493 | EXERCÍCIO: 2012 | DATA EMISSÃO: 03/01/2012

VIA: 1 | CPF / CNPJ: 00022379822875 | PLACA: EJT4287

RENAVAM: 231382103 | MARCA / MODELO: I/CITROEN C4 PALLAS20EAF

ANO FAB.: 2010 | CAT.TARIF. | Nº CHASSI: 8BCLDRFJWAC540779

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R$): 43,48 | DENATRAN (R$): 1,83 | CUSTO DO SEGURO (R$): 48,32

CUSTO DO BILHETE (R$): 4,15 | IOF (R$): 0,38 | TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$): 101,16

PAGAMENTO: COTA ÚNICA | VLR INFORMATIVO | PARCELADO | DATA DE QUITAÇÃO: PTO INTEGRAL

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
CNPJ: 09.248.608/0001-04

NOV / 2011

DENATRAN

RE

1 1 9 3 0

Ex 0

23

fls. 125

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zpNYMs49.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

PL: 0510204063-0

DETRAN - SP
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 014041206061

VIA	COD. RENAVAM	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	00182257550	**********	2018

NOME: RODRIGO TRENTINO MILAN

CPF / CNPJ	PLACA
00022379822875	EJT4063

PLACA ANT / UF	CHASSI
EJT4063 SP	9BD17309TA4294282

ESPÉCIE / TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL /NAO APLIC	ALCO/GASOL

MARCA / MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX	2009	2010

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5L /1800CC	PARTICU	PRETA

IPVA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC / COTAS
		1********* 2********* 3*********

FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO / COTAS
1524590.	COD. MUN. 510-1

PRÊMIO TARIFÁRIO (R$)	IOF (R$)	PRÊMIO TOTAL (R$)	DATA DE PAGAMENTO
DPVAT PAGO		SEGURO OBRIGATÓRIO	

OBSERVAÇÕES
SEGURO OBRIGATÓRIO
SEM RESERVA* CMT=002,80T PBT=001,61
T* MOTOR: X7*0528966*

LOCAL	DATA
PARIQUERA-AÇU	20/03/2018

00000

Nadell Borges de Moura Vieira
Diretor-Presidente do Detran. SP
EXPEDIDOR

CONTRAN

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

SP Nº 014041206061 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO
2018	20/03/201

VIA	CPF / CNPJ	PLACA
1	00022379822875	EJT4063

RENAVAM	MARCA / MODELO
00182257550	FIAT/PALIO WK ADVEN FLE

ANO FAB.	CAT. TARIF.	Nº CHASSI
2009		9BD17309TA4294282

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R$)	DENATRAN (R$)	CUSTO DO SEGURO (R$)
28,66	3,18	31,84

CUSTO DO BILHETE (R$)	IOF (R$)	TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
4,15	0,26	68,10

PAGAMENTO	DATA DE QUITAÇÃO
VLR INFORMATIVO, CASO PGTO INTEGRAL	

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04

CONTRAN - DENATRAN

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zpNYMs49.

fls. 127

NOME: ORLANDO MILAN
CPF: 480.003.108-72 — **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL — **EXERCÍCIO 2018** **ANO-CALENDÁRIO 2017**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome:	ORLANDO MILAN	CPF:	480.003.108-72
Data de Nascimento:	23/10/1947	Título Eleitoral:	0074550590141
Possui cônjuge ou companheiro(a)?	Sim	CPF do cônjuge ou companheiro(a):	. . -
Houve mudança de endereço?	Não		
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental?	Não		
Endereço:	Rua SANTA NATALIA	Número:	23
Complemento:		Bairro/Distrito:	CENTRO
Município:	Pariquera-Açu	UF:	SP
		DDD/Telefone:	(13) 3856-1187
CEP:	11930-000	DDD/Celular:	
E-mail:			
Natureza da Ocupação:	31 - Membro ou servidor público da administração direta estadual e do Distrito Federal		
Ocupação Principal:	116 Servidor das demais carreiras da administração pública direta, autárquica e fundacional		
Tipo de declaração:	Declaração Retificadora		
Nº do recibo da declaração anterior do exercício de 2018:	106034218810		

DEPENDENTES

Sem informações

ALIMENTANDOS

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO CNPJ/CPF: 46.379.400/0001-50	30.817,17	3.053,88	971,28	0,00	0,00
SPPREV SAO PAULO PREVIDENCIA CNPJ/CPF: 09.041.213/0001-36	6.697,48	0,00	5,85	1.928,02	1,95
TOTAL	37.514,65	3.053,88	977,13	1.928,02	1,95

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ORLANDO MILAN
CPF: 480.003.108-72 — **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL — **EXERCÍCIO 2018** **ANO-CALENDÁRIO 2017**

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

10. Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais	9.519,90

Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	480.003.108-72	09.041.213/0001-36	SPPREV SAO PAULO PREVIDENCIA	9.519,90

TOTAL 9.519,90

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário	1.928,02
TOTAL	1.928,02

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

01. Imposto complementar	0,00
02. Imposto pago no exterior pelo titular e pelos dependentes	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal)	0,00
03. Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004)	0,00
04. Imposto retido na fonte do titular	977,13
05. Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
06. Carnê-Leão do titular	0,00
07. Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ do Beneficiário	NIT EMPREGADO DOMÉSTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					
26	IAMSPE	60.747.318/0001-62		841,45	0,00
11	SATIRO OYADOMARI	707.556.478-15		1.100,00	0,00

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003789-52.2017.8.26.0424 e código zpNYMs49.

MINISTÉRIO DA FAZENDA	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO
DECLARAÇÃO RETIFICADORA Nº 1

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante		Telefone
480.003.108-72	ORLANDO MILAN		(13) 38561187
Endereço		Número	Complemento
RUA SANTA NATALIA		23	
Bairro/Distrito	CEP	Município	UF
CENTRO	11930-000	PARIQUERA-ACU	SP

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	37.514,65
IMPOSTO DEVIDO	537,29
IMPOSTO A RESTITUIR	439,84
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00
RESTITUIÇÃO CÓDIGO DO BANCO	001
AGÊNCIA BANCÁRIA	7049
CONTA PARA CRÉDITO	6196-4

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 07/06/2018 às 09:24:21
1201893071

MINISTÉRIO DA FAZENDA	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

Sr(a) ORLANDO MILAN, inscrito no CPF sob o nº 480.003.108-72.
O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 07/06/2018, às 09:24:21, é:

42.58.53.00.09 - 90

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
  - Declaração IRPF – Extrato:
    - informação da situação do processamento;
    - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
    - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
    - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados
  - Situação Fiscal:
    - informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2019, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física permite a impressão do Darf para pagamento de todas as quotas, inclusive as em atraso. O Darf será impresso acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 01/05/2018 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Se o pagamento da quota for efetuado após o seu vencimento, incidirá multa de mora de 0,33% ao dia, observado o limite máximo de 20%.

Para impressão do Darf o contribuinte deve utilizar a opção **Declaração / Imprimir / Darf do IRPF** e selecionar a quota para impressão.

No caso de quotas decorrentes de declarações retificadoras que ocorra mudança de imposto a pagar, para impressão de Darf acesse o Portal e-CAC na página do sítio da RFB na Internet, no endereço <rfb.gov.br>. Em seguida, clique em **"Declarações e Demonstrativos"**, selecione a opção **"Extrato do Processamento da DIRPF"**. Na lista das declarações encontradas clique no ícone **"Débitos"** para consultar o **"Demonstrativo de Débitos da Declaração"**. Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone **"Impressão"** para emitir o Darf do mês desejado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zpNYMs49.

fls. 129

NOME: ORLANDO MILAN
CPF: 480.003.108-72
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2018 **ANO-CALENDÁRIO 2017**

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2016	SITUAÇÃO EM 31/12/2017
12	CASA RESIDENCIAL, SITUADA NA RUA SANTA NATALIA, NO 23, NO MUNICIPIO DE PARIQUERA-ACU/SP, CONSTRUIDA EM 1987, SENDO REFORMADA E AMPLIADA EM 1998. 105 - Brasil Inscrição Municipal (IPTU): 4067 Logradouro: RUA SANTA NATALIA Nº: 23 Comp.: Bairro: CENTRO Município: Pariquera-Açu UF: SP CEP: 11930-000 Área Total: 450,0 m² Data de Aquisição: 02/01/1987 Registrado no Cartório: Não Registro:	68.676,66	68.676,66
TOTAL		68.676,66	68.676,66

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem informações

ESPÓLIO

Sem informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem informações

NOME: ORLANDO MILAN
CPF: 480.003.108-72
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2018 **ANO-CALENDÁRIO 2017**

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADE RURAL - BRASIL

DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL EXPLORADO - BRASIL

Sem informações

RECEITAS E DESPESAS - BRASIL

Sem informações

APURAÇÃO DO RESULTADO - BRASIL

Sem informações

MOVIMENTAÇÃO DO REBANHO - BRASIL

Sem informações

BENS DA ATIVIDADE RURAL - BRASIL

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
99	POCO ARTESIANO TUBULAR COM PROFUNDIDADE DE 34MTS	0,00

DÍVIDAS VINCULADAS À ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem informações

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003789-52.2017.8.26.0424 e código zpNYMs49.

NOME: ORLANDO MILAN
CPF: 480.003.108-72
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2018 **ANO-CALENDÁRIO 2017**

RESUMO

TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO	
Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	37.514,65
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	37.514,65
Desconto Simplificado	7.502,93
Base de cálculo do Imposto	30.011,72
Imposto devido	537,29
Imposto devido RRA	0,00
Alíquota efetiva (%)	1,43
Total do Imposto devido	537,29
IMPOSTO PAGO	
Imposto retido na fonte do titular	977,13
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do Imposto pago	977,13
IMPOSTO A RESTITUIR	439,84
SALDO IMPOSTO A PAGAR	0,00
PARCELAMENTO	
Valor da quota	
Número de Quotas	

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco	001
Agência (sem DV)	7049
Conta para crédito	6196-4

NOME: ORLANDO MILAN
CPF: 480.003.108-72
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2018 **ANO-CALENDÁRIO 2017**

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e Direitos em 31/12/2016	68.676,86
Bens e Direitos em 31/12/2017	68.676,86
Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2016	0,00
Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2017	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	9.519,90
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	1.928,02
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do Imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 14:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zpNYMs49.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato negativo**
Oficial de Justiça	**Nilson Roberto Silva Pacca (31637)**

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 424.2018/001537-0, dirigi-me aos endereços do senhor Orlando Milan (Rua Santa Natália, 23), Osvaldo Milan-ME e senhor Osvaldo Milan (ambos na Rua Francisco Elias, 15), quando falei com os executados que não ofereceram bens à penhora. Constatei não existir bem móveis passíveis de penhora nos endereços diligenciados. Em face do exposto, **deixo de realizar a penhora**. O referido é verdade e dou fé.

Pariquera-Acu, 14 de junho de 2018.

Número de Cotas: 01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NILSON ROBERTO SILVA PACCA, liberado nos autos em 21/06/2018 às 15:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código rhxrDs1b.

Protocolo No. 180620-001723

Boa Vista Serviços - SCPC [svc_scpc@boavistaservicos.com.br]
Enviado: terça-feira, 26 de junho de 2018 9:52
Para: PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

São Paulo, 26/06/2018

Ofício: nº.
Processo: nº. 0000378-52.2017.8.26.0424
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Requerido: 04445057843

Meritíssimo (a) Juiz (a)

Em resposta a determinação de Vossa Excelência contida no ofício acima mencionado, a Boa Vista Serviços SCPC vem, respeitosamente:

- Informar que cumprimos com a determinação judicial, no sentido de:
(x) Incluir o débito nos termos do ofício mencionado.
( ) Incluir alerta de interdição na base de dados.
- Informar que não é possível acatar a determinação judicial, tendo em vista que:
( ) O débito discutido encontra-se prescrito, ultrapassando o período de 5 (cinco) anos estabelecido pela legislação/regulamento em vigor.
( ) Não é possível efetuar a inclusão no documento solicitado, tendo em vista a determinação judicial no processo número: .

- Solicitar:
( ) Informe o CPF do devedor, Endereço completo com CEP, Valor do Débito e Data do Débito a ser considerada.

Sendo só o que ensejava para o momento, subscrevemo-nos

Respeitosamente
SCPC - São Paulo
Av. Tamboré, 267 - 11º ao 15º andar - Torre Sul - Barueri | CEP: 06460-000

A Boa Vista SCPC, está ao seu lado para garantir mais segurança e melhores resultados nos negócios.
Em caso de dúvidas: boavistaservicos.com.br/atendimento
Esta é uma mensagem automática e não deve ser respondida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 26/06/2018 às 10:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código WxiMWQjV.

Protocolo No. 180620-001691

Boa Vista Serviços - SCPC [svc_scpc@boavistaservicos.com.br]
Enviado: terça-feira, 26 de junho de 2018 14:37
Para: PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

São Paulo, 26/06/2018

Ofício: nº.
Processo: nº. 0000378-52.2017.8.26.0424
Requerente: Min publico do estado de sp
Requerido: 48000310872

Meritíssimo (a) Juiz (a)

Em resposta a determinação de Vossa Excelência contida no ofício acima mencionado, a Boa Vista Serviços SCPC vem, respeitosamente:

- Informar que cumprimos com a determinação judicial, no sentido de:
(x) Incluir o débito nos termos do ofício mencionado.
( ) Incluir alerta de interdição na base de dados.
- Informar que não é possível acatar a determinação judicial, tendo em vista que:
( ) O débito discutido encontra-se prescrito, ultrapassando o período de 5 (cinco) anos estabelecido pela legislação/regulamento em vigor.
( ) Não é possível efetuar a inclusão no documento solicitado, tendo em vista a determinação judicial no processo número: .

- Solicitar:
( ) Informe o CPF do devedor, Endereço completo com CEP, Valor do Débito e Data do Débito a ser considerada.

Sendo só o que ensejava para o momento, subscrevemo-nos

Respeitosamente
SCPC - São Paulo
Av. Tamboré, 267 - 11º ao 15º andar - Torre Sul - Barueri | CEP: 06460-000

A Boa Vista SCPC, está ao seu lado para garantir mais segurança e melhores resultados nos negócios.
Em caso de dúvidas: boavistaservicos.com.br/atendimento
Esta é uma mensagem automática e não deve ser respondida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 27/06/2018 às 09:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código vWUOjEOJ.

Protocolo No. 180620-001577

Boa Vista Serviços - SCPC [svc_scpc@boavistaservicos.com.br]
Enviado: terça-feira, 26 de junho de 2018 14:31
Para: PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO

São Paulo, 26/06/2018

Ofício: nº.
Processo: nº. 0000378-52.2017.8.26.0424
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Requerido: 56184237000124

Meritíssimo (a) Juiz (a)

Em resposta a determinação de Vossa Excelência contida no ofício acima mencionado, a Boa Vista Serviços SCPC vem, respeitosamente:

- Informar que cumprimos com a determinação judicial, no sentido de:
(x) Incluir o débito nos termos do ofício mencionado.
( ) Incluir alerta de interdição na base de dados.
- Informar que não é possível acatar a determinação judicial, tendo em vista que:
( ) O débito discutido encontra-se prescrito, ultrapassando o período de 5 (cinco) anos estabelecido pela legislação/regulamento em vigor.
( ) Não é possível efetuar a inclusão no documento solicitado, tendo em vista a determinação judicial no processo número: .

- Solicitar:
( ) Informe o CPF do devedor, Endereço completo com CEP, Valor do Débito e Data do Débito a ser considerada.

Sendo só o que ensejava para o momento, subscrevemo-nos

Respeitosamente
SCPC - São Paulo
Av. Tamboré, 267 - 11º ao 15º andar - Torre Sul - Barueri | CEP: 06460-000

A Boa Vista SCPC, está ao seu lado para garantir mais segurança e melhores resultados nos negócios.
Em caso de dúvidas: boavistaservicos.com.br/atendimento
Esta é uma mensagem automática e não deve ser respondida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 27/06/2018 às 09:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código lj7G14Lt.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exeqüente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que, nesta data, apensei os autos de nº 1000464-69.2018.8.26.0424 a estes autos, em cumprimento à r. decisão de fls. 68, daqueles autos. Nada Mais. Pariquera-Acu, 12 de julho de 2018. Eu, ___, Adriane Aparecida Da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 12/07/2018 às 16:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nJUQYeNz.

ENC: Protocolo No. 180710-001460

PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
Enviado: segunda-feira, 16 de julho de 2018 14:48
Para: VALDOMIRO BOROGAN

De: Boa Vista Serviços - SCPC [svc_scpc@boavistaservicos.com.br]
Enviado: sexta-feira, 13 de julho de 2018 14:57
Para: PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO
Assunto: Protocolo No. 180710-001460

São Paulo, 13/07/2018

Ofício: nº.
Processo: nº. 0000378-52.2017.8.26.0424
Requerente:
Requerido:

Meritíssimo (a) Juiz (a)

Em resposta a determinação de Vossa Excelência contida no ofício acima mencionado, a Boa Vista Serviços SCPC vem, respeitosamente:

- Informar que cumprimos com a determinação judicial, no sentido de:
(x) O débito foi incluído em 26/06/2018.
( ) Incluir alerta de interdição na base de dados.
- Informar que não é possível acatar a determinação judicial, tendo em vista que:
( ) O débito discutido encontra-se prescrito, ultrapassando o período de 5 (cinco) anos estabelecido pela legislação/regulamento em vigor.
( ) Não é possível efetuar a inclusão no documento solicitado, tendo em vista a determinação judicial no processo número: .

- Solicitar:
( ) Informe o CPF do devedor, Endereço completo com CEP, Valor do Débito e Data do Débito a ser considerada.

Sendo só o que ensejava para o momento, subscrevemo-nos

Respeitosamente
SCPC - São Paulo
Av. Tamboré, 267 - 11º ao 15º andar - Torre Sul - Barueri | CEP: 06460-000

A Boa Vista SCPC, está ao seu lado para garantir mais segurança e melhores resultados nos negócios.
Em caso de dúvidas: boavistaservicos.com.br/atendimento
Esta é uma mensagem automática e não deve ser respondida.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 17/07/2018 às 18:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5HPvOfYm.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 03 de outubro de 2018.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 03/10/2018 às 14:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ChiBFzpl.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 03/10/2018 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 03 de outubro de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 03/10/2018 às 14:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 3T6SSg33.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **12/10/2018 13:15**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 12 de Outubro de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANILO KEITI GOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 12/10/2018 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Qr3nA6Vw.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 10,00%	TOTAL
1	Dano ae Erário	1/4/2012	18.980,00	27.832,48	0,00	30.059,08	2.783,25	60.674,81
2	Dano ao Erário	1/4/2012	17.920,00	26.278,08	0,00	28.380,33	2.627,81	57.286,22
3	Multa Civil (Osvaldo Milan - 1x valor do dano)	1/4/2012	36.900,00	54.110,56	0,00	58.439,40	5.411,06	117.961,02
4	Multa Civil (Orlando Milan - 2x valor do dano)	1/4/2012	73.800,00	108.221,11	0,00	116.878,80	10.822,11	235.922,02
5	**Valor Total (Osvaldo Milan)**	**1/4/2012**	**73.800,00**	**108.221,11**	**0,00**	**116.878,80**	**10.822,11**	**235.922,02**
6	**Valor Total (Orlando Milan)**	**1/4/2012**	**110.700,00**	**162.331,67**	**0,00**	**175.318,20**	**16.233,17**	**353.883,04**
7	**Valor total (Osvaldo Milan ME)**	**1/4/2012**	**36.900,00**	**54.110,56**	**0,00**	**58.439,40**	**0,00**	**112.549,96**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANILO KEITI GOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/10/2018 às 14:59 , sob o número WPQU18700077526
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 8blGunnW.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424
Manifestação do Ministério Público (Cível)

Anoto que Orlando Milan é devedor de R$ 354.883,04, Osvaldo Milan devedor de R$ 235.922,02 e Osvaldo Milan ME devedor de R$ 112.549,96, nos termos do cálculo atualizado em anexo.

Inicialmente, considerando que Orlando Milan percebe renda Erário (Fls. 127), requer seja determinado o desconto em folha no importe de 50% do respectivo rendimento mensal, até a quitação do valor da dívida, com fundamento no art.14, §3º, Lei 4717/65, c/c. art. 835, §1º, CPC).

Paralelamente, considerando que a medida acima não será suficiente para a satisfação do crédito, necessária a penhora de bens imóveis. No que tange às matrículas de imóvel, verifica-se que a de nº 18.556 se refere a bem de Osvaldo Milan (fls. 106). Já as matrículas 16.001 (fls. 110), 19.979 (fls. 114), 19.982 (fls. 118) e 5.734 (fls. 122) se referem a bens que tanto Osvaldo e Orlando Milan são proprietários de frações ideais. Nesta linha, considerando o débito em questão, requer sejam penhorados os respectivos bens, intimando-se os executados na pessoa dos advogados (art. 841, §1º, CPC) e intimados também as respectivas cônjuges (art. 842, CPC) e, em seguida, expedidos ofícios aos respectivos cartórios de imóveis para necessária averbação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANILO KEITI GOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/10/2018 às 15:04 , sob o número WPQU18700077607
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código il6Wjs0D.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ato contínuo, requeiro seja feita a avaliação dos bens (art. 870, CPC) para que seja realizada futura expropriação dos bens, nos termos do art. 876 e ss., CPC.

Sem prejuízo, considerando a existência de usufruto no imóvel de matrícula nº 19.982 (fls. 118) e nº 5.734 (fls. 122), requeiro a intimação da usufrutuária ANA FIDALGO MILAN para que se manifeste, em cinco dias, acerca da presente execução.

Após, requeiro novas vistas.

Pariquera-Açu/SP, 12 de outubro de 2018.

DANILO KEITI GOTO
Promotor de Justiça Substituto
(Assinado Digitalmente)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANILO KEITI GOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/10/2018 às 15:04 , sob o número WPQU18700077607
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código il6Wjs0D.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 10,00%	TOTAL
1	Dano ae Erário	1/4/2012	18.980,00	27.832,48	0,00	30.059,08	2.783,25	60.674,81
2	Dano ao Erário	1/4/2012	17.920,00	26.278,08	0,00	28.380,33	2.627,81	57.286,22
3	Multa Civil (Osvaldo Milan - 1x valor do dano)	1/4/2012	36.900,00	54.110,56	0,00	58.439,40	5.411,06	117.961,02
4	Multa Civil (Orlando Milan - 2x valor do dano)	1/4/2012	73.800,00	108.221,11	0,00	116.878,80	10.822,11	235.922,02
5	**Valor Total (Osvaldo Milan)**	**1/4/2012**	**73.800,00**	**108.221,11**	**0,00**	**116.878,80**	**10.822,11**	**235.922,02**
6	**Valor Total (Orlando Milan)**	**1/4/2012**	**110.700,00**	**162.331,67**	**0,00**	**175.318,20**	**16.233,17**	**353.883,04**
7	**Valor total (Osvaldo Milan ME)**	**1/4/2012**	**36.900,00**	**54.110,56**	**0,00**	**58.439,40**	**0,00**	**112.549,96**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANILO KEITI GOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/10/2018 às 15:04 , sob o número WPQU18700077607
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5bJtSQiR.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Apesar dos argumentos esposados pelo exequente, a impenhorabilidade das verbas salariais dos executados prevalece sobre a cobrança do valor executado. Além disso, o salário auferido pelo executado Orlando Milan não indica valores elevados o suficiente para se cogitar em promover a penhora pleiteada, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado.

No tocante ao pedido para penhora dos bens imóveis o pedido é procedente.

Assim, **DEFIRO** a penhora e avaliação dos bens imóveis listados às fls. 141/142, nos moldes pleiteados. Expeça-se o necessário.

Com a providência, intimem-se os executados na pessoa de seus advogados e os respectivos cônjuges, providenciando-se em seguida, a respectiva averbação na matrícula dos imóveis.

Intime-se a usufrutuária dos imóveis registrados nas matrículas 19.982 e 5.734 (Ana Fidalgo Milan), para que, querendo, se manifeste no prazo de **15 (quinze) dias**, acerca da presente execução.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 08 de janeiro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 09/01/2019 às 09:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 10xJWBmd.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

À
Ilma. Sra.
Ana Fidalgo Milan
Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110
Adamantina – São Paulo

Em cumprimento à determinação do(a) Dr(a). ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, nos termos do seguinte r. despacho: ***"Vistos. Intime-se a usufrutuária dos imóveis registrados nas matrículas 19.982 e 5.734 (Ana Fidalgo Milan), para que, querendo, se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da presente execução. Intime-se.".***

Esclareço a Vossa Senhoria que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta **intimação** se efetivou.

Gilson Carlos Pedro, ETJ. Pariquera-Acu, 09 de janeiro de 2019.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 16/01/2019 às 13:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nw5zFYYa.

CORREIOS **CE** *COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

CE 9912260497/2010-SPM TJSP Correios

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESTINATÁRIO

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Pariquera-Açu - Cartório da Vara Única
Av. Dr. Fernando Costa, 215
11930-000 Pariquera-Acu-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/_____ _____:_____**h**
2º ____/____/_____ _____:_____**h**
3º ____/____/_____ _____:_____**h**

ATENÇÃO:
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objet**o.**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**_____

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

Uso exclusivo do Cliente: **PROCESSO Nº 0000378-52.2017.8.26.0424**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

____/____/_____

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

Reservado espaço à menção MP

AR 9912260497/2010-SPM TJSP Correios

DESTINATÁRIO

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Pariquera-Açu - Cartório da Vara Única
Av. Dr. Fernando Costa, 215
11930-000 Pariquera-Acu-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/_____ _____:_____**h**
2º ____/____/_____ _____:_____**h**
3º ____/____/_____ _____:_____**h**

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 0000378-52.2017.8.26.0424**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA ____/____/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 16/01/2019 às 13:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nw5zFYYa.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0005/2019, foi disponibilizado na página 5517/5531 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/01/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos. Apesar dos argumentos esposados pelo exequente, a impenhorabilidade das verbas salariais dos executados prevalece sobre a cobrança do valor executado. Além disso, o salário auferido pelo executado Orlando Milan não indica valores elevados o suficiente para se cogitar em promover a penhora pleiteada, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado. No tocante ao pedido para penhora dos bens imóveis o pedido é procedente. Assim, DEFIRO a penhora e avaliação dos bens imóveis listados às fls. 141/142, nos moldes pleiteados. Expeça-se o necessário. Com a providência, intimem-se os executados na pessoa de seus advogados e os respectivos cônjuges, providenciando-se em seguida, a respectiva averbação na matrícula dos imóveis. Intime-se a usufrutuária dos imóveis registrados nas matrículas 19.982 e 5.734 (Ana Fidalgo Milan), para que, querendo, se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da presente execução. Intime-se."

Pariquera-Açu, 22 de janeiro de 2019.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 22/01/2019 às 11:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código stJrsBcl.

CORREIOS **AR** **AVISO DE RECEBIMENTO**

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

Reservado espaço à menção MP

DC - ADAMANTINA AR 9912260497/2010-SPM TJSP Correios 30 JAN 2019 ADAMANTINA

ITINA

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 30 JAN 2019

DESTINATÁRIO
Ana Fidalgo Milan
Alameda Armando de Salles Oliveira, 110
CEP 17800-000 Adamantina/SP

JT 72779830 5 BR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
FÓRUM DE PARIQUERA-AÇU
Av. Dr. Fernando Costa,215 – Centro
CEP 11930-000 – Pariquera-Açu/SP

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

JOSÉ ANTONIO CORREIOS AGENTE DE CORREIOS MATRÍCULA 8112758 ADAMANTINA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ___/___/_____ ____:____h
2º ___/___/_____ ____:____h
3º ___/___/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **Carta de Intimação 378-52.2017**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

(1) Mudou-se
(2) Endereço insuficiente
(3) Não existe o número
(4) Desconhecido
(5) Recusado
(6) Não procurado
(7) Ausente
(8) Falecido
(9) Outros: _____

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ___/___/_____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Ana Milan

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
EVA MILAN

DATA DA ENTREGA
30/01/19

Nº DO DOCUMENTO
3451-123.1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 06/02/2019 às 15:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hSZ3qgsl.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA – SEÇÃO CÍVEL – DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP.

0000378-52.2017.8.26.0424

ANA FIDALGO MILAN, brasileira, viúva, do lar, com RG Nº 25.388.617-X/SSP-SP e CPF/MF Nº 323.147.468-05, residente e domiciliada na Alameda Armando de Sales Oliveira, Nº 110, centro, em Adamantina, SP, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado (***instrumento de Procuração em anexo***), abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, nos autos em epígrafe de Cumprimento de Sentença promovido pelo MPE em face de Orlando Milan e outro, para ofertar sua devida e necessária **MANIFESTAÇÃO**, uma vez intimada a tanto cfr. fls.145/146 e 148, tudo como segue:

1 –) A Requerente foi intimada a manifestar-se sobre a presente execução, notadamente quanto aos imóveis registrados nas **matrículas 19.982 e 5.734**, dado ser usufrutuária como ali constante.

2 –) De fato, a Requerente é titular de **USUFRUTO** de todos os imóveis identificados a fls. 108/110 (**matrícula 16.001**), fls. 112/114 (**matrícula 19.979**), fls. 116/118 (**matrícula 19.982**) e fls. 120/121 (**matrícula 5.734**).

Todos esses imóveis foram doados pela Requerente aos seus filhos com **RESERVA DE USUFRUTO** exclusivo para si própria.

Dentre eles (filhos), beneficiários da doação, constam os Executados neste cumprimento de sentença.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código jlB0mhzO.

3 –) Ocorre que a pretensão de constrição por penhora das referidas áreas, na parte proporcional aos Executados, não pode subsistir, dada a reserva legal usufrutuária já referida.

Com efeito, a Requerente é beneficiária de **USUFRUTO VITALÍCIO** em relação aos imóveis em tela, o que os criva de impenhorabilidade à luz da **Lei Nº 8.009/90**, até por conta de que ela beneficiária do instituto sobrevive dos imóveis rurais por conta de **CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE CANA DE AÇUCAR e de PARCERIA AGRÍCOLA**, estes firmados com a empresa **BRANCO PERES AGRO S/A** (anexos).

De sua vez, o imóvel urbano serve de residência à Requerente, sendo assim idem impenhorável. Aliás, o **STJ tem entendimento idêntico, conforme RESp 950.663 – SC** (anexo)

Ainda mais quando se constata que a Requerente possui idade avançada, **nascida que foi em 02/02/1926**, conforme documentos pessoais anexos.

Está assim protegida também pelo Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741/2003), sem prejuízo da proteção constitucional **no tocante a moradia digna e ao sustento, mais uma razão, portanto, para a não viabilidade jurídica da penhora sobre esses imóveis**, ainda que relativamente à parte dos Executados, **até por conta de que não individualizadas as partes em questão**, o que crivaria a constrição de vício até para fins de eventual venda judicial **que não identificaria a localização devida.**

É de se ponderar ainda que todos os imóveis aventados nos autos **já são alvo de penhora, oriunda da 8ª Vara Federal de São Paulo**, estando sendo discutida sua legalidade, **já tendo sido DECIDIDO pelo TRF3 a impenhorabilidade absoluta do imóvel da matrícula 19.982** (anexo).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código jlB0mhzO.

4 –)Por tais sólidas razões, **postula a Requerente seja indeferida a pretensão de penhora sobre tais imóveis**, quer ante a noticiada razão da ***impenhorabilidade pela existência do USUFRUTO VITALÍCIO***, quer ante a ***não individualização da parte cabente aos executados***, porquanto existente apenas área global sem identificação alguma a respeito do que cabe a quem, quer ainda ***pela existência dos precedentes favoráveis do STJ e o específico do TRF3 envolvendo imóvel acima mencionado***.

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 15 de Fevereiro de 2019.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código jlB0mhzO.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

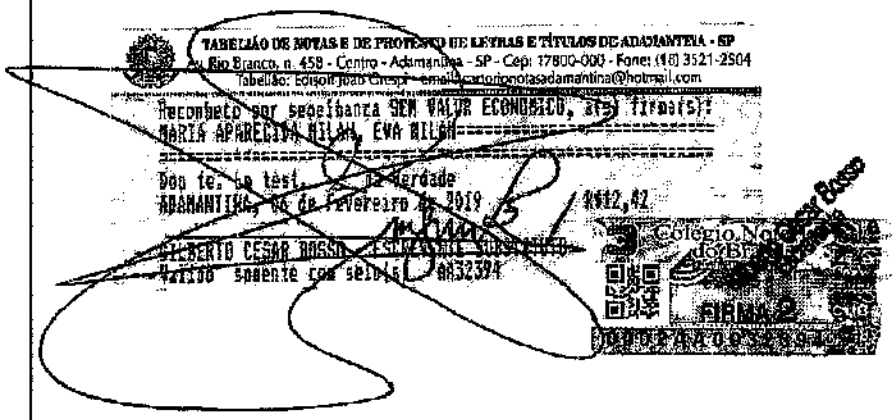
Eu, ANA FIDALGO MILAN, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG Nº 25.388.617-X/SSP-SC e do CPF/MF Nº 323.147.468-05, residente e domiciliada na Alameda Armando de Sales Oliveira, nº 110, centro, em Adamantina/SP, neste ato por suas Procuradoras MARIA APARECIDA MILAN, brasileira, solteira, professora aposentada, portadora do RG Nº 6.451.821/SSP-SP e do CPF/MF Nº 004.963.038-56, e EVA MILAN, brasileira, solteira, professora aposentada, portadora do RG Nº 6.451.823/SSP-SP e do CPF/MF Nº 004.963.028-84, ambas residentes no mesmo endereço da Alameda Armando de Sales Oliveira, nº 110, centro, em Adamantina/SP (cfr. instrumento público de procuração anexo), pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui como seu bastante Procurador o Advogado **CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO**, brasileira, casado, inscrito na OAB/SP sob o número 93.364, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 12.670.127/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o número 041.411.408-64, com endereço profissional à Rua José Antônio de Campos nº 400, segundo andar, Centro, Registro/SP, com CEP 11.900-000, telefone (13) 3822-2161, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula *"Ad Judicia e Et Extra"*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive repartições públicas federais, estaduais ou municipais, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, e ainda os poderes específicos para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, enfim, realizar todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom e cabal desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, ESPECIALMENTE OS PODERES PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES NOS AUTOS DO **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PROCESSO Nº 0000378-52.2017.8.26.0424, EM CURSO PERANTE A VARA ÚNICA DO FORO DE PARIQUERA-AÇU, SP.**

Registro/SP, 05 de Fevereiro de 2019.

Maria A. Milan

Eva Milan

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código QENDpqum.


TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ADAMANTINA - SP
Rio Branco, n. 458 - Centro - Adamantina - SP - Cep: 17800-000 - Fone: (18) 3521-2504
Tabelião: Edson João Crespi - email: cartorionotasadamantina@hotmail.com
Reconhecido por semelhança SEM VALOR ECONÔMICO, a(s) firma(s):
MARIA APARECIDA MILANI, EVA MILANI
Dou fé. Em test. da verdade
ADAMANTINA, 06 de Fevereiro de 2019
R$12,42
Colégio Notarial do Brasil
FIRMA 2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código QENDpqum.







fls. 154

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código FoD9dEpd.

Livro n. 273

Pág. 148/149

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: ANA FIDALGO MILAN, NA FORMA ABAIXO.--

S A I B A M, quantos o presente instrumento bastante virem que, aos três (3) dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade e comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, neste Tabelionato de Notas; perante mim, escrevente-substituto, compareceu como outorgante:- **ANA FIDALGO MILAN**, RG. 25.388.617-X-SSP/SP., brasileira, a qual declarou ser viúva, do lar, inscrita no CPF. sob n. 323.147.468-05, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade de Adamantina, reconhecida como a própria por mim, conforme documentos apresentados, e pela qual foi dito que por este instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui bastantes procuradoras:- **MARIA APARECIDA MILAN**, RG. 6.451.821-SSP/SP., brasileira, solteira, maior, professora aposentada, inscrita no CPF. sob n. 004.963.038-56, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade de Adamantina; e, **EVA MILAN**, RG. 6.451.823-SSP/SP., brasileira, solteira, maior, professora aposentada, inscrita no CPF. sob n. 004.963.028-84, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade de Adamantina, a quem confere amplos e gerais poderes, para em conjunto ou separadamente, **GERIR E ADMINISTRAR**, todos os bens móveis, imóveis, semoventes, veículos e animais que a outorgante possui ou venha a possuir, em qualquer parte do território nacional, podendo proceder aquisições de imóveis, convencionar preço, prazo, forma e condições, assinar, aceitar e receber escrituras ou contratos de compromisso, públicos ou particulares de quaisquer naturezas, obrigar à evicção de direito, concordar com cláusulas e condições, descrever e caracterizar os imóveis a serem adquiridos, receber posse, domínio, direitos e ações, efetuar pagamentos, receber quitação, assumir compromissos e obrigações; podendo representá-la junto aos estabelecimentos bancários ou quaisquer instituições de créditos, inclusive de economias mistas, em nome dela outorgante, contrair empréstimo e/ou financiamentos com ou sem garantia, assinar, aceitar e avalisar notas promissórias, promissórias rural, cédula rural pignoratícia e hipotecária ou qualquer outro tipo de contrato ou cédula para financiamentos agrícolas e ou pecuários, convencionar valores, prazos, juros, correção e demais condições de financiamentos, receber as importâncias dos financiamentos, assinar anuências, avais, interveniente garantidora, dar em penhor imóveis, máquinas, implementos agrícolas e animais de propriedade da outorgante, inclusive os que vierem à serem adquiridos, bem como safras que forem produzidas nos imóveis, fazer declarações de estilo, assinar propostas e orçamentos, aceitar avaliação feita por peritos, assinar menções adicionais e aditivos a tais títulos, para fins de prorrogação de prazo ou qualquer modificação julgada necessária; abrir, encerrar e movimentar contas correntes, cadernetas de poupança e aplicações em geral, emitir e endossar cheques, efetuar depósitos, verificar saldos, requisitar talonários de cheques, sacar ordem de pagamentos, requerer extratos, requerer e receber cartões magnéticos, convencionar senhas, assinar contrato de cheque especial, assinar pedido de emissão de OP; receber valores correspondentes a restituição do Imposto de Renda a que tem direito; podendo também efetuar e assinar fechamento de câmbio de remes-

AV RIO BRANCO 458 - CENTRO
ADAMANTINA SP CEP- 17800-000
FONE/FAX: 18-35212504

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código SJ4C6MCB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

sa de valores do exterior; podendo efetuar locações de prédios, receber alugueis, assinar contratos de locação; assinar, aceitar, receber e endossar certificados de veículos para a aquisição e/ou vendas de veículos, representar a outorgante junto a Ciretran e outros órgãos de trânsito; representá-la perante as repartições públicas federais, estaduais, municipais e suas autarquias, inclusive INSS, IBAMA, INCRA, Posto Fiscal Federal e Estadual, assinar declarações cadastrais, autorizações para impressões de documentos fiscais, livros, guias, Dipam, Sinief, DME, DMG, DAP, Certificado de Crédito de ICM, Demonstrativos, formulários, promover e providenciar inscrição de produtor rural, requerer talonários para vendas de produtos agrícolas e animais, requerer e tratar de todos os assuntos fiscais; efetuar recolhimentos de impostos e taxas; podendo ainda, representar a outorgante junto a/Tabelionato de Notas e Oficial de Registro de Imóveis, requerer certidões, averbações, cancelamentos e registros; assinar contratos de trabalho, arrendamentos e parceria agrícola; representá-la perante o Ministério do Trabalho e Junta de Conciliação do Trabalho e em qualquer outro órgão trabalhista, fazer acordos trabalhistas e homologações, efetuar pagamentos, receber quitação, convencionar valores, vencimentos, parcelamentos, cláusulas e condições do acordo e/ou homologação trabalhista; representá-la no foro em geral, ou onde de direito for, em audiências, prestar esclarecimentos, depoimentos, firmar compromissos e acordos, concordar, discordar, desistir, contestar, pactuar, efetuar pagamentos, receber e dar quitação, confessar desistir; bem como constituir advogado outorgando os poderes da cláusula "ad-judicia et extra", para defender os direitos e interesses da outorgante; e, assinar, apresentar e requerer todos os papeis, documentos, requerimentos, guias, formulários e outros que forem necessários para os fins acima e ao completo desempenho do presente mandato e substabelecer.- E de como assim disse, dou fé, me pediu e eu lavrei este instrumento que feito e lido, aceitou e assinou, declarando a dispensa de testemunha instrumentária, à margem à impressão digital do polegar direito da outorgante por ser semi-analfabeta, do que dou fé.- Eu, (a.) Antonio Nunes, escrevente-substituto, digitei e assino; e eu, (a.) Edison João Grespi, tabelião, substrevi.- (a.) Ana Fidalgo Milan. (Devidamente selada). NADA MAIS. Trasladada a seguir. Eu, _____ (Antonio Nunes), escrevente-substituto, digitei, subscrevi e assino em público e raso.-

Em teste _____ da verdade

Antonio Nunes
escrevente-substituto

Tabelião	R$ 108,08
Estado	R$ 30,72
Ipesp.	R$ 15,84
Imp. Munic.	R$ 3,24
Min.Público	R$ 5,19
Reg. Civil	R$ 5,69
T. Justiça	R$ 7,42
Santa Casa	R$ 1,08
Total	R$ 177,26

Guias n. 164/2015.

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
ANTONIO NUNES
Escrevente Substituto
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR PREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código SJ4C6MCB.

BRANCO PERES AGRO S/A

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PARCERIA AGRÍCOLA

Das Partes:-

Pelo presente instrumento particular de Parceria Agrícola, mutuamente aceito entre as partes, de um lado, Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade RG nº 25.388.617-X SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 323.147.468-05, residente e domiciliada na Alameda Dr. Armando Salles de Oliveira, 110, Centro, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, CEP 17800-000, doravante simplesmente denominada **PARCEIRA OUTORGANTE**, e, de outro lado, a empresa **BRANCO PERES AGRO S/A**, com sede em São Paulo, Capital, e filial com parque industrial instalado em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rodovia Doutor Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, CEP 17800-000, devidamente inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 43.619.832/0017-60 e Inscrição Estadual nº 150.010.190.110, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Procurador, Sr. **Luiz Cristofaro Fiorani Arena**, RG nº 8.050.027-4-SSP/SP e CPF/MF nº 726.229.468-72, brasileiro, divorciado, gerente de suprimentos, residente em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rua Antônio Schimidt Villela, nº 1141, Vila Fudimori, CEP 17800-000 e, por seu Diretor, Sr. **Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira**, RG nº 25.240.485-3-SSP/SP e CPF/MF nº 120.905.918-54, brasileiro, casado, contador, residente em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rua Tocantins, nº 19, Residencial Aguapeí, CEP 17800-000, doravante denominada de **PARCEIRA OUTORGADA**, celebram entre si este Instrumento Particular de Parceria Agrícola, para fins de produção de cana de açúcar, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes, que as partes aceitam e ratificam:-

Do Objeto:-

1ª.-) A **PARCEIRA OUTORGANTE** é legítima usufrutuária e possuidora dos seguintes imóveis rurais:

a) Um lote de terras com área de 9,00 alqueires, iguais a 21,78 hectares, situado no Bairro Lagoa Seca, neste município e comarca de Adamantina, denominado **"SITIO SANTANA III"**, cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 008 605 9, NIRF nº 0.728.254-0, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 8.021, cujas características estão inseridas na matricula retro-citada;

Maria Eva Orlando Eva

b) Um lote de terras com área de 20,00 alqueires, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapei, Barra ou Rio Feio, neste município e comarca de Adamantina, denominado **"SITIO SANTANA I"**, cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 004 472 0, NIRF nº 0.728.256-7, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 19.979, cujas características estão inseridas na matricula retro-citada;

Eva e Maria

c) Um lote de terras com área de 4,00 alqueires, iguais a 9,68 hectares, encravados no Bairro Lagoa Seca, neste município e comarca de Adamantina, denominado **"SITIO SANTANA I"**, cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 004 472 0, NIRF nº 0.728.256-7, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 19.980, cujas características estão inseridas na matricula retro-citada;

2ª.-) Possuindo livre e desembaraçado de quaisquer ônus o imóvel qualificado na cláusula 1ª (primeira), a **PARCEIRA OUTORGANTE** cede a **PARCEIRA OUTORGADA** a parte ideal de aproximadamente **22,73** alqueires paulistas, aproximadamente **55,01** hectares que será medido dos imóveis descritos na cláusula 1ª (primeira) que constituem o objeto da presente parceria.

2.1ª.-) Deverá a **PARCEIRA OUTORGADA**, as suas expensas, proceder na referida área que será cultivada e demarcada, o levantamento topográfico, demarcando estradas e carreadores internos e externos, levantamento este que passará fazer parte integrante do presente instrumento;

2.2ª.-) Durante o levantamento topográfico os marcos de divisas serão identificados em mapa com as devidas coordenadas.

3ª.-) Caso resulte diferença na área supra, as partes farão o acerto no primeiro pagamento, na forma e data previstas no presente contrato.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

4ª.-) Na área descrita na cláusula 2ª (segunda), a **PARCEIRA OUTORGADA** fará o preparo da terra para que nela seja feito o plantio durante o ano/safra 2019/2020 e cultivo de cana de açúcar, para um período de 01 (um) ciclo canavieiro de 05 (cinco) cortes, mais opção de efetuar demais cortes, se possíveis tecnicamente, sendo que o primeiro corte terá início previsto para o ano/safra 2020/2021.

Do Prazo de Vigência e Renovação:-

5ª.-) O prazo de vigência do presente instrumento será de 01 de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2024. Caso a **PARCEIRA OUTORGADA** exercer a opção de efetuar demais cortes, a seu exclusivo critério, se forem possíveis tecnicamente, o prazo de vigência do presente instrumento terá seu término automaticamente prorrogado para o dia 31 de dezembro do respectivo ano/safra do último corte, que será regido pelas mesmas condições constantes do presente instrumento.

5.1ª.-) Se por motivo alheio à vontade das partes "exceto pelo fogo acidental / criminoso" o ciclo da cultura de cana de açúcar for interrompido total / parcialmente antes do 3º (terceiro) corte, "as partes em comum acordo" poderão adotar os seguintes critérios:

a) Interrupção da área total contratada, as partes darão o contrato por rescindido, sendo facultada a realização de nova negociação;

b) Interrupção parcial, as áreas em que o ciclo for interrompido, serão devolvidas a **PARCEIRA OUTORGANTE** e deduzidas da área dada em parceria.

5.2ª.-) Não obstante o prazo contratual, este contrato está automaticamente prorrogado até a exaustão do ciclo da lavoura de cana de açúcar, entendendo-se por "exaustão do ciclo" como sendo a última colheita técnica e economicamente viável a ser feita na área plantada com cana de açúcar. Após a exaustão do ciclo da lavoura de cana de açúcar, este contrato também estará automaticamente prorrogado até a exaustão do novo ciclo da lavoura de cana de açúcar, sendo que as condições contratuais serão previamente definidas de comum acordo entre as partes para a época.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

6ª.-) O presente instrumento estará automaticamente renovado, por mais um ciclo da cultura, caso a **PARCEIRA OUTORGANTE** não manifestar por escrito sua intenção de não renovar o presente instrumento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do contrato, assim considerado o dia 31 de dezembro de 2024, ou, o dia 31 de dezembro do respectivo ano/safra do último corte, no caso de ter havido a prorrogação prevista.

7ª.-) No vencimento do presente instrumento, dependente de expressa ratificação pela **PARCEIRA OUTORGANTE**, caberá a **PARCEIRA OUTORGADA** devolver imediatamente as terras desta parceria a **PARCEIRA OUTORGANTE.**

Da Participação da Parceria:-

8ª.-) Do resultado da cana de açúcar produzida sobre a área plantada, caberá a **PARCEIRA OUTORGANTE** uma parte líquida de 20% (vinte por cento), e a **PARCEIRA OUTORGADA** a parte de 80% (oitenta por cento) do volume total de cana produzido. Compreende-se como parte líquida o total de cana colhida livre de qualquer gasto, tais como, preparo de solo, plantio, cultivo, corte, carregamento e transporte, bem como todos os custos necessários a produção.

8.1ª.-) De acordo com o disposto no § 2° do inciso IX do artigo 96 da Lei nº 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra), as partes contratantes poderão estabelecer a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário, desde que, ao final do contrato, seja realizado o ajustamento do percentual pertencente ao proprietário, de acordo com a produção.

Das obrigações e direitos da Parceira Outorgante:-

9ª.-) Constitui obrigações e direitos da **PARCEIRA OUTORGANTE:-**

9.1ª.-) Garantir posse e uso pacíficos das terras objeto deste contrato, em favor da **PARCEIRA OUTORGADA** contra turbações possessórias, arcando com todas as despesas judiciais e extrajudiciais (inclusive honorários advocatícios), respondendo por todas as consequências da turbação, inclusive indenizações por perdas e danos e lucros cessantes.

9.2ª.-) Dar preferência a **PARCEIRA OUTORGADA**, em igualdade de condições

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

com terceiros, na renovação deste contrato ou em nova contratação. Para tanto, notificará a **PARCEIRA OUTORGADA** com pelo menos seis meses de antecedência ao término contratual, dos detalhes e circunstâncias da nova contratação. O exercício da preferência deverá ser manifestado pela **PARCEIRA OUTORGADA** em 30 dias contados do recebimento da notificação.

9.3ª.-) Pagar os impostos, taxas e quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel desta parceria.

9.4ª.-) Fornecer e emitir documentos fiscais que competirem, se e quando forem exigidos ou necessários.

9.5ª.-) Receber a sua parte líquida nos frutos colhidos na área desta parceria, conforme estipulação constante deste instrumento.

Das obrigações e direitos da Parceira Outorgada:-

10ª.-) São obrigações e direitos da **PARCEIRA OUTORGADA:-**

10.1ª.-) Plantar (e renovar se for o caso) na área dada em parceria, lavouras de cana de açúcar, segundo normas e especificações técnicas e os usos e costumes desta cultura.

10.2ª.-) Custear todas as despesas de mão-de-obra ou de pessoal que contratar, tanto a remuneração legal como os encargos trabalhistas, sociais, acidentários e previdenciários que forem devidos.

10.3ª.-) Orientar, dirigir e fiscalizar todos os trabalhos da cultura, plantio, adubação, carpa, colheita e transporte de cana e determinar as épocas oportunas de colheita ou corte da cana de açúcar.

10.4ª.-) Usar o direito de passagem em qualquer ponto da área cedida em parceria de forma a lhe ficar facilitado o desenvolvimento dos trabalhos que lhe competem e o acesso aos canaviais e as estradas, desde que não causem prejuízos ao imóvel ou a área da parceria, não constituindo, entretanto, de forma alguma tal direito em servidão de passagem, após término da vigência do presente instrumento.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 154, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190/110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

Das Disposições Gerais e Finais:-

11ª.-) A **PARCEIRA OUTORGADA** não aceita nenhuma relação empregatícia ou outra relação jurídica com qualquer trabalhador ou empregado da **PARCEIRA OUTORGANTE** ou de terceiros, que eventualmente resida no imóvel cedido em parceria ou lhe preste ou lhe tenha prestado serviços, não se responsabilizando pelo pagamento de qualquer direito trabalhista, social, previdenciário ou acidentário destes trabalhadores ou empregados, responsabilidade esta que será sempre da **PARCEIRA OUTORGANTE**, ou do empregador real, restando para a **PARCEIRA OUTORGADA** apenas a parte referente a trabalhadores que contratar diretamente.

12ª.-) A **PARCEIRA OUTORGANTE** desde já manifesta sua expressa concordância, para que a **PARCEIRA OUTORGADA**, a seu critério, possa ceder ou transferir este instrumento, subparciar, locar ou emprestar, total ou parcialmente às pessoas ou empresas coligadas a área objeto desta parceria, desde que mantidas as condições ora contratadas e que a **PARCEIRA OUTORGADA** figure como devedor solidário de eventual novo parceiro.

13ª.-) Na hipótese de alienação do imóvel objeto da presente parceria, no todo ou em parte, a **PARCEIRA OUTORGADA** terá preferência na aquisição, tanto por tanto (para isso deverá ser notificada formalmente pela **PARCEIRA OUTORGANTE**, com os detalhes do preço e condições, para que exerça sua preferência no prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação). Não exercendo o direito de preferência e eventualmente o imóvel sendo alienado a terceiros, o adquirente sub-rogar-se-á nos direitos e obrigações deste contrato.

14ª.-) Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições legais da legislação agrária, do Estatuto da Terra e seus regulamentos e do Código Civil Brasileiro.

15ª.-) A **PARCEIRA OUTORGANTE** desde já concede seu irrevogável consentimento, anuência e concordância para que a **PARCEIRA OUTORGADA** possa contratar com qualquer estabelecimento de crédito, oficial ou particular, empréstimos e financiamentos de todas as despesas a seu cargo de cultivo da área objeto desta parceria, dando em garantia safras ou colheitas de lá provindas, máquinas e aparelhos agrícolas, veículos, etc..., firmando os contratos em instrumentos específicos com as cláusulas e estipulações necessárias, tudo porém, sem qualquer responsabilidade para a **PARCEIRA OUTORGANTE**.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

16ª -) Será de responsabilidade da **PARCEIRA OUTORGADA** além da colheita, todos os cultivos e tratos culturais necessários para o normal desenvolvimento da cultura de cana de açúcar cultivada na área objeto da parceria.

17ª -) A quota parte pertencente a **PARCEIRA OUTORGANTE** será cortada, carregada e transportada a expensas da **PARCEIRA OUTORGADA** até o parque industrial definido pela **PARCEIRA OUTORGANTE**, sendo que os pagamentos correspondentes ao produto colhido serão efetuados conforme as normas e procedimentos normalmente efetuados pela empresa compradora do produto ou conforme contratos específicos.

18ª -) A **PARCEIRA OUTORGADA** durante a vigência do presente contrato é obrigada a zelar e conservar as terras ocupadas, a fim de entregá-la a **PARCEIRA OUTORGANTE** ao final da presente parceria, bem como reparar danos ocasionados por sua exclusiva culpa e/ou de seus colaboradores nas cercas divisórias, ficando ainda sob inteira responsabilidade da **PARCEIRA OUTORGADA** a conservação dos mananciais e matas existente na mencionada gleba, inclusive, junto ao IBAMA ou outro órgão municipal, estadual e federal quanto às atividades desenvolvidas pela **PARCEIRA OUTORGADA.**

19ª -) O presente instrumento obriga não só as partes contratantes, assim como seus herdeiros e sucessores, principalmente os nús-proprietários, ora **ANUENTES**, no caso de falecimento da usufrutuária, ao pleno cumprimento, implicando sua rescisão em perdas e danos devidos pela parte culpada a inocente, inclusive lucros cessantes.

20ª -) Ocorrendo alienação do imóvel, onde se encontra á área, objeto do presente instrumento, a **PARCEIRA OUTORGANTE** cede e transfere de maneira irrevogável e irretratável, total, integral, onerosa e definitiva todos os direitos, obrigações e deveres, inclusive valores, decorrentes do presente instrumento ao novo possuidor e/ou proprietário o qual por sua vez assume perante a **PARCEIRA OUTORGADA**, integralmente todos os direitos e obrigações mencionados decorrentes do presente instrumento que continuará nas mesmas condições firmadas anteriormente.

21ª -) No caso de declaração judicial de nulidade ou de invalidade de qualquer das cláusulas ou disposições do presente instrumento, o fato não anulará ou invalidará o instrumento como um todo, que permanecerá íntegro e vigente, substituindo-se a disposição

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

BRANCO PERES AGRO S/A

anulada ou invalidada por outra que, preservando o interesse e a intenção das partes, não contenha os vícios daquela.

Do Foro:-

22ª.-) Fica eleito o Foro da Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, como o competente para dirimir as dúvidas eventualmente surgidas do presente instrumento, com preterição de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, mandaram redigir o presente instrumento em 03 (três) vias de um só teor e forma, que depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes e por duas testemunhas que a tudo presenciaram.

Adamantina (SP), 18 de julho de 2018.

ANA FIDALGO MILAN
Parceira Outorgante

BRANCO PERES AGRO S/A
Parceira Outorgada
Luiz Cristofaro Fiorani Arena (Procurador)
Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira (Diretor)

Testemunhas:

Sérgio Abrão Pereira Cervigni
RG nº 30.576.598-X-SSP/SP
CPF/MF nº 302.651.338-58

Eva Milan
RG nº 30.612.370-8-SSP/SP
CPF/MF nº 225.578.918-35

Visto Departamento Jurídico:-

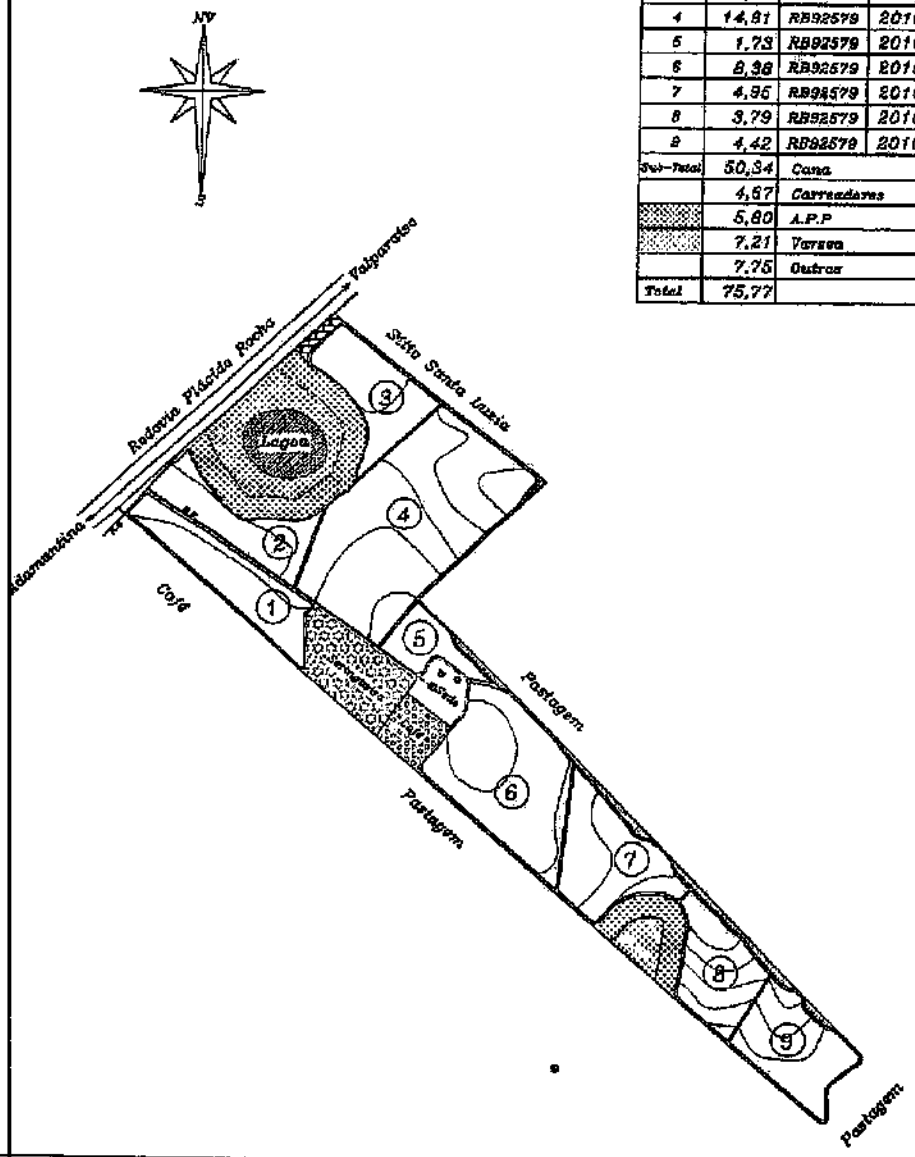
Alessandro Barros Costa
OAB/SP nº 143.005

"08 / 08"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

45 C.C.I.R – 6.150.130.044.720
N: 7.621.921 – E: 496.732

Situação das Áreas				
Talhão	Área–Ha	Variedade	Plantio	Obsv.
1	4,50	RB92579	2010	
2	3,70	RB92579	2010	
3	3,98	RB92579	2010	
4	14,91	RB92579	2010	
5	1,73	RB92579	2010	
6	8,98	RB92579	2010	
7	4,95	RB92579	2010	
8	3,79	RB92579	2010	
9	4,42	RB92579	2010	
Sub–Total	50,34	Cana		
	4,67	Carreadores		
	5,80	A.P.P		
	7,21	Varzea		
	7,75	Outros		
Total	75,77			



Levantamento Planialtimétrico

Denominação:	Sítio Santana III
Arrendamento:	William Branco Peres e Outros
Município:	Adamantina SP
Área–Ha: 75,77	Área–Alq.: 31,31
Escala: 1 : 12.500	Data: Dezembro–2019

Arq. Sitio Santana III

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CJ1hfFVA.

CCS BPA Ana Fidalgo Milan - Contrato nº 281

BRANCO PERES AGRO S/A

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE CANA DE AÇÚCAR E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular de contrato de venda e compra de cana de açúcar e na melhor forma de direito, de um lado Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade RG nº 25.388.617-X SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 323.147.468-05, residente e domiciliada na Alameda Dr. Armando Salles de Oliveira, 110, Centro, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, CEP 17800-000, e de outro lado, a empresa **BRANCO PERES AGRO S/A**, com sede em São Paulo, Capital, e filial com parque industrial instalado em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rodovia Doutor Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, CEP 17800-000, devidamente inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 43.619.832/0017-60 e Inscrição Estadual nº 150.010.190.110, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Procurador, Sr. **Luiz Cristofaro Fiorani Arena**, RG nº 8.050.027-4-SSP/SP e CPF/MF nº 726.229.468-72, brasileiro, divorciado, gerente de suprimentos, residente em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rua Antônio Schimidt Villela, nº 1141, Vila Fudimori, CEP 17800-000 e, por seu Diretor, Sr. **Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira**, RG nº 25.240.485-3-SSP/SP e CPF/MF nº 120.905.918-54, brasileiro, casado, contador, residente em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rua Tocantins, nº 19, Residencial Aguapeí, CEP 17800-000, doravante simplesmente denominada **COMPRADORA**, resolvem, mutuamente firmar o presente instrumento, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:-

Cláusula Primeira - Do Objeto

A **VENDEDORA** é legítima usufrutuária e possuidora dos seguintes imóveis rurais:

a) Um lote de terras com área de 9,00 alqueires, iguais a 21,78 hectares, situado no Bairro Lagoa Seca, neste município e comarca de Adamantina, denominado **"SITIO SANTANA III"**, cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 008 605 9, NIRF nº 0.728.254-0, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 138, CEP 17800-000, Adamantina - SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 8.021, cujas características estão inseridas na matricula retro-citada;

b) Um lote de terras com área de 20,00 alqueires, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapei, Barra ou Rio Feio, neste município e comarca de Adamantina, denominado **"SITIO SANTANA I"**, cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 004 472 0, NIRF nº 0.728.256-7, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 19.979, cujas características estão inseridas na matricula retro-citada;

c) Um lote de terras com área de 4,00 alqueires, iguais a 9,68 hectares, encravados no Bairro Lagoa Seca, neste município e comarca de Adamantina, denominado **"SITIO SANTANA I"**, cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 004 472 0, NIRF nº 0.728.256-7, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 19.980, cujas características estão inseridas na matricula retro-citada;

Parágrafo Primeiro - A **VENDEDORA** vende à **COMPRADORA**, que dela compra, os frutos produzidos nos fundos agrícolas supra mencionados, conforme consta de mapa agrícola fornecido pela **VENDEDORA**, que faz parte integrante deste, **estimados em aproximadamente 795,55 toneladas de cana de açúcar ou 86.866,10 quilogramas de ATR por ano.**

Parágrafo Segundo - A **VENDEDORA**, neste ato, declara expressamente em caráter irrevogável e irretratável que a totalidade da cana de açúcar, objeto do presente instrumento, encontra-se livre e desembaraçada de quaisquer ônus, bem como não está vinculada a quaisquer tipos de contratos particulares ou públicos com terceiros, isentando desde já a **COMPRADORA** de todas e quaisquer responsabilidades perante terceiros.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Cláusula Segunda - Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início marcado para o dia 01 de janeiro de 2019 e término no final do ciclo da cultura de cana de açúcar, que será plantada durante o ano de 2019 na área constante do mapa em anexo estimado para ocorrer entre dezembro de 2024 e/ou dezembro do último corte possível tecnicamente, conforme as condições técnicas da área.

Cláusula Terceira - Dos Tributos

A **VENDEDORA** autoriza expressamente a **COMPRADORA** a reter na fonte a alíquota de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) a título de FUNRURAL devido ao INSS, bem como a outras obrigações pecuniárias instituídas no curso do presente contrato e as recolherem dentro do prazo.

Parágrafo Primeiro - A **VENDEDORA**, neste ato, declara expressamente que não autoriza ao desconto da alíquota de 1,00% (um por cento) a título de taxa convênio devido a Associação dos Fornecedores de Cana da Região da Alta Paulista; e, a alíquota de 1,50% (um virgula cinquenta por cento) a título de taxa convênio devido a Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região do Oeste Paulista, uma vez que não é filiada a estas entidades de classe.

Parágrafo Segundo - Caso a **COMPRADORA** venha sofrer quaisquer cobranças referente à taxa descrita no parágrafo anterior, a **VENDEDORA** confessa ser devedora da **COMPRADORA**, da importância total que dela venha ser exigida, mais reembolso de todas as despesas a serem apuradas, juros, multas, atualizações monetárias, custas, honorários advocatícios, etc., valor esse que representará dívida líquida, certa e exigível da **COMPRADORA**, nos termos do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil, e será ressarcido em 01 (uma) única parcela com vencimento contra apresentação, representada por nota promissória "pró-solvendo", de emissão da **VENDEDORA**.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Cláusula Quarta - Do Preço

A **COMPRADORA** pagará a **VENDEDORA** mensalmente pela produção anual entregue de aproximadamente **795,55 (setecentos e noventa e cinco vírgula cinquenta e cinco)** toneladas de cana de açúcar por ano, posto na esteira da destilaria, pela média do quilograma do ATR acumulado do mês anterior de cada pagamento, divulgado pelo CONSECANA-SP, multiplicando pelo valor do ATR fixo e contratado de 109,19 por tonelada.

Parágrafo Único - O pagamento devido por força deste instrumento será feito diretamente pela **COMPRADORA** a **VENDEDORA**, mediante crédito/depósito na conta nº 107209-9 junto a Agência nº 0470-7 do banco nº 001 Banco do Brasil S/A, de titularidade da Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, CPF/MF sob o nº 323.147.468-05, neste ato indicada pela **VENDEDORA**, cuja efetivação do depósito importa em quitação automática por parte da **VENDEDORA**, quanto ao valor da parcela, ou através de outra forma legal a ser definida expressamente entre as partes.

Cláusula Quinta - Do Adiantamento dos Pagamentos

A **COMPRADORA** fará adiantamentos semestrais dos pagamentos a **VENDEDORA**, em moeda corrente do país, todo o dia 05 (cinco) dos meses de março e setembro de cada ano, tendo como início o dia 05 de março de 2019 e término no dia 05 de setembro do último ano do ciclo, a título de adiantamento do objeto deste contrato, a saber:-

Parágrafo Primeiro - **Ano de 2019** - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Segundo - **Ano de 2020** - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Parágrafo Terceiro - **Ano de 2021** - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Quarto - **Ano de 2022** - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Quinto - **Ano de 2023** - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Sexto - **Ano de 2024** - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Sétimo - Quando da entrega da produção anual objeto da presente compra e venda, a **COMPRADORA** emitirá a nota fiscal da totalidade da cana adquirida da **VENDEDORA**, momento em que a **VENDEDORA** dará a **COMPRADORA**, plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação de bem paga e satisfeita, não tendo mais nada a receber da **COMPRADORA** a título de adiantamento e pagamento da venda e compra da cana de açúcar, objeto do presente instrumento.

Cláusula Sexta - Da Garantia Real Para Cumprimento da Obrigação

A **VENDEDORA** reconhece expressamente que a cana de açúcar objeto do instrumento ora celebrado é condição fundamental para que a **COMPRADORA** realize seu objeto social que é a fabricação de derivados de cana de açúcar, sobretudo açúcar e álcool, e o cumprimento dos compromissos comerciais já assumidos e dos por assumir, em face dos adquirentes dos referidos

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

produtos.

Parágrafo Primeiro - Em razão disso e para garantia do integral cumprimento de todas as obrigações assumidas neste instrumento a **VENDEDORA** dá a **COMPRADORA**, em 1º (primeiro) grau e sem concorrência de terceiros, em conformidade com os artigos 5º a 8º da Lei 8.929/94:- Penhor agrícola, nos termos dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil e demais disposições legais aplicáveis, sobre a cana de açúcar dos anos/safras 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/20024 e 2024/2025, quando se encerrará o presente penhor, que se encontra no local indicado na referida cláusula primeira.

Parágrafo Segundo - Mediante essa garantia constituída a favor da **COMPRADORA** a **VENDEDORA** declara-se ciente da obrigação contida no artigo 18 da Lei 8.929/94 de, na ocorrência de medidas judiciais ou administrativas objetivando a penhora, sequestro da cana de açúcar dada em garantia, denunciar a quem de direito ou à respectiva autoridade a existência deste instrumento e suas garantias, sob pena de não o fazendo responder pelos prejuízos decorrentes da omissão.

Cláusula Sétima - Disposições Gerais e Finais

Parágrafo Primeiro - Estão incluídos no preço do produto agrícola todos os tratos culturais, dentre outras despesas necessárias para que a cana de açúcar se apresente em boas condições para industrialização por ocasião de sua moagem.

Parágrafo Segundo - O presente contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, no sentido que não comporta o arrependimento posterior das partes.

Parágrafo Terceiro - O presente instrumento obriga não só as partes contratantes, assim como seus herdeiros e sucessores no caso de falecimento da usufrutuária, ao pleno

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

cumprimento, implicando sua rescisão em perdas e danos devidos pela parte culpada a inocente, inclusive lucros cessantes.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo alienação do imóvel, onde se encontra á cana de açúcar, objeto do presente instrumento, a **VENDEDORA** cede e transfere de maneira irrevogável e irretratável, total, integral, onerosa e definitiva todos os direitos, obrigações e deveres, inclusive adiantamentos de valores em moeda corrente nacional para custeio de plantio, tratos culturais e ainda pagamentos, decorrentes do presente instrumento ao novo possuidor e/ou proprietário o qual por sua vez assume perante a **COMPRADORA**, integralmente todos os direitos e obrigações mencionados decorrentes do presente instrumento que continuará nas mesmas condições firmadas anteriormente.

Parágrafo Quinto - A **VENDEDORA** desde logo autoriza a **COMPRADORA**, em caráter irrevogável e irretratável e independentemente de outra formalidade, a ceder o presente instrumento à empresa pertencente ou não ao mesmo grupo econômico que o dela **COMPRADORA**, quer seja dela acionista, quotista, controladora, controlada ou coligada, direta ou indiretamente, ou sua fornecedora, sempre observado o equilíbrio econômico e viável para o cumprimento do presente instrumento, ficando a **COMPRADORA** obrigada subsidiariamente ou solidariamente aos pagamentos.

Parágrafo Sexto - É expressamente vedado a **VENDEDORA** ceder, transferir ou dar destinação diversa do uso ou finalidade previsto neste instrumento, a terceiros, no todo ou em parte seus direitos e obrigações, seja a título gratuito ou oneroso, sem prévia anuência por escrito da **COMPRADORA**.

Parágrafo Sétimo - A **VENDEDORA** também não poderá contratar empréstimos e financiamentos com quaisquer estabelecimentos de créditos, oficiais ou particulares, que onere no todo ou em parte as safras ou colheitas da cana de açúcar objeto deste instrumento, sem prévia anuência por escrito da **COMPRADORA**.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Parágrafo Oitavo - À parte que violar qualquer das cláusulas vigentes no presente instrumento, fica obrigada ao pagamento de uma multa à parte inocente, equivalente em reais a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato, assim considerado o valor da cana produzida durante todo o ciclo aqui contratado, mais a indenização das perdas, danos e lucros cessante a serem apurados e no caso **COMPRADORA**, os custos do não cumprimento dos contratos feitos por esta em função da aquisição do produto ora adquirido (washout), custas e honorários advocatícios, para qualquer das partes contratantes que, sem justa causa, violar ou deixar de cumprir no todo ou em parte as disposições contidas neste instrumento que serão exigidos em regular processo de execução.

Parágrafo Nono - Caso a **VENDEDORA**, por quaisquer motivos próprios ou alheios a sua vontade não consigam entregar a quantidade de cana de açúcar ora contratada, as partes assumem o compromisso, irrevogável e irretratável como obrigação de fazer, de firmar termo aditivo para adequar a quantidade de cana de açúcar ora contratada. A **VENDEDORA** desde já autoriza a **COMPRADORA** em caráter irrevogável e irretratável em proceder aos descontos dos valores devidamente corrigidos que foram objeto de adiantamento e/ou pagamentos efetuados pela **COMPRADORA** para a **VENDEDORA**.

Parágrafo Décimo - A fim de dar cumprimento ao disposto nas cláusulas do presente contrato, ficam as partes desde logo autorizadas a valerem-se do Poder Judiciário, a fim de garantir a entrega e o recebimento da cana de açúcar.

Parágrafo Décimo Primeiro - As partes elegem o foro da Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para que nele

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@branoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

CCS BPA Ana Fidalgo Milan - Contrato nº 281

BRANCO PERES AGRO S/A

sejam dirimidas eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente instrumento.
Assim estando às partes justas e acordadas quanto ao que aqui fizeram inserir, dando ao contrato o valor de R$ 1.000,00 (mil reais) para efeito meramente fiscal, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que a tudo presenciaram.

Adamantina (SP), 20 de julho de 2018.

p/p **ANA FIDALGO MILAN**
Vendedora

BRANCO PERES AGRO S/A
Compradora
Luiz Cristofaro Fiorani Arena (Procurador)
Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira (Diretor)

Testemunhas

Sergio Aurão Pereira Cervigni
RG nº 30.576.598-X-SSP/SP
CPF/MF nº 302.651.338-58

Eva Milan
RG nº 30.612.370-8-SSP/SP
CPF/MF nº 225.578.918-35

Visto Departamento Jurídico:-

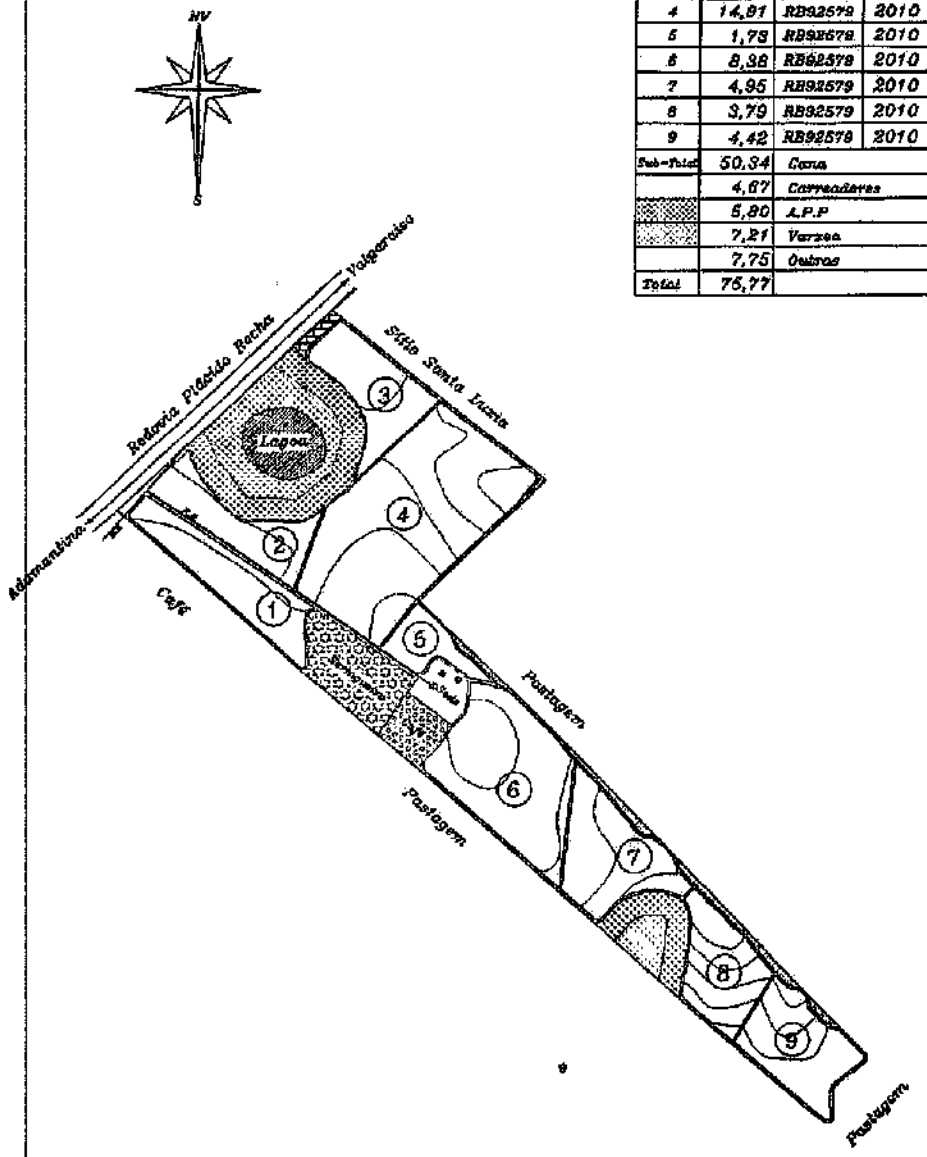
Alessandro Barros Costa
OAB/SP nº 143.005

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

45 C.C.I.R – 6.150.130.044.720
N:7.621.921 – E:496.732

Situação das Áreas				
Talhão	Área-Ha.	Variedade	Plantio	Obsv.
1	4,50	RB92579	2010	
2	3,70	RB92579	2010	
3	3,96	RB92579	2010	
4	14,91	RB92579	2010	
5	1,73	RB92579	2010	
6	8,38	RB92579	2010	
7	4,95	RB92579	2010	
8	3,79	RB92579	2010	
9	4,42	RB92579	2010	
Sub-Total	50,34	Cana		
	4,67	Carreadores		
	5,80	A.P.P		
	7,21	Varzea		
	7,75	Outros		
Total	75,77			



Levantamento Planialtimétrico

Denominação: Sítio Santana III

Arrendamento: William Branco Peres e Outros

Município: Adamantina SP

Área-Ha: 75,77 | Área-Alq.: 31,31

Escala: 1 : 12.500 | Data: Dezembro-2010

Arq.:Sítio Santana III

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D0URjVvC.

24 DE ABRIL DE 2012 · 19:46

STJ mantém a impenhorabilidade de bem de família em usufruto da mãe do devedor.

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a impenhorabilidade de bem de família não habitado pelo devedor, mas por sua mãe em usufruto vitalício. A decisão nega pretensão do Banco do Brasil S/A, que afirmava a penhorabilidade do bem porque o devedor não dependia de seu aluguel. O ministro Luis Felipe Salomão explicou que o usufruto é um direito real personalíssimo, que fraciona o domínio do bem: "Ao usufrutuário é concedido o direito de desfrutar do bem alheio, percebendo-lhe os frutos e dele podendo retirar proveito econômico; ao nu-proprietário remanesce tão somente a posse indireta e o direito de dispor desse bem."
O relator esclareceu que, pelo caráter pessoal do usufruto, ele é impenhorável. Mas seus frutos podem ser penhorados. A nua-propriedade, porém, pode ser objeto de constrição, exceto se for bem de família.

Dignidade

Ele afirmou que a Constituição Federal estabelece a moradia como direito fundamental à dignidade da pessoa humana. Esse princípio, acrescentou, deveria nortear a interpretação de todas as normas jurídicas. "É o que se verifica, por exemplo, em diversos precedentes jurisprudenciais desta Corte Superior que entenderam pela extensão dessa proteção à morada do devedor solteiro, a despeito de o artigo 1º da Lei 8.009/90 ser explícito no sentido de instituir, como beneficiário da impenhorabilidade da residência familiar, o casal ou a entidade familiar", avaliou o ministro. Salomão enfatizou que "a Constituição Federal alçou o direito à moradia à condição de desdobramento da própria dignidade humana, razão pela qual, quer por considerar que a genitora do recorrido é membro dessa entidade familiar, quer por vislumbrar que o amparo à mãe idosa é razão mais do que suficiente para justificar o fato de que o nu-proprietário habita imóvel alugado com sua família direta, ressoa estreme de dúvidas que o seu único bem imóvel faz jus à proteção". Ele apontou ainda que o tribunal local afirmou não haver outras propriedades em nome do devedor, e que rever tal conclusão demandaria reexame de provas, impossível ao STJ em recurso especial. **FONTE STJ**

Segue ementa.....
PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. EXECUÇÃO. LEI 8.009/90.
PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA. DEVEDOR NÃO RESIDENTE EM
VIRTUDE DE USUFRUTO VITALÍCIO DO IMÓVEL EM BENEFÍCIO
DE SUA GENITORA. DIREITO À MORADIA COMO DIREITO
FUNDAMENTAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ESTATUTO
DO IDOSO. IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL.
1. A Lei 8.009/1990 instituiu a impenhorabilidade do bem de família como um dos instrumentos de tutela do direito constitucional fundamental à moradia e, portanto, indispensável à composição de um mínimo existencial para vida digna, sendo certo que o princípio da dignidade da pessoa humana constitui-se em um dos baluartes da República Federativa do Brasil (art. 1º da CF/1988), razão pela qual deve nortear a exegese das normas jurídicas, mormente aquelas relacionadas a direito fundamental. 2. A Carta Política, no capítulo VII, intitulado "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso", preconizou especial proteção ao idoso, incumbindo desse mister a sociedade, o Estado e a própria família, o que foi regulamentado pela Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), que consagra ao idoso a condição de sujeito de todos os direitos fundamentais, conferindo-lhe expectativa de moradia digna no seio da família natural, e situando o idoso, por conseguinte, como parte integrante dessa família. 3. O caso sob análise encarta a peculiaridade de a genitora do proprietário residir no imóvel, na condição de usufrutuária vitalícia, e aquele, por tal razão, habita com sua família imóvel alugado. Forçoso concluir, então, que a Constituição Federal alçou o direito à moradia à condição de desdobramento da própria dignidade humana, razão pela qual, quer por considerar que a genitora do recorrido é membro dessa entidade familiar, quer por vislumbrar que o amparo à mãe idosa é razão mais do que suficiente para justificar o fato de que o nu-proprietário habita imóvel alugado com sua família direta, ressoa estreme de dúvidas que o seu único bem imóvel faz jus à proteção conferida pela Lei 8.009/1990. 4. Ademais, no caso ora sob análise, o Tribunal de origem, com ampla ognição fático-probatória, entendeu pela impenhorabilidade do bem litigioso,

Seguir

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código QiwZqaYs.

consignando a inexistência de propriedade sobre outros imóveis. Infirmar tal decisão implicaria o revolvimento de fatos e provas, o que é defeso a esta Corte ante o teor da Súmula 7 do STJ. 5. Recurso especial não provido.

RECURSO ESPECIAL Nº 950.663 – SC (2007/0106323-9), v.u, RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, j. 10.04.2012.

About these ads

Share this:

Twitter Facebook

Carregando...

Relacionado

STJ amplia o conceito de entidade familiar para proteção de bem de família.
Em "Direito de Família"

Segundo o STJ, também é bem de família insuscetível de penhora, o único imóvel do devedor, mesmo que ele não resida nele.
Em "Direito de Família"

TST profere magnifica decisão respeitado a Lei 8.009/90 do bem de família em casos trabalhistas.
Em "Direito de Família"

Seguir

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código QiwZqaYs.

Publicação: 3.

Data de Disponibilização: 17/09/2018
Data de Publicação:18/09/2018
Jornal: Diário da Justiça do Estado de SÃO PAULO
Página: 00606
Caderno: JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Local: DJSP - TRF3ª, PUBLICAÇÕES JUDICIAIS I – TRF
Vara: SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA

Publicação: Boletim de Acordao Nro 25587/2018

00009 EMBARGOS DE DECLARACAO EM APELACAO CIVEL Nº 0009491-20.2015.4.03.6100/SP 2015.61.00.009491-6/SP RELATOR : Desembargador Federal ANDRE NABARRETE EMBARGANTE : Uniao Federal PROCURADOR : SP000019 LUIZ CARLOS DE FREITAS EMBARGADO : ACORDAO DE FLS. INTERESSADO : ANA FIDALGO

MILAN ADVOGADO : **SP093364 CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO** e outro (a) INTERESSADO (A) : ORLANDO MILAN No. ORIG. : 00094912020154036100 8 Vr SAO PAULO/SP EMENTA PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARACAO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSAO. INOCORRENCIA. BEM DE FAMILIA. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA. EMBARGOS DECLARATORIOS PROTELATORIOS. MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA DIVIDA. RECURSO REJEITADO. - Nao se verifica a omissao no decisum recorrido, dado que a fazenda nao alegou em suas contrarrazoes a ilegitimidade da embargante ou falta de interesse de agir para defender bem alheio, tampouco a questao foi suscitada na apelacao. Os argumentos das partes foram analisados de forma clara pela turma julgadora que, consoante elementos dos autos, concluiu ser impenhoravel, de forma absoluta o imovel, matricula nº 19.982, do CRI de Adamantina/SP pertencente ao executado. - Dada a inexistencia de macula que justifique a apresentacao dos embargos declaratorios, devem ser considerados manifestamente protelatorios, o que legitima a aplicacao da multa prevista no § 2º do artigo 1.026 do Codigo de Processo Civil. - Embargos de declaracao rejeitados, condenada a embargante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa. ACORDAO Vistos e relatados estes autos em que sao partes as acima indicadas, decide a Egregia Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Regiao, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaracao, condenada a embargante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do relatorio e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sao Paulo, 15 de agosto de 2018. Andre Nabarrete Desembargador Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/02/2019 às 14:24 , sob o número WPQU19700010848
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código TmsDPclB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 21 de fevereiro de 2019.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 21/02/2019 às 13:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código xQlSp58Q.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 21/02/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 21 de fevereiro de 2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/02/2019 às 13:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oJmBCU8R.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **23/02/2019 12:38**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 23 de Fevereiro de 2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATA PIRES SMITH DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 23/02/2019 às 12:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código eYN0Pw69.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

Meritíssimo Juiz de Direito:

Há os seguintes imóveis em nome dos executados:

1) **Matrícula nº 18.556** – proprietários: **Osvaldo Milan** e Claire Maria Pinotti Milan (fls. 104/107);

2) **Matrícula nº 16.001** – proprietários: Maria Aparecida Milan, Eva Milan, **Orlando Milan** e **Osvaldo Milan** – usufrutuária Ana Fidalgo Milan (fls. 108/111);

3) Matrícula nº 19.979 – proprietários: Maria Aparecida Milan, Eva Milan, **Orlando Milan** e **Osvaldo Milan** – usufrutuária Ana Fidalgo Milan (fls. 112/114);

4) Matrícula nº 19.982 – proprietários: Maria Aparecida Milan, Eva Milan, **Orlando Milan** e **Osvaldo Milan** – usufrutuária Ana Fidalgo Milan (fls. 116/118);

5) Matrícula nº 5.734 – proprietários: Maria Aparecida Milan, Eva Milan, **Orlando Milan** e **Osvaldo Milan** – usufrutuária Ana Fidalgo Milan (fls. 120/122).

Às fls. 149/151, a usufrutuária alegou que o imóvel urbano serve de sua moradia. Disse, ainda, ser inviável a penhora em razão da existência de usufruto e por não haver individualização da cota pertencente a cada nu-proprietário. Apontou também que todos os imóveis já possuem penhora.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATA PIRES SMITH DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/02/2019 às 12:02 , sob o número WPQU19700014827
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código IlqYjW4Y.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

É o relatório.

As alegações de fls. 149/151 devem ser afastadas.

Primeiramente, anoto que, em não havendo especificação da cota-parte de cada nu-proprietário, considera-se que a nua-propriedade divide-se igualmente entre eles, não sendo, por óbvio, tal fator impeditivo à penhora.

Igualmente, a existência de usufruto vitalício não impede a penhora sobre a nua-propriedade, de modo que o direito real de usufruto será resguardado até que haja sua extinção, assim como será resguardado o direito à moradia da usufrutuária.

Desse modo, aguardo a penhora e a avaliação dos bens imóveis indicados, na cota-parte dos executados, conforme determinado à fl. 144.

Pariquera-Açu, 25 de fevereiro de 2019

Renata Pires Smith da Silva
Promotora de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATA PIRES SMITH DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/02/2019 às 12:02 , sob o número WPQU19700014827
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código IlqYjW4Y.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Com relação à petição de fls. 149/151, acolho os fundamentos invocados pelo Ministério Público. O usufruto do bem imóvel não impede que ele seja penhorado, mormente o fato de que a constrição patrimonial não elimina a possibilidade do usufruto ser exercido até a sua extinção.

Sendo assim, DEFIRO a penhora e avaliação sobre os imóveis elencados pelo Ministério Público às fls. 182, recaindo a constrição sobre a cota-parte dos executados em relação aos bens.

Intimem-se. Cumpra-se.

Pariquera-Acu, 19 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 19/03/2019 às 17:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hEZ3Z1yi.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0100/2019, foi disponibilizado na página 2635/2637 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos. Com relação à petição de fls. 149/151, acolho os fundamentos invocados pelo Ministério Público. O usufruto do bem imóvel não impede que ele seja penhorado, mormente o fato de que a constrição patrimonial não elimina a possibilidade do usufruto ser exercido até a sua extinção. Sendo assim, DEFIRO a penhora e avaliação sobre os imóveis elencados pelo Ministério Público às fls. 182, recaindo a constrição sobre a cota-parte dos executados em relação aos bens. Intimem-se. Cumpra-se."

Pariquera-Açu, 22 de março de 2019.

Adriane Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 22/03/2019 às 10:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 1SsmcrOR.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu - SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1000464-69.2018.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Embargos de Terceiro Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
Embargante:	**Diego de Camargo Silva Pinto e outro**
Embargado:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Tratam-se de embargos de terceiro opostos por Diego de Camargo Silva Pinto e Manuel Ramaos Hachiguti Silva Pinto, ambos já qualificados nos autos, alegando, em síntese, que nos autos do cumprimento de sentença nº 0000378-52.2017.8.26.0424, que tramita contra o executado Orlando Milan, houve a penhora indevida dos bem imóveis indicados nas matrículas 4697 e 4137. Sustentam que em dezembro de 2010 os bens foram adquiridos, ou seja, bem antes da decisão que penhorou os imóveis. Alegam também que a constrição dos bens apenas ocorreu porque o executado Orlando Milan, ao prestar a declaração do imposto de renda, fez constar de forma indevida os imóveis. Diante disso, requereram o cancelamento da penhora dos referidos bens.

O Ministério Público apresentou impugnação às fls. 97/102. Aduziu que houve fraude à execução, pois os embargantes deveriam ter o zelo de verificar se contra o Sr. Orlando Milan havia ação capaz de reduzi-lo à insolvência e também estavam dotados de má-fé. Por fim, requereu a improcedência dos embargos.

Quanto à impugnação, os embargantes apresentaram réplica às fls. 265/270, rebatendo os argumentos invocados pelo Ministério Público.

Além dos documentos acostados, não houve requerimento para produção de outras provas.

Os autos vieram conclusos. Eis o relatório do necessário.

Passo a fundamentar e decidir.

Tratam-se de embargos de terceiro no qual os embargantes buscam o cancelamento da penhora efetivada nos imóveis mencionados, os quais alegam terem adquiridos de forma legal e, por conseguinte, a constrição foi feita de maneira indevida.

O cerne da controvérsia instaurada reside na legalidade ou não das constrições promovidas sobre os bens mencionados e se, diante das circunstâncias do caso, ocorreu fraude à execução.

Inicialmente cabe colacionar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos requisitos para a existência de fraude à execução:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000464-69.2018.8.26.0424 e o código 38E57A6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 26/03/2019 às 16:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6PWuE3Ql.

> *PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação: 1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC. 1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ). 1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova. 1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC. 1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo. 2. Para a solução do caso concreto: 2.1. Aplicação da tese firmada. 2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, consequentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes. (REsp 956.943/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/08/2014, DJe 01/12/2014)*

Como se observa a partir do julgado em questão, o STJ decidiu que o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da ação de execução ou da penhora na matrícula do bem imóvel, ou então a comprovação da má-fé do terceiro adquirente.

No caso em concreto, em que pese a constrição não ter sido levada a registro na matrícula do imóvel, os argumentos trazidos pelo Ministério Público no que toca a presença de má-fé por parte dos envolvidos merece acolhimento.

Em 2008 foi ajuizada ação de improbidade administrativa nº 00000580-44.2008.8.26.0424 contra Orlando Milan, ação esta capaz de reduzi-lo à insolvência, pois o Ministério Público requereu a condenação do réu em pelo menos R$265.743,44, ao passo que a alienação inicial dos imóveis foi pelo valor de R$285.000,00.

Com efeito, observa-se que a ação de improbidade foi proposta contra o Sr. Orlando Milan e este foi citado em 11/09/2009. Em junho de 2010, Orlando Milan firmou contrato de compra e venda com José Carlos Silva Pinto. Em 06 dezembro de 2010, este último teria vendido o imóvel para o seu filho Diego de Camargo Silva Pinto, o qual, por fim, teria vendido novamente o bem para o seu irmão Manuel Ramos Pinto em 20/12/2010.

Importante consignar que em junho 2010 o Sr. José Carlos adquiriu os imóveis do Sr. Orlando Milan pela quantia de R$285.000,00 e em dezembro do mesmo ano revendeu os mesmos imóveis para o seu filho Diego Camargo pela quantia de R$90.000,00, ou seja, menos de um terço do valor original. Causa ainda mais estranheza o fato de que o Sr. Diego, no mesmo mês, vendeu novamente os mesmos imóveis, agora para o seu irmão Manuel Ramos, pela quantia de R$30.000,00.

Inexplicavelmente, em menos de seis meses, os imóveis que foram adquiridos inicialmente pelo valor total de R$285.000,00, foram alienados no final pela quantia de R$30.000,00, ou seja, houve uma imensa redução injustificável do valor de venda dos imóveis.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000464-69.2018.8.26.0424 e o código 38E57A6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 26/03/2019 às 16:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6PWuE3Ql.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu - SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Neste sentido, assiste razão ao Ministério Público quanto à alegação de que os terceiros adquirentes estavam dotados de má-fé. Isto porque as sucessivas vendas com valor reduzido dos imóveis é indicativo da existência da fraude, considerando a evidência de que o intuito primordial dos envolvidos era distanciar a alienação do executado Orlando Milan, a fim de transparecer que o último proprietário estava de boa-fé.

Por conseguinte, nos termos do artigo 792 do CPC, a fraude à execução restou configurada, de forma que a alienação dos imóveis deve ser considerada ineficaz em relação ao executado, conforme dispõe o artigo 792, §1º do CPC.

Ante o exposto, extinguindo o feito com resolução de mérito nos termos do artigo 487, I do CPC, julgo improcedentes os embargos de terceiro e reconheço a fraude à execução quanto à alienação dos bens imóveis indicados nas matrículas 4697 e 4137, de modo que as penhoras devem ser mantidas e a alienação dos bens é ineficaz com relação ao executado.

Condeno os embargantes ao pagamento das custas e despesas processuais.

Traslade-se cópia desta sentença para os autos do cumprimento de sentença.

P. R. I. C.

Pariquera-Acu, 19 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000464-69.2018.8.26.0424 e o código 38E57A6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 26/03/2019 às 16:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6PWuE3Ql.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

C O N C L U S Ã O

Aos 13/05/2019, faço estes autos conclusos ao **Dr.** ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, MMº Juíz de Direito da Vara Distrital de Pariquera-Açu – Comarca de Jacupiranga. Eu, _____ (Alexandre Cleto Porto), Escrivão Judicial II, digitei.

D E S P A C H O

Processo:	**0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de Sentença**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Vistos.

Nada a apreciar. Cumpra-se fls. 184.

Int.

Pariquera-Açu, 13/05/2019

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 13/05/2019 às 17:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JskOGAHF.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0199/2019, foi disponibilizado na página 2861/2867 do Diário da Justiça Eletrônico em 16/05/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos. Nada a apreciar. Cumpra-se fls. 184. Int. Pariquera-Açu, 13/05/2019"

Pariquera-Açu, 16 de maio de 2019.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 16/05/2019 às 11:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wr3RlfDz.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA — ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 16.001

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 16.001 DATA: 02 dezembro 1992.-
M	Um prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, - com 40,28m2 de áreaconstruída, com 2 quartos, sala, cozi-- nha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 68, no Conjunto - Habitacional Jardim Mandacaru, nesta cidade ecomarca de Adamantina, e seu respectivoterreno compreendendo o lote - 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 - metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a - referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confron ta como lote nº 7;e, pelos fundos mede 8,84 metros e con-- fronta com o lote nº 23, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob nº 01094200-4; Proprietária:- COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSESSOCIAL - CRHIS., sociedade de economia mista intermunicipal, com sede na cidade de Araçatuba, deste Estado, inscrita no CGC/MF sob nº 51.097.236/0001-29; Construtora:- PAEZ DE LIMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade' limitada, com sede na Capital deste Estado, inscrita no - CGC/MF sob nº 49.577.752/0001-09; Registro anterior:- 01 e AVs. 04 e 05 da matrícula nº - 14.968 deste Cartório.- Eu , escrevente autorizado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 01 Prot.1-A Nº 64046 02 12 92	Adquirentes:- ABRAÃO JOSÉ DOS SANTOS, RG. 13.323.798-SP, - comerciário e s/mr. VILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, RG. - nº 22.505.035-SP, do lar, brasileiros,casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77,- residentes nesta cidade, portadores do CIC sob número ... 036.705.328-46; Transmitentes - doadora do terreno e vendedora da benfeitoria:- A proprietária e construtora, respectivamente, referidas na matrícula; Título:- Doação e Com-- pra e Venda; Forma do título:- Instrumento Particular com' caráter de escritura pública celebrado nesta cidade, aos - 18 de dezembro de 1991, em quatrovias, legalizado, uma via arquivada; Valor-terreno:- Nihil; Valor-benfeitoria:- Cr$ .. 3.967.297,01 (três milhões e novecentos e sessenta e sete' mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e umcentavo); - Foram apresentadas e ficam arquivadas cópias reprográficas das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelo MTPS/ ' INSS, a saber:- nº 955664 - Série "B",expedida em 31 08 92, pela Região Fiscal de Araçatuba, deste Estado (doadora);e, nº 753783 - Série "C", expedida em 13 11 92, pela Região - Fiscal de São Paulo-Lapa (vendedora)e cópias reprográficas das Certidões de Quitações de Tributos Federais Administrados pelaSecretaria da Receita Federal expedidas por Araçatuba, em 23 11 92 (doadora) e por São Paulo, em 14 09 - 92 (vendedora).- Eu , escrevente autorizado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 02 idem	Credora:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, instituição financeira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasília-DF. e Agênciadesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº - 00.360.305/0001-04; Devedores:- Os adquirentes constantes' do R. 01; Título:- Hipoteca (em primeira e especial hipoteca); Forma do título:- A mesma do R. 01, referido; Valor - do mútuo:- Cr$ 3.807.386,77,pagável através de 300 presta--- ções mensais e consecutivas dovalor inicial total de Cr$ ...

- continua no verso -

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

MATRÍCULA N.º 16.001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hlyffgiM.

Atos e referências	Livro n.º - Registro Geral
	Cr$ 34.048,71, vencendo-se a primeira prestação a contar 30 dias da data do título, à taxa anual de juros nominal de - 5,90% e efetiva de 6,0621%; Pena convencional:- 10%; De--- mais condições: As do título.- Eu , escrevente - autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.- Destes:- 24.132,40; Guia:- 227/92.-
AV. 3 11-2-04	Pela certidão expedida em 11 de setembro de 2003, da escritura pública de cessão de créditos e de assunção de dívidas lavrada em 18 de março de 2002, no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, a fls. 1/3 do livro n. 2323-E, a credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, já qualificada, cedeu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, empresa pública federal, com sede em Brasília-DF, na SBS Q. 4 Lote 03/04, Edifício Anexo do Prédio da Matriz da CEF, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.527.335/0001-13, todos os direitos oriundos do crédito hipotecário objeto do R. 2 desta matrícula, compreendendo o principal, seu reajuste monetário, os juros e demais encargos, bem como as garantias existentes, pelo preço de R$ 23.316,60 (vinte e três mil e trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Demais condições:- As do título.- Foram apresentadas:- a Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa, sob n. 6.496.731, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa sob n. 472192003-23001040, emitida via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivadas nas pastas próprias sob n. 1/04 e 21/04, respectivamente.- Título prenotado sob n. 92.440, em 10-2-04.- Desta:- R$ 100,78; Guia:- 28/04.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 4 27-3-07	Pelo instrumento particular celebrado nesta cidade em 26 de março de 2007, legalizado e arquivado, foi pela credora Empresa Gestora de Ativos, autorizado o cancelamento do R. 2 desta matrícula, em virtude da liquidação da dívida.- Título prenotado sob n. 101.561, em 26-3-07.- Desta:- R$ 57,41; Guia:- 59/07.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 5 22-9-08	Pela Lei Municipal n. 2.625, de 4 de outubro de 1995, arquivada, a Rua Seis, passou a denominar-se Rua Vinicius de Moraes; e, o Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, passou a denominar-se Jardim dos Poetas, nesta cidade.- Desta:- Nihil - "ex officio".- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 22-9-08	Pela escritura pública de venda e compra de 18 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 158 e 159 do livro n. 222, os proprietários Abraão José dos Santos e sua mulher Vilma Maria Pereira dos Santos, CIC n. 179.450.938-09, já qualificados, venderam o imóvel pelo valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a JURANDIR SAVI, RG. n. 14.082.876-SSP/SP e CIC n. 045.824.018-48, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua Adoniran Barbosa, n. 269 - Vila Jardim Ipiranga, nesta cidade.- Título prenotado sob n. 106.207, em 19-9-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 178/08.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 7 2-10-08	Pela escritura pública de venda e compra de 29 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 211 e 213 do livro n. 222, verifica-se que o USUFRUTO do imóvel foi constituído a título oneroso por ANA FIDALGO MILAN,

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 16.001 — FICHA: 2

RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade, por venda que lhe fez o proprietário Jurandi Savi, já qualificado, pelo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 186/08.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 8-M. 16.001, em 2 de outubro de 2008.

Pela escritura pública referida no registro anterior, o proprietário Jurandir Savi, já qualificado, vendeu o imóvel, gravado com o usufruto objeto do R. 7, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Célia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua Antonio Campostrine, n. 15 - Jardim Elvira Zanella, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 350,04; Guia:- 186/08.-.-.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 9-M. 16.001, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 16.001, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA 16.001 | FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **16001** , e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 12 de junho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A00000074632195

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 19.979 — FICHA: 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado junto ao INCRA., em maior porção, sob n. 615013 004472-0; Area total:- 58,0 ha.; mód. fiscal:- 20,0; n. mód. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 0,0 ha., denominado "Sítio Santana I";

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 2.142, de 2-3-60 deste Registro.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

A presente matricula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capitulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaiso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob n. 615013 004472-0; área total:- 58,00 ha.; mód. fiscal:- 20,0 ha.; n. móds. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 3,0 ha., em nome de Domingos Milan, de nacionalidade brasileira, conforme CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, ora apresentado; e, se acha inscrito na Receita Federal sob n. 0.728.256-7, conforme Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural referida no registro seguinte.- Desta:- nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

= CONTINUA NO VERSO =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1 VERSO

R. 4-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 79.275,80 (setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural sob n. 9098.1AF5.4FD8.7D2E, relativa ao ITR sobre o imóvel.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 57/06.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 69/71 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuido o valor de R$ 83.031,03 (oitenta e três mil e trinta e um reais e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.979

FICHA 2

R. 6-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 83.031,03, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.FB39.9B35, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.979, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.979, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA | FICHA | VERSO

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **19979** , e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 12 de junho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A00000074633193

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Um imóvel urbano constituído pelo lote de terreno sob n. 2 (dois) da quadra n. 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a Alameda Armando de Salles Oliveira; por um lado, com o lote n. 1; por outro lado com o lote n. 3; e, pelos fundos com o lote n. 16, da mesma quadra, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob n. 21500;

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 4.717, de 20-11-64, deste Registro.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 7 de agosto de 2003, acompanhado da certidão n. 93/03, expedida em 6-2-03, pela Prefeitura do Município de Adamantina e dos Alvarás de Habite-se n. 14/65 e 24/02, expedido em 27-2-03, pela Secretaria de Planejamento-Departamento de Engenharia daquela repartição, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que sobre o imóvel foi construída uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas, sob n. 110 da Alameda Armando de Salles Oliveira, cujas plantas para sua edificação foram aprovadas por aquela repartição em nome de Domingos Milan, em 11-3-65, com a área de 109,50 metros quadrados e em 23-9-02, com a área de 72,89 metros quadrados, totalizado uma área construída de 182,39 metros quadrados, estimando-se à obra o valor de R$ 195.872,26, segundo tabela do Sinduscon/SP. Apresentada com referên-

= CONTINUA NO VERSO =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 1 VERSO

cia à obra, a Certidão Negativa de Débito-CND do INSS n. 007532003-21030010, emitida em 9-5-03, via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivada na pasta própria sob n. 101/03. Título prenotado sob n. 91.143, em 29-8-03.- Desta:- R$ 163,94; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 4-M. 19.982, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 14.069,30 (quatorze mil e sessenta e nove reais e trinta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 50.945,62.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 418,26; Guia:- 57/06.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 66/68 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 14.224,30 (quatorze mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 2

R. 6-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalicio sobre o imóvel.- Valor atribuido ao imóvel:- R$ 14.224,30, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.982, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.982, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA | FICHA | VERSO

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **19982** , e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 12 de junho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A00000074634191

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 5.734

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 5.734 DATA:- 05-novembro-1.979
M	Metade do lote de terreno sob nº 9 (nove) da quadra nº - 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de - 288,00 metros quadrados, medindo 18 metros de frente por 16 metros da frente aos fundos, situada à Alameda Santa - Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando- pela frente com a citada via pública; por um lado com a - Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado - com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio - para comércio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, coberto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao salão comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com te--- lhas.- Eu [signature], escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.--
1- R. 01 Prot. 01 Nº 18951 05-11-79	Adquirentes:- ANA FIDALGO MILAN e seu marido Domingos Milan, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 153.034.978-87; Transmitentes:- Generosa Fidalgo - Conrad e seu marido Edmundo Conrad, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 012.410.018-04; - Título:- Divisão amigável; Forma do título:- Escritura - Pública de 26 de outubro de 1.979, das notas do 1º Cartório local, lavrada às fls. 46 do Lº 43; Valor:- Cr$ .... 297.653,20 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e - cinquenta e três cruzeiros e vinte centavos);'Registro anterior nº 4.355,digo, Registro anterior nº 01 da matrícula nº 4.355 deste Cartório.- Eu [signature], escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.-- Deste:- 600,00; Recibo:- 1.416-Série "B".-
AV. 2 12-9-03	**Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaiso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que a proprietária Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, é casada pelo regime da comunhão de bens com Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)**
AV. 3 23-3-06	**Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado na Prefeitura local sob n. 253800 e 254000, conforme carnês de IPTU do corrente exercício, ora apresentados.- Desta:-**

= CONTINUA NO VERSO =

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

MATRÍCULA N.º 5.734

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hlyffgiM.

Atos e referências	Livro n.º 2 - Registro Geral
	nihil - "ex officio".- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 4 23-3-06	Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de - 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), foi adjudicado a favor de <u>ANA FIDALGO MILAN</u>, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 37.462,92.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 57/06.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 5 2-8-06	Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 63/65 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, <u>transmitiu o imóvel a título de doação</u>, ao qual foi atribuido o valor de R$ 11.817,53 (onze mil e oitocentos e dezessete reais e cinqüenta e três centavos), a <u>MARIA APARECIDA MILAN</u>, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; <u>EVA MILAN</u>, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; <u>OSVALDO MILAN</u>, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com <u>Claire Maria Pinotti Milan</u>, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, <u>ORLANDO MILAN</u>, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com <u>Maria Celia Trentino Milan</u>, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 293,84; Guia:- 144/06.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 2-8-06	<u>USUFRUTO VITALICIO</u> - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora <u>ANA FIDALGO MILAN</u>, já quali-
	= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 5.734 | FICHA 2

ficada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 11.817,53, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 5.734, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 5.734, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA | FICHA | VERSO

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **5734** , e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 12 de junho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A0000007463519Z

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE JACUPIRANGA-SP
Rua Capitão Santana Ferreira, 149, Centro - Jacupiranga - Cep: 11940-000 - Tel.: (13) 3864-1134

FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS
Oficial Registrador

LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL — REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE JACUPIRANGA
Estado de São Paulo
GUILHERME GIMENES - Escrivão

MATRÍCULA: 18.556 — FOLHA: 01 — Jacupiranga, 07 de dezembro de 19 82

Imovel: O lote de terreno n. 07 da quadra A do loteamento Jardim Elvira Zanella, perimetro urbano, no distrito e municipio de Pariquera Açú, desta comarca, assim descrito e confrontado: mede 15 ms de frente, em reta e em curva; 20 ms por um lado; 27,50 ms de outro lado e 15 ms nos fundos, no total de 395,12 m2, confrontando pela frente com uma rua sem denominação, lado direito lote 6, esquerdo rua sem denominação e fundos lote 14. C.1.258.
Proprietária: Construtora Hecriza Ltda., com sede na cidade de Santos-SP à rua Amador Bueno, 38, CGC 51.073.211/0001-95.
Registro anterior: R.1 e 2, matricula 6.889, Lº 2 deste cartorio

Guilherme Gimenes-escrivão
=/
R.1/18.556, em 07 de dezembro de 1982
Titulo: Venda e compra.
Instrumento e adquirente: Nos termos da escritura publica de venda e compra lavrada no 1º cartorio local, Lº 55, fls. 16/18 em data de 06.12.1982, o lote de terreno acima descrito foi transmitido definitivamente para CILIO ZANELLA, brasileiro, comerciante, RG 5.331.400-SP, CIC 139.980.728-53, casado no regime da comunhão de bens antes da lei 6.515/77 com Ivone Bertoldo Zanella. residente em Pariquera Açú, desta comarca.
valor: C$.50.000,00.
condições: as comuns.

Guilherme Gimenes-escrivão
> (D. e selos- C$.4.158,00 - guia 220/82)

(segue no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

MATRÍCULA 18.556 FOLHA 01 verso

R.2/18.556, em 15 de abril de 1988.
Titulo: venda e compra.
Nos termos da escritura de venda e compra lavrada no cartório de P.Açú, Lº 53,fl.123 em 04.04.88, Cilio Zanella, retro qualificado e s/m. Ivone Bertholdo Zanella, RG 1.473.117, SP, CIC n.- 139.980.728-53, transmitiram definitivamente o imovel desta - matricula para VALTER LUCATO JUNIOR, brasileiro, comerciante, RG 9.363.450, SP, CIC 043.143.408-51, casado no regime da comunhão parcial de bens após a lei 6.515/77 com Maristela Rodrigues Lucato, residente e domiciliado em P.Açú à Av.Dr. Carlos Botelho, 582.
valor: Cz$.50.000,00.
condições: as comuns.
escrevº autª escrivão
(Maria T.Bertoli) (João B.Sallesse).
d.selos-Cz$.3.131,83-guia 66/88.
=/=
R.3/18.556, em 08.09.1994
Titulo: Carta de Sentença
Nos termos da Carta de Sentença datada de 06.09.1994, assinada pelo MM.Juiz de Direito desta comarca de Jacupiranga, Dr.Richard Paulro Pae Kim, extraida dos autos de separação judicial consensual n. 109/92, foi homologada a separação do casal Valter Lucato Junior e s/m. Maristela Rodrigues Lucato e, que ela passará a assinar seu nome de solteira, Maristela Rodrigues.
valor: R$.221,10
condições: as constantes do titulo;
escrevª autª escrivão
(Maria T, Bertoli) (João B.Sallesse)
d.selos-R$. 34,49 ,guia 128/94
=/=

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE JACUPIRANGA-SP
Rua Capitão Santana Ferreira, 149, Centro - Jacupiranga - Cep: 11940-000 - Tel.: (13) 3864-1134

FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS
Oficial Registrador

LIVRO N º 2 - REGISTRO GERAL — OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Jacupiranga - SP

matrícula 18.556 | ficha 02 | Jacupiranga, 21 de Julho de 2006

Av.4, em 21/07/06
Procedo esta averbação para constar que Valter Lucato Junior, casou-se no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77 com Silvana Boiago, portadora do RG n.º 3.929.670-5/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 579.076.259-04, conforme certidão de casamento n.º 11.176, fls.082, Livro B-74, do Registro Civil Portão de Curitiba/PR, a contraente passou a assinar Silvana Boiago Lucato.
Guia 134/05; D.selos – R$ 13,93

João Batista Sallesse – Oficial

Av.5, em 21/07/06
Procedo esta averbação para constar que Maristela Rodrigues, casou-se no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77 com Ricardo de Vicenzo, portador do RG n.º 16.278.171-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 130.701.958-73, conforme certidão de casamento n.º 10.712, fls.282, Livro B-36, do Registro Civil das Pessoas Naturais de Osasco/SP, a contraente passou a assinar Maristela Rodrigues de Vicenzo.
Guia 134/05; D.Selos – R$ 13,93

João Batista Sallesse – Oficial

R.6, em 21/07/06

Título: Venda e Compra
Nos termos da Escritura de Venda e Compra lavrada no Tabelião de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais de Pariquera-Açú, desta Comarca de Jacupiranga, Estado de São Paulo, Livro nº 85, fls.075/78, em 13/07/2006, Valter Lucato Junior, retro qualificado, assistido por sua mulher Silvana Boiago Lucato, brasileira, bancária, RG n.º 3.929.670-5-SSP/PR, CPF/MF n.º 579.076.259-04, residentes e domiciliados na Rua Santa Bernadete n.º 416, Vila Lindóia, Curitiba, Estado do Paraná e Maristela Rodrigues de Vicenzo, brasileira, assistente de departamento pessoal, RG n.º 15.321.847-2-SSP/SP, CPF/MF n.º 159.024.418-46, assistida por seu marido Ricardo de Vicenzo, brasileiro, comerciante, RG n.º 16.278.171-4-SSP/SP, CPF/MF n.º 130.701.958-73, residentes e domiciliados na Rua Amadeu da Ressurreição n.º 203, Presidente Altino, Osasco/SP, transmitiram definitivamente o imóvel desta matrícula para **OSVALDO MILAN**, brasileiro, empresário, RG n.º 10.205.631-SSP-SP, CPF/MF n.º 044.450.578-43 e sua mulher ***CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN***, brasileira, professora, RG n.º 7.771.643-SSP/SP e CPF/MF n.º 047.225.858-30, casados sob o regime da Comunhão Universal de Bens na vigência da Lei 6515/77, com Pacto Antenupcial registrado sob n.º 3.473, Livro 3-A do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Junqueirópolis/SP, residentes e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

matrícula
18.556

ficha
02
verso

domiciliados à Rua João Tobias Filho n.º 24, Centro, na cidade de Pariquera-Açú, Estado de São Paulo. Inscrição Cadastral n.º 3605B.
Valor: R$ 4.000,00 ***Valor Venal:*** R$ 4.109,25
Condições: As constantes da Escritura.
Guia 134/06; D.Selos – R$ 386,71

João Batista Sallesse – Oficial
/=/

Prenotação n. 60.649, de 11 de junho de 2019
AV.7 - <u>PENHORA</u>: Conforme Certidão de Penhora expedida em 11 de junho de 2019 pelo Escrivão/Diretor do Oficio Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu - SP, Sr. Alexandre Cleto Porto, Processo de Execução Civil sob numero de ordem: 00003785220178260424, em que figura como Exequente MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como Executados, ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72; OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43 e OSVALDO MILAN - ME, CNPJ n. 56.184.237/0001-24, procede-se à averbação da penhora de **100% do imóvel desta matricula.** No processo supracitado também foi determinada a penhora sobre 25% dos imóveis objeto das matriculas n. 5.734; 16.001; 19.979 e 19.982, pertencentes ao Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Adamantina - SP. Protocolo de Penhora Online: PH000271283. Valor da dívida: R$ 235.922,02. Data do auto ou termo: 19/03/2019. Nome do depositário: OSVALDO MILAN. Jacupiranga, 13 de junho de 2019.

Felipe de Oliveira Santos
Oficial de Registro

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hIyffgiM.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE JACUPIRANGA-SP

Rua Capitão Santana Ferreira, 149, Centro - Jacupiranga - Cep: 11940-000 - Tel.: (13) 3864-1134

FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS
Oficial Registrador

CERTIFICO que a presente foi extraída em inteiro teor, **da matrícula nº.: 18556**, em forma reprográfica, nos termos do artigo 19, § 1º da Lei 6.015/1973 e refere-se aos atos praticados até o dia imediatamente anterior à emissão. **Jacupiranga-SP, 13 de junho de 2019.** ESCREVENTE.

RAYSSA DE SOUZA CARRIEL

Ao Oficial...:	**R$**	**0,00**
Ao Estado....:	**R$**	**0,00**
Ao IPESP.....:	**R$**	**0,00**
Ao Reg. Civil:	**R$**	**0,00**
Ao Trib. Just:	**R$**	**0,00**
Ao Município.:	**R$**	**0,00**
Ao Min.Púb...:	**R$**	**0,00**
Total.....:	**R$**	**0,00**

Certidão de ato praticado protocolo nº: 60649

Controle: 13289

Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site do Tribunal de Justiça:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1210793C3000000000889901U

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 18:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hlyffgiM.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA — ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 16.001

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 16.001 DATA:- 02 dezembro 1992.-
M	Um prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, - com 40,28m2 de áreaconstruída, com 2 quartos, sala, cozi-- nha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 68, no Conjunto - Habitacional Jardim Mandacaru, nesta cidade ecomarca de Adamantina, e seu respectivoterreno compreendendo o lote - 8 (oito) da quadra "D"; com a área superficial de 212,16 - metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a - referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pú blica olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confron ta como lote nº 7;e, pelos fundos mede 8,84 metros e con-- fronta com o lote nº 23, devidamente cadastrado na Prefei- tura local sob nº 01094200-4; Proprietária:- COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERES SESSOCIAL - CRHIS., sociedade de economia mista intermuni- cipal, com sede na cidade de Araçatuba, deste Estado, ins- crita no CGC/MF sob nº 51.097.236/0001-29; Construtora:- PAEZ DE LIMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E EMPREEN- DIMENTOS LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Capital deste Estado, inscrita no - CGC/MF sob nº 49.577.752/0001-09; Registro anterior:- 01 e AVs. 04 e 05 da matrícula nº 14.968 deste Cartório.- Eu , escrevente autori- zado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 01 Prot.1-A Nº 64046 02 12 92	Adquirentes:- ABRAÃO JOSÉ DOS SANTOS, RG. 13.323.798-SP, comerciário e s/mr. VILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, RG. - nº 22.505.035-SP, do lar, brasileiros,casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77,- residentes nesta cidade, portadores do CIC sob número ... 036.705.328-46; Transmitentes - doadora do terreno e vende dora da benfeitoria:- A proprietária e construtora, respec tivamente, referidas na matrícula; Título:- Doação e Com-- pra e Venda; Forma do título:- Instrumento Particular com' caráter de escritura pública celebrado nesta cidade, aos - 18 de dezembro de 1991, em quatrovias, legalizado, uma via arquivada; Valor-terreno:- Nihil; Valor-benfeitoria:- Cz$ .. 3.967.297,01 (três milhões e novecentos e sessenta e sete' mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e umcentavo); - Foram apresentadas e ficam arquivadas cópias reprográficas das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelo MTPS/ INSS, a saber:- nº 955664 - Série "B",expedida em 31 08 92, pela Região Fiscal de Araçatuba, deste Estado (doadora);e, nº 753783 - Série "C", expedida em 13 11 92, pela Região - Fiscal de São Paulo-Lapa (vendedora)e cópias reprográficas das Certidões de Quitações de Tributos Federais Adminis-- trados pelaSecretaria da Receita Federal expedidas por Ara çatuba, em 23 11 92 (doadora) e por São Paulo, em 14 09 92 (vendedora).- Eu , escrevente autorizado, da tilografei,conferi e subscrevi.-
R. 02 idem	Credora:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, instituição finan-- ceira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasí- lia-DF. e Agênciadesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº - 00.360.305/0001-04; Devedores:- Os adquirentes constantes' do R. 01; Título:- Hipoteca (em primeira e especial hipote ca); Forma do título:- A mesma do R. 01, referido; Valor - do mútuo:- Cz$ 3.807.386,77,pagável através de 300 presta--- ções mensais e consecutivas dovalor inicial total de Cz$ ...

- continua no verso -

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

MATRÍCULA N.º 16.001

Certidão eletrônica gerada em 23/07/2019 às 17:26 . Registradores www.registradores.org.br Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsiHO3h.

Atos e referências	Livro n.º - Registro Geral
	₲ 34.048,71, vencendo-se a primeira prestação a contar 30 dias da data do título, à taxa anual de juros nominal de - 5,90% e efetiva de 6,0621%; Pena convencional:- 10%; De--- mais condições: As do título.- Eu , escrevente - autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.- Destes:- 24.132,40; Guia:- 227/92.-
AV. 3 11-2-04	Pela certidão expedida em 11 de setembro de 2003, da escritura pública de cessão de créditos e de assunção de dívidas lavrada em 18 de março de 2002, no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, a fls. 1/3 do livro n. 2323-E, a credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, já qualificada, cedeu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, empresa pública federal, com sede em Brasília-DF, na SBS Q. 4 Lote 03/04, Edifício Anexo do Prédio da Matriz da CEF, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.527.335/0001-13, todos os direitos oriundos do crédito hipotecário objeto do R. 2 desta matrícula, compreendendo o principal, seu reajuste monetário, os juros e demais encargos, bem como as garantias existentes, pelo preço de R$ 25.316,60 (vinte e três mil e trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Demais condições:- As do título.- Foram apresentadas:- a Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa, sob n. 6.496.731, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa sob n. 472192003-23001040, emitida via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivadas nas pastas próprias sob n. 1/04 e 21/04, respectivamente.- Título prenotado sob n. 92.440, em 10-2-04.- Desta:- R$ 100,78; Guia:- 28/04.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 4 27-3-07	Pelo instrumento particular celebrado nesta cidade em 26 de março de 2007, legalizado e arquivado, foi pela credora Empresa Gestora de Ativos, autorizado o cancelamento do R. 2 desta matrícula, em virtude da liquidação da dívida.- Título prenotado sob n. 101.561, em 26-3-07.- Desta:- R$ 57,41; Guia:- 59/07.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 5 22-9-08	Pela Lei Municipal n. 2.625, de 4 de outubro de 1995, arquivada, a Rua Seis, passou a denominar-se Rua Vinicius de Moraes; e, o Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, passou a denominar-se Jardim dos Poetas, nesta cidade.- Desta:- Nihil - "ex officio".- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 22-9-08	Pela escritura pública de venda e compra de 18 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 158 e 159 do livro n. 222, os proprietários Abraão José dos Santos e sua mulher Vilma Maria Pereira dos Santos, CIC n. 179.450.938-09, já qualificados, venderam o imóvel pelo valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a JURANDIR SAVI, RG. n. 14.082.876-SSP/SP e CIC n. 045.824.018-48, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua Adoniran Barbosa, n. 269 - Vila Jardim Ipiranga, nesta cidade.- Título prenotado sob n. 106.207, em 19-9-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 178/08.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 7 2-10-08	Pela escritura pública de venda e compra de 29 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 211 e 213 do livro n. 222, verifica-se que o USUFRUTO do imóvel foi constituido a título oneroso por ANA FIDALGO MILAN,

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Certidão emitida pelo SREI
Registradores www.registradores.org.br
Central Registradores de Imóveis
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsiHO3h.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 16.001 | FICHA 2

RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade, por venda que lhe fez o proprietário Jurandi Savi, já qualificado, pelo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 186/08.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 8-M. 16.001, em 2 de outubro de 2008.

Pela escritura pública referida no registro anterior, o proprietário Jurandir Savi, já qualificado, vendeu o imóvel, gravado com o usufruto objeto do R. 7, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Célia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua Antonio Campostrine, n. 15 - Jardim Elvira Zanella, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 350,04; Guia:- 186/08.-.-.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 9-M. 16.001, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 16.001, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

www.registradores.org.br
Registradores Central Registradores de Imóveis
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsiHO3h.

MATRÍCULA 16.001 | FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 11-M. 16.001, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	**Valor cobrado - R$**
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **16001**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 18 de julho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A00000076156193

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Registradores Central Registradores de Imóveis
www.registradores.org.br
Certidão emitida pelo SREI

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA	FICHA
19.979	1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapei, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Dito, devidamente cadastrado junto ao INCRA., em maior porção, sob n. 615013 004472-0; Area total:- 58,0 ha.; mód. fiscal:- 20,0; n. mód. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 0,0 ha., denominado "Sítio Santana I";

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 2.142, de 2-3-60 deste Registro.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaiso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob n. 615013 004472-0; área total:- 58,00 ha.; mód. fiscal:- 20,0 ha.; n. móds. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 3,0 ha., em nome de Domingos Milan, de nacionalidade brasileira, conforme CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, ora apresentado; e, se acha inscrito na Receita Federal sob n. 0.728.256-7, conforme Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural referida no registro seguinte.- Desta:- nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

= CONTINUA NO VERSO =

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.org.br Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

MATRÍCULA 19.979 — FICHA 1 VERSO

R. 4-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 79.275,80 (setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural sob n. 9098.1AF5.4FD8.7D2E, relativa ao ITR sobre o imóvel.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 57/06.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 69/71 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 83.031,03 (oitenta e três mil e trinta e um reais e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.org.br Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA	FICHA
19.979	2

R. 6-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuido ao imóvel:- R$ 83.031,03, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Titulo prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-;
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.979, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.979, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

= CONTINUA NO VERSO =

www.registradores.org.br Certidão emitida pelo SREI
Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

MATRÍCULA	FICHA
19.979	2 VERSO

AV. 9-M. 19.979, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **19979** , e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 18 de julho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A00000076157191

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selod igital.tjsp.jus.br

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 — FICHA 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Um imóvel urbano constituido pelo lote de terreno sob n. 2 (dois) da quadra n. 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a Alameda Armando de Salles Oliveira; por um lado, com o lote n. 1; por outro lado com o lote n. 3; e, pelos fundos com o lote n. 16, da mesma quadra, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob n. 21500;

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 4.717, de 20-11-64, deste Registro.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 7 de agosto de 2003, acompanhado da certidão n. 93/03, expedida em 6-2-03, pela Prefeitura do Município de Adamantina e dos Alvarás de Habite-se n. 14/65 e 24/02, expedido em 27-2-03, pela Secretaria de Planejamento-Departamento de Engenharia daquela repartição, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que sobre o imóvel foi construída uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas, sob n. 110 da Alameda Armando de Salles Oliveira, cujas plantas para sua edificação foram aprovadas por aquela repartição em nome de Domingos Milan, em 11-3-65, com a área de 109,50 metros quadrados e em 23-9-02, com a área de 72,89 metros quadrados, totalizado uma área construida de 182,39 metros quadrados, estimando-se à obra o valor de R$ 195.872,26, segundo tabela do Sinduscon/SP. Apresentada com referên-

= CONTINUA NO VERSO =

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.org.br Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsiHO3h.

MATRÍCULA
19.982

FICHA
1
VERSO

cia à obra, a Certidão Negativa de Débito-CND do INSS n. 007532003-21030010, emitida em 9-5-03, via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivada na pasta própria sob n. 101/03. Título prenotado sob n. 91.143, em 29-8-03.- Desta:- R$ 163,94; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 4-M. 19.982, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 14.069,30 (quatorze mil e sessenta e nove reais e trinta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 50.945,62.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 418,26; Guia:- 57/06.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 66/68 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 14.224,30 (quatorze mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores
Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA	FICHA
19.982	2

R. 6-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 14.224,30, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alinea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.982, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.982, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 9-M. 19.982, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

www.registradores.org.br Certidão emitida pelo SREI
Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, [assinatura]. (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **19982**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 18 de julho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A0000007615819Z

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 5.734

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 5.734 DATA:- 05-novembro-1.979
M	Metade do lote de terreno sob nº 9 (nove) da quadra nº - 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de - 288,00 metros quadrados, medindo 18 metros de frente por 16 metros da frente aos fundos, situada à Alameda Santa - Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando- pela frente com a citada via pública; por um lado com a - Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado - com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescen te do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeito rias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio para comércio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômo- dos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, coberto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao salão comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, conten- do, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com te-- lhas.- Eu , escrevente autorizado, datilo- grafei, conferi e subscrevi.--
1- R. 01 Prot. 01 Nº 18951 05-11-79	Adquirentes:- ANA FIDALGO MILAN e seu marido Domingos Mi lan, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 153.034.978-87; Transmitentes:- Generosa Fidalgo Conrad e seu marido Edmundo Conrad, brasileiros, proprie tários, residentes nesta cidade, CIC:- 012.410.018-04; Título:- Divisão amigável; Forma do título:- Escritura - Pública de 26 de outubro de 1.979, das notas do 1º Cartó- rio local, lavrada às fls. 46 do Lº 43; Valor:- Cr$ .... 297.653,20 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e - cinquenta e três cruzeiros e vinte centavos);'Registro an terior nº 4.355,digo, Registro anterior nº 01 da matrícu- la nº 4.355 deste Cartório.- Eu , escre-- vente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.-- Deste:- 600,00; Recibo:- 1.416-Série "B".-
AV. 2 19-9-03	**Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para cons- tar que a proprietária Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, é casa- da pelo regime da comunhão de bens com Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, desde 15 de julho de 1945, portanto, ante- riormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)**
AV. 3 23-3-06	**Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado na Pre- feitura local sob n. 253800 e 254000, conforme carnês de IPTU do corrente exercício, ora apresentados.- Desta:-**

= CONTINUA NO VERSO =

MATRÍCULA N.º 5.734

Certidão emitida pelo CRI

www.registradores.org.br

Registradores

Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsiHO3h.

Atos e referências	Livro n.º 2 - Registro Geral
	nihil - "ex officio".- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 4 23-3-06	Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de - 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 37.462,92.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 57/06.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 5 2-8-06	Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 63/65 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 11.817,53 (onze mil e oitocentos e dezessete reais e cinqüenta e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 293,84; Guia:- 144/06.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 2-8-06	USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já quali-

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

www.registradores.org.br Certidão emitida pelo SREI
Registradores Central Registradores de Imóveis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 5.734 | FICHA 2

ficada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 11.817,53, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 5.734, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 5.734, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 9-M. 5.734, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n.

= CONTINUA NO VERSO =

www.registradores.org.br Certidão emitida pelo SREI
Registradores Central Registradores de Imóveis
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsIHO3h.

MATRÍCULA 5.734 | FICHA 2 VERSO

00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO	Valor cobrado - R$
CERTIFICO E DOU FÉ que esta certidão, composta de **4** página(s), foi extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei Federal n. 6.015/73, da matrícula n. **5734**, e tem o imóvel sua situação, quanto a ônus reais, alienações, ações reais e pessoais reipersecutórias, referida na presente.	CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINAL
PRAZO DE VALIDADE	**Emissão feita por:**
Para fins notariais, a presente certidão é VÁLIDA POR 30 DIAS, a contar da data da sua emissão.	**(Certidão assinada digitalmente)** **ADEMAR LUÍS VERGILIO** **OFICIAL**
Adamantina, 18 de julho de 2019.	

SELO DIGITAL

1196933E30A0000007615919X

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nEsiHO3h.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que melhor compulsando os autos, verifiquei que os co-executados Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME não constituíram advogado no processo de conhecimento, conforme se observa na certidão de fls. 06 e sentença de fls. 07/18, de modo que não foram intimados nos termos da decisão de fls. 55, ao contrário do que foi certificado às fls. 61, sendo intimado do presente cumprimento de sentença tão somente o executado Orlando Milan, na pessoa de seu advogado constituído. Certifico mais, que expedi nesta data a carta de intimação aos executados Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME. Nada Mais. Pariquera-Acu, 23 de julho de 2019. Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 17:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código gEV1ok0h.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedir carta de intimação, carta precatória e mandado

Nada Mais. Pariquera-Acu, 23 de julho de 2019. Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 18:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código mEfFaaky.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE INTIMAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

Destinatário(a):
Osvaldo Milan
Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella
Pariquera-Acu-SP
CEP 11930-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** para que, no **PRAZO de 15 (quinze) dias úteis**, pague a quantia fixada em sentença disponibilizada na internet, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil).

ADVERTÊNCIAS/PRAZO: 1- Nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. **2-** O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta intimação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Pariquera-Acu, 23 de julho de 2019. João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 18:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0IPv4nM9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE INTIMAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

Destinatário(a):
Osvaldo Milan Me
Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella
Pariquera-Acu-SP
CEP 11930-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** para que, no **PRAZO de 15 (quinze) dias úteis**, pague a quantia fixada em sentença disponibilizada na internet, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil).

ADVERTÊNCIAS/PRAZO: 1- Nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. **2-** O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta intimação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Pariquera-Acu, 23 de julho de 2019. João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 23/07/2019 às 18:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nZPKxHCo.

fls. 232

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

31/07/2019
LOTE: 65765

AR
9912280467-SE/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Osvaldo Milan

Rua Francisco Elias, 15, -, Jardim Elvira Zanella

Pariquera-Acu, SP

11930-000

AR035400701JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

AC PARIQUERA-AÇU
05 AGO 2019
SE/SPM

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

João Faria Da Silva
Matr.: 8.928.755-0
Carteiro

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR
OSVALDO MILAN

DATA DE ENTREGA
05/08/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
Osvaldo Milan

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE
10.205.624

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por v-post.correios.com.br, liberado nos autos em 09/08/2019 às 13:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdImConferenciaDocumento.do, informe o processo 00009782520178260424 e código MNW.

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

31/07/2019
LOTE: 65765

fls. 233

AR
9912260497-SC/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO
Osvaldo Milan Me

Rua Francisco Elias, 15, -, Jardim Elvira Zanella

Pariquera-Acu, SP
11930-000

AR035400715JF

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª ___/___/___ ___:___ h
2ª ___/___/___ ___:___ h
3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

AC PARIQUERA-AÇU
05 AGO 2019
SE/SPM

BV

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR
OSVALDO MILAN

DATA DE ENTREGA
05/08/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
Osvaldo Milan

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE
10.201.631

João Faria Da Silva Filho
Matr.: 8.928.755-0
Carteiro

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por u.post.correios.com.br, liberado nos autos em 09/08/2019 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLogin/pgdLoginCorreriaDocumentoJuntoInformeProcesso00008752120178260400.do e informe o processo 00008752120178260400 e código 9912260497.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA PRECATÓRIA – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**
Prazo para Cumprimento:	*** dias**
Valor da Causa:	**Valor da Ação << Informação indisponível >>**

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO Foro de Pariquera-Açu DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE ADAMANTINA/SP.

O(A) Exmo(a) Sr(a). Dr(a). ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe.

FINALIDADE: AVALIAÇÃO dos bens do(a) executado(a), **Orlando Milan e Osvaldo Milan** , situados nos endereços abaixo:

1 – prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, com 40,28 m² de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, atual Rua Vinicius de Morais, nº 68, - Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru – Jardim dos Poetas, município de Adamantina. Registrado na matrícula 16.001 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

2 – uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, município de Adamantina, registrado na matrícula 19.979 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

3 – Imóvel urbano situado na Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, com área de 384 m², registrado na matrícula nº 19.982 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

4 – Metade do lote de terreno sob nº 9, da quadra nº 124, com área de 288 m², situado na Alameda Santa Cruz, município de Adamantina – Registrado na matrícula 5.734 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **lxvdmy**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

ENDEREÇO A SER DILIGENCIADO: Imóveis acima descritos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 23/08/2019 às 15:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Rlc3qxwz.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

PROCURADOR(ES):
Dr(a). Caio Cesar Freitas Ribeiro, OAB nº 93364/SP.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável CUMPRA-SE, se digne determinar as diligências para seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Pariquera-Acu, 23 de julho de 2019. Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 23/08/2019 às 15:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Rlc3qxwz.

Carta Precatória para distribuir

JOAO AMARO LISBOA NETO

Seg, 26/08/2019 18:00

Para: ADAMANTINA - SECAO DE DISTRIBUICAO JUDICIAL <adamantina@tjsp.jus.br>

1 anexos (19 MB)

Carta Precatória - autos 378-52.2017 - Avaliação.pdf;

Autos nº 378-2.2017.8.26.0424
Cumprimento de Sentença
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Executados: Orlando Milan e outros

Boa tarde!

Encaminho a carta precatória anexa para distribuição.
att.

JOÃO AMARO LISBOA NETO
Oficial Maior

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Comarca de Pariquera-Açu - Vara Única
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro - Pariquera-Açu/SP - CEP: 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: jalisboan@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 26/08/2019 às 18:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6WI4dtgp.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que o Executado Osvaldo Milan – Osvaldo Milan Me, foi devidamente intimado a pagar a quantia fixada em sentença, conforme ARs juntados 232/233, porém, manteve-se silente.

Nada Mais. Pariquera-Acu, 02 de setembro de 2019. Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 02/09/2019 às 12:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nACjG3wO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 02 de setembro de 2019.
Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 02/09/2019 às 12:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JSI6Rc7g.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**

CERTIFICA-SE que em 02/09/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 02 de setembro de 2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/09/2019 às 12:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código TCEWaYmT.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **03/09/2019 15:21**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 3 de Setembro de 2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATA PIRES SMITH DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 03/09/2019 às 15:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 9lQrFR0N.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz:

1) Ciente de fl. 237.

2) Aguardo o cumprimento da carta precatória de fls. 234/235.

Pariquera-Açu, 3 de setembro de 2019

(assinatura digital)
Renata Pires Smith da Silva
Promotora de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATA PIRES SMITH DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:09 , sob o número WPQU19700079910
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Rd6whUma.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA PRECATÓRIA – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**
Prazo para Cumprimento:	*** dias**
Valor da Causa:	**Valor da Ação << Informação indisponível >>**

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO Foro de Pariquera-Açu DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE ADAMANTINA/SP.

O(A) Exmo(a) Sr(a). Dr(a). ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(à) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca deprecada à qual esta for distribuída que, perante este Juízo e respectivo Cartório, se processam os termos da ação em epígrafe.

FINALIDADE: AVALIAÇÃO dos bens do(a) executado(a), **Orlando Milan e Osvaldo Milan** , situados nos endereços abaixo:

1 – prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, com 40,28 m² de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, atual Rua Vinicius de Morais, nº 68, - Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru – Jardim dos Poetas, município de Adamantina. Registrado na matrícula 16.001 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

2 – uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, município de Adamantina, registrado na matrícula 19.979 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

3 – Imóvel urbano situado na Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, com área de 384 m², registrado na matrícula nº 19.982 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

4 – Metade do lote de terreno sob nº 9, da quadra nº 124, com área de 288 m², situado na Alameda Santa Cruz, município de Adamantina – Registrado na matrícula 5.734 do Registro de Imóveis dessa Comarca.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **lxvdmy**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

ENDEREÇO A SER DILIGENCIADO: Imóveis acima descritos.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e o código 421D75D.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO e ALEXANDRE CLETO PORTO, em 02/12/2019 às 13:18:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 421D75D.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
30ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
COMARCA DE ADAMANTINA
Avenida Dr. Adhemar de Barros, nº 133 – CEP 17800-000 – fone/fax (18) 3521-1814

AUTO DE AVALIAÇÃO

Aos 05 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (2.019), nesta cidade de Adamantina, onde em diligência me encontrava, eu, Oficial(a) de Justiça infra-assinado, em cumprimento ao mandado expedido pela MM. Juíza de Direito da 3ª Vara, extraído dos autos de **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL** - feito nº 0002347-93.2019.8.26.0081, em que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** move **ORLANDO MILAN,** diligenciei aos endereços indicados e, ali estando, após as formalidades legais, **PROCEDI AVALIAÇÃO** dos seguintes bens:

1) ***- 01 prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, com 40,28 m² de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, atual Rua Vinícius de Morais, nº 68, - Conjunto Habitaciona Jardim Mandacaru – Jardim dos Poetas, município de Adamantina. Registrado na matrícula 16.001 do Registro de Imóveis desta Comarca.***

Avaliação Estimada: R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

2) ***- 01 (uma) área de terras com 20,00 alqueires paulista, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, município de Adamantina. Registrado na matrícula 19.979 do Registro de Imóveis desta Comarca.***

Avaliação Estimada: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)

- *Avaliação procedida no VTN (valor da terra nua, sem considerar as acessões, construções, plantações e benfeitorias)*

3) ***- 01 (um) imóvel urbano situado na Alameda Armando Salles de Oliveira, 110, com área de 384 m², município de Adamantina. Registrado na matrícula 19.982 do Registro de Imóveis desta Comarca.***

Benfeitorias: uma casa residencial em alvenaria coberta de telhas.

Avaliação Estimada: R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)

4) ***– metade do lote de terreno sob nº 9, da quadra nº 124, com área de 288 m², situado na Alameda Santa Cruz município de Adamantina. Registrado na matrícula 5.734 do Registro de Imóveis desta Comarca.***

Benfeitorias: um imóvel residencial e um imóvel comercial, ambos em alvenaria.

Avaliação Estimada Total: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

Avaliação Estimada (metade 50%): R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WALDOMIRO BARROS MILAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Comarca de Adamantina, em 17/12/2019 às 15:16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002347-92.2019.8.26.0081 e código 19122016D.

Feita a avaliação estimada, lavrei o presente laudo, por mim digitado e devidamente assinado, colocando-me à disposição de V. Exa. para outros esclarecimentos que porventura forem necessários.

MAIRA YUMI TAJIMA
OFICIAL(A) DE JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MAIRA YUMI TAJIMA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP em 17/12/2019 às 16:16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002348-92.2012.8.26.0224 e código 16702160.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ADAMANTINA
FORO DE ADAMANTINA
3ª VARA
Avenida Adhemar de Barros, 133, ., Centro - CEP 17800-000, Fone: (18) 3521-1814, Adamantina-SP - E-mail: adamant3@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0002347-93.2019.8.26.0081**
Classe - Assunto:	**Carta Precatória Cível - Atos executórios**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Maira Yumi Tajima Maeoka (27276)**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 081.2019/007528-1 PROCEDI A AVALIAÇÃO dos imóveis indicados, conforme auto anexo. O referido é verdade e dou fé.

Adamantina, 25 de outubro de 2019.

Número de Cotas: 01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MAIRA YUMI TAJIMA MAEOKA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 02/12/2019 às 15:36:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002347-93.2019.8.26.0081 e código 207615ED.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 17 de dezembro de 2019.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 17/12/2019 às 11:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código cvmornTc.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 17/12/2019 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 17 de dezembro de 2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 17/12/2019 às 11:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 8UdprmZF.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Pariquera-Açu
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE NÃO LEITURA – CONTAGEM DE PRAZO DO ATO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que, em 27/12/2019, transcorreu o prazo de leitura no portal eletrônico, do ato abaixo. Considera-se o início do ato em 21/01/2020.

Destinatário do Ato: Justiça Pública

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 28/12/2019.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/12/2019 às 10:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ayo08yhh.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu-SP

Autos n.º 0000378-52.2017.8.26.0424

Meritíssimo Juiz,

Fls. 242/245: ciente.

Requeiro a homologação da avaliação de fls. 242/245 e seja determinado o início dos atos de expropriação, nos termos do artigo 880 e seguintes, do Código de Processo Civil., nomeando-se, desde já, leiloeiro público para a consecução da hasta pública.

Pariquera-Açu, 19 de janeiro de 2020.

Natália Rosalem Cardoso

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA ROSALEM CARDOSO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2020 às 18:53 , sob o número WPQU20700003347
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código P8Fz1J72.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo:	0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de Sentença
Exequente:	Ministério Público do Estado de São Paulo
Executado:	Orlando Milan e outros

Juiz do Processo ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Vistos,

Intimem-se os executados acerca da avaliação.

Pariquera-Açu, 04/02/2020

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 04/02/2020 às 18:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Icnc4OTh.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 05 de fevereiro de 2020.
Eu, ___, Adriane Aparecida Da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/02/2020 às 10:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 8X3TMXgm.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 05/02/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 05 de fevereiro de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/02/2020 às 10:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código C5qb8iXL.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **06/02/2020 10:34**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 6 de Fevereiro de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALLYSON FERNANDO VENEGA CORADINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/02/2020 às 10:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Ay8Ni4ul.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0050/2020, foi disponibilizado na página 2820/2834 do Diário da Justiça Eletrônico em 06/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos, Intimem-se os executados acerca da avaliação. Pariquera-Açu, 04/02/2020"

Pariquera-Açu, 6 de fevereiro de 2020.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 06/02/2020 às 11:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NXOhjM9r.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM Juiz,

Reitero manifestação ministerial de fl. 249.

Pariquera- Açu, 05 de fevereiro de 2020.

ALYSSON FERNANDO VENEGA CORADINI

Promotora de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALLYSON FERNANDO VENEGA CORADINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2020 às 10:47 , sob o número WPQU20700009949
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5ybZ8ETF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Certifique a serventia eventual decurso de prazo para que os executados se manifestassem acerca da avaliação de bens de fls. 243/245 e tornem conclusos.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 24 de fevereiro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 26/02/2020 às 13:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código fonT3OPj.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0079/2020, foi disponibilizado na página 3440/3447 do Diário da Justiça Eletrônico em 28/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos. Certifique a serventia eventual decurso de prazo para que os executados se manifestassem acerca da avaliação de bens de fls. 243/245 e tornem conclusos. Intime-se."

Pariquera-Açu, 28 de fevereiro de 2020.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 28/02/2020 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Ql7VKHaW.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que os Executados foram devidamente intimados acerca da avaliação – página 254, porém, quedaram-se inertes.

Nada Mais. Pariquera-Acu, 02 de março de 2020. Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 02/03/2020 às 14:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0BYkmLVi.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO-MANDADO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado	**Osvaldo Milan, Osvaldo Milan Me e Orlando Milan**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos,

Homologo a avaliação de fl. 243/244 e defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico.

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias a primeiro e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.

Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 60% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de imóvel de incapaz.

A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro.

Para a realização do leilão, nomeio "Lance Judicial", que, conforme consta, é autorizada e credenciada pela JUCESP e habilitada perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art.887, do Código de Processo Civil.Deverá constar do edital, também, que:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 06/03/2020 às 10:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código WHEuSN14.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

- o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

- O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz.

A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Intimem-se os executados, na pessoa de seu advogado, ou, na ausência ou quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos.

Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei, averbando-se junto ao ARISP, caso ainda não feito.

Int.

Pariquera-Acu, 05 de março de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 06/03/2020 às 10:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código WHEuSN14.

GILSON CARLOS PEDRO

De: GILSON CARLOS PEDRO
Enviado em: sexta-feira, 6 de março de 2020 16:00
Para: contato@lancejudicial.com.br
Assunto: Realização de Leilão
Anexos: lei.pdf

Boa Tarde!

Pelo presente, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, Decisão proferida nos autos, a seguir anotado, a fim de que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias.

Autos sob n. 0000378-52.2017.8.26.0424

Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requeridos: Orlando Milan e outro

Senha do Processo: lxvdmy

Atenciosamente: Gilson Carlos Pedro - Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 06/03/2020 às 16:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código LzkMBWTH.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Valor da Causa:	**Valor da Ação << Informação indisponível >>**
Nº do Mandado:	**424.2020/000632-0**

Mandado expedido em relação a: Osvaldo Milan Me e Orlando Milan

Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella - CEP 11930-000, Pariquera-Acu-SP
Rua Santa Natália, n. 23, nesta.

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Pariquera-Acu, 06 de março de 2020.

4242020006320

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 06/03/2020 às 16:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qDlLZ0jk.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0105/2020, foi disponibilizado na página 2705/2713 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/03/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)

Teor do ato: "Vistos, Homologo a avaliação de fl. 243/244 e defiro o pedido de alienação em leilão judicial eletrônico. O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias a primeiro e 20 dias o segundo. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 60% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de imóvel de incapaz. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro. Para a realização do leilão, nomeio "Lance Judicial", que, conforme consta, é autorizada e credenciada pela JUCESP e habilitada perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal. O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art.887, do Código de Processo Civil.Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. - o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. - O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário. Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos. Intimem-se os executados, na pessoa de seu advogado, ou, na ausência ou quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 12/03/2020 às 12:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código DWnpfSkC.

endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei, averbando-se junto ao ARISP, caso ainda não feito. Int."

Pariquera-Açu, 12 de março de 2020.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 12/03/2020 às 12:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código DWnpfSkC.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Valor da Causa:	**Valor da Ação << Informação indisponível >>**
Nº do Mandado:	**424.2020/000632-0**

Mandado expedido em relação a: Osvaldo Milan Me e Orlando Milan

Endereço(s) a ser(em) diligenciado(s):

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella - CEP 11930-000, Pariquera-Acu-SP
Rua Santa Natália, n. 23, nesta.

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Pariquera-Acu, 06 de março de 2020.

16/3/20

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e o código 4E2A39A.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELISEU LAURINDO, liberado nos autos em 19/03/2020 às 12:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5vuzwJhh.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Eliseu Laurindo (31638)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 424.2020/000632-0 dirigi-me ao endereço indicado e aí sendo INTIMEI Orlando Milan, do inteiro teor deste mandado, que recebeu a contrafé e exarou o seu ciente.

O referido é verdade e dou fé.

Pariquera-Acu, 17 de março de 2020.

Número de Cotas: 01 ato

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELISEU LAURINDO, liberado nos autos em 19/03/2020 às 12:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6nn1s7OS.

Priscilla - Lance Judicial <priscilla@lancejudicial.com.br>
Ter, 10/03/2020 09:21

Para:

- GILSON CARLOS PEDRO

Cc:

- nomeacoes@lancejudicial.com.br

lei.pdf
154 KB

Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) , bom dia!

Acusamos recebimento da r. decisão abaixo e procederemos com as providências de estilo.

Em sequência o edital de Hasta Pública estará sendo devidamente protocolizado aos autos.

Agradecemos a oportunidade concedida para realização das praças/leilões deste MM. Juízo.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Priscilla Souza
Gerente – Jurídico OAB/SP 255.810
priscilla@lancejudicial.com.br **0800.780.8000 – (13) 3384.8000**

www.lancejudicial.com.br

Assista nosso novo vídeo publicitário (assistir com áudio - 1m45s): **http://www.youtube.com/watch?v=VSKICPW5xTw**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 19/05/2020 às 14:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código dLtjhWCk.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE PARIQUERA AÇU- SP

Processo nº 0000378-52.2017.8.26.0424

LANCE JUDICIAL CONSULTORIA EM ALIENAÇÕES JUDICIAIS ELETRÔNICAS LTDA., devidamente habilitada pelo TJ/SP, por seu advogado infra assinado, **honrada** com a sua nomeação nos autos do Cumprimento de Sentença que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** movem em face de **ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME**, vem, permissa máxima venia, a presença de Vossa Excelência, requerer:

1. Tendo em vista a edição dos Provimentos nºs 2.545/2020 e 2.549/2020, baixados tendo em vista a situação mundial em relação ao novo coronavírus, classificada como pandemia a COVID-19, e visando o resultado útil processual, informa que o Leilão será realizado 100% online de forma que está Gestora se compromete a realizar todas as intimações necessárias.

2. Requer seja juntada nova minuta do edital de publicação de 1ª e 2ª Hasta Pública, com datas de **1ª Praça** terá início no dia **20/07/2020 ás 00h,** e terá **encerramento no dia 23/07/2020 às 17h e 30min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a **2ª Praça**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **11/08/2020 às 17h e 30min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que acima de **60% da avaliação atualizada.**

3. Informa que as condições de venda e pagamento do bem apregoado estarão disponíveis no portal da empresa www.lancejudicial.com.br.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código yL6qqSjh.

4. Requer a juntada das matriculas atualizadas dos bens imóveis apregoados a estes autos, obtidas nesta data junto ao CRI de Adamantina/SP.

5. Requer a juntada da avaliação atualizada dos bens imóveis apregoados a estes autos.

6. Sugerimos que após a aprovação do edital seja publicado despacho de intimação das partes com advogado constituído nos autos.

7. Para regular o praceamento do imóvel, sugerimos também a cientificação dos interessados, sobre a forma e datas da realização das praças em até 10 dias antes do início das mesmas, a fim de que sejam evitadas futuras nulidades processuais.

8. De outra parte, caso não seja realizado o sugerido no item acima e com o escopo concretizar a atuação da Gestora LANCE JUDICIAL neste M.M. Juízo, nos termos do inciso I do art. 889 do CPC, procederá a cientificação do(s) terceiro(s) envolvido(s) nestes autos, bem como do(s) credor(es) com ônus real e do executado caso o mesmo não tenha advogado constituído nos autos, através de carta com A.R ou por petição para cientificação aos autos que foram expedidas as garantias sobre o(s) bem(ns) a ser(em) alienado(s), sendo estas posteriormente comprovadas aos autos.

9. Abaixo o rol de cientificações **procedidas** por esta GESTORA:

EXECUTADOS:

OSVALDO MILAN

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella Pariquera-Acu-SP CEP 11930-000.

OSVALDO MILAN ME

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella Pariquera-Acu-SP CEP 11930-000.

COPROPRIETÁRIOS:

MARIA APARECIDA MILAN e EVA MILAN

Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, Adamantina/SP.

MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN

Rua Santa Natália. Nº 23, Pariquera Açu/SP.

CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN

Rua João Tobias Filho, nº 24, Pariquera Açu/SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código yL6qqSjh.

USUFRUTUÁRIA:

ANA FIDALGO MILAN

Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, Adamantina/SP.

PENHORA:

M.M Juízo do proc. 0003210-41.2012.403.6104.

EMBARGOS DE TERCEIRO:

M.M Juízo da Vara Única - Foro de Pariquera-Açu, proc. 1000464-6920188260424

10. Diante da nova redação do caput e parágrafos **§ 1º e 2º do art. 887 do CPC**, já em vigor, informa esta Gestora procederá a publicação do edital legal com antecedência mínima de 5 dias antes do início do pregão, dentro do seu sítio eletrônico, qual seja, www.lancejudicial.com.br, dispensando-se, portanto, as demais publicações legais.

11. Disponibilizamos ainda, ao final uma via (cópia) do edital a ser afixada no átrio fórum, no local de costume logo que aprovado por este MM. Juízo.

12. Requer, outrossim, que as futuras intimações relativas ao presente processo sejam também publicadas no nome do advogado **Adriano Piovezan Fonte (OAB/SP 306.683)**, para que possamos acompanhar o andamento do presente feito e atender a este r. MM. Juízo com maior celeridade.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Termos em que, pede deferimento.

Pariquera Açu, 12 de junho de 2020

LANCE JUDICIAL LEILÕES JUDICIAIS

Adriano Piovezan Fonte - 306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código yL6qqSjh.

Vara Única do Foro de Pariquera Açu – SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação dos executados **ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME, bem como dos coproprietários MARIA APARECIDA MILAN, EVA MILAN, MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN, CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN e da usufrutuária ANA FIDALGO MILAN.** O **Dr. André Gomes do Nascimento,** MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu - SP, na, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do Cumprimento de Sentença Processo nº **0000378-52.2017.8.26.0424** – que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** move em face da referida executada – e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DAS PRAÇAS: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO através do Portal **www.lancejudicial.com.br**, a **1ª Praça** terá início no dia **20/07/2020 ás 00h,** e terá **encerramento no dia 23/07/2020 às 17h e 30min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a **2ª Praça**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **11/08/2020 às 17h e 30min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que acima de **60% da avaliação atualizada.**

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

CONDUTOR DA PRAÇA: As praças serão conduzidas pela **LANCE JUDICIAL** Consultoria em Alienações Judiciais Eletrônicas Ltda. (devidamente habilitada pelo TJ/SP).

DO LOCAL DO BEM: Lote 1- R. Vinicius de Moraes, 68 - Jardim MandacaruAdamantina - SP, 17800-000;
Lote 2- fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, Adamantina/SP;
Lote 3 - Alameda Dr. Armando de Sales Oliveira Adamantina - SP, 17800-000;
Lote 4 - Alameda Santa Cruz, lote 09, quadra 124, Adamantina/SP.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pela regras contidos nos **artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional** (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. **No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço).**

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LANCE JUDICIAL, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e do Gestor, ambas emitidas e enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial. Após a publicação deste edital e sendo firmado acordo/remissão entre as partes, deverá o(a) executado(a) arcar com as custas assumidas e comprovadas pelo leiloeiro/exequente.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@lancejudicial.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qxilV0nc.

hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).

HIPOTECA: Na existência de **hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda**, nos termos do **artigo 1.499 CC, inciso VI.** (*Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação*). Do mesmo modo, nos termos do disposto no **artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430).** Quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante).

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, **serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente das hastas/leilão**, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pela Gestora Lance Judicial, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do CPC.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada **mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente**, após o recolhimento das custas pelo arrematante, que será depositário dos bens porventura deixados no imóvel, caso o mesmo esteja ocupado.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital em epígrafe, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento das despesas de remoção, guarda e conservação dos bens, devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, sem prejuízo da demais despesas pelo trabalho da Gestora/Leiloeiro devidamente comprovada, incluindo ainda, honorários devidos a Gestora/ Leiloeiro, se assim entender o M.M. Juízo Comitente para tal fixação. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levando a praça caso não seja recolhidos os valores, contudo, se assim determinar o M.M. Juízo Comitente.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art.903, CPC/15).

RELAÇÃO DO BEM:

a) UM PRÉDIO RESIDENCIAL EM ALVENARIA, coberto com telhas, com 40,28m2 de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 28, no conjunto Habitacional Jardim Mandacaru atualmente denominado Jardim dos Poetas, nesta cidade e comarca de Adamantina, e seu respectivo terreno compreendendo o lote 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confronta com o lote nº7; e, pelos fundos mede 8,84 metros e confronta com o lote nº 23. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 01094200-4. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 16.001.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qxiV0nc.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.c 40,28m², 02 dorms, Conj. Jardim dos Poetas, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.7 USUFRUTO em favor de ANA FIDALDO MILAN. **AV.9** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.10** PENHORA expedida nestes autos. **AV.11** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 91.122,23 (noventa e um mil, cento e vinte e dois reais e cinte e três centavos) para Abr/2020 – atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

b) UM ÁREA DE TERRAS COM 20,00 ALQUEIRES PAULISTA, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado juno ao INCRA., em maior porção, sob nº 615013004472-0; área total: 58,0 há.; mód. Fiscal: - 20,0; n. mód. Fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento: -3 ,0 há., denominado "Sitio Santana I". **Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 19.979.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Fazenda Aguapeí, 48,40 hectares, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. **AV.7** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 1.125.938,43 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

c) UM IMÓVEL URBANO constituído pelo lote de terreno sob nº 2 (dois) da quadra nº 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontado pela frente com a Alameda Armando de Balles Oliveira; por um lado, com o lote nº 1; por outro lado com o lote nº 3; e, pelos fundos com o lote nº 16, da mesma quadra. BENFEITORIAS: Uma casa residencial em alvenaria coberta de telhas. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 21500. Matriculado no CRI de Adamantina sob o 19.982.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.t 384m², Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. **AV.7** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 194.480,27 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e sete centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

d) METADE DO LOTE DE TERRENO sob o nº 9 (nove) da quadra nº 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de 288,00 metros quadrados, medindo 18 metrôs de frente por 16 metros das frente aos fundos, situada à Alameda Santa Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a citada via pública; por um lado com a Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio para o comercio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, cobe4rto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao são comercial,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qxilV0nc.

fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com telhas. BENFEITORIAS: Um imóvel residencial e um imóvel comercial, ambos em alvenaria. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 253800 e 254000. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 5.734.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial/Comercial, 01 salão, 02 casas, 01 garagem, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. **AV.7** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 286.602,51 (duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e um centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

VALOR DA AVALIAÇÃO DE METADE: R$ 143.301,25 (cento e quarenta e três mil, trezentos e um reais e vinte e cinco centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

Embargos de Terceiro – em tramite perante a Vara Única - Foro de Pariquera-Açu, proc. 1000464-6920188260424

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o art. 274, parágrafo único, do CPC. Nos termos do **Art. 889, § único**, CPC o(s) executado(s) terá(ão) ciência do dia, hora e meio de realização das praças, através dos correios, por Oficial de Justiça ou por meio deste presente EDITAL. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. Pariquera Açu, 12 de junho de 2020.

Dr. Andre Gomes do Nascimento
MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera Açu - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código qxiV0nc.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 5.734

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 5.734 DATA:- 05-novembro-1.979
M	Metade do lote de terreno sob nº 9 (nove) da quadra nº - 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de - 288,00 metros quadrados, medindo 18 metros de frente por 16 metros da frente aos fundos, situada à Alameda Santa - Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando- pela frente com a citada via pública; por um lado com a - Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado - com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio - para comércio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, coberto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao salão comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com te--- lhas.- Eu , escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.--
1- R. 01 Prot. 01 Nº 18951 05-11-79	Adquirentes:- ANA FIDALGO MILAN e seu marido Domingos Milan, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 153.034.978-87; Transmitentes:- Generosa Fidalgo - Conrad e seu marido Edmundo Conrad, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 012.410.018-04; - Título:- Divisão amigável; Forma do título:- Escritura - Pública de 26 de outubro de 1.979, das notas do 1º Cartório local, lavrada às fls. 46 do Lº 43; Valor:- Cr$ .... 297.653,20 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e - cinquenta e três cruzeiros e vinte centavos);'Registro anterior nº 4.355,digo, Registro anterior nº 01 da matrícula nº 4.355 deste Cartório.- Eu , escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.-- Deste:- 600,00; Recibo:- 1.416-Série "B".-
AV. 2 19-9-03	**Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que a proprietária Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, é casada pelo regime da comunhão de bens com Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)**
AV. 3 23-3-06	**Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado na Prefeitura local sob n. 253800 e 254000, conforme carnês de IPTU do corrente exercício, ora apresentados.- Desta:-**

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código aW4u5dTl.

Atos e referências	Livro n.º 2 - Registro Geral
	nihil - "ex officio".- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 4 23-3-06	Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de - 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 37.462,92.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 57/06.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 5 2-8-06	Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 63/65 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuido o valor de R$ 11.817,53 (onze mil e oitocentos e dezessete reais e cinqüenta e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 293,84; Guia:- 144/06.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 2-8-06	USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já quali- = CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código aW4u5dTI.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 5.734 | FICHA 2

ficada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 11.817,53, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 5.734, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 5.734, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 9-M. 5.734, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n.

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código aW4u5dTI.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

MATRÍCULA
5.734

FICHA
2
VERSO

00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, . (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código aW4u5dTI.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA — ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 16.001

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 16.001 DATA:- 02 dezembro 1992.-
M	Um prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, - com 40,28m2 de áreaconstruída, com 2 quartos, sala, cozi-- nha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 68, no Conjunto - Habitacional Jardim Mandacaru, nesta cidade ecomarca de Adamantina, e seu respectivoterreno compreendendo o lote - 8 (oito) da quadra "D"; com a área superficial de 212,16 - metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a - referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pú blica olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confron ta como lote nº 7;e, pelos fundos mede 8,84 metros e con-- fronta com o lote nº 23, devidamente cadastrado na Prefei- tura local sob nº 01094200-4; Proprietária:- COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERES SESSOCIAL - CRHIS., sociedade de economia mista intermuni- cipal, com sede na cidade de Araçatuba, deste Estado, ins- crita no CGC/MF sob nº 51.097.236/0001-29; Construtora:- PAEZ DE LIMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E EMPREEN- DIMENTOS LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade' limitada, com sede na Capital deste Estado, inscrita no - CGC/MF sob nº 49.577.752/0001-09; Registro anterior:- 01 e AVs. 04 e 05 da matrícula nº - 14.968 deste Cartório.- Eu , escrevente autori- zado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 01 Prot.1-A Nº 64046 02 12 92	Adquirentes:- ABRÃO JOSÉ DOS SANTOS, RG. 13.323.798-SP, - comerciário e s/mr. VILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, RG. - nº 22.505.035-SP, do lar, brasileiros,casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77,- residentes nesta cidade, portadores do CIC sob número ... 036.705.328-46; Transmitentes - doadora do terreno e vende dora da benfeitoria:- A proprietária e construtora, respec tivamente, referidas na matrícula; Título:- Doação e Com-- pra e Venda; Forma do título:- Instrumento Particular com' caráter de escritura pública celebrado nesta cidade, aos - 18 de dezembro de 1991, em quatrovias, legalizado, uma via arquivada; Valor-terreno:- Nihil; Valor-benfeitoria:- Cz$ .. 3.967.297,01 (três milhões e novecentos e sessenta e sete' mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e umcentavo); - Foram apresentadas e ficam arquivadas cópias reprográficas das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelo MTPS/ ' INSS, a saber:- nº 955664 - Série "B",expedida em 31 08 92, pela Região Fiscal de Araçatuba, deste Estado (doadora);e, nº 753783 - Série "C", expedida em 13 11 92, pela Região - Fiscal de São Paulo-Lapa (vendedora)e cópias reprográficas das Certidões de Quitações de Tributos Federais Adminis-- trados pelaSecretaria da Receita Federal expedidas por Ara çatuba, em 23 11 92 (doadora) e por São Paulo, em 14 09 - 92 (vendedora).- Eu , escrevente autorizado, da tilografei,conferi e subscrevi.-
R. 02 idem	Credora:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, instituição finan-- ceira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasí- lia-DF. e Agênciadesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº - 00.360.305/0001-04; Devedores:- Os adquirentes constantes' do R. 01; Título:- Hipoteca (em primeira e especial hipote ca); Forma do título:- A mesma do R. 01, referido; Valor - do mútuo:- Cz$ 3.807.386,77,pagável através de 300 presta--- ções mensais e consecutivas dovalor inicial total de Cz$ ...

- continua no verso -

MATRÍCULA N.º 16.001

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 79aKOGH0.

Atos e referências	Livro n.º - Registro Geral
	$ 34.048,71, vencendo-se a primeira prestação a contar 30 dias da data do título, à taxa anual de juros nominal de - 5,90% e efetiva de 6,0621%; Pena convencional:- 10%; De--- mais condições: As do título.- Eu , escrevente - autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.- Destes:- 24.132,40; Guia:- 227/92.-
AV. 3 11-2-04	Pela certidão expedida em 11 de setembro de 2003, da escritura pública de cessão de créditos e de assunção de dívidas lavrada em 18 de março de 2002, no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, a fls. 1/3 do livro n. 2323-E, a credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, já qualificada, cedeu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, empresa pública federal, com sede em Brasília-DF, na SBS Q. 4 Lote 03/04, Edifício Anexo do Prédio da Matriz da CEF, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.527.335/0001-13, todos os direitos oriundos do crédito hipotecário objeto do R. 2 desta matrícula, compreendendo o principal, seu reajuste monetário, os juros e demais encargos, bem como as garantias existentes, pelo preço de R$ 23.316,60 (vinte e três mil e trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Demais condições:- As do título.- Foram apresentadas:- a Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa, sob n. 6.496.731, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa sob n. 472192003-23001040, emitida via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivadas nas pastas próprias sob n. 1/04 e 21/04, respectivamente.- Título prenotado sob n. 92.440, em 10-2-04.- Desta:- R$ 100,78; Guia:- 28/04.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 4 27-3-07	Pelo instrumento particular celebrado nesta cidade em 26 de março de 2007, legalizado e arquivado, foi pela credora Empresa Gestora de Ativos, autorizado o cancelamento do R. 2 desta matrícula, em virtude da liquidação da dívida.- Título prenotado sob n. 101.561, em 26-3-07.- Desta:- R$ 57,41; Guia:- 59/07.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 5 22-9-08	Pela Lei Municipal n. 2.625, de 4 de outubro de 1995, arquivada, a Rua Seis, passou a denominar-se Rua Vinicius de Moraes; e, o Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, passou a denominar-se Jardim dos Poetas, nesta cidade.- Desta:- Nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 22-9-08	Pela escritura pública de venda e compra de 18 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 158 e 159 do livro n. 222, os proprietários Abraão José dos Santos e sua mulher Vilma Maria Pereira dos Santos, CIC n. 179.450.938-09, já qualificados, venderam o imóvel pelo valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a JURANDIR SAVI, RG. n. 14.082.876-SSP/SP e CIC n. 045.824.018-48, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua Adoniran Barbosa, n. 269 - Vila Jardim Ipiranga, nesta cidade.- Título prenotado sob n. 106.207, em 19-9-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 178/08.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 7 2-10-08	Pela escritura pública de venda e compra de 29 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 211 e 213 do livro n. 222, verifica-se que o USUFRUTO do imóvel foi constituído a título oneroso por ANA FIDALGO MILAN,

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 79aKOGH0.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 16.001 FICHA: 2

RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade, por venda que lhe fez o proprietário Jurandi Savi, já qualificado, pelo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 186/08.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 8-M. 16.001, em 2 de outubro de 2008.

Pela escritura pública referida no registro anterior, o proprietário Jurandir Savi, já qualificado, vendeu o imóvel, gravado com o usufruto objeto do R. 7, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Célia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua Antonio Campostrine, n. 15 - Jardim Elvira Zanella, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 350,04; Guia:- 186/08.-.-.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 9-M. 16.001, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergílio)

AV. 10-M. 16.001, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 79aKOGH0.

MATRÍCULA 16.001 | FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, [assinatura] (Ademar Luís Vergilio)

AV. 11-M. 16.001, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, [assinatura] (Ademar Luís Vergilio)

CÓPIA SIMPLES - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 79aKOGH0.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaíso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado junto ao INCRA., em maior porção, sob n. 615013 004472-0; Area total:- 58,0 ha.; mód. fiscal:- 20,0; n. mód. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 0,0 ha., denominado "Sítio Santana I";

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 2.142, de 2-3-60 deste Registro.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capitulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob n. 615013 004472-0; área total:- 58,00 ha.; mód. fiscal:- 20,0 ha.; n. móds. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 3,0 ha., em nome de Domingos Milan, de nacionalidade brasileira, conforme CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, ora apresentado; e, se acha inscrito na Receita Federal sob n. 0.728.256-7, conforme Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural referida no registro seguinte.- Desta:- nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código xC50tFmM.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1 VERSO

R. 4-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 79.275,80 (setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural sob n. 9098.1AF5.4FD8.7D2E, relativa ao ITR sobre o imóvel.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 57/06.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 69/71 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 83.031,03 (oitenta e três mil e trinta e um reais e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código xC50tFmM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 2

R. 6-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 83.031,03, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.979, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.979, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 . Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código xC50tFmM.

MATRÍCULA
19.979

FICHA
2
VERSO

AV. 9-M. 19.979, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código xC50tFmM.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 FICHA 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMÓVEL:- Um imóvel urbano constituído pelo lote de terreno sob n. 2 (dois) da quadra n. 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a Alameda Armando de Salles Oliveira; por um lado, com o lote n. 1; por outro lado com o lote n. 3; e, pelos fundos com o lote n. 16, da mesma quadra, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob n. 21500;

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 4.717, de 20-11-64, deste Registro.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 7 de agosto de 2003, acompanhado da certidão n. 93/03, expedida em 6-2-03, pela Prefeitura do Município de Adamantina e dos Alvarás de Habite-se n. 14/65 e 24/02, expedido em 27-2-03, pela Secretaria de Planejamento-Departamento de Engenharia daquela repartição, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que sobre o imóvel foi construída uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas, sob n. 110 da Alameda Armando de Salles Oliveira, cujas plantas para sua edificação foram aprovadas por aquela repartição em nome de Domingos Milan, em 11-3-65, com a área de 109,50 metros quadrados e em 23-9-02, com a área de 72,89 metros quadrados, totalizado uma área construída de 182,39 metros quadrados, estimando-se à obra o valor de R$ 195.872,26, segundo tabela do Sinduscon/SP. Apresentada com referên-

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código DBk85cae.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 1 VERSO

cia à obra, a Certidão Negativa de Débito-CND do INSS n. 007532003-21030010, emitida em 9-5-03, via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivada na pasta própria sob n. 101/03. Título prenotado sob n. 91.143, em 29-8-03.- Desta:- R$ 163,94; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 4-M. 19.982, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 14.069,30 (quatorze mil e sessenta e nove reais e trinta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 50.945,62.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 418,26; Guia:- 57/06.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 66/68 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 14.224,30 (quatorze mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Titulo prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código DBk85cae.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 FICHA 2

R. 6-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuido ao imóvel:- R$ 14.224,30, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.982, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.982, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 9-M. 19.982, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código DBk85cae.

MATRÍCULA
19.982

FICHA
2
VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, [assinatura]. (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código DBk85cae.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

0000378-52.2017.8.26.0424
Data de atualização dos valores: abril/2020
Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	Matricula 16.001	5/10/2019	90.000,00	92.122,23	0,00	0,00	0,00	92.122,23
2	Matricula 19.979	5/10/2019	1.100.000,00	1.125.938,43	0,00	0,00	0,00	1.125.938,43
3	Matricula 19.982	5/10/2019	190.000,00	194.480,27	0,00	0,00	0,00	194.480,27
4	Matricula 5.734	5/10/2019	280.000,00	286.602,51	0,00	0,00	0,00	286.602,51
				Sub-Total				**R$ 1.699.143,44**
				TOTAL GERAL				**R$ 1.699.143,44**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2020 às 09:24 , sob o número WPQU20700042784
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código evy6qwUW.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedi Edital.

Nada Mais. Pariquera-Acu, 22 de junho de 2020. Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 22/06/2020 às 16:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código dUAKqpOC.

Nome do perito: Todos

Área de atuação: Todas

Número do processo: 00003785220178260424

Status da nomeação: Todos

Instância: Todas

Região: Todas

Município: Todos

Imóvel: Todos

Setor: Todos

Câmara: Todas

Tipo de auxiliar: Leiloeiro

Local	Nome Área Atuação	Nome Auxiliar	Número Processo	Data Nomeação	Data Término de Nomeação	Nome Magistrado	Status	Instância
Vara Judicial | Fórum Pariquera-Açu	-	LANCE ALIENAÇÕES VIRTUAIS LTDA. (LANCE JUDICIAL)	00003785220178260424	05/03/2020		ANDRÉ GOMES DO NASCIMENTO	Nomeado	1ª

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 22/06/2020 às 16:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código z5CMYXL9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

EDITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe: Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação dos executados ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME, bem como dos coproprietários MARIA APARECIDA MILAN, EVA MILAN, MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN, CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN e da usufrutuária ANA FIDALGO MILAN. O Dr. André Gomes do Nascimento, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu - SP, na, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do Cumprimento de Sentença Processo nº 0000378-52.2017.8.26.0424 – que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO move em face da referida executada – e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DAS PRAÇAS: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO através do Portal www.lancejudicial.com.br, a 1ª Praça terá início no dia 20/07/2020 ás 00h, e terá encerramento no dia 23/07/2020 às 17h e 30min; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a 2ª Praça, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em 11/08/2020 às 17h e 30min (ambas no horário de Brasília), sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que acima de 60% da avaliação atualizada.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

CONDUTOR DA PRAÇA: As praças serão conduzidas pela LANCE JUDICIAL Consultoria em Alienações Judiciais Eletrônicas Ltda. (devidamente habilitada pelo TJ/SP).

DO LOCAL DO BEM: Lote 1- R. Vinicius de Moraes, 68 - Jardim Mandacaru Adamantina - SP, 17800-000;

Lote 2- fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, Adamantina/SP;

Lote 3 - Alameda Dr. Armando de Sales Oliveira Adamantina - SP, 17800-000;

Lote 4 - Alameda Santa Cruz, lote 09, quadra 124, Adamantina/SP.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pela regras contidos nos artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço).

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LANCE JUDICIAL, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e do Gestor, ambas emitidas e enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 23/06/2020 às 13:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hrH9iPgY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

não será devolvida, salvo determinação judicial. Após a publicação deste edital e sendo firmado acordo/remissão entre as partes, deverá o(a) executado(a) arcar com as custas assumidas e comprovadas pelo leiloeiro/exequente.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@lancejudicial.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por

hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1.499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação). Do mesmo modo, nos termos do disposto no artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430). Quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante).

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente das hastas/leilão, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pela Gestora Lance Judicial, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do CPC.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas pelo arrematante, que será depositário dos bens porventura deixados no imóvel, caso o mesmo esteja ocupado.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital em epígrafe, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento das despesas de remoção, guarda e conservação dos bens, devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, sem prejuízo da demais despesas pelo trabalho da Gestora/Leiloeiro devidamente comprovada, incluindo ainda, honorários devidos a Gestora/ Leiloeiro, se assim entender o M.M. Juízo Comitente para tal fixação. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levando a praça caso não seja recolhidos os valores, contudo, se assim determinar o M.M. Juízo Comitente.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art.903, CPC/15).

RELAÇÃO DO BEM:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 23/06/2020 às 13:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hrH9iPgY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

a) UM PRÉDIO RESIDENCIAL EM ALVENARIA, coberto com telhas, com 40,28m2 de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 28, no conjunto Habitacional Jardim Mandacaru atualmente denominado Jardim dos Poetas, nesta cidade e comarca de Adamantina, e seu respectivo terreno compreendendo o lote 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confronta com o lote nº7; e, pelos fundos mede 8,84 metros e confronta com o lote nº 23. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 01094200-4. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 16.001.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.c 40,28m², 02 dorms, Conj. Jardim dos Poetas, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.7 USUFRUTO em favor de ANA FIDALDO MILAN. AV.9 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. AV.10 PENHORA expedida nestes autos. AV.11 PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 91.122,23 (noventa e um mil, cento e vinte e dois reais e cinte e três centavos) para Abr/2020 − atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

b) UM ÁREA DE TERRAS COM 20,00 ALQUEIRES PAULISTA, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado juno ao INCRA., em maior porção, sob nº 615013004472-0; área total: 58,0 há.; mód. Fiscal: - 20,0; n. mód. Fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento: -3 ,0 há., denominado "Sitio Santana I". Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 19.979.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Fazenda Aguapeí, 48,40 hectares, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. AV.7 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. AV.8 PENHORA expedida nestes autos. AV.9 PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 1.125.938,43 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

c) UM IMÓVEL URBANO constituído pelo lote de terreno sob nº 2 (dois) da quadra nº 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontado pela frente com a Alameda Armando de Balles Oliveira; por um lado, com o lote nº 1; por outro lado com o lote nº 3; e, pelos fundos com o lote nº 16, da mesma quadra. BENFEITORIAS: Uma casa residencial em alvenaria coberta de telhas. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 21500. Matriculado no CRI de Adamantina sob o 19.982.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.t 384m², Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. AV.7 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. AV.8 PENHORA expedida nestes autos. AV.9 PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 194.480,27 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e sete centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 23/06/2020 às 13:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hrH9iPgY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

d) METADE DO LOTE DE TERRENO sob o nº 9 (nove) da quadra nº 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de 288,00 metros quadrados, medindo 18 metrôs de frente por 16 metros das frente aos fundos, situada à Alameda Santa Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a citada via pública; por um lado com a Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio para o comercio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, cobe4rto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao são comercial,

fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com telhas. BENFEITORIAS: Um imóvel residencial e um imóvel comercial, ambos em alvenaria. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 253800 e 254000. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 5.734.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial/Comercial, 01 salão, 02 casas, 01 garagem, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. AV.7 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. AV.8 PENHORA expedida nestes autos. AV.9 PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 286.602,51 (duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e um centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

VALOR DA AVALIAÇÃO DE METADE: R$ 143.301,25 (cento e quarenta e três mil, trezentos e um reais e vinte e cinco centavos) para Abr/2020 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

Embargos de Terceiro – em tramite perante a Vara Única - Foro de Pariquera-Açu, proc. 1000464-6920188260424

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o art. 274, parágrafo único, do CPC. Nos termos do Art. 889, § único, CPC o(s) executado(s) terá(ão) ciência do dia, hora e meio de realização das praças, através dos correios, por Oficial de Justiça ou por meio deste presente EDITAL. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. Pariquera Açu, 22 de junho de 2020.

Dr. Andre Gomes do Nascimento

MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera Açu - SP

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 23/06/2020 às 13:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hrH9iPgY.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – VARA ÚNICA – SP.

Autos Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

ORLANDO MILAN, já identificado nos autos em epígrafe de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** manejado pelo Ministério Público Estadual, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado, abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, para expor e requerer como segue:

1 -) Consoante o edital de fls. 294/297 o prazo final para a captação de lances à 2ª Hasta Pública dos bens penhorados no feito é o dia 11/08/2020.

2 -) Ocorre Excelência, que o feito está maculado de vícios que maculam o procedimento em curso, vindo evidentemente a nulificar eventual finalização da alienação pública.

Vejamos:

Desde o despacho inicial de fls. 55 somente o Co-Executado ORLANDO MILAN foi intimado na pessoa de seu Advogado (fls. 59/60).

Só Orlando Milan esteve representado nos autos por Advogado (fls. 05).

A Decisão de fls. 67, publicada conforme fls. 70, somente acabou direcionada à ciência de Orlando Milan, na pessoa de seu Advogado.

A Decisão de fls. 88, que deferiu a penhora e avaliação de bens dos Executados só foi publicada em relação a Orlando Milan, na pessoa de seu Advogado, conforme fls. 89.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hChjAUi3.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

A Decisão de fls. 144, determinando a penhora e avaliação dos imóveis descritos a fls. 141/142, com mando de intimação na pessoa dos Advogados e intimação dos cônjuges, somente foi publicada a Orlando Milan, na pessoa de seu Advogado, conforme fls. 147.

A Decisão de fls. 184, que deferiu a penhora e avaliação da cota-parte dos Executados idem só foi publicada a Orlando Milan, na pessoa de seu Advogado (fls. 185).

De não olvidar que a Diligente Serventia, a fls. 228, atentou para o fato de que Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME não constituíram Advogado no processo de conhecimento, pelo que não teriam sido intimados de fls. 55. Daí a expedição de cartas de intimação a esses Co-Executados (fls. 230/231).

De qualquer forma, essas cartas de intimação apenas oportunizaram a Osvaldo Milan o pagamento da quantia fixada em sentença, o que certificado a fls. 237.

Ou seja, Osvaldo Milan não foi intimado dos atos precedentes a essa intimação via carta, cujo teor não visou dar conhecimentos desses atos pretéritos.

No mesmo sentido, do teor da AVALIAÇÃO dos bens de fls. 242/245 só Orlando Milan foi intimado na pessoa de seu Advogado (fls. 250 e 254), tendo a Serventia certificado o decurso de prazo para manifestação a fls. 258, ali constando erroneamente que "os executados" foram devidamente intimados.
Idem tal situação quanto a Decisão de fls. 259/260 que homologou a avaliação e deferiu a alienação judicial dos bens em leilão eletrônico. Essa Decisão só foi publicada validamente em relação a Orlando Milan, na pessoa de seu Advogado (fls. 263). Osvaldo Milan não foi intimado.

Já os "mandados" de fls. 262 e 265 foram expedidos sem identificação cabal de seu teor, sendo recebido por Orlando Milan (fls. 265/266).

Como visto, Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME não foram regularmente intimados dos atos acima descritos, pois não estavam representados por Advogado nos autos, o que demandaria sua intimação pessoal a tanto (parágrafo 2º, do artigo 841 do CPC) ou intimação a constituir Advogado para validar sua intimação dessa forma.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hChjAUi3.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

Tal cenário, por óbvio, torna o procedimento eivado de ilegalidades que o maculam, tornando nulo todo o ali processado sem a devida intimação válida dos citados Co-Executados.

3 -) Não bastasse, o feito ainda está severamente maculado pela desatenção ao comando do artigo 842 do CPC, que determina a expressa intimação dos cônjuges no caso de penhora de bens imóveis.

E de não olvidar que Vossa Excelência a fls. 144 assim o determinou.

As esposas dos Executados não foram intimadas da penhora dos bens imóveis descritos nos autos, o que torna NULO o ato de constrição.

4 -) Por fim, existindo co-proprietárias (**Eva Milan e Maria Aparecida Milan**) dos imóveis penhorados da cidade de Adamantina, é certo que tais pessoas deveriam ter sido intimadas regularmente da avaliação dos imóveis, notadamente para a verificação pontual do parágrafo 2º, do artigo 843 do CPC, crivo inerente a garantia ao co-proprietário do correspondente de sua quota-parte calculado sobre valor da avaliação, mesmo porque a singela avaliação de fls. 242/245 em nada se posicionou a respeito.

5 -) No mais, de rigor reconsidere o Juízo a Decisão de fls. 184 que permitiu a penhora do imóvel residencial onde vive **ANA FIDALGO MILAN**, uma vez precedente de outro processo com decisão final do STJ (**REsp 1870423-SP**) no sentido da impenhorabilidade desse bem de família – Súmula 83 do STJ (anexo).

6 -) Isto exposto, faz-se de rigor SEJA *ab initio* e **LIMINARMENTE** sobrestado o Leilão dos Imóveis, evitando assim a perpetração de nulidades outras a macular ainda mais a venda judicial já totalmente prejudicada.
Requer ainda, por corolário de todo o supra exposto, seja **DECLARADA A NULIDADE de todo o processado desde a primeira não intimação válida de Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME**, bem como observada a nulidade também pela não intimação dos cônjuges dos Executados e das co-proprietárias, e por fim, seja excluída da penhora o imóvel residencial na esteira do julgado supra do STJ, declarando ao cabo a absoluta nulidade das hastas públicas e sua cessação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hChjAUi3.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

Termos em que, pede e espera deferimento.

Registro, 07 de Julho de 2020.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Escritório: Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º andar – centro – Registro – SP

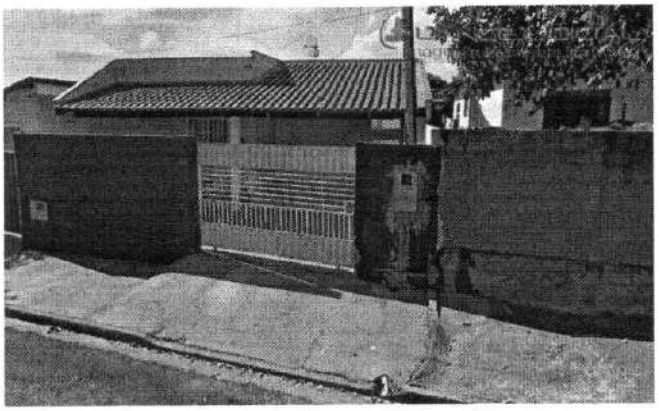
Cep: 11900-000 – Tel.: 13 38222161

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hChjAUi3.

LANCEJUDICIAL
LEILÕES ELETRÔNICOS

OPORTUNIDADES EM ADAMANTINA! SÃO DIVERSOS EM LEILÃO COM 40% DE DESCONTO DO PREÇO DE AVALIAÇÃO, CONFIRA!!

ADAMANTINA E REGIÃO



Imóvel residencial, a.t 212m², 2 dormitórios, Adamantina-SP

Lances em **2° leilão** a partir de R$ 54.855,74 ou R$ 13.713,93 de entrada e saldo em 30 parcelas de R$ 1.371,39*

Consulte o link:
https://www.lancejudicial.com.br/lotes/7061-01- apto-n-41-ed-residencial-jardim-flamboyant-a-t-133m-2-dorms- santos-sp



Imóvel residência, a.t 384m², a.c 182m², Adamantina - SP

Lances em **2° leilão** a partir de R$ 115.806,58 ou R$ 28.951,64 de entrada e saldo em 30 parcelas de R$ 2.895,16*

Consulte o link:
https://www.lancejudicial.com.br/lotes/7341-03-imovel-residencial-a-t-384m-a-c-182m-adamantina-sp



Fazenda, 20 alqueires, Rio Feio, Adamantina-SP

Lances em **2° leilão** a partir de R$ 670.459,13 ou R$ 167.614,78 de entrada e saldo em 30 parcelas de R$ 16.761,47*

Consulte o link:
https://www.lancejudicial.com.br/lotes/7341-02-fazenda-20-00-alqueires-paulista-aguapei-rio-feio-adamantina-sp



Terreno, a.t 288m², Adamantina-SP

Lances em **2° leilão** a partir de R$ 85.331,17 ou R$ 21.332,79 de entrada e saldo em 30 parcelas de R$ 2.133,27*

Consulte o link:
https://www.lancejudicial.com.br/lotes/7341-04-terreno-n-9-quadra-n-124-area-de-288m-adamantina-sp

Essa e outras oportunidades você encontra no nosso site, acesse já: www.lancejudicial.com.br
Dúvidas entre em contato conosco através do telefone 0800-780-8000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NIFdrjyU.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1870423 - SP (2019/0322518-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE	:	UNIÃO
RECORRIDO	:	ANA FIDALGO MILAN
ADVOGADO	:	CAIO CÉSAR FREITAS RIBEIRO - SP093364
INTERES.	:	ORLANDO MILAN
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE TERCEIROS. PENHORA INCIDENTE SOBRE IMÓVEL NO QUAL RESIDE A MÃE DO EXECUTADO. BEM DE FAMÍLIA. CONCEITO AMPLO DE ENTIDADE FAMILIAR. SÚMULA 83 DO STJ. MULTA DO 1.026, § 2º, DO CPC/2015. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3 Região, assim ementado (fl. 326):

> PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA SOBRE IMÓVEIS. INSTITUIÇÃO DE USUFRUTO. BEM DE FAMÍLIA. BENEFÍCIO QUE RECAI APENAS SOBRE A PROPRIEDADE QUE SERVE DE MORADIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
>
> - A recorrente é usufrutuária dos imóveis penhorados, matrículas n° 19.982, 19.979, 16.001 e 5.734, registrados no CRI de Adamantina/SP (fls. 27/38), os quais são de propriedade de seus filhos, inclusive Orlando Milan, devedor nos autos da execução fiscal que lhe move o fisco. A recorrente estabeleceu sua residência em um dos bens constritos, que serve de amparo à entidade familiar, haja vista a instituição de direito real, o que o toma absolutamente impenhorável nos termos da lei. O beneficio atinge apenas o bem no qual reside a genitora do executado, de modo que, no tocando aos demais, deve persistir a constrição, com a ressalva do direito real, tal como lançado em sentença.
>
> - Apelação parcialmente provida, para excluir da penhora o imóvel de matrícula n° 19.982 registrado no CRI de Adamantina/SP.
>
> Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da seguinte questão: ilegitimidade e falta de interesse de agir da embargante.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 337, XI e § 5°, 485, VI, e 1.026, § 2°, do CPC/2015 e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) ilegitimidade e falta de interesse de agir da embargante, pois "não é ela titular da propriedade de nenhum dos imóveis em relação a cuja penhora se opôs - inclusive aquele em relação ao qual houve o levantamento da penhora pelo v. acórdão que julgou a apelação - não sendo, portanto, parte legitima para os defender da constrição sobre eles efetivada" (fl. 369); (b) os embargos de declaração não se revestem de caráter protelatório, devendo ser afastada a multa imposta.

Edição nº 0 - Brasília,
Documento eletrônico VDA25604167 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Benedito Gonçalves Assinado em: 29/05/2020 11:56:48
Publicação no DJe/STJ nº 2919 de 01/06/2020. Código de Controle do Documento: 4c901e07-c94c-4b03-ab0b-787549a76c69

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kxPDJFra.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 392-394.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

A Corte de origem não emitiu qualquer juízo de valor acerca do art. 485, VI, do CPC/2015, dispositivo tido por violado, restando ausente o necessário prequestionamento.

Na esteira da jurisprudência do STJ, "a questão arguida apenas em sede de embargos de declaração constitui-se inovação inviável de ser examinada pelo Tribunal de origem, por força do princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, ainda que se refira à matéria de ordem pública, que, por sua vez, não prescinde do requisito essencial do prequestionamento para viabilizar o seu conhecimento na via estreita do recurso especial" (REsp 1.144.465/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 3/4/2012). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 893.784/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 11/10/2010; AgRg no REsp 1.227.191/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/2/2012; REsp 1.032.732/CE, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 3/12/2009.

Com relação a impenhorabilidade do bem de família, o Tribunal de origem assim se manifestou (fl. 324):

> "Conforme consta dos autos, a recorrente é usufrutuária dos imóveis penhorados, matrículas n° 19.982, 19.979, 16.001 e 5.734, registrados no CRI de Adamantina/SP (fls. 27/38), os quais são de propriedade de seus filhos, inclusive Orlando MilIan, devedor nos autos da execução fiscal que lhe move o fisco, cuja garantia do débito, por óbvio, recaiu sobre a respectiva fração ideal cabível ao executado. Eividencia-se, na espécie, que a recorrente estabeleceu sua residência em um dos bens constritos, o de matrícula n° 19.982, de modo que se verifica que ele serve de amparo à entidade familiar, haja vista a instituição de direito real, a fim de conferir assistência à doadora/apelante, o que o torna absolutamente impenhorável nos termos da lei, regra em consonância com a Lei n° 10.741/2003.
>
> A exegese legislativa visa à tutela do direito constitucional à moradia não apenas do devedor, lhas do grupo familiar e, nesse contexto, o beneficio concedido pelo ordenamento jurídico à habitação da família prevalece sobre a garantia de crédito do credor. Destaco posicionamento do STJ: "O caso sob análise encarta a peculiaridade de a genitora do proprietário residir no imóvel, na condição de usufrutuária vitalícia, ...ressoa estreme de dúvidas que o seu único bem imóvel faz jus à proteção conferida pela Lei 8.009/1990" (RESP 200701063239, Luis Felipe Salomão, STJ - Quarta Turma, Dje: data:23/04/2012)
>
> Ressalte-se, entretanto, que o beneficio atinge apenas o bem no qual reside a genitora do executado, de modo que, no tocando aos demais, deve persistir a constrição, com a ressalva do direito real, tal como lançado em sentença. Note-se, por fim, que não prevalece a alegação de que não há individualização acerca da parte ideal penhorada, uma vez que, consoante se denota do auto de penhora (fls. 214/215), há expre ssamente a identificação relativa à prophedade constrita atinente à fração pertencente ao devedor"

Com efeito, esta Corte Superior possui jurisprudência consolidada de que a Lei n. 8.009/1990 confere proteção à moradia, não se descaracterizando a condição de bem de família se o imóvel é habitado por integrante da família, ainda que nele não resida o devedor.

Confiram-se:

> TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ÚNICO IMÓVEL DO DEVEDOR CEDIDO A FILHO. BEM DE FAMÍLIA. EMBARGOS REJEITADOS.
>
> 1. Constitui bem de família, insuscetível de penhora, o único imóvel residencial do devedor em que resida seu filho ou demais familiares. A circunstância de o devedor não residir no imóvel, que se encontra cedido a familiares, não constitui óbice ao reconhecimento do favor legal. Inteligência dos arts. 1º e 5º da Lei 8.009/90.
>
> 2. Embargos de divergência rejeitados.
>
> (EREsp 1.216.187/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Seção, DJe 30/5/2014)
>
> RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIROS. PENHORA INCIDENTE SOBRE IMÓVEL NO QUAL RESIDEM FILHAS DO

Edição nº 0 - Brasília,
Documento eletrônico VDA25604167 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Benedito Gonçalves Assinado em: 29/05/2020 11:56:48
Publicação no DJe/STJ nº 2919 de 01/06/2020. Código de Controle do Documento: 4c901e07-c94c-4b03-ab0b-787549a76c69

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kxPDJFra.

EXECUTADO. BEM DE FAMÍLIA. CONCEITO AMPLO DE ENTIDADE FAMILIAR. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA.

1. "A interpretação teleológica do Art. 1º, da Lei 8.009/90, revela que a norma não se limita ao resguardo da família. Seu escopo definitivo é a proteção de um direito fundamental da pessoa humana: o direito à moradia" (EREsp 182.223/SP, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 6/2/2002).

2. A impenhorabilidade do bem de família visa resguardar não somente o casal, mas o sentido amplo de entidade familiar. Assim, no caso de separação dos membros da família, como na hipótese em comento, a entidade familiar, para efeitos de impenhorabilidade de bem, não se extingue, ao revés, surge em duplicidade: uma composta pelos cônjuges e outra composta pelas filhas de um dos cônjuges.

Precedentes.

3. A finalidade da Lei nº 8.009/90 não é proteger o devedor contra suas dívidas, tornando seus bens impenhoráveis, mas, sim, reitera-se, a proteção da entidade familiar no seu conceito mais amplo.

4. Recurso especial provido para restabelecer a sentença.

(REsp 1.126.173/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 12/4/2013)

Incidência da Súmula 83 do STJ, portanto.

Por outro lado, em relação à multa aplicada pelo Tribunal a quo, assiste razão à parte recorrente, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça sumulou entendimento no sentido de que embargos de declaração opostos com o intuito de prequestionamento não devem ser considerados procrastinatórios. Nesse sentido é a redação da Súmula 98 deste Tribunal, a qual determina que os "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, tão somente para afastar a multa aplicada na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 28 de maio de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator

Edição nº 0 - Brasília,
Documento eletrônico VDA25604167 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Benedito Gonçalves Assinado em: 29/05/2020 11:56:48
Publicação no DJe/STJ nº 2919 de 01/06/2020. Código de Controle do Documento: 4c901e07-c94c-4b03-ab0b-787549a76c69

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/07/2020 às 18:24 , sob o número WPQU20700047913
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kxPDJFra.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) VARA ÚNICA DO FORO DE PARIQUERA AÇU – SP.

Processo(s) Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

LANCE JUDICIAL GESTORA JUDICIAL, devidamente habilitada neste E.Tribunal, por seu advogado infra assinado, **honrada** com a sua nomeação nos autos da Cobrança em que **Ministério Público do Estado de São Paulo** move em face de **Orlando Milan e outros** , vem, permissa máxima venia, a presença de Vossa Excelência, atendendo ao r. despacho de fls. , requerer:

1. Requer informar que nos exatos termos do art. 887 e seus parágrafos do novo Código de Processo Civil, informa que procedeu a devida publicação do edital de hastas dentro do prazo legal através da rede mundial de computadores, o edital ficará disponível na internet por no mínimo dois anos e poderá ser consultado através do link:

https://www.lancejudicial.com.br/leiloes/editais/5e84d40823077.pdf

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.
Termos em que, pede deferimento a juntada.

LANCE JUDICIAL LEILÕES JUDICIAIS
Adriano Piovezan Fonte - 306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/07/2020 às 14:46 , sob o número WPQU20700048391
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wEPZu9Oj.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 10 de julho de 2020.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 10/07/2020 às 11:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código uPLXRdrS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 10/07/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 10 de julho de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 10/07/2020 às 11:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código c7MJ785v.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **10/07/2020 18:05**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 10 de Julho de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCO SOUZA AZEVEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 10/07/2020 às 18:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 7HvdgQX0.

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Os executados Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME, revéis na fase de conhecimento (fl. 06), foram pessoalmente intimados do início da fase executiva, consoante se infere às fls. 230/233 e 237.

Veja-se que os avisos de recebimento foram assinados pelo executado Osvaldo Milan na data de 05/08/2019 (fls. 232/233).

Aliás, anteriormente à intimação pessoal dos referidos executados para pagamento nos termos do despacho inicial (fl. 55), eles já estavam cientes do início da fase executiva, pois foram pessoalmente intimados do mandado de penhora e avaliação de fls. 94, na data de 14/06/2018, consoante certidão de fls. 131.

Na ocasião, o i. Oficial de Justiça certificou que falou pessoalmente com os executados, Orlando Milan, Osvaldo Milan-ME e Osvaldo Milan, os quais não ofereceram bens à penhora.

Ou seja, os executados Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME estão devidamente cientes do início da fase executiva há mais de dois anos - desde 14/06/2018, quando intimados para oferecer bens à penhora.

Contudo, assim como na fase de conhecimento, referidos executados optaram por não constituir advogado, deixando transcorrer todos os prazos *in albis*.

Veja-se que apenas o executado Orlando Milan constituiu advogado nos autos.

Ocorre que, na iminência da realização do leilão judicial (fls. 294/297), o executado Orlando Milan insurge-se em face da não

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCO SOUZA AZEVEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/07/2020 às 18:42 , sob o número WPQU20700048847
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0ZhxKgcY.

intimação dos demais executados de cada ato processual nessa fase executiva, sustentando uma inexistente nulidade.

É improcedente a alegação, eis que a revelia dos executados na fase executiva não enseja a intimação pessoal de cada ato processual.

Com efeito, no caso de revelia, os prazos fluem da data da publicação no órgão oficial, podendo o revel intervir no processo em qualquer fase, recebendo o processo no estado em que se encontra, consoante determina o art. 346, do CPC.

Sobre a aplicabilidade do art. 346 do CPC na fase executiva, o Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu:

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – DECISÃO QUE REJEITOU IMPUGNAÇÃO –* ***NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL PARA PAGAMENTO – INOCORRÊNCIA – RÉU REVEL DURANTE PROCESSO DE CONHECIMENTO – ARTIGO 346, CPC, QUE SE ESTENDE À FASE SATISFATIVA – PRECEDENTE*** *– ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO AFASTADA – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA DESPROVIDO DE RESPALDO LEGAL – INSUBSISTENTE IMPUGNAÇÃO À AVALIAÇÃO DO BEM – IMPENHORABILIDADE – BEM DE FAMÍLIA – PENHORA DE IMÓVEL DE FIADORES – EXPRESSA EXCEÇÃO LEGAL – ART. 3º, VII, LEI N. 8.009/1990 – SÚMULA N. 549 DO C. STJ – ARGUMENTOS ENVOLVENDO COMPANHEIRA SEM LASTRO PROBATÓRIO ACERCA DA UNIÃO – COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL QUE INDEPENDE DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2007680-07.2020.8.26.0000; Relator (a): Francisco Casconi; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCO SOUZA AZEVEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/07/2020 às 18:42 , sob o número WPQU20700048847
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0ZhxKgcY.

Privado; Foro de Bauru - 4ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 03/03/2020; Data de Registro: 05/03/2020)

AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RÉU REVEL. PENHORA DA UNIDADE DEVEDORA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEMANDADO. DESNECESSIDADE. ART. 346 DO CPC. PRAZOS QUE FLUEM DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. EFEITOS DA REVELIA QUE SE ESTENDEM À FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ***Se o réu permaneceu revel, dispensada está a sua intimação pessoal sobre o ato de penhora, na medida em que a lei não faz qualquer distinção para a fase de conhecimento ou de cumprimento de sentença. Contra o revel os prazos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial, sem necessidade de intimação sobre a constrição. Recurso provido.*** *(TJSP; Agravo de Instrumento 2161371-75.2019.8.26.0000; Relator (a): Gilberto Leme; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 6ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 03/12/2019; Data de Registro: 03/12/2019)*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COBRANÇA DE TAXAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. Descontentamento em relação à rejeição da impugnação à penhora. Inexistência de irregularidade na petição que deu início à execução. ***Despicienda a intimação pessoal dos devedores, que foram revéis na fase de conhecimento. Suficiência da publicação dos atos processuais no diário oficial. Aplicação do artigo 346 do Código de Processo Civil.*** *Questão sobre a exigibilidade da obrigação já analisada em anterior agravo de instrumento interposto pelos recorrentes. Título judicial exequível. Excesso de*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCO SOUZA AZEVEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/07/2020 às 18:42 , sob o número WPQU20700048847
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0ZhxKgcY.

execução não demonstrado. Incabível a pretensa suspensão do processo. Repercussão geral da questão em exame reconhecida pelo STF, contudo, não houve a ordem de sobrestamento dos feitos nas instâncias ordinárias. Eivas materiais constantes do termo de penhora devidamente supridas, não se identificando algum outro vício a inquinar a regularidade do ato constritivo, apto à averbação na matrícula do imóvel. Decisão mantida. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. (TJSP; Agravo Interno Cível 2259560-25.2018.8.26.0000; Relator (a): Paulo Alcides; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro de Cotia - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2019; Data de Registro: 13/06/2019)

Sendo assim, não procede a aventada nulidade pela inexistência de intimação pessoal dos executados de cada ato processual na fase executiva, tampouco do ato da penhora dos bens.

Outrossim, igualmente improcedente a alegação de que as coproprietárias dos imóveis penhorados da cidade de Adamantina deveriam ter sido intimadas do ato da penhora, tendo em vista que a cientificação é feita pela averbação da penhora no registro competente, a teor do que determina o art. 844, do CPP, e não pela intimação pessoal.

Do mesmo modo, não possui razão o executado quanto requer a reconsideração da decisão de fl. 184, seja pela ausência de interesse de agir, já que o pleito foi efetuado pelo executado Orlando Milan e não pela usufrutuária do bem – terceira interveniente -, seja porque a decisão está preclusa.

Veja-se que decorreu o prazo recursal para manejar o recurso cabível há mais de um ano, tendo em vista que a r. decisão foi publicada em 22/03/2019, estando, portanto, preclusa.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCO SOUZA AZEVEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/07/2020 às 18:42 , sob o número WPQU20700048847
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0ZhxKgcY.

Portanto, tampouco merece acolhida tal alegação.

De outro lado, verifica-se que a alegada nulidade pela não intimação dos cônjuges dos executados da penhora merece prosperar.

Isso porque, a despeito de ter sido determinada a realização de intimação em atenção ao disposto no art. 842, do CPC, conforme decisão de fl. 144, os cônjuges dos executados **não foram intimados**, conforme se infere dos atos processuais que se seguiram.

Sendo assim, de rigor o cumprimento da decisão de fl. 144, notadamente quanto à intimação dos cônjuges nos termos do art. 842, CPP, previamente à realização do leilão.

Pariquera-Açu, 10 de julho de 2020.

GLAUCO SOUZA AZEVEDO

Promotor de Justiça Substituto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCO SOUZA AZEVEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/07/2020 às 18:42 , sob o número WPQU20700048847
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 0ZhxKgcY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Acolho integralmente os argumentos minuciosamente levantados pelo Ministério Público às fls.310/314.

Com bem explicado, os executados foram reiteradamente intimados e cientificados sobre a execução, inclusive pessoalmente comunicados.

Excetuando as demais considerações expostas pelos executados, vislumbra-se que a única possível nulidade ocorrida recai na ausência de intimação dos cônjuges sobre as penhoras realizadas.

É imprescindível o cumprimento do disposto no artigo 842 do CPC: "Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens."

Sendo assim, CANCELO as hastas públicas já designadas, haja vista a pendência de intimação dos cônjuges, sem prejuízo de nova designação em momento posterior.

- Comunique-se o necessário sobre o cancelamento, em especial a empresa nomeada para realização da hasta pública.

- Cumpra com urgência a decisão de fls. 144, intimando os cônjuges dos executados sobre as penhoras dos bens.

Intimem-se. Cumpra-se.

Pariquera-Acu, 13 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 14/07/2020 às 12:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ksaVFaSj.

Cancelamento de leilão - autos 0000378-52.2017.8.26.0424

JOAO AMARO LISBOA NETO <jalisboan@tjsp.jus.br>

Ter, 14/07/2020 13:26

Para: contato@lancejudicial.com.br <contato@lancejudicial.com.br>

1 anexos (137 KB)

Decisão -autos 378-52.2017 - Cancelamento de Leilão.pdf;

Autos: 0000378-52.2017.8.26.0424
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Executado: Orlando Milan e outros.

Boa tarde!

Pelo presente, encaminho a V. Srª a decisão que determinou o cancelamento da hasta pública referente aos autos mencionado, cuja 1ª praça está programada para o dia 20/07/2020.
att.

JOÃO AMARO LISBOA NETO
Oficial Maior

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Comarca de Pariquera-Açu - Vara Única
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro - Pariquera-Açu/SP - CEP: 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: jalisboan@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 14/07/2020 às 13:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código bPFLUd5g.

Retransmitidas: Cancelamento de leilão - autos 0000378-52.2017.8.26.0424

Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@arnie0121.email.locaweb.com.br>

Ter, 14/07/2020 13:26

Para: contato@lancejudicial.com.br <contato@lancejudicial.com.br>

1 anexos (22 KB)

Message Headers;

This is the mail system at host arnie0121.email.locaweb.com.br.

Your message was successfully delivered to the destination(s)
listed below. If the message was delivered to mailbox you will
receive no further notifications. Otherwise you may still receive
notifications of mail delivery errors from other systems.

The mail system

<contato@lancejudicial.com.br>: delivery via 127.0.0.1[127.0.0.1]:24: 250 2.0.0
<contato@lancejudicial3> CBWcALjcDV+KHgAAC3rNow Saved

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 14/07/2020 às 13:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código bPFLUd5g.

ENC: Cancelamento de leilão - autos 0000378-52.2017.8.26.0424

Priscilla - Lance Judicial <priscilla@lancejudicial.com.br>

Ter, 14/07/2020 16:32

Para: JOAO AMARO LISBOA NETO <jalisboan@tjsp.jus.br>

1 anexos (137 KB)

Decisão -autos 378-52.2017 - Cancelamento de Leilão.pdf;

Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) , boa tarde!

Acusamos recebimento da r. decisão e procederemos com as providências de estilo **para sustação da Hasta Pública no referido processo.**

Informa que diante da publicidade da Hasta Pública e divulgação no portal deste Gestor, recebeu contato de interessados no leilão. Assim requer que em momento oportuno seja feita nova intimação deste Gestor para redesignação de datas para realização do leilão.

Agradecemos a confiança depositada.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Priscilla Souza
Gerente – Jurídico OAB/SP 255.810
priscilla@lancejudicial.com.br
0800.780.8000 – (13) 3384.8000

www.lancejudicial.com.br

Assista nosso novo vídeo publicitário (assistir com áudio - 1m45s): http://www.youtube.com/watch?v=VSKICPW5xTw

---

De: JOAO AMARO LISBOA NETO [mailto:jalisboan@tjsp.jus.br]
Enviada em: terça-feira, 14 de julho de 2020 13:26
Para: contato@lancejudicial.com.br
Assunto: Cancelamento de leilão - autos 0000378-52.2017.8.26.0424

Autos: 0000378-52.2017.8.26.0424
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Executado: Orlando Milan e outros.

Boa tarde!

Pelo presente, encaminho a V. Srª a decisão que determinou o cancelamento da hasta pública referente aos autos mencionado, cuja 1ª praça está programada para o dia 20/07/2020.
att.

Logotipo TJSP **JOÃO AMARO LISBOA NETO**
Oficial Maior

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Comarca de Pariquera-Açu - Vara Única
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro - Pariquera-Açu/SP - CEP: 11930-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 14/07/2020 às 17:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código gOxu0eev.

Tel: (13) 3856-1853
E-mail: jalisboan@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.
Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.
Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 14/07/2020 às 17:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código gOxu0eev.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**424.2020/001487-0**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, Dr(a). ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, nos autos de Cumprimento de sentença,

INTIMEM-SE as esposas do Sr. ORLANDO MILAN, Rua Santa Natália, 23, Centro, CEP 11930-000, Pariquera-Acu - SP, e do Sr. OSVALDO MILAN, Rua Franscisco Elias, n. 15, Jardim Elvira Zanella nesta, cidade, das penhoras e avaliações, realizadas.

Advertência: Instruir o Mandado com cópias: Páginas – 182/183, 184 , 243/245 e 315.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Pariquera-Acu, 14 de julho de 2020. Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R$ *

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Telefone Comercial: Telefone Comercial do Adv da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

424202000014870

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO, liberado nos autos em 14/07/2020 às 17:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código pS67kelC.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0351/2020, foi disponibilizado na página 2265-2266 do Diário da Justiça Eletrônico em 16/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Acolho integralmente os argumentos minuciosamente levantados pelo Ministério Público às fls.310/314. Com bem explicado, os executados foram reiteradamente intimados e cientificados sobre a execução, inclusive pessoalmente comunicados. Excetuando as demais considerações expostas pelos executados, vislumbra-se que a única possível nulidade ocorrida recai na ausência de intimação dos cônjuges sobre as penhoras realizadas. É imprescindível o cumprimento do disposto no artigo 842 do CPC: "Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens." Sendo assim, CANCELO as hastas públicas já designadas, haja vista a pendência de intimação dos cônjuges, sem prejuízo de nova designação em momento posterior. - Comunique-se o necessário sobre o cancelamento, em especial a empresa nomeada para realização da hasta pública. - Cumpra com urgência a decisão de fls. 144, intimando os cônjuges dos executados sobre as penhoras dos bens. Intimem-se. Cumpra-se."

Pariquera-Açu, 16 de julho de 2020.

Adriane Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 16/07/2020 às 13:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 9nWyoNJI.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – VARA ÚNICA – SP.

Autos Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

ORLANDO MILAN, já identificado nos autos em epígrafe de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** manejado pelo Ministério Público Estadual, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado, abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, ante a R. Decisão de fls. 315, para, em face de parte da referida Decisão, vir manejar **EMBARGOS DECLARATÓRIOS** nos termos do artigo (art. 1.022, II do CPC), expondo e requerendo como segue:

1 –) Inicialmente, é de ser esclarecido que ***"os embargos declaratórios não consubstanciam crítica ao ofício judicante, mas servem-lhe ao aprimoramento. Ao apreciá-los, o órgão deve fazê-lo com espírito de compreensão, atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal"*** (STF, 2ª Turma, AI 163.047-5-AgRg-EDcl, Relator **Ministro MARCO AURÉLIO**, j. 18/12/1995, DJU 08/03/1996).

2 -) Pois bem, Excelência. A R. Decisão estampada a fls. 315, a bem da verdade, **acatou parcialmente o pleito de fls. 298/301, olvidando** de pontos relevantes à causa

Com efeito, a R. Decisão de fls. 315, que acolheu integralmente os argumentos da parte adversa (fls. 310/314), smj e com as devidas vênias, deixou de analisar pontos relevantes da petição encartada a fls. 298/301.

Deveras, os itens 4 e 5 do citado petitório não foram apreciados pelo Juízo, a saber:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:36 , sob o número WPQU20700051279
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BaKWcx8E.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

*"4 -) Por fim, existindo co-proprietárias (**Eva Milan e Maria Aparecida Milan**) dos imóveis penhorados da cidade de Adamantina, é certo que tais pessoas deveriam ter sido intimadas regularmente da avaliação dos imóveis, notadamente para a verificação pontual do parágrafo 2º, do artigo 843 do CPC, crivo inerente a garantia ao coproprietário do correspondente de sua quota-parte calculado sobre valor da avaliação, mesmo porque a singela avaliação de fls. 242/245 em nada se posicionou a respeito.*

*5 -) No mais, de rigor reconsidere o Juízo a Decisão de fls. 184 que permitiu a penhora do imóvel residencial onde vive **ANA FIDALGO MILAN**, uma vez precedente de outro processo com decisão final do STJ (**REsp 1870423-SP**) no sentido da impenhorabilidade desse bem de família – Súmula 83 do STJ (anexo)".*

Mesmo o diligente ***Parquet*** nada disse a respeito desses pontos, batendo-se somente quanto aos outros argumentos do pedido.

Ocorre que malgrado o regramento existente, não foi observado o preceptivo do CPC atinente aos chamados coproprietários, que pela regra do parágrafo 2º, do artigo 843 do diploma adjetivo **tem direito a que a expropriação não seja feita por preço inferior ao da avaliação cujo valor auferido não seja capaz de garantir ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução o correspondente de sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação.**

De qualquer modo, a avaliação nada perfilhou a respeito.

Assim, evidente que ao garantir suas quotas-parte, deve ser aberta aos coproprietários e mesmo aos cônjuges **a oportunidade de se manifestarem a respeito da avaliação**, que *in casu* deve ser novamente realizada, até de forma idônea com dados sérios de valor de mercado, por pesquisa junto a quem de direito etc, atendendo-se assim o quanto determinado a fls. 144 (***após a penhora e avaliação "intimem-se os executados na pessoa de seus advogados e os respectivos cônjuges ...."*).**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:36 , sob o número WPQU20700051279
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BaKWcx8E.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

Certo que na mesma linha, as coproprietárias devem ser intimadas da avaliação para os fins supra, **sem prejuízo de que o comando da Decisão de fls. 184 determinou apenas a PENHORA da cota-parte dos Executados, sendo que a penhora acabou atingindo de forma contrária a parte legal dos cônjuges e das coproprietárias. No caso a hasta pública esta a atingir a parte das coproprietárias que o Juízo expressamente vedou a fls. 184.**

Por fim, restou omissa a Decisão de fls. 315 quanto ao pleito de reconsideração do decidido a fls. 184, dada a Decisão do **STJ** (fls. 303/305), em caso análogo, **referente à impenhorabilidade do imóvel residencial onde vive a usufrutuária Ana Fidalgo Milan e as coproprietárias Eva e Maria Aparecida Milan.**

Pugna, pois, pelo conhecimento e acatamento dos presentes embargos para o fim de ser a Decisão de fls. 315 declarada nos aspectos supra, **inclusive quanto à necessidade de nova avaliação dos imóveis, oportunizando aos cônjuges e as coproprietárias ciência da avaliação para eventual impugnação de valores etc., ou alternativamente que sejam intimadas da avaliação constante dos autos**.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Registro, 21 de Julho de 2020.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:36 , sob o número WPQU20700051279
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código BaKWcx8E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Ante o caráter infringente dos embargos, dê-se vista ao MP para manifestação.

Após, venham os autos conclusos.

Pariquera-Acu, 30 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 30/07/2020 às 14:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NEM82EMO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 12 de agosto de 2020.
Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 12/08/2020 às 18:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código QQMaqSDB.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 12/08/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 12 de agosto de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 12/08/2020 às 18:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código YcDO3lzY.

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP
Autos nº 000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Em que pesem os argumentos expostos às fls. 322/324, não há qualquer vício na r. decisão embargada (fl. 315).

Em relação ao mencionado item 4 da petição de fls. 322/324, foi expressamente rechaçada a necessidade de intimação pessoal das coproprietárias, tendo em vista que a r. decisão embargada acolheu "*integralmente*" a manifestação ministerial de fls. 310/314, a qual, por sua vez, rebateu expressamente a referida alegação.

Ademais, conforme já consignado às fls. 310/314, a teor do que determina o art. 844 do CPC, é desnecessária a intimação pessoal das coproprietárias dos imóveis penhorados, tendo em vista que a cientificação é feita pela averbação da penhora no registro competente.

Outrossim, é certo que, recaindo a penhora sobre bem indivisível, o equivalente à cota-parte do coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, a teor do que dispõe o art. 843 do CPC.

Nesse viés, o Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu pela **inexistência de nulidade da penhora pela ausência de intimação do coproprietário:**

> *APELAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIROS.* ***Alegação de nulidade da penhora, por ausência de intimação do coproprietário. Não acolhimento.*** *Oposição de embargos de terceiro pelo cônjuge meeiro que permite a defesa da meação e afasta eventual irregularidade decorrente da ausência de tal formalidade legal. Precedentes deste E. TJSP e do C. STJ. Penhora da totalidade do imóvel. Possibilidade. Bem indivisível. Valor equivalente à quota-parte do coproprietário alheio à execução deverá recair sobre o produto da alienação. Na forma do disposto no art. 843, § 2º, do CPC, embora seja permitida a alienação da integralidade do imóvel, aos coproprietários, que não integram o polo passivo da execução, deve ser garantido numerário correspondente à sua quota-parte, conforme o valor de avaliação e, assim sendo, no caso, não é possível a arrematação por valor inferior à quota-parte correspondente à avaliação atualizada do coproprietário. Precedentes deste E. TJSP. Recurso não provido, com observação. (TJSP; Apelação Cível 1017224-16.2019.8.26.0309; Relator (a): Roberto Mac Cracken; Órgão*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LANA DRAPIER ALBUQUERQUE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/08/2020 às 15:20 , sob o número WPQU20700057960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 3nYlbXc6.

Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jundiaí - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/07/2020; Data de Registro: 31/07/2020) - g.n.

Ademais, o executado **não possui legitimidade** para postular a alegada nulidade em nome próprio, tratando-se de direito alheio da coproprietária. Nesse sentido:

> *BEM DE FAMÍLIA – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Decisão que rejeitou a impugnação à penhora do bem imóvel de matrícula nº 137.675 –* ***Alegação de ausência de intimação da coproprietária – Executado que não possui legitimidade para postular, em nome próprio, defesa de direito alheio – Art. 18 do CPC*** *– Alegação de impenhorabilidade de bem imóvel, nos termos da lei 8.009/90 – Matéria de ordem pública, cognoscível de ofício e em qualquer grau de jurisdição – Ausência de prova da atual residência do executado no imóvel – Inteligência dos artigos 1 e 5, caput, da Lei nº 8009/90 – Decisão mantida – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2007993-65.2020.8.26.0000; Relator (a): Spencer Almeida Ferreira; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional XI - Pinheiros - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/07/2020; Data de Registro: 23/07/2020) - g.n.*

Oportuno consignar que há instrumento processual cabível para que o terceiro - coproprietário - postule em juízo caso entenda que sofreu constrição judicial indevida em seu patrimônio, não cabendo ao ora executado, portanto, fazê-lo, por ausência de legitimidade.

Igualmente improcedente a alegação do executado quanto aduz que houve *omissão* na decisão embargada no tocante ao mencionado item 5 da petição de fls. 322/324, relativo ao pedido de reconsideração da decisão de fl. 184.

Oportuno *reiterar* que a decisão embargada acolheu "*integralmente*" a manifestação ministerial de fls. 310/314, a qual, por sua vez, rebateu expressamente o pleito de reconsideração da r. decisão de fl. 184.

Com efeito, consoante já exposto às fls. 310/314, **carece o executado de legitimidade** quando pleiteia a reconsideração da decisão de fl. 184, uma vez que pretende a defesa de direito alheio, notadamente da usufrutuária do bem.

Além disso, houve a preclusão da referida decisão de fl. 184, cuja publicação se deu em 22/03/2019 - há mais de um ano -, tendo escoado o prazo recursal para o manejo do recurso cabível na espécie.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LANA DRAPIER ALBUQUERQUE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/08/2020 às 15:20 , sob o número WPQU20700057960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 3nYIbXc6.

Cabível ressaltar que decisão proferida em outro processo não tem o condão de rescindir, incidentalmente, decisão proferida no presente feito, de modo que, reitere-se, deveria a parte ter manejado o recurso cabível no momento oportuno para pleitear a reforma de decisão proferida nestes autos.

Curial ressaltar que o instituto da preclusão está previsto expressamente na legislação de regência, sendo mister pontuar que *"Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide"* (art. 505, CPC), bem como *"É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão"* (art. 507, CPC).

No mais, é salutar recordar o entendimento do Eg. Superior Tribunal de Justiça:

> ***"O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada".*** *STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585)*

Por fim, observando-se que a pretensão da parte embargante é, em verdade, buscar a rediscussão da matéria já decidida, deverá se valer das vias recursais adequadas, não se prestando para esse fim a estreita via dos embargos de declaração, adstritos ao fim de se arguir vícios de omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

Ante o exposto, manifesto-me pelo **não acolhimento** dos embargos declaratórios de fls. 322/324, devendo a r. decisão embargada ser mantida integralmente pelas razões expostas.

Pariquera-Açu, 13 de agosto de 2020.

LANA DRAPIER ALBUQUERQUE ZAIDOWICZ

Promotora de Justiça Substituta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LANA DRAPIER ALBUQUERQUE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/08/2020 às 15:20 , sob o número WPQU20700057960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 3nYIbXc6.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **13/08/2020 15:20**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 13 de Agosto de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LANA DRAPIER ALBUQUERQUE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/08/2020 às 15:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kUQcq7aR.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0386/2020, foi disponibilizado na página 2384-2390 do Diário da Justiça Eletrônico em 06/08/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante o caráter infringente dos embargos, dê-se vista ao MP para manifestação. Após, venham os autos conclusos."

Pariquera-Açu, 20 de agosto de 2020.

Adriane Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 20/08/2020 às 16:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código A5Kig5SS.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP.

Autos Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

ORLANDO MILAN E ANA FIDALGO MILAN, ambos já identificados nos autos em epígrafe de **Cumprimento de Sentença manejado pelo MPESP**, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado, abaixo firmado, comparecem a Vossa Excelência, respeitosamente, sem prejuízo dos expedientes já insertos nos autos e sem apreciação, para expor e requerer como segue:

1 –) O valor exequendo dos autos é o de ***R$ 116.524,58 (relativo a Orlando Milan), R$ 77.683,05 (relativo a Osvaldo Milan) e R$ 38.841,52 (relativo a Osvaldo Milan ME)***, isto em valores de março de 2018, conforme fls. 85/86.

2 –) Já o valor da avaliação dos bens penhorados é de **R$ 90.000,00** (imóvel 1), **R$ 1.100.000,00** (imóvel 2), **R$ 190.000,00** (imóvel 3) e **R$ 280.000,00** (imóvel 4), conforme a "avaliação" levada a efeito a fls. 243/244. Essa "avaliação" datada de 0utubro de 2019 foi homologada pelo Juízo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/08/2020 às 16:54 , sob o número WPQU20700059822
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código TUegNReZ.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

3 –) Ocorre que, malgrado sejam atualizados os valores da dívida, soa evidente que há **EVIDENTE E INCONTESTÁVEL EXCESSO DE PENHORA EM RELAÇÃO A DÍVIDA**, incidindo na espécie o comando do artigo 874, I, do CPC, ou seja, a hipótese da **REDUÇÃO DA PENHORA a bens suficientes ao valor exequendo**, uma vez que como dito o valor dos bens penhorados é consideravelmente superior ao crédito da dívida.

De destacar que o excesso de penhora está a atingir, inclusive, os imóveis rurais que são objetos de Contratos de Parceria Agrícola firmados por **ANA FIDALGO MILAN** com a empresa **BRANCO PERES S/A** e **com vigência até 2024** (fls. 157/175), ajuste comercial cuja renda serve para a sobrevivência da contratante, pessoa idosa que é cuidada por suas filhas (coproprietárias) e cuidadoras.

Já o outro imóvel urbano é residencial de **ANA FIDALGO MILAN e suas filhas (coproprietárias)**, tendo o STJ declarado sua impenhorabilidade em outro feito, conforme fls. 303/305.

4 –) Isto posto, **REQUEREM seja reduzida a penhora ao patamar da dívida** (***liberados e preservados os imóveis rurais e o residencial***), na forma do artigo 874, I do CPC, **não olvidando que até a presente data as coproprietárias e os cônjuges dos Executados ainda não tiveram a si concedidos o direito de falar a respeito da AVALIAÇÃO**, patente sua legitimidade a tanto dado seu interesse direto em parte do patrimônio constrito pela penhora.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/08/2020 às 16:54 , sob o número WPQU20700059822
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código TUegNReZ.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

Reiteram no mais **seja reconhecida a impenhorabilidade do imóvel residencial** como assentado pelo **STJ** no julgado mencionado.

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 19 de Maio de 2020.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Escritório: Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º andar – centro – Registro – SP

Cep: 11900-000 – Tel.: 13 38222161

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/08/2020 às 16:54 , sob o número WPQU20700059822
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código TUegNReZ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 22 de agosto de 2020.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 22/08/2020 às 12:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código pv2mcQtR.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 22/08/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 22 de agosto de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 22/08/2020 às 12:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código StaYMZZA.

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP
Autos nº 000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Os executados pretendem induzir este d. Juízo em erro, alegando que o valor exequendo seria de R$ 233.049,15, quando, em verdade, o valor atualizado é superior ao triplo do referido montante, no valor total de R$ 703.355,02, consoante se infere da planilha atualizada do débito de fl. 143.

Não bastasse, os executados não são proprietários da integralidade dos bens penhorados, consoante já anotado na manifestação ministerial de fls. 182/183, de modo que somente o valor correspondente à fração ideal de cada bem pertencente aos executados é que será utilizado para o adimplemento da dívida exequenda neste feito, e não o valor total dos bens.

No mais, os executados reiteram alegações já rechaçadas pela manifestação ministerial de fls. 328/330, a qual ainda não foi apreciada por este d. Juízo.

Sendo assim, a insurgência não comporta acolhida.

Pariquera-Açu, data do protocolo.

LANA DRAPIER ALBUQUERQUE ZAIDOWICZ
Promotora de Justiça Substituta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LANA DRAPIER ALBUQUERQUE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/08/2020 às 13:51 , sob o número WPQU20700061460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código RBD54tYD.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **27/08/2020 13:50**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 27 de Agosto de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LANA DRAPIER ALBUQUERQUE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/08/2020 às 14:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código tqOcr6rs.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Eliseu Laurindo (31638)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 424.2020/001487-0 dirigi-me aos endereços indicados e aí sendo INTIMEI as senhoras Claire Maria Pinotti Milan e Maria Celia Trentino Milan, esposas dos executados, das penhoras efetivadas nos autos, as quais receberam a contrafé e exararam o seu ciente.

O referido é verdade e dou fé.

Pariquera-Acu, 09 de setembro de 2020.

Número de Cotas: 01 ato

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELISEU LAURINDO, liberado nos autos em 11/09/2020 às 16:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wVPKJnLa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**424.2020/001487-0**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara Única do Foro de Pariquera-Açu, Dr(a). ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, nos autos de Cumprimento de sentença,

INTIMEM-SE as esposas do Sr. ORLANDO MILAN, Rua Santa Natália, 23, Centro, CEP 11930-000, Pariquera-Acu - SP, e do Sr. OSVALDO MILAN, Rua Franscisco Elias, n. 15, Jardim Elvira Zanella nesta, cidade, das penhoras e avaliações, realizadas.

Advertência: Instruir o Mandado com cópias: Páginas – 182/183, 184 , 243/245 e 315.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Pariquera-Acu, 14 de julho de 2020. Alexandre Cleto Porto, Escrivão Judicial II.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R$ *

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Telefone Comercial: Telefone Comercial do Adv da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercicio da função ou em razão dela: Pena detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ALEXANDRE CLETO PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e o código 563F8EE.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELISEU LAURINDO, liberado nos autos em 11/09/2020 às 16:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código msKvHpvg.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Concernente aos embargos de declaração opostos pelo executado, acolho parcialmente os argumentos haja vista que a intimação dos co-proprietários de bem indivisível penhorado deve ocorrer apenas para que fiquem cientificados quanto ao leilão e possam exercer direito de preferência. Não há necessidade de intimação sobre as penhoras porque não foram constritos as suas frações ideais.

Quanto à alegação de impenhorabilidade por consta de exercício de direito de usufruto sobre o bem, entendo que o usufruto não impede a realização de penhora sobre o bem gravado, nem mesmo a alienação em hasta pública do imóvel, devendo, entretanto, ser respeitado o direito real de que é titular o usufrutuário. Destarte, a penhora poderá acarretar a transferência do domínio de que é titular o nu-proprietário, mas não o uso e gozo do imóvel, que continuará sendo exercido pelo usufrutuário até a extinção do usufruto. Nesse sentido, ainda que penhorado o imóvel, à usufrutuária Ana Fidalgo Milan lhe é garantido o direito de residir e exercer o usufruto.

Com relação a alegação de excesso de penhora (petição de fls. 333/335), os cálculos do executado estão em desacordo com a planilha de fls. 143 e, conforme ressaltado pelo MP, o total da condenação supera setecentos mil reais, razão pela qual não se sustenta a alegação de excesso de execução.

Considerando que os demais proprietários dos bens penhorados são parentes dos executados, no prazo de 10 (dez) dias, estes deverão apresentar os endereços atualizados dos coproprietários para que sejam intimados do leilão a ser realizado.

Intimem-se.

Ciência ao MP.

Pariquera-Acu, 11 de setembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 11/09/2020 às 18:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GTrBHIMB.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0452/2020, foi disponibilizado na página 2563-2569 do Diário da Justiça Eletrônico em 15/09/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Concernente aos embargos de declaração opostos pelo executado, acolho parcialmente os argumentos haja vista que a intimação dos co-proprietários de bem indivisível penhorado deve ocorrer apenas para que fiquem cientificados quanto ao leilão e possam exercer direito de preferência. Não há necessidade de intimação sobre as penhoras porque não foram constritos as suas frações ideais. Quanto à alegação de impenhorabilidade por consta de exercício de direito de usufruto sobre o bem, entendo que o usufruto não impede a realização depenhorasobre obemgravado, nem mesmo a alienação em hasta pública doimóvel, devendo, entretanto, ser respeitado o direito real de que é titular o usufrutuário. Destarte, apenhora poderá acarretar a transferência do domínio de que é titular o nu-proprietário, mas não o uso e gozo doimóvel, que continuará sendo exercido pelo usufrutuário até a extinção do usufruto. Nesse sentido, ainda que penhorado o imóvel, à usufrutuária Ana Fidalgo Milan lhe é garantido o direito de residir e exercer o usufruto. Com relação a alegação de excesso de penhora (petição de fls. 333/335), os cálculos do executado estão em desacordo com a planilha de fls. 143 e, conforme ressaltado pelo MP, o total da condenação supera setecentos mil reais, razão pela qual não se sustenta a alegação de excesso de execução. Considerando que os demais proprietários dos bens penhorados são parentes dos executados, no prazo de 10 (dez) dias, estes deverão apresentar os endereços atualizados dos coproprietários para que sejam intimados do leilão a ser realizado. Intimem-se. Ciência ao MP."

Pariquera-Açu, 15 de setembro de 2020.

Adriane Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANE APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 15/09/2020 às 22:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código WTDTfJBh.

Caio Cesar Freitas Ribeiro
Advogado – OAB/SP 93.364

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP.

Autos Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

ORLANDO MILAN, já identificado nos autos em epígrafe de **Cumprimento de Sentença Definitivo movido pelo MPESP**, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado, abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, ante fls. 342, para **NOTICIAR o endereço das coproprietárias MARIA APARECIDA MILAN e EVA MILAN, ambas residentes com a usufrutuária ANA FIDALGO MILAN,** no endereço da ***Alameda Armando de Salles Oliveira, Nº 110, centro, em Adamantina, SP, cep: 17800-000.***

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 30 de Setembro de 2020.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/09/2020 às 16:42 , sob o número WPQU20700071300
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código pWKTcxrT.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que aos 30/09/2020 foi distribuído tempestivamente os embargos de terceiro cível nº 1000527-26.2020.8.26.0424, não sendo deferido a suspensão liminar dos atos executivos, conforme cópia da decisão que segue. Nada Mais. Pariquera-Acu, 12 de outubro de 2020. Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 12/10/2020 às 16:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código pgFXklpp.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito / Avaliação**
Embargante:	**Claire Maria Pinotti Milan e outro**
Embargado:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

1) No que concerne ao valor da causa, a jurisprudência é unânime em apregoar que, em **ação** de **embargos de terceiro**, o **valor da causa** deve ser o do bem levado a constrição, não podendo exceder o **valor** da dívida.

Destarte, deverão as embargantes corrigir o valor da causa nos termos acima dispostos.

2) Quanto ao pedido para concessão dos benefícios da justiça gratuita às embargantes, insta observar que tal benefício é extensivo a todas as pessoas, físicas e jurídicas, desde que comprovada a incapacidade pecuniária para arcar com os ônus processuais, como exigido pelo artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Ademais, é certo que os Tribunais vinham entendendo que a concessão de assistência judiciária gratuita, na forma do artigo 4º da Lei nº 1.060/90, alterada pela Lei nº 7.510/86 exigia, tão-somente, declaração pessoal de hipossuficiência.

Todavia, com a reiterada abusividade que passou a existir, a jurisprudência em interpretação sistemática do ordenamento jurídico, passou a entender que o magistrado, dentro de seu poder de fiscalização do processo, pode e deve exigir a comprovação suficiente da hipossuficiência, desde que haja dúvida sobre essa situação.

Nessa linha de raciocínio, o magistrado não está adstrito à obrigação de deferir a gratuidade da justiça, tão-somente, com a alegação de falta de recursos para arcar com as despesas processuais e os ônus sucumbenciais.

No caso dos autos, as embargantes informaram que possuem renda de R$ 3.024,53

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/10/2020 às 17:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código a1kq0h7o.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

(Célia) e R$ 3.653,87 (Claire), além de serem proprietárias da metade ideal de diversos imóveis, conforme segundo parágrafo de fl. 2, correspondentes às matrículas **nº 18.556** (fls. 104/107), **16.001** (fls. 108/111), **19.979** (fls. 112/114), **19.982** (fls. 116/118) e **5.734** (fls. 120/122).

Insta observar, ainda, que conforme consta dos autos, o imóvel rural cadastrado sob a **matrícula nº 19.979,** foi dado em parceria agrícola à empresa BRANCO PERES AGRO S/A (fls. 67/75), cabendo aos outorgantes, rendimentos equivalentes a 20% do volume total de cana-de-açúcar produzido no referido imóvel.

Destarte, conclui-se que além da renda proveniente do salário das embargantes, estas possuem outras rendas, a presumir que não estejam em situação de hipossuficiência financeira que justifique a concessão do benefício postulado.

Contudo, a fim de possibilitar às embargantes comprovarem ser merecedoras do pedido de concessão dos benefícios da Lei nº 7.510/86, para sua análise, deverão apresentar as declarações de **imposto de renda dos últimos três anos, extratos bancários e de cartões de crédito dos últimos três meses (de todas as instituições em que for cliente, lembrando que o Juízo possui condições de confirmar a veracidade das informações prestadas** ou **ainda,** promova o recolhimento das custas devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

Ressalte-se, ainda, que conforme disposto no § 6º, do artigo 98, do CPC, há a possibilidade de parcelamento das despesas processuais, de forma a não causar prejuízos financeiros à requerente, medida esta que desde já defiro, **autorizando o parcelamento das custas e despesas de ingresso em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas**.

Sem prejuízo, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência para suspender os atos da execução, com fundamento no que já foi decidido nos autos do cumprimento de sentença nº:378-52.2017.8.26.0424 (decisão de fls. 342), que assim dispôs:" "*Concernente aos embargos de declaração opostos pelo executado, acolho parcialmente os argumentos haja vista que a intimação dos co-proprietários de bem indivisível penhorado deve ocorrer apenas para que fiquem cientificados quanto ao leilão e possam exercer direito de preferência. Não há necessidade de intimação sobre as penhoras porque não foram constritos as suas frações ideais. Quanto à alegação de impenhorabilidade por consta de exercício de direito de usufruto sobre o bem, entendo que o usufruto não impede a realização de penhora sobre o bem gravado, nem mesmo a alienação em hasta pública do imóvel, devendo, entretanto, ser respeitado o direito real de que é titular o usufrutuário. Destarte, a penhora poderá acarretar a transferência do domínio de que é titular o nu-proprietário, mas não o uso e gozo do imóvel, que continuará sendo exercido pelo usufrutuário até a extinção do usufruto. Nesse sentido, ainda que penhorado o imóvel, à usufrutuária Ana Fidalgo Milan lhe é garantido o direito de residir e exercer o usufruto. Com relação a*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/10/2020 às 17:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código a1kq0h7o.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

alegação de excesso de penhora (petição de fls. 333/335), os cálculos do executado estão em desacordo com a planilha de fls. 143 e, conforme ressaltado pelo MP, o total da condenação supera setecentos mil reais, razão pela qual não se sustenta a alegação de excesso de execução."

Intime-se.

Pariquera-Acu, 02 de outubro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/10/2020 às 17:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código a1kq0h7o.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Dê-se vista ao MP para manifestação sobre o prosseguimento do feito.

Pariquera-Acu, 19 de outubro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 19/10/2020 às 15:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 2hUeWcaC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2245791-76.2020.8.26.0000
COMARCA: PARIQUERA-AÇU
AGRAVANTES: MARIA CELIA TRENTINO MILAN E CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERESSADOS: ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN, OSVALDO MILAN ME, SAMANTHA SILVA MELCHER, ANA FIDALGO MILAN, LANCE JUDICIAL LEILÕES ELETRÔNICOS, DIEGO DE CAMARGO SILVA PINTO E MANUEL RAMOS HACHIGUTI SILVA PINTO

Vistos;

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal interposto por *Maria Célia Tretino Milan* e *Claire Maria Pinotti Milan,* em face da r. decisão, prolatada nos autos dos embargos de terceiros registrados sob o nº 1000527-26.2020.8.26.0424, que determinou a correção do valor da causa, indeferiu o pedido de gratuidade processual e indeferiu o pedido de suspensão da execução.

Irresignadas, as agravantes requerem a reforma da decisão sob os fundamentos, em breve síntese, de *(i)* adequação do valor atribuído à causa, o qual deve ser limitado ao valor da dívida *(ii)* concessão da justiça gratuita, em virtude do reduzido salário recebido pelas agravantes, situação esta acentuada pela pandemia gerada pela

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iW0UQk8H.

Covid-19; *(iii)* necessária suspensão da designação de nova data para o leilão judicial dos imóveis penhorados, tendo em vista o descumprimento do art. 843, parágrafo segundo do Código de Processo Civil, que defende a meação do cônjuge pelo valor da avaliação do imóvel e não de sua arrematação, e a divisibilidade de um dos bens (20 alqueires de terra).

Pois bem, compulsando os autos, entendo ser o caso de concessão parcial da tutela antecipada recursal, por vislumbrar, na espécie, os requisitos autorizadores, concernentes à probabilidade do direito alegado e ao risco de dano ou prejuízo ao resultado útil do processo (art. 300, CPC).

Primeiramente, com relação ao valor da causa, de fato, a jurisprudência do *E. Superior Tribunal de Justiça*[1] e deste *E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*[2] é pacífica no sentido de que *"o valor da causa nos embargos de terceiro deve corresponder ao valor do bem penhora,* ***não podendo exceder ao valor do débito".***

E, ao que consta, apesar de o valor do débito indicado pelo Ministério Público nos autos originários ser no montante de R$703.355,02 (setecentos e três mil trezentos e cinquenta e cinco mil reais e dois centavos), o valor dos bens penhorados ultrapassa tal montante (cf. laudo de avaliação às fls. 26 dos autos originários), tudo a justificar a adequação do valor atribuído à causa pelas embargantes.

[1] Superior Tribunal de Justiça. AgRg no A 1348799 MT. Órgão Julgador: Terceira Turma. Min. Rel. Ricardo Vilas Bôas Cueva; DJ: 20/06/2013
[2] Apelação Cível nº 1012264.34.2019.8.26.0011. Rel. Des. Renato Sartorelli. DJ:14/10/2020.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iW0UQk8H.

Por este motivo, *a priori,* entendo ser adequado o valor atribuído à causa pelas agravantes, de modo que as custas devem ser recolhidas tomando como base tal montante.

Isso porque, nos termos do que reconhecido pela r. Decisão de primeiro grau, ora agravada, o deferimento da gratuidade processual depende da comprovação de hipossuficiência econômica das agravantes, fato este que não foi comprovado na espécie.

O salário recebido pelas agravantes não comprova que não recebam outras verbas, e, por tal motivo, o r. juízo *"a quo"* determinou a intimação para que juntassem aos autos *"as declarações de imposto de renda dos últimos três anos, extratos bancários e de cartões de crédito dos últimos três meses (de todas as instituições em que for cliente, lembrando que o Juízo possui condições de confirmar a veracidade das informações prestadas".*

Com isso, como não comprovada a hipossuficiência econômica das agravantes, mantenho, nesta oportunidade, o indeferimento da gratuidade processual, facultada a juntada dos documentos determinados pelo r. juízo *"a quo"*, cujo conteúdo poderá alterar a convicção deste Relator.

Por fim, entendo ser o caso deferimento da tutela antecipada recursal com fins de suspender a nova designação de data para o leilão judicial, posto que, mediante análise perfunctória dos presentes autos, a probabilidade do direito alegado pelas agravantes, concernentes à *(i)* copropriedade dos imóveis penhorados; *(ii)*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iW0UQk8H.

divisibilidade dos 20 alqueires de terra; *(iii)* ausência de expressa determinação para que se reserve o direito à meação dos cônjuges pelo valor da avaliação e não da arrematação, justificam a suspensão pretendida, sob risco de dano irreparável.

Com essas considerações, ***defiro* em parte *a antecipação da tutela recursal, apenas para se determinar a manutenção, por ora, do valor atribuído à causa, e a suspensão da designação de nova data para o leilão judicial, até que seja resolvido o mérito dos embargos de terceiros.***

Intime-se a parte agravada para que, querendo, apresente contraminuta de agravo de instrumento, com fundamento no art. 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil.

Após, retornem conclusos para voto e julgamento.

São Paulo, 20 de outubro de 2020

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iW0UQk8H.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 21/10/2020 às 14:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iW0UQk8H.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0506/2020, foi disponibilizado na página 2463/2468 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/10/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Dê-se vista ao MP para manifestação sobre o prosseguimento do feito."

Pariquera-Açu, 22 de outubro de 2020.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 22/10/2020 às 10:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Cih6Ynrq.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe − Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 29 de outubro de 2020.
Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 29/10/2020 às 15:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código eGU9oPeA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 29/10/2020 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 29 de outubro de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/10/2020 às 15:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código geajDJkJ.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **29/10/2020 17:03**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 29 de Outubro de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL PORTO GODINHO DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/10/2020 às 17:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EVsXdL4r.

MM. Juiz:

Na esteira da r. decisão proferida no AI n. 2245791-76.2020.8.26.0000, que suspendeu a designação de nova data para leilão judicial até que seja resolvido o mérito dos embargos de terceiro (fls. 350/353), aguardo a resolução da referida demanda, requerendo, desde já, o traslado de cópia da sentença respectiva para este feito.

Pariquera-Açu, d.s.

- assinatura digital -

Daniel Porto Godinho da Silva

Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL PORTO GODINHO DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2020 às 17:18 , sob o número WPQU20700081100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 1EQLN2PI.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

C O N C L U S Ã O

Aos 09/11/2020, faço estes autos conclusos ao **Dr.** ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, MMº Juíz de Direito da Vara Distrital de Pariquera-Açu – Comarca de Jacupiranga. Eu, _____ (João Amaro Lisboa Neto), Oficial Maior, digitei.

D E S P A C H O

Processo:	**0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de sentença**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Vistos.

Fls. 358 – Aguarde-se o julgamento dos embargos de terceiro nº 1000527-26.2020.8.26.0424.

Com o julgamento dos embargos, traslade-se cópia da sentença para estes autos e dê-se vista ao MP.

Int.

Pariquera-Açu, 09/11/2020

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DATA
Em_____/_____/_____, recebi estes autos em cartório. Eu, _____Esc.Téc.Jud.,subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 10/11/2020 às 11:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kF9wpZVP.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0541/2020, foi disponibilizado na página 2369/2374 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/11/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 358 Aguarde-se o julgamento dos embargos de terceiro nº 1000527-26.2020.8.26.0424. Com o julgamento dos embargos, traslade-se cópia da sentença para estes autos e dê-se vista ao MP. Int. Pariquera-Açu, 09/11/2020"

Pariquera-Açu, 12 de novembro de 2020.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 12/11/2020 às 11:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 73Sb04AR.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003378-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000487606

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2245791-76.2020.8.26.0000, da Comarca de Pariquera-Açu, em que são agravantes MARIA CELIA TRENTINO MILAN e CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Conheceram em parte do recurso e, na parte conhecida, negaram-lhe provimento. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PERCIVAL NOGUEIRA (Presidente), LEONEL COSTA E BANDEIRA LINS.

São Paulo, 24 de junho de 2021.

PERCIVAL NOGUEIRA
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003378-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 36.260

Agravo de Instrumento nº 2245791-76.2020.8.26.0000

Comarca: Pariquera-açu

Agravante: MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN e CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Interessados: Orlando Milan, Osvaldo Milan, Osvaldo Milan ME, Samantha Silva Melcher, Ana Fidalgo Milan, Lance Judicial Leilões Eletrônicos, Diego de Camargo Silva Pinto e Manuel Ramos Hachiguti Silva Pinto

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO − GRATUIDADE PROCESSUAL − Não conhecimento da matéria, sob risco de supressão de instância − O Juízo 'a quo' ainda não examinou o pedido de gratuidade, tendo solicitado apenas a juntada de documentação apta à comprovação do direito − Impossibilidade de se analisar a matéria nesta sede recursal − MÉRITO − O valor da causa nos embargos de terceiro deve ser o do bem penhorado, limitado ao valor do débito − Jurisprudência dos E. Tribunais Superiores − Decisão agravada que adotou este entendimento, motivo pelo qual não merece reformas − SUSPENSÃO DO LEILÃO − Impossibilidade − Penhora que recairá sobre os bens, respeitadas as frações ideais das agravantes − Inexistência de violação ao art. 843, § 2º, do CPC − Decisão mantida − Recurso não provido, na parte conhecida.

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal interposto por Maria Célia Tretino Milan e Claire Maria Pinotti Milan, em face da r. decisão, prolatada nos autos dos embargos de terceiros registrados sob o nº 1000527-26.2020.8.26.0424, que determinou a correção do valor da

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003378-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

causa, indeferiu o pedido de gratuidade processual e indeferiu o pedido de suspensão da execução.

Irresignadas, as agravantes requerem a reforma da decisão sob os fundamentos, em breve síntese, de *(i)* adequação do valor atribuído à causa, o qual deve ser limitado ao valor da dívida *(ii)* concessão da justiça gratuita, em virtude do reduzido salário recebido pelas agravantes, situação esta acentuada pela pandemia gerada pela Covid-19; *(iii)* necessária suspensão da designação de nova data para o leilão judicial dos imóveis penhorados, tendo em vista o descumprimento do art. 843, parágrafo segundo do Código de Processo Civil, que defende a meação do cônjuge pelo valor da avaliação do imóvel e não de sua arrematação, e a divisibilidade de um dos bens (20 alqueires de terra).

Despacho de fls. 16/19, de minha autoria, deferiu parcialmente a antecipação da tutela recursal, *"apenas ara se determinar a manutenção, por ora, do valor atribuído à causa, e a suspensão da designação de nova data para o leilão judicial, até que seja resolvido o mérito dos embargos de terceiros"*.

Petição de fls. 26/28 reiterou o pedido de gratuidade processual. Foi apresentada contraminuta às fls. 120/126.

É o relatório.

Conforme já salientado no despacho de fls. 16/19, a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003789-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

jurisprudência do *E. Superior Tribunal de Justiça*[1] e deste *E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*[2] é pacífica no sentido de que *"o valor da causa nos embargos de terceiro deve corresponder ao valor do bem penhorado, não podendo exceder ao valor do débito"*.

Apesar de o valor do débito indicado pelo Ministério Público nos autos originários ser no montante de R$703.355,02 (setecentos e três mil trezentos e cinquenta e cinco mil reais e dois centavos), o valor dos bens penhorados ultrapassa tal montante (cf. laudo de avaliação às fls. 26 dos autos originários).

Todavia, a r. decisão agravada de fls. 117/119 não decidiu de forma distinta, mas reconheceu a necessária retificação do valor da causa, observa-se:

> *"No que concerne ao valor da causa, a jurisprudência é unânime em apregoar que, em ação de embargos de terceiro, o valor da causa deve ser o do bem levado a constrição, não podendo exceder o valor da dívida.* ***Destarte, deverão as embargantes corrigir o valor da causa nos termos acima dispostos****". [grifou-se].*

Com isso, apesar de prosperar a alegação das agravantes, o entendimento exarado pelo r. juízo na decisão de fls. 117/119 é notadamente o mesmo, no sentido que o valor da causa não pode extrapolar o valor da dívida, não havendo, portanto, razão para a

[1] 1 Superior Tribunal de Justiça. AgRg no A 1348799 MT. Órgão Julgador: Terceira Turma. Min. Rel. Ricardo Vilas Bôas Cueva; DJ: 20/06/2013
[2] Apelação Cível nº 1012264.34.2019.8.26.0011. Rel. Des. Renato Sartorelli. DJ:14/10/2020.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003378-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

correção do valor na decisão agravada.

Quanto ao pedido de gratuidade processual, o mesmo não pode ser conhecido, tendo em vista que a decisão de fls. 117/119 não indeferiu o benefício processual.

Em verdade, a r. decisão apenas condicionou a concessão da gratuidade processual à comprovação da impossibilidade econômica das agravantes, sendo autorizado, desde a prolação da decisão, o parcelamento das custas em 4 parcelas mensais e consecutivas. Observe-se:

> *"Contudo, a fim de possibilitar às embargantes comprovarem ser merecedoras do pedido de concessão dos benefícios da Lei nº 7.510/86, para sua análise, deverão apresentar as declarações de imposto de renda dos últimos três anos, extratos bancários e de cartões de crédito dos últimos três meses (de todas as instituições em que for cliente, lembrando que o Juízo possui condições de confirmar a veracidade das informações prestadas ou ainda, promova o recolhimento das custas devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Ressalte-se, ainda, que conforme disposto no § 6º, do artigo 98, do CPC, há a possibilidade de parcelamento das despesas processuais, de forma a não causar prejuízos financeiros à requerente, medida esta que desde já defiro, autorizando o parcelamento das custas e despesas de ingresso em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas".*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003789-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A decisão agravada apenas requereu a juntada de documentação para a prova das alegações das agravantes, inexistindo, portanto, efetivo indeferimento que oportunize a interposição do agravo de instrumento.

Diante disso, nos termos do que estabelecido pelo Ministério Público (fls. 124) *"a apreciação pelo Tribunal ad quem de matéria que pende de apreciação no Juízo a quo implica em supressão de instância, o que é vedado pelo sistema normativo vigente"*.

No mesmo sentido está o entendimento deste *E. Tribunal de Justiça*:

> *"AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – GRATUIDADE PROCESSUAL – PESSOA FÍSICA- IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DA MATÉRIA, A FIM DE SE EVITAR A SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. O juízo a quo ainda não examinou tal matéria, o que impede de ser analisada neste momento processual, a fim de se evitar a supressão de instância (...)".*
>
> (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Agravo de Instrumento nº 2196172-17.2019.8.26.0000. Rel. Des. Eduardo Siqueira. Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; DJ: 21.10.2019).
>
> "*Agravo de Instrumento – Determinação de juntada de documentos para a comprovação dos requisitos para a gratuidade processual – Ausência de cunho decisório, neste*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003778-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

> *particular – Impossibilidade de deliberação sobre o tema, sob pena de supressão de instância – Agravo não conhecido nesta parte. (...)".* (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Agravo de Instrumento nº 2026208-55.2021.8.26.0000; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado; Rel. Des. A. C. Mathias Coltro; DJ: 01/03/2021).

Com isso, o pedido de gratuidade processual ainda não foi objeto de análise pelo r. juízo *'a quo',* motivo pelo qual não posso conhecê-lo, sob risco de supressão de instância.

De igual forma, a insurgência das agravantes em face da suposta inobservância do art. 843, § 2º, do CPC, não prospera. Tal dispositivo legal dispõe, *in verbis:*

> *"Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.*
> *§2º Não será levada a efeito a expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação".*

E, do que se observa da decisão de fls. 117/119, o indeferimento do pedido de suspensão da execução foi fundamentado

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003787-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

na desnecessidade de intimação das coproprietárias de bem indivisível sobre a penhora, já que não foram conscritas suas frações ideais. Observe-se:

> *"Sem prejuízo, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência para suspender os atos da execução, com fundamento no que já foi decidido nos autos do cumprimento de sentença nº:378-52.2017.8.26.0424 (decisão de fls. 342), que assim dispôs:"* ***"Concernente aos embargos de declaração opostos pelo executado, acolho parcialmente os argumentos haja vista que a intimação dos co-proprietários de bem indivisível penhorado deve ocorrer apenas para que fiquem cientificados quanto ao leilão e possam exercer direito de preferência. Não há necessidade de intimação sobre as penhoras porque não foram constritos as suas frações ideais****. Quanto à alegação de impenhorabilidade por consta de exercício de direito de usufruto sobre o bem, entendo que o usufruto não impede a realização de penhora sobre o bem gravado, nem mesmo a alienação em hasta pública do imóvel, devendo, entretanto, ser respeitado o direito real de que é titular o usufrutuário. Destarte, a penhora poderá acarretar a transferência do domínio de que é titular o nu-proprietário, mas não o uso e gozo do imóvel, que continuará sendo exercido pelo usufrutuário até a extinção do usufruto. Nesse sentido, ainda que penhorado o imóvel, à usufrutuária Ana Fidalgo Milan lhe é garantido o direito de residir e exercer o usufruto. Com relação a alegação de excesso de penhora (petição de fls. 333/335), os cálculos do executado estão em desacordo com a planilha de fls. 143 e, conforme ressaltado pelo MP, o total da condenação supera setecentos mil reais, razão pela qual não se sustenta a alegação de excesso de execução."* [grifou-se].

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00003378-52.2017.8.26.0424 e código JF3S0h3a.

A penhora recaiu apenas sobre a fração ideal dos bens executados, sem representar qualquer violação ao art. 843, § 2º, do CPC, motivo pelo qual, não se observa motivo apto à suspensão do leilão.

Com essas considerações, meu voto **conhece apenas em parte do recurso (afastado o exame da matéria relativa à gratuidade) e, na parte conhecida, nega-lhe provimento.**

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 6F998F0. almente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2245791-76.2020.8.26.0000 e o código 15D9BFAC.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 08 de julho de 2021.
Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código KoxCM9Lb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 08/07/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 08 de julho de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código AnNmj0Mi.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Ciente do v. acórdão de fls. 361/369, o qual negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos embargantes nos autos dos embargos de terceiro nº 1000527-26.2020.8.26.0424.

Neste sentido, tendo em vista que não mais subsiste a decisão que suspendeu a realização de leilão e consequentes atos expropriatórios, e que os cônjuges já foram intimados dos atos de penhora (cf. decisão de fls. 315), **requeiro o prosseguimento do feito**, para que seja determinado o início dos atos de expropriação, nos termos do artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil, nomeando-se, desde já, leiloeiro público para a consecução da hasta pública.

Pariquera-Açu, 08 de julho de 2021.

Lucas Mostaro de Oliveira
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/07/2021 às 12:30 , sob o número WPQU21700064576
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código vR2Nvvc5.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **08/07/2021 12:30**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 8 de Julho de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 08/07/2021 às 12:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código fem6NU2Q.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO-MANDADO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado	**Orlando Milan, Osvaldo Milan e Osvaldo Milan Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos,

Defiro o pedido ministerial de fl. 372.

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias a primeiro e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.

Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 60% da última avaliação atualizada.

A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro.

Para a realização do leilão, nomeio leiloeiro oficial "Lance Judicial", que, conforme consta, é autorizado(a) e credenciado(a) pela JUCESP e habilitado(a) perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 13/07/2021 às 20:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código mjxCRNmv.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art.887, do Código de Processo Civil.Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

- O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado.

A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Intimem-se os executados, na pessoa de seus advogados.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Int.

Pariquera-Acu, 13 de julho de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 13/07/2021 às 20:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código mjxCRNmv.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0261/2021, foi disponibilizado na página 2508/2514 do Diário de Justiça Eletrônico em 15/07/2021. Considera-se a data de publicação em 16/07/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos, Defiro o pedido ministerial de fl. 372. O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias a primeiro e 20 dias o segundo. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 60% da última avaliação atualizada. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro. Para a realização do leilão, nomeio leiloeiro oficial "Lance Judicial", que, conforme consta, é autorizado(a) e credenciado(a) pela JUCESP e habilitado(a) perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal. O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art.887, do Código de Processo Civil.Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. - O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado. A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário. Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos. Intimem-se os executados, na pessoa de seus advogados. A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Int."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 15/07/2021 às 11:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código HI0EhBIT.

Pariquera-Açu, 15 de julho de 2021.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 15/07/2021 às 11:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código HI0EhBIT.

Responder a todos Excluir Lixo Eletrônico Bloquear ···

Processo sob n. 0000378-52.2017

GP

GILSON CARLOS PEDRO
Qui, 22/07/2021 15:14
Para: contato@lancejudicial.com.br

378 52.pdf
150 KB

OFÍCIO JUDICIAL
Foro Distrital de Pariquera Açu/SP
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro
Cep: 11930-000 - Tel. (13) 3856-1853

Prezado(a):

Boa Tarde!

Pelo presente, encaminho em anexo, Decisão/Mandado, proferida nos autos sob nº 0000378-52.2017.8.26.0424, a fim de que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias.

*

*

Atenciosamente

Gilson Carlos Pedro

Matrícula nº 808.980

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento.Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 22/07/2021 às 15:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código D7wCWVar.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado	**Orlando Milan**
Valor da Causa:	**Valor da Ação << Informação indisponível >>**
Nº do Mandado:	**424.2021/001940-8**

Instruir o Mandado – Folho de Rosto – com páginas 374/375

Mandado expedido em relação ao (a):
Executado: **ORLANDO MILAN, bem como sua esposa**, com endereço à Rua Santa Natália, 23, Centro, CEP 11930-000, Pariquera-Acu - SP, **OSVALDO MILAN, bem como sua esposa**, Rua Francisco Elias, nº 15, Jardim Elvira Zanella, nesta cidade.

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

ADVERTÊNCIA: **1. PROCESSO DIGITAL:** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **Senha de acesso da pessoa selecionada**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Pariquera-Acu, 22 de julho de 2021.

42420210019408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 22/07/2021 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 1VMbDfhY.

LANCE JUDICIAL
desde 2009

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE PARIQUERA AÇU- SP

Processo nº 0000378-52.2017.8.26.0424

FELIPE DOMINGOS PERIGO, JUCESP n 919, leiloeiro, SISTEMA DE LEILÕES **LANCE JUDICIAL - GESTOR JUDICIAL,** ambos devidamente habilitados pelo TJ/SP, **honrada** com a sua nomeação nos autos do Cumprimento de Sentença que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** move em face de **ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME**, vem, permissa máxima venia, a presença de Vossa Excelência, requerer:

1. Tendo em vista a edição dos Provimentos nºs 2.545/2020 e 2.549/2020, baixados tendo em vista a situação mundial em relação ao novo coronavírus, classificada como pandemia a COVID-19, e visando o resultado útil processual, informa que o Leilão será realizado 100% online de forma que está Gestora se compromete a realizar todas as intimações necessárias.

2. Requer seja juntada nova minuta do edital de publicação de 1ª e 2ª Hasta Pública, com datas de **1ª Praça** terá início no dia **15/09/2021 ás 00h,** e terá **encerramento no dia 20/09/2021 às 16h e 30min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a **2ª Praça**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **21/10/2021 às 16h e 30min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que acima de **60% do valor da avaliação atualizada.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EphPCRUJ.

LANCE JUDICIAL
desde 2009

3. Informa que as condições de venda e pagamento do bem apregoado estarão disponíveis no portal da empresa www.lancejudicial.com.br.

4. Requer a juntada das matriculas atualizadas dos bens imóveis apregoados a estes autos, obtidas nesta data junto ao CRI de Adamantina/SP.

5. Requer a juntada da avaliação atualizada dos bens imóveis apregoados a estes autos.

6. Sugerimos que após a aprovação do edital seja publicado despacho de intimação das partes com advogado constituído nos autos.

7. Para regular o praceamento do imóvel, sugerimos também a cientificação dos interessados, sobre a forma e datas da realização das praças em até 10 dias antes do início das mesmas, a fim de que sejam evitadas futuras nulidades processuais.

8. De outra parte, caso não seja realizado o sugerido no item acima e com o escopo concretizar a atuação da Gestora LANCE JUDICIAL neste M.M. Juízo, nos termos do inciso I do art. 889 do CPC, procederá a cientificação do(s) terceiro(s) envolvido(s) nestes autos, bem como do(s) credor(es) com ônus real e do executado caso o mesmo não tenha advogado constituído nos autos, através de carta com A.R ou por petição para cientificação aos autos que foram expedidas as garantias sobre o(s) bem(ns) a ser(em) alienado(s), sendo estas posteriormente comprovadas aos autos.

9. Abaixo o rol de cientificações **procedidas** por esta GESTORA:

EXECUTADOS:

OSVALDO MILAN

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella Pariquera-Acu-SP CEP 11930-000.

OSVALDO MILAN ME

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella Pariquera-Acu-SP CEP 11930-000.

COPROPRIETÁRIOS:

MARIA APARECIDA MILAN e EVA MILAN

Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, Adamantina/SP.

MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN

Rua Santa Natália. Nº 23, Pariquera Açu/SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EphPCRUJ.

LANCE JUDICIAL
desde 2009

CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN
Rua João Tobias Filho, nº 24, Pariquera Açu/SP.

USUFRUTUÁRIA:
ANA FIDALGO MILAN
Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, Adamantina/SP.

PENHORA:
M.M Juízo do proc. 0003210-41.2012.403.6104.

EMBARGOS DE TERCEIRO:
M.M Juízo da Vara Única - Foro de Pariquera-Açu, proc. 1000464-6920188260424

10. Diante da nova redação do caput e parágrafos **§ 1º e 2º do art. 887 do CPC**, já em vigor, informa esta Gestora procederá a publicação do edital legal com antecedência mínima de 5 dias antes do início do pregão, dentro do seu sítio eletrônico, qual seja, www.lancejudicial.com.br, dispensando-se, portanto, as demais publicações legais.

11. Disponibilizamos ainda, ao final uma via (cópia) do edital a ser afixada no átrio fórum, no local de costume logo que aprovado por este MM. Juízo.

12. Requer, outrossim, que as futuras intimações relativas ao presente processo sejam também publicadas no nome do advogado **Adriano Piovezan Fonte (OAB/SP 306.683)**, para que possamos acompanhar o andamento do presente feito e atender a este r. MM. Juízo com maior celeridade.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Termos em que, pede deferimento.
Pariquera Açu, 9 de agosto de 2021

FELIPE DOMINGOS PERIGO
JUCESP nº 919

LANCE JUDICIAL
Sistema de leilões judiciais

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EphPCRUJ.

LANCE JUDICIAL
desde 2009



ADRIANO PIOVEZAN FONTE
306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EphPCRUJ.

Vara Única do Foro de Pariquera Açu – SP

Edital de 1ª e 2ª HASTA PÚBLICA e de intimação dos executados **ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME, bem como dos coproprietários MARIA APARECIDA MILAN, EVA MILAN, MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN, CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN e da usufrutuária ANA FIDALGO MILAN.** O **Dr. André Gomes do Nascimento,** MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu - SP, na, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1ª e 2ª praça do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do Cumprimento de Sentença - **Processo nº 0000378-52.2017.8.26.0424** – que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** move em face da referida executada – e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DAS PRAÇAS: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO através do Portal **www.lancejudicial.com.br**, a **1ª Praça** terá início no dia **15/09/2021 ás 00h,** e terá **encerramento no dia 20/09/2021 às 16h e 30min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a **2ª Praça**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **21/10/2021 às 16h e 30min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que acima de **60% do valor da avaliação atualizada.**

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DA PRAÇA: A praça será conduzida pelos leiloeiros **FELIPE DOMINGOS PERIGO,** JUCESP n 919, leiloeiro, pelo sistema de leilões **LANCE JUDICIAL** www.lancejudicial.com.br – LANCE ALIENAÇÕES VIRTUAIS LTDA. (todos, devidamente habilitados pelo TJ/SP).

DO LOCAL DO BEM: Lote 1- R. Vinicius de Moraes, 68 - Jardim MandacaruAdamantina - SP, 17800-000;
Lote 2- fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, Adamantina/SP;
Lote 3 - Alameda Dr. Armando de Sales Oliveira Adamantina - SP, 17800-000;
Lote 4 - Alameda Santa Cruz, lote 09, quadra 124, Adamantina/SP.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pela regras contidos nos **artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional** (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. **No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço).**

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LANCE JUDICIAL, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e do Gestor, ambas emitidas e enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@lancejudicial.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hoO3r7qb.

hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).

HIPOTECA: Na existência de **hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda**, nos termos do **artigo 1.499 CC, inciso VI.** (*Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação*). Do mesmo modo, nos termos do disposto no **artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430).** Quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante).

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, **serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente das hastas/leilão**, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pela Gestora Lance Judicial, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do CPC.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada **mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente**, após o recolhimento das custas pelo arrematante, que será depositário dos bens porventura deixados no imóvel, caso o mesmo esteja ocupado.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital em epígrafe, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento das despesas de remoção, guarda e conservação dos bens, devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, sem prejuízo da demais despesas pelo trabalho da Gestora/Leiloeiro devidamente comprovada, incluindo ainda, honorários devidos a Gestora/ Leiloeiro, se assim entender o M.M. Juízo Comitente para tal fixação. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levando a praça caso não seja recolhidos os valores, contudo, se assim determinar o M.M. Juízo Comitente.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art.903, CPC/15).

RELAÇÃO DO BEM:

a) UM PRÉDIO RESIDENCIAL EM ALVENARIA, coberto com telhas, com 40,28m2 de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 28, no conjunto Habitacional Jardim Mandacaru atualmente denominado Jardim dos Poetas, nesta cidade e comarca de Adamantina, e seu respectivo terreno compreendendo o lote 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confronta com o lote nº7; e, pelos fundos mede 8,84 metros e confronta com o lote nº 23. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 01094200-4. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 16.001.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hoO3r7qb.

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.c 40,28m², 02 dorms, Conj. Jardim dos Poetas, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.7 USUFRUTO em favor de ANA FIDALDO MILAN. **AV.9** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.10** PENHORA expedida nestes autos. **AV.11** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 100.435,70 (cem mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) para jul/21 – atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

b) UM ÁREA DE TERRAS COM 20,00 ALQUEIRES PAULISTA, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado juno ao INCRA., em maior porção, sob nº 615013004472-0; área total: 58,0 há.; mód. Fiscal: - 20,0; n. mód. Fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento: -3 ,0 há., denominado "Sitio Santana I". **Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 19.979.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Fazenda Aguapeí, 48,40 hectares, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. **AV.7** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 1.227.547,42 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos) para jul/21 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

c) UM IMÓVEL URBANO constituído pelo lote de terreno sob nº 2 (dois) da quadra nº 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontado pela frente com a Alameda Armando de Balles Oliveira; por um lado, com o lote nº 1; por outro lado com o lote nº 3; e, pelos fundos com o lote nº 16, da mesma quadra. BENFEITORIAS: Uma casa residencial em alvenaria coberta de telhas. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 21500. Matriculado no CRI de Adamantina sob o 19.982.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.t 384m², Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. **AV.7** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 212.030,92 (duzentos e doze mil, trinta reais e noventa e dois centavos) para jul/21 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

d) METADE DO LOTE DE TERRENO sob o nº 9 (nove) da quadra nº 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de 288,00 metros quadrados, medindo 18 metrôs de frente por 16 metros das frente aos fundos, situada à Alameda Santa Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a citada via pública; por um lado com a Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio para o comercio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, cobe4rto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao são comercial,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hoO3r7qb.

fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com telhas. BENFEITORIAS: Um imóvel residencial e um imóvel comercial, ambos em alvenaria. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 253800 e 254000. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 5.734.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial/Comercial, 01 salão, 02 casas, 01 garagem, Adamantina/SP.

ÔNUS: R.6 USUFRUTO VITALICIO em favor de ANA FIDALGO MILAN. **AV.7** PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R$ 312.466,62 (trezentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e dois centavos) para jul/21 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

VALOR DA AVALIAÇÃO DE METADE: R$ 156.233,31 (cento e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e um centavos) para jul/21 - atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

Embargos de Terceiro – em tramite perante a Vara Única - Foro de Pariquera-Açu, proc. 1000464-6920188260424

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o art. 274, parágrafo único, do CPC. Nos termos do **Art. 889, § único**, CPC o(s) executado(s) terá(ão) ciência do dia, hora e meio de realização das praças, através dos correios, por Oficial de Justiça ou por meio deste presente EDITAL. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. Pariquera Açu, 9 de agosto de 2021.

Dr. André Gomes do Nascimento
MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera Açu - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código hoO3r7qb.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 5.734

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 5.734 DATA:- 05-novembro-1.979
M	Metade do lote de terreno sob nº 9 (nove) da quadra nº - 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de - 288,00 metros quadrados, medindo 18 metros de frente por 16 metros da frente aos fundos, situada à Alameda Santa - Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando- pela frente com a citada via pública; por um lado com a - Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado - com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio - para comércio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, coberto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao salão comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com te--- lhas.- Eu , escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.--
1- R. 01 Prot. 01 Nº 18951 05-11-79	Adquirentes:- ANA FIDALGO MILAN e seu marido Domingos Milan, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 153.034.978-87; Transmitentes:- Generosa Fidalgo - Conrad e seu marido Edmundo Conrad, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 012.410.018-04; - Título:- Divisão amigável; Forma do título:- Escritura - Pública de 26 de outubro de 1.979, das notas do 1º Cartório local, lavrada às fls. 46 do Lº 43; Valor:- Cr$ .... 297.653,20 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e - cinquenta e três cruzeiros e vinte centavos);'Registro anterior nº 4.355,digo, Registro anterior nº 01 da matrícula nº 4.355 deste Cartório.- Eu , escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.-- Deste:- 600,00; Recibo:- 1.416-Série "B".-
AV. 2 10-9-03	**Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que a proprietária Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, é casada pelo regime da comunhão de bens com Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)**
AV. 3 23-3-06	**Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado na Prefeitura local sob n. 253800 e 254000, conforme carnês de IPTU do corrente exercício, ora apresentados.- Desta:-**

= CONTINUA NO VERSO =

MATRÍCULA N.º 5.734

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6mNZGDNK.

Atos e referências	Livro n.º 2 - Registro Geral
	nihil - "ex officio".- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 4 23-3-06	Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de - 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 37.462,92.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 57/06.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 5 2-8-06	Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 63/65 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 11.817,53 (onze mil e oitocentos e dezessete reais e cinqüenta e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 293,84; Guia:- 144/06.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 2-8-06	USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já quali-

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6mNZGDNK.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 5.734 FICHA 2

ficada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 11.817,53, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 5.734, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 5.734, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 9-M. 5.734, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n.

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6mNZGDNK.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

MATRÍCULA 5.734 | FICHA 2 VERSO

00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, [assinatura]. (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:40:05

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 6mNZGDNK.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA — ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 16.001

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 16.001 DATA:- 02 dezembro 1992.-
M	Um prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, - com 40,28m2 de áreaconstruída, com 2 quartos, sala, cozi-- nha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 68, no Conjunto - Habitacional Jardim Mandacaru, nesta cidade ecomarca de Adamantina, e seu respectivoterreno compreendendo o lote - 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 - metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a - referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pú blica olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confron ta como lote nº 7;e, pelos fundos mede 8,84 metros e con-- fronta com o lote nº 23, devidamente cadastrado na Prefei- tura local sob nº 01094200-4; Proprietária:- COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERES SESSOCIAL - CRHIS., sociedade de economia mista intermuni- cipal, com sede na cidade de Araçatuba, deste Estado, ins- crita no CGC/MF sob nº 51.097.236/0001-29; Construtora:- PAEZ DE LIMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E EMPREEN- DIMENTOS LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade' limitada, com sede na Capital deste Estado, inscrita no - CGC/MF sob nº 49.577.752/0001-09; Registro anterior:- 01 e AVs. 04 e 05 da matrícula nº - 14.968 deste Cartório.- Eu , escrevente autori- zado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 01 Prot.1-A Nº 64046 02 12 92	Adquirentes:- ABRÃO JOSÉ DOS SANTOS, RG. 13.323.798-SP, - comerciário e s/mr. VILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, RG. - nº 22.505.035-SP, do lar, brasileiros,casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77,- residentes nesta cidade, portadores do CIC sob número ... 036.705.328-46; Transmitentes - doadora do terreno e vende dora da benfeitoria:- A proprietária e construtora, respec tivamente, referidas na matrícula; Título:- Doação e Com-- pra e Venda; Forma do título:- Instrumento Particular com' caráter de escritura pública celebrado nesta cidade, aos - 18 de dezembro de 1991, em quatrovias, legalizado, uma via arquivada; Valor-terreno:- Nihil; Valor-benfeitoria:- Cz$ .. 3.967.297,01 (três milhões e novecentos e sessenta e sete' mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e umcentavo); - Foram apresentadas e ficam arquivadas cópias reprográficas das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelo MTPS/ ' INSS, a saber:- nº 955664 - Série "B",expedida em 31 08 92, pela Região Fiscal de Araçatuba, deste Estado (doadora);e, nº 753783 - Série "C", expedida em 13 11 92, pela Região - Fiscal de São Paulo-Lapa (vendedora)e cópias reprográficas das Certidões de Quitações de Tributos Federais Adminis-- trados pelaSecretaria da Receita Federal expedidas por Ara çatuba, em 23 11 92 (doadora) e por São Paulo, em 14 09 - 92 (vendedora).- Eu , escrevente autorizado, da tilografei,conferi e subscrevi.-
R. 02 idem	Credora:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, instituição finan-- ceira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasí- lia-DF. e Agênciadesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº - 00.360.305/0001-04; Devedores:- Os adquirentes constantes' do R. 01; Título:- Hipoteca (em primeira e especial hipote ca); Forma do título:- A mesma do R. 01, referido; Valor - do mútuo:- Cz$ 3.807.386,77,pagável através de 300 presta--- ções mensais e consecutivas dovalor inicial total de Cz$ ...

- continua no verso -

MATRÍCULA N.º 16.001

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código szE9pCt8.

Atos e referências	Livro n.º - Registro Geral
	Cr$ 34.048,71, vencendo-se a primeira prestação a contar 30 dias da data do título, à taxa anual de juros nominal de - 5,90% e efetiva de 6,0621%; Pena convencional:- 10%; De--- mais condições: As do título.- Eu , escrevente - autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.- Destes:- 24.132,40; Guia:- 227/92.-
AV. 3 11-2-04	Pela certidão expedida em 11 de setembro de 2003, da escritura pública de cessão de créditos e de assunção de dívidas lavrada em 18 de março de 2002, no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, a fls. 1/3 do livro n. 2323-E, a credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, já qualificada, cedeu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, empresa pública federal, com sede em Brasília-DF, na SBS Q. 4 Lote 03/04, Edifício Anexo do Prédio da Matriz da CEF, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.527.335/0001-13, todos os direitos oriundos do crédito hipotecário objeto do R. 2 desta matrícula, compreendendo o principal, seu reajuste monetário, os juros e demais encargos, bem como as garantias existentes, pelo preço de R$ 23.316,60 (vinte e três mil e trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Demais condições:- As do título.- Foram apresentadas:- a Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa, sob n. 6.496.731, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa sob n. 472192003-23001040, emitida via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivadas nas pastas próprias sob n. 1/04 e 21/04, respectivamente.- Título prenotado sob n. 92.440, em 10-2-04.- Desta:- R$ 100,78; Guia:- 28/04.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 4 27-3-07	Pelo instrumento particular celebrado nesta cidade em 26 de março de 2007, legalizado e arquivado, foi pela credora Empresa Gestora de Ativos, autorizado o cancelamento do R. 2 desta matrícula, em virtude da liquidação da dívida.- Título prenotado sob n. 101.561, em 26-3-07.- Desta:- R$ 57,41; Guia:- 59/07.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 5 22-9-08	Pela Lei Municipal n. 2.625, de 4 de outubro de 1995, arquivada, a Rua Seis, passou a denominar-se Rua Vinicius de Moraes; e, o Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, passou a denominar-se Jardim dos Poetas, nesta cidade.- Desta:- Nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 22-9-08	Pela escritura pública de venda e compra de 18 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 158 e 159 do livro n. 222, os proprietários Abraão José dos Santos e sua mulher Vilma Maria Pereira dos Santos, CIC n. 179.450.938-09, já qualificados, venderam o imóvel pelo valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a JURANDIR SAVI, RG. n. 14.082.876-SSP/SP e CIC n. 045.824.018-48, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua Adoniran Barbosa, n. 269 - Vila Jardim Ipiranga, nesta cidade.- Título prenotado sob n. 106.207, em 19-9-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 178/08.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 7 2-10-08	Pela escritura pública de venda e compra de 29 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 211 e 213 do livro n. 222, verifica-se que o USUFRUTO do imóvel foi constituído a título oneroso por ANA FIDALGO MILAN,
	= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código szE9pCt8.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA	FICHA
16.001	2

RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade, por venda que lhe fez o proprietário Jurandi Savi, já qualificado, pelo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).- Titulo prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 186/08.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 8-M. 16.001, em 2 de outubro de 2008.

Pela escritura pública referida no registro anterior, o proprietário Jurandir Savi, já qualificado, vendeu o imóvel, gravado com o usufruto objeto do R. 7, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Célia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua Antonio Campostrine, n. 15 - Jardim Elvira Zanella, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 350,04; Guia:- 186/08.-.-.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 9-M. 16.001, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Civel da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 16.001, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código szE9pCt8.

MATRÍCULA 16.001 | FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 11-M. 16.001, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:25:40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código szE9pCt8.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 19.979 | FICHA: 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMÓVEL:- Uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaíso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado junto ao INCRA., em maior porção, sob n. 615013 004472-0; Area total:- 58,0 ha.; mód. fiscal:- 20,0; n. mód. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 0,0 ha., denominado "Sítio Santana I";

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 2.142, de 2-3-60 deste Registro.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capitulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob n. 615013 004472-0; área total:- 58,00 ha.; mód. fiscal:- 20,0 ha.; n. móds. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 3,0 ha., em nome de Domingos Milan, de nacionalidade brasileira, conforme CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, ora apresentado; e, se acha inscrito na Receita Federal sob n. 0.728.256-7, conforme Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural referida no registro seguinte.- Desta:- nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JQ2IxTAc.

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1 VERSO

R. 4-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 79.275,80 (setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural sob n. 9098.1AF5.4FD8.7D2E, relativa ao ITR sobre o imóvel.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 57/06.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 69/71 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 83.031,03 (oitenta e três mil e trinta e um reais e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JQ2IxTAc.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 2

R. 6-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 83.031,03, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.979, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.979, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JQ2IxTAc.

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 2 VERSO

AV. 9-M. 19.979, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:28:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JQ2lxTAc.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 — FICHA 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMÓVEL:- Um imóvel urbano constituído pelo lote de terreno sob n. 2 (dois) da quadra n. 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a Alameda Armando de Salles Oliveira; por um lado, com o lote n. 1; por outro lado com o lote n. 3; e, pelos fundos com o lote n. 16, da mesma quadra, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob n. 21500;

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 4.717, de 20-11-64, deste Registro.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 7 de agosto de 2003, acompanhado da certidão n. 93/03, expedida em 6-2-03, pela Prefeitura do Município de Adamantina e dos Alvarás de Habite-se n. 14/65 e 24/02, expedido em 27-2-03, pela Secretaria de Planejamento-Departamento de Engenharia daquela repartição, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que sobre o imóvel foi construída uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas, sob n. 110 da Alameda Armando de Salles Oliveira, cujas plantas para sua edificação foram aprovadas por aquela repartição em nome de Domingos Milan, em 11-3-65, com a área de 109,50 metros quadrados e em 23-9-02, com a área de 72,89 metros quadrados, totalizado uma área construída de 182,39 metros quadrados, estimando-se à obra o valor de R$ 195.872,26, segundo tabela do Sinduscon/SP. Apresentada com referên-

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CFrbnUDD.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 1 VERSO

cia à obra, a Certidão Negativa de Débito-CND do INSS n. 007532003-21030010, emitida em 9-5-03, via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivada na pasta própria sob n. 101/03. Título prenotado sob n. 91.143, em 29-8-03.- Desta:- R$ 163,94; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 4-M. 19.982, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 14.069,30 (quatorze mil e sessenta e nove reais e trinta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 50.945,62.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 418,26; Guia:- 57/06.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 66/68 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 14.224,30 (quatorze mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CFrbnUDD.

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA: 19.982 — FICHA: 2

R. 6-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuido ao imóvel:- R$ 14.224,30, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.982, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.982, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, **(Ademar Luís Vergilio)**

AV. 9-M. 19.982, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CFrbnUDD.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

MATRÍCULA 19.982

FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, [signature]. (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:11/05/2020 12:38:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código CFrbnUDD.

Imprimir Voltar

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

0000378-52.2017.8.26.0424
Data de atualização dos valores: julho/2021
Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	Matricula 16.001	05/10/2019	90.000,00	100.435,70	0,00	0,00	0,00	100.435,70
2	Matricula 19.979	05/10/2019	1.100.000,00	1.227.547,42	0,00	0,00	0,00	1.227.547,42
3	Matricula 19.982	05/10/2019	190.000,00	212.030,92	0,00	0,00	0,00	212.030,92
4	Matricula 5.734	05/10/2019	280.000,00	312.466,62	0,00	0,00	0,00	312.466,62
				Sub-Total				**R$ 1.852.480,66**
				TOTAL GERAL				**R$ 1.852.480,66**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PRISCILLA SILVA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/08/2021 às 09:25 , sob o número WPQU21700075950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código N3T4ylN4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: 0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de sentença
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Executado: Orlando Milan e outros

Juiz do Processo ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Vistos,

Ciência às partes acerca do leilão designado.
Afixe-se o edital de fl. 384/387 no local de costume.

Pariquera-Açu, 10/08/2021

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 10/08/2021 às 19:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código cSmvUry8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Destinatário(a):
Eva Milan
Alameda Armando de Salles Oliveira, 110, Centro
Adamantina-SP
CEP 17800-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **CIENTIFICADO(A)** de que o leilão do(s) bem(ns) penhorado(s) no processo em epígrafe, conforme auto de penhora disponibilizado na internet, acontecerá por meio eletrônico através do Portal **www.lancejudicial.com.b**r, a **1ª praça terá início no dia 15/09/2021 às 00:00 hs** e **encerramento dia 20/09/2021 às 16h e 30min**, não havendo lnace superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a **2ª praça**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **21/10/2021 às 16h:30min, sendo vendido pelo maior lance ofertado, desde que acima de 60% do valor da avaliação atualizada**

Av. Dr. Fernando Costa, 215, Pariquera-Acu.

ADVERTÊNCIAS: 1- O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta cientificação se efetivou. **2- Este processo tramita eletronicamente**. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Pariquera-Acu, 11 de agosto de 2021. João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 11/08/2021 às 17:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4xnSPXsq.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE CIENTIFICAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Destinatário(a):
Maria Aparecida Milan
Alameda Armando de Salles Oliveira, 110, Centro
Adamantina-SP
CEP 17800-000

Pela presente carta fica Vossa Senhoria **CIENTIFICADO(A)** de que o leilão do(s) bem(ns) penhorado(s) no processo em epígrafe, conforme auto de penhora disponibilizado na internet, acontecerá por meio eletrônico através do Portal **www.lancejudicial.com.b**r, a **1ª praça terá início no dia 15/09/2021 às 00:00 hs** e **encerramento dia 20/09/2021 às 16h e 30min**, não havendo lnace superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a **2ª praça**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **21/10/2021 às 16h:30min, sendo vendido pelo maior lance ofertado, desde que acima de 60% do valor da avaliação atualizada**

Av. Dr. Fernando Costa, 215, Pariquera-Acu.
ADVERTÊNCIAS: 1- O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta cientificação se efetivou. **2- Este processo tramita eletronicamente**. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Pariquera-Acu, 11 de agosto de 2021. João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 11/08/2021 às 17:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código tfWgawLB.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0294/2021, foi disponibilizado na página 2649/2659 do Diário de Justiça Eletrônico em 12/08/2021. Considera-se a data de publicação em 13/08/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos, Ciência às partes acerca do leilão designado. Afixe-se o edital de fl. 384/387 no local de costume. Pariquera-Açu, 10/08/2021"

Pariquera-Açu, 12 de agosto de 2021.

Valdomiro Borogan
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VALDOMIRO BOROGAN, liberado nos autos em 12/08/2021 às 15:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código FxBcw142.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Verifico que há em tramitação embargos de terceiros (autos 1000527-26.2020) no qual houve decisão do Tribunal suspendendo designação de data para leilão.

Desse modo, fica cancelado o leilão designado até decisão judicial anterior.

Comunique-se com urgência a empresa organizadora do leilão.

Proceda-se o apensamento dos autos e junte-se a cópia da decisão do tribunal.

Aguarde-se julgamento dos embargos de terceiros.

Intimem-se.

Pariquera-Acu, 25 de agosto de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 25/08/2021 às 19:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 9yqk6Jfz.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0329/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Verifico que há em tramitação embargos de terceiros (autos 1000527-26.2020) no qual houve decisão do Tribunal suspendendo designação de data para leilão. Desse modo, fica cancelado o leilão designado até decisão judicial anterior. Comunique-se com urgência a empresa organizadora do leilão. Proceda-se o apensamento dos autos e junte-se a cópia da decisão do tribunal. Aguarde-se julgamento dos embargos de terceiros. Intimem-se."

Pariquera-Acu, 26 de agosto de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/08/2021 às 04:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código bgeN6132.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0329/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 27/08/2021. Considera-se a data de publicação em 30/08/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
06/09/2021 à 06/09/2021 - Suspensão de expediente – Prov. CSM n° 2584/2020 - Suspensão
07/09/2021 - Independência do Brasil - Prorrogação

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Verifico que há em tramitação embargos de terceiros (autos 1000527-26.2020) no qual houve decisão do Tribunal suspendendo designação de data para leilão. Desse modo, fica cancelado o leilão designado até decisão judicial anterior. Comunique-se com urgência a empresa organizadora do leilão. Proceda-se o apensamento dos autos e junte-se a cópia da decisão do tribunal. Aguarde-se julgamento dos embargos de terceiros. Intimem-se."

Pariquera-Açu, 27 de agosto de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/08/2021 às 03:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código XNnWNW1x.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu-SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado	**Orlando Milan**
Valor da Causa:	**Valor da Ação << Informação indisponível >>**
Nº do Mandado:	**424.2021/001940-8**

Instruir o Mandado – Folho de Rosto – com páginas 374/375

Mandado expedido em relação ao (a):
Executado: **ORLANDO MILAN, bem como sua esposa**, com endereço à Rua Santa Natália, 23, Centro, CEP 11930-000, Pariquera-Acu - SP, **OSVALDO MILAN, bem como sua esposa**, Rua Francisco Elias, nº 15, Jardim Elvira Zanella, nesta cidade.

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **lxvdmy**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.
Pariquera-Acu, 22 de julho de 2021.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e o código wP9lj1FC.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wP9lj1FC.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por IRAE FAUSTO LOBO, liberado nos autos em 27/08/2021 às 15:27 .

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Irae Fausto Lobo (31635)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 424.2021/001940-8 dirigi-me aos endereços indicados e aí sendo intimei Orlando Milan e sua esposa Célia Trentino Milan; Osvaldo Milan e sua esposa Claíre Maria Pinotti Milan, todos do inteiro teor do presente, quais assinaram o original e aceitaram as contra-fés. O referido é verdade e dou fé.

Pariquera-Acu, 27 de agosto de 2021.

Perímetro Urbano = 01 Cota.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por IRAE FAUSTO LOBO, liberado nos autos em 27/08/2021 às 15:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código U90B5nKW.

fls. 414

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

16/08/2021
LOTE: 111786

AR
99370 80497 -SE/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Eva Milan

Alameda Amando de Salles Oliveira, 110, -, Centro

Adamantina, SP

17800-000

AR363995783JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___h

2ª ___/___/___ ___:___h

3ª ___/___/___ ___:___h

ATENÇÃO: Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ADAMANTINA
23 AGO 2021

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Maria Ap. Simões

DATA DE ENTREGA

23/8/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

004963038

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por www.apost.correios.com.br, liberado nos autos em 27/08/2021 às 15:57 .
Acesse http://www.trf3.jus.br/autenticar.php/Conferencia/Documento e informe o processo 0000000-00.0000.0.00.0000 e código 21082715570000000000000000000.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

16/08/2021
LOTE: 111786

AR
9012360497 - SP/IP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Maria Aparecida Milan

Alameda Armando de Salles Oliveira, 110, -, Centro

Adamantina, SP

17800-000

AR363995797JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 23/8/21 08:57 h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO: Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

AC ADAMANTINA
23 AGO 2021
ADAMANTINA-SP

BV

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Maria Ap. Milan

DATA DE ENTREGA

23/8/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

042963038

Este documento foi gerado digitalmente por v-post.correios.com.br, liberado nos autos em 16/08/2021 às 15:51 e assinado digitalmente em https://postagem.correios.com.br/VPostagem/pages/ConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000000-00.0000.0.00.0000 e o código AR363995797JF.

Responder a todos Excluir Lixo Eletrônico Bloquear ···

Processo sob nº 1000112-09.2021.8.26.0424

GP

GILSON CARLOS PEDRO
Ter, 31/08/2021 15:55

Para: Priscilla - Lance Judicial <priscilla@lancejudicial.com.br>

OFÍCIO JUDICIAL
Foro Distrital de Pariquera Açu/SP
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro
Cep: 11930-000 - Tel. (13) 3856-1853

Boa Tarde!

Pelo presente, transcrevo a Vossa Senhoria – DECISÃO – proferida nos autos sob nº 0000378-52.2017.8.26.0424, datada de 25/agosto/2021.

Partes: Ministério Público do Estado de São Paulo
X
Orlando Milan e Osvaldo Milan e Osvaldo Milan-ME

DECISÃO: Vistos. Verifico que há em tramitação embargos de terceiros (autos 1000527-26.2020) no qual houve decisão do Tribunal suspendendo designação de data para leilão. Desse modo, fica cancelado o leilão designado até decisão judicial anterior. Comunique-se com urgência a empresa organizadora do leilão. Proceda-se o apensamento dos autos e junte-se a cópia da decisão do tribunal. Aguarde-se julgamento dos embargos de terceiros. Intimem-se.

Atenciosamente

Gilson Carlos Pedro

Matrícula nº 808.980

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento.Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções. Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 31/08/2021 às 15:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código Cwp57r40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu - SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Embargos de Terceiro Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
Embargante:	**Claire Maria Pinotti Milan e outro**
Embargado:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**

Tramitação prioritária
Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Trata-se de embargos de terceiro com pedido liminar opostos por **MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN** e **CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN** à execução que move o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** contra os executados Orlando Milan, Osvaldo Milan e Osvaldo Milan ME objetivando resguardar a meação dos bens penhorados nos autos de cumprimento de sentença n. 0000378-52.2017.8.26.0424, sob os argumentos de que não figuraram no polo passivo no processo de conhecimento, sendo somente cônjuges dos executados e não devedoras. Defendem ser possível penhorar somente a parte exclusiva dos devedores quanto ao imóvel rural penhorado, pugnando assim, pelo afastamento da alienação judicial de toda a propriedade rural, alegando que se trata de bem divisível, pugnando que a alienação por hasta pública ocorra somente sobre a parte pertencente aos executados. Subsidiariamente, argumentam que caso ocorra a alienação de todo o imóvel rural, que suas cotas-parte deverão considerar o valor da avaliação do bem, e não da arrematação.

Contra a decisão que indeferiu a liminar pleiteada, com o fito de suspender os atos da execução, foi interposto agravo de instrumento, tendo a decisão proferida, negado provimento ao recurso (fls. 132/140).

Em contestação (fls. 295/298), o embargado bateu-se pelo reconhecimento da indivisibilidade do imóvel rural e que a cota-parte dos demais coproprietários deverá incidir sobre o produto da arrematação, em atendimento ao que preceitua o disposto no artigo 843, do CPC.

Sobreveio nova manifestação das embargantes às fls. 299/302, reiterando os

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 816EA4E.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 30/06/2022 às 15:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código SaIFiaNc.

argumentos expostos na inicial.

Após, vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Possível o julgamento antecipado do presente feito, nos termos do artigo 355, I, do CPC, vez que a questão trazida à baila é unicamente de direito.

A decisão proferida nos autos principais deferiu a penhora do bem em questão somente sobre a cota-parte dos executados, motivo pelo qual não há que se falar em desfazimento da penhora.

No que tange à alegada possibilidade de fracionamento de alqueires, para que a hasta pública recaia tão somente sobre parte do imóvel e que atinja somente as cotas-partes que cabem aos executados, sem razão as embargantes.

Isto porque embora, em regra, os bens imóveis sejam indivisíveis, a utilidade econômica da coisa, a lei, ou mesmo a vontade das partes podem determinar diverso destino.

No caso em apreço, o bem penhorado vem a ser uma fazenda com 20 alqueires, destinada à agricultura. Considerando a possível existência de áreas agricultáveis e outras imprestáveis a tal atividade, considerando a possível existência de reserva legal, cobertura florestal, benfeitorias e mesmo que fosse possível apartar todos estes elementos, de sorte que cada cota contivesse exatamente as mesmas benfeitorias, a soma do valor de mercado das frações ideais seria inferior ao valor de mercado do todo, com prejuízo do credor e inclusive dos demais co-proprietários, de modo que dever ser reconhecida a indivisibilidade do bem para fins de hasta pública.

Destarte, o leilão judicial deverá abranger a totalidade do imóvel rural, recaindo a meação sobre o produto da alienação.

Melhor sorte não socorre às embargantes no que tange ao pedido para que suas cotas-parte considerem o valor da avaliação do bem, e não da arrematação, uma vez que há expressa previsão legal nesse sentido.

Nos termos do artigo 843, do CPC, *in verbis*:

Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 816EA4E.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 30/06/2022 às 15:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código SalFiaNc.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
AV. DR. FERNANDO COSTA, 215, Pariquera-Acu - SP - CEP 11930-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem*. § 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.* ***(grifei).***

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTES** os presentes embargos.

Transitada em julgado, expeça-se o necessário e certifique-se nos autos principais, trasladando-se cópia da presente..

P. I.

Pariquera-Acu, 11 de março de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 816EA4E.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 30/06/2022 às 15:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código SalFiaNc.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que os embargos à execução nº 1000527-26.2020.8.26.0424 foi julgado improcedente, consoante cópia da sentença de fls. 417/419, todavia encontra-se pendente de julgamento do recurso de apelação interposto pela embargante. Nada Mais. Pariquera-Acu, 30 de junho de 2022. Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 30/06/2022 às 15:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zLcLUUJY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe − Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 30 de junho de 2022.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 30/06/2022 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código a6zyEPKP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 30/06/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 30 de junho de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/06/2022 às 15:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código gcRNNwNs.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Considerando que a decisão liminar (mencionada a fls. 409) que impediu o prosseguimento dos atos de expropriação não mais subsiste, vez que foi reformada pelo julgamento do mérito do agravo de instrumento, e tendo em conta, ainda, a sentença de primeira instância que julgou improcedentes os embargos de terceiro (cf. fls. 417/420), requeiro, desde já, o prosseguimento do leilão judicial já determinado.

Pariquera-Açu, data certificada eletronicamente.

Lucas Mostaro de Oliveira
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/06/2022 às 15:53 , sob o número WPQU22700065816
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 3BWOVrOq.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **30/06/2022 15:50**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 30 de Junho de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/06/2022 às 17:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GMvy3VMM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: 0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de sentença
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Executado: Orlando Milan e outros

Juiz do Processo ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Vistos,

Fl. 423 – Defiro.

Intime-se o I. Leiloeiro para que retome com o procedimento de alienação designando-se novas datas.

Pariquera-Açu, 02/08/2022

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 02/08/2022 às 10:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código y1nddwo2.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0493/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Fl. 423 Defiro. Intime-se o l. Leiloeiro para que retome com o procedimento de alienação designando-se novas datas. Pariquera-Açu, 02/08/2022"

Pariquera-Acu, 2 de agosto de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/08/2022 às 10:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 7CDJxHCR.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0493/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 03/08/2022. Considera-se a data de publicação em 04/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos, Fl. 423 Defiro. Intime-se o l. Leiloeiro para que retome com o procedimento de alienação designando-se novas datas. Pariquera-Açu, 02/08/2022"

Pariquera-Açu, 3 de agosto de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 03/08/2022 às 01:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GFPOj0hE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP.

Autos

Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

ORLANDO MILAN, já identificado nos autos do **Cumprimento de Sentença** em epígrafe, em que é Requerente o MPESP, neste ato por seu Advogado, abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, para ante o R. Despacho de fls. 425, expor e requerer como segue:

1 -) O Juízo, via de fls. 425, acatando o pleito de fls. 423, determinou a intimação do leiloeiro para fins de retomada do procedimento de alienação, via da designação de novas datas.

2 -) No entanto, em que pese o pleito de fls. 423, é certo que o Agravo ali mencionado ainda é alvo de **segundos embargos de declaração**, e a decisão dos Embargos de Terceiro alvo de **apelação** ainda sem julgamento. Ou seja, não houve o trânsito em julgado desses embargos e nem do citado agravo.

3 -) Não fosse isso, é certo que a **AVALIAÇÃO de fls. 242/245** data de longa data, a saber, de **05 de Outubro de 2019**, ou seja, passados mais de 2 anos e meio.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zu0byPK0.

Por evidente que a situação valorativa deve ter sofrido mudanças, a atrair assim a necessidade de nova AVALIAÇÃO dos bens constritos, ainda mais porque o da **Matrícula 19.979**, CRI Adamantina, **é imóvel rural PRODUTIVO, com plantação de cana de açúcar**, cuja safra é vendida para a empresa **BRANCO PERES S/A**, conforme o **1º Termo Aditivo do Contrato Particular de Venda e Compra de Safras de Cana de Açucar** firmado em 16/09/2021 e fotos anexas (anexo).

De modo que a **nova AVALIAÇÃO** deve ponderar sobre o valor econômico diferenciado da área em questão, mormente porque na antiga avaliação o "avaliador" estimou o valor sem parâmetro algum, de forma singela e absurdamente simplista.

4 -) Pelo exposto, **REQUER** se digne Vossa Excelência, dada a razoabilidade do pleito, de **DETERMINAR nova AVALIAÇÃO nos moldes supra**, prestigiando assim a verdade real do valor do imóvel caso este vá à futura alienação judicial, evitando assim prejuízo a quem de direito.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Registro, 04 de Agosto de 2022.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zu0byPK0.

BRANCO PERES AGRO S/A

1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Venda e compra de Safras de Cana de açúcar e Outas Avenças, firmado em 20 de julho de 2018, entre a Sra. Ana Fidalgo Milan e a empresa Branco Peres Agro S/A.

Considerando que a matrícula 8.021 do ORI de Adamantina/SP, imóvel objeto de parte desse instrumento, foi encerrada e atualmente é a matrícula 23.175 do ORI de Adamantina/SP, ou seja, um lote de terras com 21,62,77,87 hectares, localizado no Bairro Lagoa Seca, neste município e Comarca de Adamantina, devidamente cadastrado perante o INCRA sob nº 615.013.008.605-9, inscrito na Receita Federal sob nº 0.728.254-0 e, denominado Sítio Santana III, sendo as proprietárias:- a Sra. **MARIA APARECIDA MILAN**, RG nº 6.451.821-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.038-56, detentora de parte ideal correspondente a 50% do imóvel; e, a Sra. **EVA MILAN**, RG nº 6.451.823-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.028-84, detentora de parte ideal correspondente a 50% do imóvel, ambas brasileiras, solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, nesta cidade; e, como credora usufrutuária e possuidora, a Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, ora **VENDEDORA**;

Considerando que a matrícula 19.979 do ORI de Adamantina/SP, imóvel objeto de parte desse instrumento, ou seja, uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, devidamente cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob nº 615.013.004.472-0, inscrito na Receita Federal sob nº 0.728.256-7 e, denominado Sítio Santana I, sendo os proprietários:- a Sra. **MARIA APARECIDA MILAN**, RG nº 6.451.821-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.038-56, detentora de parte ideal correspondente a 25% do imóvel; e, a Sra. **EVA MILAN**, RG nº 6.451.823-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.028-84, detentora de parte ideal correspondente a 25% do imóvel, ambas brasileiras, solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, nesta cidade; o Sr. **OSVALDO MILAN**, RG nº 10.205.631-SSP/SP e CPF/MF nº 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob nº 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com a Sra. **Claire Maria Pinotti Milan**, RG nº 7.771.643-SSP/SP e CPF/MF nº 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, nº 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, detentores de parte ideal correspondente a 25% do imóvel; e, o Sr. **ORLANDO MILAN**, RG nº 4.409.356-SSP/SP e CPF/MF nº 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/7, com **Maria Celia Trentino Milan**, RG nº 5.059.299-SSP/SP e CPF/MF nº 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, nº 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, detentor de parte ideal correspondente a 25% do imóvel, todos brasileiros; e, como credora usufrutuária e possuidora, a Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, ora **VENDEDORA**;

Considerando que a matrícula 19.980 do ORI de Adamantina/SP, imóvel objeto de parte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5F0dSzcM.

desse instrumento, ou seja, uma área de terras com 4,00 alqueires paulista, iguais a 9,68 hectares, encravados na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município e comarca de Adamantina, devidamente cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob nº 615.013.004.472-0, inscrito na Receita Federal sob nº 0.728.256-7 e, denominado Sítio Santana I, sendo as proprietárias:- a Sra. **MARIA APARECIDA MILAN**, RG nº 6.451.821-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.038-56, detentora de parte ideal correspondente a 50% do imóvel; e, a Sra. **EVA MILAN**, RG nº 6.451.823-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.028-84, detentora de parte ideal correspondente a 50% do imóvel, ambas brasileiras, solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, nesta cidade; e, como credora usufrutuária e possuidora, a Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, ora **VENDEDORA**;

Considerando que na data de 26 de junho de 2021, ocorreu o falecimento da credora usufrutuária e possuidora, Sra. Ana Fidalgo Milan, conforme comprova a cópia da certidão de óbito extraída da matrícula nº 121475 01 55 2021 4 00034 267 0013552 73, expedida em 28/06/2021, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais deste distrito, ficando, portanto, cancelado o Usufruto Vitalício;

Considerando que na referida certidão consta que a Sra. Ana Fidalgo Milan, era viúva do Sr. Domingos Milan e deixou os Filhos, Eva Milan, Maria Aparecida Milan, Osvaldo Milan, Orlando Milan, bem como até a presente data não foi aberto o Processo de Inventário, ficando os filhos como os herdeiros e sucessores, sub-rogados em todos os direitos e obrigações da referida venda e compra;

Considerando finalmente que os **VENDEDORES** neste ato solicitam a alteração dos dados bancários para recebimento.

Diante das disposições supra, fica o **PREÂMBULO** e o **Parágrafo Único da Cláusula Quarta - Do Preço** do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Safras de Cana de Açúcar e Outras Avenças, firmado em 20 de julho de 2018, com as novas redações:

Pelo presente instrumento particular de contrato de venda e compra de safras de cana de açúcar e na melhor forma de direito, de um lado, a Sra. **MARIA APARECIDA MILAN**, RG nº 6.451.821-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.038-56; e, a Sra. **EVA MILAN**, RG nº 6.451.823-SSP/SP e CPF/MF nº 004.963.028-84, ambas brasileiras, solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas em Adamantina, Estado de São Paulo, à Alameda Armando de Salles Oliveira, nº 110, Centro, CEP 17800-000; o Sr. **OSVALDO MILAN**, RG nº 10.205.631-6-SSP/SP e CPF/MF nº 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob nº 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com a Sra. **Claire Maria Pinotti Milan**, RG nº 7.771.643-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5F0dSzcM.

BRANCO PERES AGRO S/A

Estando às partes justas e acordadas ***"assinam / rubricam todas as folhas do presente aditivo"*** imprimido em ***"03 (três) vias de igual teor e forma"*** na presença das testemunhas abaixo identificadas que a tudo presenciaram e ***"também assinam / rubricam todas as folhas"***.

Adamantina/SP, 16 de setembro de 2021.

MARIA APARECIDA MILAN
Vendedora

EVA MILAN
Vendedora

OSVALDO MILAN
Vendedor

CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN
Vendedora

ORLANDO MILAN
Vendedor

MARIA CELIA TRENTINO MILAN
Vendedora

BRANCO PERES AGRO S/A
Compradora
Italo Daniel Fratini
Procurador
Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira
Diretor

Testemunhas:-

Sérgio Abrão Pereira Cervigni
RG nº 30.576.598-X-SSP/SP
CPF/MF nº 302.651.338-58

Angelo Roberto Bozzo Júnior
RG nº 42.009.229-8-SSP/SP
CPF/MF nº 347.427.188-10

Visto Departamento Jurídico:-

Alessandro Barros Costa
OAB/SP 143.005

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5F0dSzcM.

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ADAMANTINA - SP
Av. Rio Branco, n. 458 - Centro - Adamantina - SP - Cep. 17800-000 - Fone: (18) 3521-2504
Tabelião: Edison João Grespi - email: cartorionotasadamantina@hotmail.com

Reconheço por semelhança COM VALOR ECONÔMICO, a(s) firma(s):
MARIA APARECIDA MILAN, EVA MILAN
Dou fé. Em test. da Verdade
ADAMANTINA, 21 de Setembro de 2021 R$20,80

GILBERTO CESAR BOSSO - ESCREVENTE SUBSTITUTO
Valido somente com selo(s) AA92986

124958 FIRMA VALOR ECONÔMICO 2 C20002AA0091986

Gilberto Cesar Bosso
Escrevente

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ADAMANTINA - SP
Av. Rio Branco, n. 458 - Centro - Adamantina - SP - Cep. 17800-000 - Fone: (18) 3521-2504
Tabelião: Edison João Grespi - email: cartorionotasadamantina@hotmail.com

Reconheço por semelhança COM VALOR ECONÔMICO, a(s) firma(s):
OSVALDO MILAN, MARIA CELIA TRENTINO MILAN, MARCIO CRISTIANO
VIDOTO DE OLIVEIRA, TYALO DANIEL FRATINI
Dou fé. Em test. da Verdade
ADAMANTINA, 30 de Setembro de 2021 R$41,60

ANTONIO NUNES - ESCREVENTE SUBSTITUTO
Valido somente com selo(s) AA112119,AA92236 ao AA92238

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ADAMANTINA - SP
Av. Rio Branco, n. 458 - Centro - Adamantina - SP - Cep. 17800-000 - Fone: (18) 3521-2504
Tabelião: Edison João Grespi - email: cartorionotasadamantina@hotmail.com

Reconheço por semelhança COM VALOR ECONÔMICO, a(s) firma(s):
SERGIO ABRAO PEREIRA CERVIGNI, ANGELO ROBERTO BOZZO JUNIOR,
ALESSANDRO BARROS COSTA
Dou fé. Em test. da Verdade
ADAMANTINA, 30 de Setembro de 2021 R$31,20

ANTONIO NUNES - ESCREVENTE SUBSTITUTO
Valido somente com selo(s) AA112119,AA92236 ao AA92238

124958 FIRMA VALOR ECONÔMICO 2 C20002AA0092236

124958 FIRMA VALOR ECONÔMICO 2 C20002AA0092237

FIRMA VALOR ECONÔMICO 2 C20002AA0092238

124958 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1 C10002AA0112118

Antonio Nunes
Escrevente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5F0dSzcM.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EK6xFHir.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EK6xFHir.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2022 às 10:58 , sob o número WPQU22700078730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código EK6xFHir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: 0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de sentença
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Executado: Orlando Milan e outros

Juiz de Direito: ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Ao MP.

Pariquera-Açu, 30 de agosto de 2022

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 31/08/2022 às 09:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código iZptDPjD.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 31/08/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Processo Digital - Despacho Genérico - Intimação Ministério Público e Fazendas Públicas via Portal

Pariquera-Acu, (SP), 31 de agosto de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 31/08/2022 às 09:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5Z5XQI8w.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 31/08/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Processo Digital - Despacho Genérico - Intimação Ministério Público e Fazendas Públicas via Portal

Pariquera-Acu, (SP), 31 de agosto de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 31/08/2022 às 09:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wlWUZiMp.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **31/08/2022 09:12**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Processo Digital - Despacho Genérico - Intimação Ministério Público e Fazendas Públicas via Portal**

Pariquera-Acu, 31 de Agosto de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 31/08/2022 às 09:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código mGaTjhFN.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **31/08/2022 09:32**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Processo Digital - Despacho Genérico - Intimação Ministério Público e Fazendas Públicas via Portal**

Pariquera-Acu, 31 de Agosto de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 31/08/2022 às 09:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código xU4j59Hi.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Com o devido respeito às ponderações apresentadas a fls. 428/429, o pedido de nova avaliação é mais uma tentativa protelatória por parte do executado de impedir a expropriação patrimonial, tratando-se de matéria preclusa pela decisão judicial de fls. 259/260.

Inclusive, na manifestação ministerial de fls. 310/314, acolhida pela decisão judicial de fls. 315, já ficou consignado que "*decorreu o prazo recursal para manejar o recurso cabível há mais de um ano, tendo em vista que a r. decisão foi publicada em 22/03/2019, estando, portanto, preclusa.*"

De mais a mais, os recursos manejados pelo executado não possuem efeito suspensivo, não tendo o condão de suspender os atos de expropriação patrimonial.

Por outro lado, os embargos de terceiro discutem, em essência, a meação do bem.

Assim, manifesta-se o Ministério Público pela rejeição do pedido de nova avaliação, com a manutenção do leilão e a designação da respectiva hasta pública.

Pariquera-Açu, data certificada eletronicamente.

Lucas Mostaro de Oliveira
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/08/2022 às 09:32 , sob o número WPQU22700088840
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GfrEPRhq.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Acolho os argumentos exposto pelo Ministério Público para indeferir a petição de fls. 428/429, em especial em razão da intenção do autor de buscar a protelação da alienação judicial do bem.

Cumpra-se a decisão de fls. 425.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 17 de setembro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 18/09/2022 às 11:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 9cFiMjhL.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0622/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Acolho os argumentos exposto pelo Ministério Público para indeferir a petição de fls. 428/429, em especial em razão da intenção do autor de buscar a protelação da alienação judicial do bem. Cumpra-se a decisão de fls. 425. Intime-se."

Pariquera-Acu, 19 de setembro de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/09/2022 às 00:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código RuOWDgcD.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0622/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/09/2022. Considera-se a data de publicação em 21/09/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Acolho os argumentos exposto pelo Ministério Público para indeferir a petição de fls. 428/429, em especial em razão da intenção do autor de buscar a protelação da alienação judicial do bem. Cumpra-se a decisão de fls. 425. Intime-se."

Pariquera-Açu, 20 de setembro de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 20/09/2022 às 01:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código ZYekPjMk.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que nesta encaminhei e-mail intimando o I. Leiloeiro.

Nada Mais. Pariquera-Acu, 05 de outubro de 2022. Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 05/10/2022 às 15:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código LDk4nTj8.

Processo sob nº 0000378-52.2017.8.26.0424

GILSON CARLOS PEDRO <gilsonp@tjsp.jus.br>
Qua, 05/10/2022 15:00
Para: Priscilla - Lance Judicial <priscilla@lancejudicial.com.br>

Boa Tarde!

Através do presente, transcrevo a Vossa Senhoria - Decisão proferida nos autos em epígrafe, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Vistos.

Acolho os argumentos exposto pelo Ministério Público para indeferir a petição de fls. 428/429, em especial em razão da intenção do autor de buscar a protelação da alienação judicial do bem.

Cumpra-se a decisão de fls. 425.

Intime-se o I. Leiloeiro para que retome com o procedimento de alienação designando-se novas datas.

Intime-se.

Atenciosamente,

Logotipo TJSP **GILSON CARLOS PEDRO**
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Comarca de Pariquera-Açu
Av. Dr. Fernando Costa, 215- Centro – Pariquera-Açu/SP – CEP 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: gilsonp@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 05/10/2022 às 15:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código X7EX8bGx.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2234196-12.2022.8.26.0000
COMARCA: PARIQUERA-AÇU
AGRAVANTE: ORLANDO MILAN
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERESSADOS: OSVALDO MILAN, OSVALDO MILAN ME, ANA FIDALGO MILAN, LANCE ALIENAÇÕES VIRTUAIS EPP (LANCE JUDICIAL - GESTOR JUDICIAL), EVA MILAN E MARIA APARECIDA MILAN

Vistos,

Agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 443 dos autos de primeira instância, que indeferiu o pedido de realização de nova avaliação de imóvel penhorado, que irá a leilão para o pagamento de dívida do agravante. Requer a concessão de efeito suspensivo para impedir a realização do leilão.

O agravante alega, em síntese, que o objeto da penhora é um imóvel rural de aproximadamente vinte alqueires, atualmente produzindo cana de açúcar. Afirma que a avalição foi realizada em 2019 e, de lá para cá, a situação tanto do mercado quanto do imóvel – que agora é produtivo – alterou-se, o que justifica nova avaliação.

De acordo com o artigo 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil, o relator do agravo de instrumento *poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oQytvJBM.

ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão. Para tanto, devem ser analisados os requisitos para a concessão da antecipação da tutela.

O artigo 300 do Código de Processo Civil determina que *"a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

Para Cândido Rangel Dinamarco, para a probabilidade do direito *indispensável às tutelas de urgência não basta que, perante o direito material e diante das realidades fáticas mostradas no processo, o autor aparente ter o direito que sustenta ter. É preciso também que, ao lado dessas circunstâncias favoráveis, ele disponha ainda de condições processuais para o reconhecimento desse suposto direito*.[1] No caso, verifica-se que o longo tempo entre a realização da avaliação do imóvel penhorado e o momento atual indica a possibilidade de uma alteração no valor do bem.

Já o risco na demora é o risco de o resultado do processo, na eventual procedência da ação, ser inútil ou, ainda que parcialmente útil, cause prejuízo irreparável ao autor da ação. É o que ocorreria, uma vez que eventual provimento deste agravo poderá implicar a anulação do leilão judicial.

Presentes os requisitos do *fumus boni iuris*, descrito acima,

[1] DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil: volume III*, 7ª edição, São Paulo: Malheiros, p. 879.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oQytvJBM.

e do *periculum in mora*, **defiro o efeito suspensivo ao agravo de instrumento**, ***para que, por ora (até o julgamento deste recurso ou até decisão em contrário), não seja leiloado o imóvel.***

Comunique-se o MM. Juízo de origem.

Intime-se o agravado para oferecer resposta.

Escoado o prazo para resposta da parte recorrida, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça, para parecer.

Após, conclusos para voto e julgamento.

Int.

São Paulo, 4 de outubro de 2022

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR, liberado nos autos em 04/10/2022 às 13:37.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oQytvJBM.

PROC: 0000378-52.2017.8.26.0424

contato@lancejudicial.com.br <contato@lancejudicial.com.br>
Qui, 06/10/2022 09:14
Para: GILSON CARLOS PEDRO <gilsonp@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Ilmo(a). Sr(a). Escrevente, boa tarde!

Acusamos recebimento da r. decisão abaixo de **nomeação desta Gestora** e procederemos com as providências de estilo.

De antemão, gostaríamos de agradecer desde já a confiança a nós depositada através das nomeações já realizadas por este d. Juízo. Esperamos em breve realizar novos trabalhos visando sempre o objetivo de entregar o auto positivo com o comprovante de pagamento do lance feito pelo arrematante para a deslinde do processo, motivo pelo qual passamos a apresentar nosso principal leiloeiro e pedimos gentilmente que doravante sejamos nomeados na pessoa do Sr. GILBERTO FORTES DO AMARAL FILHO – JUCESP Nº 550.

Cadastro no TJ/SP



Em sequência o edital de Hasta Pública com novas datas estará sendo devidamente protocolizado aos autos.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

LANCE JUDICIAL

lancejudicial.com.br
grupolance.com.br

Grupo Lance
Realizando Leilões desde 2009
contato@lancejudicial.com.br

+55 3003-0577

3003-0577
Atendimento Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 06/10/2022 às 09:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 95tS5Vma.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 06/10/2022 às 09:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 95tS5Vma.

Excluir | Arquivar | Denunciar | Resposta | Responda a todos | Encaminhar

Processo sob nº 0000378-52.2017.8.26.0424

GP GILSON CARLOS PEDRO

Para: Priscilla - Lance Judicial <priscilla@lancejudicial.com.br>

Seg, 10/10/2022 15:31

378 52.pdf
1 MB

Boa Tarde!

Através do presente encaminhe cópia do agravo informando que foi deferido efeito suspensivo ao agravo obstando o leilão do imóvel até o julgamento do recurso.

Logotipo TJSP **GILSON CARLOS PEDRO**
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Comarca de Pariquera-Açu
Av. Dr. Fernando Costa, 215- Centro – Pariquera-Açu/SP – CEP 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: gilsonp@tjsp.jus.br

Responder | Encaminhar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 10/10/2022 às 15:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código u9luSSyo.

ENC: Processo sob nº 0000378-52.2017.8.26.0424

contato@lancejudicial.com.br <contato@lancejudicial.com.br>
Qui, 13/10/2022 12:23
Para: GILSON CARLOS PEDRO <gilsonp@tjsp.jus.br>

1 anexos (1 MB)
378 52.pdf;

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Ilmo(a). Sr(a). Escrevendo, boa tarde!

Acusamos recebimento da r. decisão abaixo e procederemos com as providências de estilo **quanto a sustação do leilão**

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

LANCE JUDICIAL

lancejudicial.com.br
grupolance.com.br

Grupo Lance
Realizando Leilões desde 2009
contato@lancejudicial.com.br

+55 3003-0577

3003-0577
Atendimento Nacional

De: GILSON CARLOS PEDRO [mailto:gilsonp@tjsp.jus.br]
Enviada em: segunda-feira, 10 de outubro de 2022 15:31
Para: Priscilla - Lance Judicial
Assunto: Processo sob nº 0000378-52.2017.8.26.0424

Boa Tarde!

Através do presente encaminhe cópia do agravo informando que foi deferido efeito suspensivo ao agravo obstando o leilão do imóvel até o julgamento do recurso.

GILSON CARLOS PEDRO
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 13/10/2022 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 71xhYDIr.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial da Comarca de Pariquera-Açu
Av. Dr. Fernando Costa, 215- Centro – Pariquera-Açu/SP – CEP 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: gilsonp@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.
Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas.
Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.


Não contém vírus.www.avast.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 13/10/2022 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 71xhYDIr.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0001008688

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2234196-12.2022.8.26.0000, da Comarca de Pariquera-Açu, em que é agravante ORLANDO MILAN, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PERCIVAL NOGUEIRA (Presidente), LEONEL COSTA E BANDEIRA LINS.

São Paulo, 8 de dezembro de 2022.

PERCIVAL NOGUEIRA
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 08/12/2022 16:16:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 39.182

Agravo de Instrumento nº 2234196-12.2022.8.26.0000

Comarca: Pariquera-Açu

Agravante: ORLANDO MILAN

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Interessados: Osvaldo Milan ME, Lance Alienações Virtuais EPP e Eva Milan

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA − Perícia em imóvel para leilão − Desnecessidade − Bem periciado em 2019 − Homologação contra a qual não houve recursos − Inexistência de prova de que haveria alteração no resultado da perícia − Recurso de agravo de instrumento não provido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto tempestivamente por Orlando Milan contra a r. decisão de fls. 443 dos autos de primeira instância, que indeferiu o pedido de realização de nova avaliação de imóvel penhorado, que irá a leilão para o pagamento de dívida do agravante oriundo de ação civil pública na qual foi condenado.

O agravante alega, em síntese, que o objeto da penhora é um imóvel rural de aproximadamente vinte alqueires, atualmente produzindo cana de açúcar. Afirma que a avalição foi realizada em 2019 e, de lá para cá, a situação tanto do mercado quanto do imóvel − que agora é produtivo − alterou-se, o que justifica nova avaliação.

Efeito suspensivo deferido (fls. 24/26).

Contraminuta às fls. 32/236.

A d. Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 40/43).

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Comarca de Pariquera-Acu, em 19/12/2022 15:16:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.

É o relatório.

Em cumprimento de sentença de ação civil pública na qual o agravante foi condenado, houve a avaliação de imóvel para leilão, homologado o valor na decisão de fls. 259/260 dos autos de primeira instância. Marcado o leilão, o agravante manifestou-se nos autos pela nulidade do ato diante da falta de intimação dos cônjuges dos titulares do bem (fls. 298/301 dos autos de primeira instância), o que levou à remarcação do ato.

Após debate sobre o leilão, sobreveio a decisão agravada, que indeferiu a realização de nova perícia. Decisão que merece ser mantida.

Primeiro é preciso observar que a avaliação foi homologada em decisão publicada em 13 de março de 2020, sem a interposição de recurso. De lá para cá, acumularam-se discussões sobre a nulidade do leilão e seu adiamento, mas nada foi dito a respeito do valor atribuído ao imóvel.

Agora o agravante insurge-se contra a avaliação de que o transcurso do tempo e a nova atividade produtiva. Porém, o simples decorrer do tempo não implica, necessariamente, alteração do valor do imóvel e o agravante não trouxe aos autos nenhum elemento de prova que corrobore sua tese.

Já a presença de atividade produtiva não é nova.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.

Como destacou a Procuradoria de Justiça:

> *Afirma que o oficial de justiça não apreciou o fato de que o bem correspondente à Matrícula nº 19.979 produz cana de açúcar, que é vendida por contrato de 2021 com a empresa Branco Perez Agro S/A.*
> *No entanto, deveria ter questionado o laudo de avaliação no momento devido, apontando que no imóvel havia plantação, tendo em vista que o ajuste data de 20 de julho de 2018 (fls. 431, penúltimo parágrafo), anteriormente, portanto, à avaliação.*

Sem qualquer prova de que o resultado da perícia poderia ser diferente, não há por que determinar nova produção de prova, atrasando ainda mais o processo e levando tarefa desnecessária a um Poder Judiciário bastante assoberbado.

Logo, escorreita a decisão objurgada, a merecer integral confirmação, em detrimento da presente irresignação recursal.

Ante o exposto, por meu voto **nego provimento ao agravo de instrumento.**

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4E8J8mrl.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe − Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 07 de fevereiro de 2023.
Eu, ___, João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 07/02/2023 às 13:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 8ex5CM3n.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 07/02/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 07 de fevereiro de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/02/2023 às 13:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GJvBJsbO.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **07/02/2023 14:09**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 7 de Fevereiro de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/02/2023 às 14:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código YIAJNsal.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MM. Juiz,

Considerando que a decisão liminar (mencionada a fls. 448/450) que impediu o prosseguimento dos atos de expropriação não mais subsiste, vez que foi reformada pelo julgamento do mérito do agravo de instrumento (fls. 456/459), requeiro, desde já, o prosseguimento do leilão judicial já determinado.

Pariquera-Açu, data certificada eletronicamente.

Lucas Mostaro de Oliveira

Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/02/2023 às 14:10 , sob o número WPQU23700009801
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código YXvQMn4W.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Indefiro, pelo menos por hora, o pedido para prosseguimento do leilão judicial, vez que ainda pende de julgamento recurso interposto nos embargos de terceiro (autos 1000527-26.2020.8.26,.0424)

Destarte, aguarde-se o trânsito em julgado da decisão que será proferida naqueles autos.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 16 de março de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 16/03/2023 às 17:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código uQ5BNj7j.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0180/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Indefiro, pelo menos por hora, o pedido para prosseguimento do leilão judicial, vez que ainda pende de julgamento recurso interposto nos embargos de terceiro (autos 1000527-26.2020.8.26,.0424) Destarte, aguarde-se o trânsito em julgado da decisão que será proferida naqueles autos. Intime-se."

Pariquera-Acu, 17 de março de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 17/03/2023 às 00:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código IH0YgpXY.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0180/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/03/2023. Considera-se a data de publicação em 21/03/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Indefiro, pelo menos por hora, o pedido para prosseguimento do leilão judicial, vez que ainda pende de julgamento recurso interposto nos embargos de terceiro (autos 1000527-26.2020.8.26,.0424) Destarte, aguarde-se o trânsito em julgado da decisão que será proferida naqueles autos. Intime-se."

Pariquera-Açu, 20 de março de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 20/03/2023 às 01:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 9h7UZh5U.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe − Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 28 de março de 2023.
Eu, ___, Circe Zanella Ribeiro, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 28/03/2023 às 16:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código LVL7XkKX.

Informando trânsito em julgado em Agravo de Instrumento digital Nº 2234196-12.2022.8.26.0000

CLAUDIA CRISTINA COSTA PIVATTO <cpivatto@tjsp.jus.br>

Ter, 28/03/2023 15:55

Para: PARIQUERA-ACU - OFICIO JUDICIAL E DISTRIBUICAO <pariquera@tjsp.jus.br>

Comunico que a decisão/acórdão proferida nos autos do Agravo de Instrumento Nº 2234196-12.2022.8.26.0000 transitou em julgado e a íntegra do processo encontra-se disponível no endereço eletrônico https://esaj.tjsp.jus.br, sendo sua senha de acesso **8wcna2.**

Dados do processo:

Agravo de Instrumento Nº 2234196-12.2022.8.26.0000

Comarca de Pariquera-Açu – Foro de Pariquera Açu - Vara Única

Cumprimento de sentença nº. 0000378-52.2017.8.26.0424
Agravante: Orlando Milan
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Osvaldo Milan, Osvaldo Milan Me, Ana Fidalgo Milan, Lance Alienações Virtuais Epp (Lance Judicial - Gestor Judicial), Eva Milan e Maria Aparecida Milan
Resultado do julgamento: Negaram provimento ao recurso. V. U.

Att.
Cláudia Cristina Pivatto - Matrícula M815834
Escrevente-Chefe

CLAUDIA CRISTINA COSTA PIVATTO
Chefe de Seção Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
SJ 4.4 .1 - 8ª Câmara de Direito Público do Serviço de Processamento do 4º Grupo de Câmaras da Seção de Direito Público
Praça Almeida Junior, 72, 2º andar, sala 23, Liberdade, CEP 01510-010 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3546-8143
E-mail: cpivatto@tjsp.jus.br

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO AMARO LISBOA NETO, liberado nos autos em 28/03/2023 às 17:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 7oYtCPs8.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0001008688

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2234196-12.2022.8.26.0000, da Comarca de Pariquera-Açu, em que é agravante ORLANDO MILAN, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PERCIVAL NOGUEIRA (Presidente), LEONEL COSTA E BANDEIRA LINS.

São Paulo, 8 de dezembro de 2022.

PERCIVAL NOGUEIRA
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 08/12/2022 às 11:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 1039EEE4.

Voto nº 39.182

Agravo de Instrumento nº 2234196-12.2022.8.26.0000

Comarca: Pariquera-Açu

Agravante: ORLANDO MILAN

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Interessados: Osvaldo Milan ME, Lance Alienações Virtuais EPP e Eva Milan

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA − Perícia em imóvel para leilão − Desnecessidade − Bem periciado em 2019 − Homologação contra a qual não houve recursos − Inexistência de prova de que haveria alteração no resultado da perícia − Recurso de agravo de instrumento não provido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto tempestivamente por Orlando Milan contra a r. decisão de fls. 443 dos autos de primeira instância, que indeferiu o pedido de realização de nova avaliação de imóvel penhorado, que irá a leilão para o pagamento de dívida do agravante oriundo de ação civil pública na qual foi condenado.

O agravante alega, em síntese, que o objeto da penhora é um imóvel rural de aproximadamente vinte alqueires, atualmente produzindo cana de açúcar. Afirma que a avalição foi realizada em 2019 e, de lá para cá, a situação tanto do mercado quanto do imóvel − que agora é produtivo − alterou-se, o que justifica nova avaliação.

Efeito suspensivo deferido (fls. 24/26).

Contraminuta às fls. 32/236.

A d. Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 40/43).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PARAGUASSU DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/12/2022 às 11:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 10390EH4.

É o relatório.

Em cumprimento de sentença de ação civil pública na qual o agravante foi condenado, houve a avaliação de imóvel para leilão, homologado o valor na decisão de fls. 259/260 dos autos de primeira instância. Marcado o leilão, o agravante manifestou-se nos autos pela nulidade do ato diante da falta de intimação dos cônjuges dos titulares do bem (fls. 298/301 dos autos de primeira instância), o que levou à remarcação do ato.

Após debate sobre o leilão, sobreveio a decisão agravada, que indeferiu a realização de nova perícia. Decisão que merece ser mantida.

Primeiro é preciso observar que a avaliação foi homologada em decisão publicada em 13 de março de 2020, sem a interposição de recurso. De lá para cá, acumularam-se discussões sobre a nulidade do leilão e seu adiamento, mas nada foi dito a respeito do valor atribuído ao imóvel.

Agora o agravante insurge-se contra a avaliação de que o transcurso do tempo e a nova atividade produtiva. Porém, o simples decorrer do tempo não implica, necessariamente, alteração do valor do imóvel e o agravante não trouxe aos autos nenhum elemento de prova que corrobore sua tese.

Já a presença de atividade produtiva não é nova.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PARAGUAI NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, liberado nos autos em 20/12/2022 às 11:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 10390114.

Como destacou a Procuradoria de Justiça:

> *Afirma que o oficial de justiça não apreciou o fato de que o bem correspondente à Matrícula nº 19.979 produz cana de açúcar, que é vendida por contrato de 2021 com a empresa Branco Perez Agro S/A.*
> *No entanto, deveria ter questionado o laudo de avaliação no momento devido, apontando que no imóvel havia plantação, tendo em vista que o ajuste data de 20 de julho de 2018 (fls. 431, penúltimo parágrafo), anteriormente, portanto, à avaliação.*

Sem qualquer prova de que o resultado da perícia poderia ser diferente, não há por que determinar nova produção de prova, atrasando ainda mais o processo e levando tarefa desnecessária a um Poder Judiciário bastante assoberbado.

Logo, escorreita a decisão objurgada, a merecer integral confirmação, em detrimento da presente irresignação recursal.

Ante o exposto, por meu voto **nego provimento ao agravo de instrumento.**

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 08/12/2022 às 11:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 10390114.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2023.0000112527

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2234196-12.2022.8.26.0000/50000, da Comarca de Pariquera-Açu, em que é embargante ORLANDO MILAN, é embargado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores BANDEIRA LINS (Presidente) E LEONEL COSTA.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

PERCIVAL NOGUEIRA
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/03/2023 às 15:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 1F2000000000000.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 39.467

Embargos de Declaração nº 2234196-12.2022.8.26.0000/50000

Comarca: Pariquera Açu

Embargante: ORLANDO MILAN

Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Interessados: Osvaldo Milan e outros

JUIZ: André Gomes do Nascimento

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO − Alegação de contradição − Cumprimento de sentença − Imóvel penhorado e avaliado − Pedido de nova perícia − Desnecessidade − Ausência de comprovação de alteração da situação do imóvel − Medida que apenas retardaria ainda mais o curso do processo − Matéria tratada no acórdão embargado − Mero inconformismo − Embargos de declaração rejeitados.

Embargos de Declaração opostos tempestivamente por Orlando Milan contra o acórdão de fls. 44/47, que negou provimento ao agravo de instrumento do embargante, que visava à realização de nova perícia em imóvel penhora em cumprimento de sentença, já avaliado em 2019.

Alega ocorrência de contradição, sucintamente, sobre este ponto: necessidade de contemporaneidade da avaliação do imóvel com o momento do leilão.

É o relatório.

O cabimento dos embargos de declaração, previstos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, é limitado aos casos de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PARAGUASSU DE ALMEIDA e outro(s), em 28/03/2023 às 15:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 14000018.

obscuridade e contradição (art. 1.022, inc. I, do CPC), omissão (art. 1.022, inc. II, do CPC) ou erro material (art. 1.022, inc. III, do CPC).

Contradição é o surgimento de ideias inconciliáveis entre si, causando um conflito lógico entre os fundamentos adotados ou entre estes e o dispositivo.

No caso dos autos, não se verifica a omissão, uma vez que o acórdão tratou corretamente do tema reclamado. *In verbis*:

> *Após debate sobre o leilão, sobreveio a decisão agravada, que indeferiu a realização de nova perícia. Decisão que merece ser mantida.*
>
> *Primeiro é preciso observar que a avaliação foi homologada em decisão publicada em 13 de março de 2020, sem a interposição de recurso. De lá para cá, acumularam-se discussões sobre a nulidade do leilão e seu adiamento, mas nada foi dito a respeito do valor atribuído ao imóvel.*
>
> *Agora o agravante insurge-se contra a avaliação de que o transcurso do tempo e a nova atividade produtiva. Porém, o simples decorrer do tempo não implica, necessariamente, alteração do valor do imóvel e o agravante não trouxe aos autos nenhum elemento de prova que corrobore sua tese.*
>
> *Já a presença de atividade produtiva não é nova.*
> *Como destacou a Procuradoria de Justiça:*
>
> *Afirma que o oficial de justiça não apreciou o fato de que o bem correspondente à Matrícula nº 19.979 produz cana de açúcar, que é vendida por contrato de 2021 com a empresa Branco Perez Agro S/A.*
> *No entanto, deveria ter questionado o laudo de avaliação no momento devido, apontando que no imóvel havia plantação, tendo em vista que o ajuste data de 20 de julho de 2018 (fls. 431, penúltimo parágrafo), anteriormente, portanto, à avaliação.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PARAGUAI NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 28/03/2023 às 15:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-12.2022.8.26.0000 e código 19000000000000000000000000000000.

> *Sem qualquer prova de que o resultado da perícia poderia ser diferente, não há por que determinar nova produção de prova, atrasando ainda mais o processo e levando tarefa desnecessária a um Poder Judiciário bastante assoberbado.*

Observa-se que o acórdão apreciou todos os *argumentos deduzidos no processo capazes, em tese de infirmar a conclusão adotada*, como determina o artigo 489, § 1º, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, por meu voto **rejeito os Embargos de Declaração.**

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 28/03/2023 às 15:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2234196-52.2022.8.26.0000 e código 19000018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 4.4.1 - Serv. de Proces. da 8ª Câmara de Dir. Público
Praça Almeida Júnior, 72 - 2º andar - sala 23 - Liberdade - CEP: 01510-010 - São Paulo/SP - Telefone da Vara Não informado

CERTIDÃO

Processo nº:	**2234196-12.2022.8.26.0000/50000**
Classe – Assunto:	**Embargos de Declaração Cível - Atos Administrativos**
Embargante	**Orlando Milan**
Embargado	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a):	**PERCIVAL NOGUEIRA**
Órgão Julgador:	**8ª Câmara de Direito Público**

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em **22/03/2023.**

São Paulo, 28 de março de 2023.

_____
Cláudia Cristina Pivatto - Matrícula: M815834
Escrevente-Chefe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 28/03/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 28 de março de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/03/2023 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código R9X4tSvQ.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

Meritíssimo Juiz,

Fls. 469/477: ciente.

Por ora, aguardo o desfecho dos embargos de terceiro, consoante determinado na decisão de fls. 464.

Pariquera-Açu, data certificada eletronicamente.

Lucas Mostaro de Oliveira
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/03/2023 às 18:38 , sob o número WPQU23700027699
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código K94ZG9jO.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **28/03/2023 18:37**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 28 de Março de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/03/2023 às 18:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código j4Qapolb.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853,
Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: 0000378-52.2017.8.26.0424 - Cumprimento de sentença
Exequente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Executado: Orlando Milan e outros

Juiz do Processo ANDRE GOMES DO NASCIMENTO

Vistos,

Fls. 479 – Aguarde-se o desfecho dos embargos de terceiro, conforme já decidido às fls. 464.

Pariquera-Açu, 24/04/2023

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 25/04/2023 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código I2NCXR8z.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0275/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Fls. 479 Aguarde-se o desfecho dos embargos de terceiro, conforme já decidido às fls. 464. Pariquera-Açu, 24/04/2023"

Pariquera-Acu, 25 de abril de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 25/04/2023 às 13:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código IWD59wR6.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0275/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 26/04/2023. Considera-se a data de publicação em 27/04/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos, Fls. 479 Aguarde-se o desfecho dos embargos de terceiro, conforme já decidido às fls. 464. Pariquera-Açu, 24/04/2023"

Pariquera-Açu, 26 de abril de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/04/2023 às 01:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código UEEUHEzk.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP.

ORLANDO MILAN, brasileiro, casado, professor, com RG Nº 4.409.356/SSP-SP e CPF/MF Nº 480.003.108-72, residente e domiciliado à Rua Santa Natalia, Nº 23, centro, em Pariquera-Açu, SP, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado (***instrumento de mandato em anexo***), abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, com fulcro no art. 966, V (violação manifesta de norma jurídica), do CPC, para propor **AÇÃO RESCISÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA (art. 969 do CPC)** em face da R. Sentença de fls. 1303/1308, prolatada nos autos da **AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Processo Nº 0000580-44.2008.8.26.0424**, Comarca de Pariquera-Açu, SP, sendo parte adversa no referido feito o MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO (Autor), que deverá constar nesta ação como Réu, devendo ser CITADO para seus termos nos termos do art. 970 do CPC, tudo consoante os seguintes substratos de fato e de direito adiante expostos:

1 -) O *Parquet* Estadual, no ano de 2008, aforou a referida ACP em face do ora Autor desta ação rescisória, ao argumento de que ele enquanto **PREFEITO MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**, SP, teria realizado licitações (cartas convites) para compra de cartazes e folders para a Festa das Nações, isto no ano de 2003, compra essa eivada de valor superior ao de mercado, com prejuízo ao erário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 04I0I5955M.

Certo que a ação foi manejada também contra outros Réus (fls. 02/39), sendo que a inicial, após as defesas preliminares, **foi RECEBIDA apenas em face do ora Autor e de Osvaldo Milan e Osvaldo Milan – ME**, pela conduta retro de aquisição de folders com valor acima ao de mercado, conforme fls. 1.077/1.084.

2 -) Certo que o **ora Autor CONTESTOU a referida ação**, conforme fls. 1.091/1.099. Houve **RÉPLICA** do **MPE** (fls. 1.111/1.117), **Despacho de especificação de provas** (fls. 1.118/1.119), tendo o ora Autor especificado provas conforme fls. 1.120 e o Parquet declinado (fls. 1.121). Foi **DESIGNADA AUDIÊNCIA de conciliação (fls. 1.122), que realizada deferiu PROVA PERICIAL e NOMEOU PERITO** (fls. 1.130).

3 -) O ora Autor **formulou QUESITOS** àquela perícia, **indicando assistente técnica** (fls. 1.134/1.135), recolhendo os honorários do expert (fls. 1.152/1.153). O Expert juntou o **LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL ao ora Autor** (fls. 1.165/1.203), sobrevindo **IMPUGNAÇÃO** do ora Autor (fls. 1.231/1.232), daí os **ESCLARECIMENTOS do Perito** (fls. 1.238/1.240).

4 -) O ora Autor então, naquele feito, noticiou a **substituição de seu assistente técnico, juntando LAUDO DIVERGENTE** (fls. 1.245/1.251), sobrevindo **novos esclarecimentos do Perito do Juízo** (fls. 1.261/1.265), **com nova Impugnação do ora Autor** (fls. 1.268/1.269), falando o Parquet a fls. 1.270/1.273 no sentido do julgamento do feito, tendo o Magistrado local decidido por intimar Perito a **novo esclarecimento**, evitando assim cerceamento de defesa (fls. 1.274).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO PEREIRA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0224 e código 04C15955M.

5 -) O Perito nessa ordem apresentou **novos Esclarecimentos** conforme fls. 1.278/1.282), e após Despacho do Magistrado (fls. 1.288), o ***Parquet*** insistiu no julgamento do feito (fls. 1.296), tendo o ora Autor naquele feito manejado **nova IMPUGNAÇÃO** (fls. 1.294/1.296).

6 -) E aqui, Douto Desembargador Relator, reside o ponto nodal e preponderante, **móvel da presente RESCISÓRIA**:

- No R. Despacho de fls. 1.297, o Magistrado local **deliberou que a impugnação quanto aos esclarecimentos do perito seria apreciada quando da sentença**, tendo sido indeferido pedido da defesa, deferido prazo de 10 dias para juntada de documentos e **DECORRIDO O PRAZO fosse certificado**, declarando encerrada a instrução. Determinou o Juiz que OPORTUNAMENTE fosse aberta vista ao MP e INTIMADAS AS PARTES PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS (10 dias) – fls. 1.297.

- Certo que **o MPE apresentou seus MEMORIAIS FINAIS, conforme fls. 1.300/1.302**.

- Então, **foi prolatada a R. SENTENÇA de fls. 1.303/1.308 que julgou parcialmente PROCEDENTE a ação**, condenando o ora Autor e a outra parte nos consectários dos arts. 10 e 11 da LIA.

- Essa Sentença foi registrada e publicada em 06/10/2015 e 13/10/2015 (fls. 1.309/1.310).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO FERREIRA DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0000 e código 04C15955M.

- Após isso, **o Advogado do ora Autor e Advogado naquele feito de origem**, teve acesso aos autos (fls. 1.311), tendo manejado **os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 1.312/1.313**, no sentido de que a DEFESA não fora INTIMADA para a apresentação de MEMORIAIS FINAIS, caracterizando esse fato CERCEAMENTO DE DEFESA, tendo postulado **efeito modificativo aos aclaratórios para que fosse oportunizado prazo aos Memoriais Finais** e nova composição da lide.

- o Magistrado pediu então **fosse certificado tal situação pela Serventia** (fls. 1.314), **que certificou (fls. 1.315) que NÃO HOUVE A INTIMAÇÃO DO ALI RÉU ORLANDO MILAN para fins dos Memoriais Finais, apenas para o despacho de fls. 1.297** (que mandou intimar para os memoriais).

- Daí o **R. DESPACHO de fls. 1.316** que ante a certidão de fls. 1.315 DEVOLVEU AOS REQUERIDOS O PRAZO DE 15 DIAS PARA QUE SE MANIFESTASSEM EM MEMORIAIS FINAIS. Esse Despacho foi da lavra do ***JUIZ DE DIREITO ELTON ISAMU CHINEN***.

- Esse derradeiro Despacho foi publicado em 23/03/2016 (fls. 1.317), tendo o Advogado de ORLANDO MILAN (ora Autor) feito carga dos autos em 31/03/2016 (fls. 1.318), apresentando então os MEMORIAIS FINAIS DA DEFESA DE ORLANDO MILAN conforme fls. 1.319/1.327.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO RODRIGUES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0045155-56.2017.8.26.0000 e código 04515955.

- No entanto, causando espécie, já sob a ótica da ***JUÍZA ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA***, o feito tomou curso diverso daquele direcionado pelo Magistrado anterior. **Essa Juíza abriu vista dos Memoriais Finais de Orlando ao MP** (fls. 1.328), que por sua vez **REITEROU os Memoriais de fls. 1.301/1.302** (dele MP).

- Daí a estranha **Decisão de fls. 1.330** da citada Magistrada que entendeu **que não tendo havido comprovação de prejuízo à parte, a não apresentação dos memoriais à época não seria causa de nulidade da sentença**. Ou seja, a Juíza **não aceitou os MEMORIAIS DA DEFESA**, reiniciando o prazo recursal a partir da interrupção dos embargos de declaração.

- Certo que não houve interposição de apelo contra a **Sentença NULA**, tendo sido certificado o TRÂNSITO EM JULGADO conforme fls. 1.333.

- Os atos **executórios da condenação tiveram curso a partir de fls. 1.334/1.336, 1.379, 1.380/1.382, 1386/1.387** (cumprimento de sentença eletrônico) e 1.391 (ofício ao CNJ-SP).

7 -) Senhor Desembargador Relator: Evidente que houve absurdo **CERCEAMENTO DA DEFESA do ora Autor ORLANDO MILAN**, uma vez que a Sentença Rescindenda **foi proferida após e somente com a apresentação dos Memoriais Finais ou Parecer Final de fls. 1.301/1.302 do Parquet**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO MILAN e ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0015955-56.2017.8.26.0000 e código 04015955.

É da Sentença esse aspecto (fls. 1.304-verso), ali **constando também que o Réu deixou de se manifestar**.

Ou seja, o curso da ação estava traçado **com a oportunização dos MEMORIAIS FINAIS pelas partes**, conforme o Despacho de fls. 1.297, tanto que o ***Parquet*** assim o fez, **apresentando sua fala final** (fls. 1.301/1.302).

Mas a **DEFESA de ORLANDO MILAN** sequer foi intimada a tal proceder, sobrevindo a **Sentença NULA** nesse aspecto, **por quebra da PARIDADE DE ARMAS**, aspecto **RECONHECIDO PELO JUÍZO LOCAL, após os declaratórios de fls. 1.312/1.313**, tendo o Magistrado ELTON ISAMU CHINEM **devolvido o prazo para os Memoriais Finais da Defesa** (fls. 1.316).

Daí os **MEMORIAIS FINAIS** apresentados de forma **substanciosa** pela Defesa de ORLANDO MILAN, conforme fls. 1.319/1.327. **Dessa peça inúmeros apontamentos contrários à Perícia que não foram apreciados** pela Magistrada ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA **que deveria prolatar nova Decisão e não simplesmente alegar genérica ausência de comprovação de prejuízo da parte para sequer analisar os Memoriais**, mantendo a Sentença de fls. 1.303/1.308 que estava (como ainda está), conspurcada por vício de cerceamento de defesa, restando assim nula, o que deverá ser declarado pela presente via rescisória.

8 -) É caso, portanto, de ***RESCISÃO do Julgado a quo***, que foi proferido apenas e tão somente **após a apresentação de Memoriais Finais do pólo ativo daquela ACP**, cujo aspecto foi reconhecido após embargos de declaração, com a devolução de prazo para Memoriais pela Defesa, que os apresentou, **porém sem sua recepção regular por outra**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO LUIZARI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0015955-96.2017.8.26.0000 e código 04000000000M.

Magistrada que de forma simplista e genérica entendeu ausente de comprovação de prejuízo quanto a mera falta dos memoriais defensivos, mantendo assim a Decisão rescindenda. Errou a Magistrada!

Ou seja, a **Magistrada deveria emitir nova Decisão**, analisando os pontos preponderantes **da Defesa destacados nos Memoriais de fls. 1.319/1.327**, ou seja, **uma vez apresentadas as TESES DAS PARTES**, elas deveriamter sido enfrentadas pela Julgadora no momento da Sentença, dando assim efetivo comando ao art. 93 da Constituição da República **que exige e obriga a cabal FUNDAMENTAÇÃO do julgado**, o que revelaria respeito aos princípios assegurados às partes do início ao fim do processo como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

Ora, **não se pode ouvir apenas uma parte em Memoriais Finais para a prolação da Sentença**. Isso é óbvio!

Essa regra é processual, traduzindo os chamados **elementos essenciais da sentença, que deve ser MOTIVADA** com atenção as teses das partes litigantes (art. 489 do CPC).

Ademais, **constitui vício de fundamentação da sentença quando há falta de manifestação do Julgador acerca de argumentos produzidos em sede de alegações defensivas apresentadas nos autos**. Mas o que dizer quando essas alegações sequer foram consideradas como juntadas antes da sentença, como no caso presente?

Tão relevante essa questão que a Carta de 88 erigiu a **MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES como garantia constitucional, pena de NULIDADE (art. 93, IX)** daquelas decisões não devidamente fundamentadas, não olvidando que a motivação ***deve-se a todas as***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO FERREIRA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0015955-96.2017.8.26.0224 e código 04000078.

questões suscitadas pelas partes durante as fases e as regras estabelecidas do processo.

Não se pode tolerar, portanto, a quebra das regras processuais em curso, como no caso em tela, **sob o mero argumento de ausência de prejuízo, sem qualquer análise das teses finais da defesa consubstanciadas em Memoriais com densa tese de mérito relativa à prova pericial**.

Existiam regras, **que foram respeitadas apenas ao MPE (Autor da ACP)**, e **desprezadas no que tocava à defesa**, com quebra do contraditório e da ampla defesa, conduta ofensiva ao disposto no art. 5º, LV, da CF/88.

Enfim, o vício da Sentença ***in casu***, que a **eiva de NULIDADE ABSOLUTA, por quebra do contraditório, ofensa à paridade de armas, ofensa direta a motivação e fundamentação adequada e correta**, é inconteste, **por ofensa ao superior Princípio da Ampla Defesa**, contexto que inclusive dispensa qualquer demonstração de prejuízo, que evidentemente é presumido.

Mas indo-se além, é de ser observado que o **Código de Processo Civil vigente, por seu art. 489, parágrafo 1º, IV**, passou a considerarNÃO FUNDAMENTADA a decisão judicial que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo Magistrado.

A Juíza ***a quo*** não atentou para esse dispositivo. E mais ainda, olvidou que os **MEMORIAIS FINAIS**constituem peça prevista no referido diploma adjetivo, conforme o art. 364, parágrafo 2º, **que dispõe que o debate oral pode ser substituído por**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO RODRIGUES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0224 e código 04C15955.

razões finais escritas, apresentadas pelo autor e pelo réu em prazos sucessivos de 15 dias.

Ora, esses dispositivos processuais não foram criados pelo legislador apenas figurativamente. **Devem ser observados, não cabendo ao julgador algum critério de conveniência para sua observação, pena de incidir em precária prestação jurisdicional**, que nula não poderá persistir.

De outro norte, o CPC de 73, no art. 454, parágrafo 3º, tinha regra semelhante ao do art. 364, parágrafo 2º do atual diploma. Já o art. 456 do código antigo tinha norma expressa no sentido de que **"encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz daria a sentença desde logo ou em dez dias"**. Ou seja, **era imprescindível à época da Sentença rescindenda ou o debate oral ou os memorais para a sua prolação**! E isso não foi respeitado quanto ao Réu naquela ação e ora Autor nesta causa.

De qualquer modo, **os dispositivos do art. 93, IX, da CF-88 estavam vigentes à época. Além do art. 5º, LV** (quanto à ampla defesa e ao contraditório).

Houve, portanto, **violação aos dispositivos retro da Carta Política de 88 e do CPC**, quer pelo antigo, quer pelo novo, além da ofensa **aos Princípios da Ampla Defesa, do Contraditório e da Fundamentação das Decisões Judiciais.**

9 -) Da moldura acima é de se concluir cabível a presente **AÇÃO RESCISÓRIA** na forma do art. 966, V, do CPC, com **PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA** para **obstar o cumprimento da decisão rescindenda**, evitando assim dano de difícil recuperação como constrição de salário (***o Autor é PROFESSOR DA REDE ESTADUAL com SALÁRIO de R$ 2.915,20 e deixou de ser Prefeito desde 2004***) ou moradia familiar.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO RODRIGUES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-96.2017.8.26.0000 e código 04015955.

Caso se entenda que o regramento cabível era o do CPC de 73, ***o cabimento da ação é pelo art. 485, V do antigo Codex***, com **PEDIDO DE PROVIMENTO LIMINAR** para obstar o cumprimento da decisão rescindenda pela ótica do art. 489 do antigo diploma, pelos argumentos acima.

Requer assim:

- o processamento regular da ação com a **CITAÇÃO** do **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** para contestar o feito se o desejar.

- o provimento acautelador da **TUTELA PROVISÓRIA** para obstar o indevido cumprimento da sentença rescindenda, observando que já há **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ELETRÔNICO** em curso.

- o deferimento da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**uma vez os parcos rendimentos do Autor que desde 2004 não é mais Prefeito e que como Professor Estadual aufere apenas o valor mensal de **R$ 2.915,20**, conforme holleriths anexos, bem como pela Declaração anexa, além dos termos do art. 98, parágrafo 1º, VIII e art. 99 do CPC.**A impossibilidade reside no alto custo dos 5% sobre o valor da causa a recolher como depósito (art. 968, II, do CPC), o que importaria em R$ 10.699,71** (5% de R$ 213.994,32 – valor nominal de 16/04/2008 – inicial de fls. 02/39), sem falar na correção do valor da causa. O Autor declara expressamente não ter condições a tal dispêndio sem prejuízo de sua mantença pessoal e familiar.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO RODRIGUES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0224 e código 04015955.

- ao cabo, pela PROCEDÊNCIA DA AÇÃO para RECONHECER A NULIDADE ABSOLUTA do feito nesse ponto e por via de consequência RESCINDIDA a Sentença de fls. 1.303/1.308, dos autos da ACP Nº 0000580-44.2008.8.26.0424, da Comarca de Pariquera-Açu, **declarando sem efeito jurídico algum os atos executivos em curso**, com o comando de que seja proferida nova Decisão, desta feita mediante a análise dos Memoriais da Defesa de fls. 1.319/1.327.

Protesta por todos os meios em direito admitidos, sem exceção, sem prejuízo do julgamento antecipado da causa após citada a parte adversa e com a vinda de eventual defesa, uma vez se tratar de questão meramente de direito.

Dá à causa o valor da causa da ação originária (R$ 213.994,32).

Julgada procedente a ação, requer seja o Estado de São Paulo condenado ao pagamento do valor de 5% da causa pela sucumbência **e por ter dado causa a ação rescisória por erro judicial estatal**.

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 24 de Julho de 2017.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/07/2017 às 11:44 , sob o número 21438439620178260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código 04C15955M.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 1.2.5.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Público
Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 849 - 9º Andar - Sala 907 - CEP: 01317-905

São Paulo, 28 de julho de 2017.

Ofício nº : 26/2017
Ref.Improbidade Administrativa Ação Civil Pública - nº 0000580-44.2008.8.26.0424 (ordem/controle nº 580/2008, 221/2008, (424.01.2008.000580, 0000378-52.2017.8.26.0424)
Autor: Orlando Milan
Réu: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: GILBERTO JOSE SALETTI MELCHER, Osvaldo Milan Me, REINALDO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO, Silvia Gomes Saletti dos Santos, REINALDO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO ME, Lauro Dendevitz, Sebastiana Correa Dendevitz, Guluc Instalações Elétricas Ltda, SELEART LTDA ME, MANOEL SIMÃO CARDOSO, EDSON AKABANE e SEBASTIÃO JOSE CORREA

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

Nos termos do artigo 235, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comunico a Vossa Excelência a interposição de Ação Rescisória da Sentença nos autos acima referidos, sob nº 2143843-96.2017.8.26.0000

Apresento a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

Priscilla Antunes de Augusto
Supervisor(a) do Serviço
do SJ 1.2.5.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Público

A Sua Excelência, o(a) Senhor(a)
Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da Vara Única
Foro de Pariquera Açu- SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE[illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código [illegible]

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000551670

DECISÃO MONOCRÁTICA

Ação Rescisória Processo nº **2143843-96.2017.8.26.0000**
Relator(a): **Isabel Cogan**
Órgão Julgador: **12ª Câmara de Direito Público**

Vistos.

Cuida-se de ação rescisória intentada contra sentença que julgou procedente ação de improbidade administrativa (**fls.215/224),** condenando o requerente a ressarcia o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu/SP, no valor resultante da diferença entre o valor do mercado do produto/serviço fornecido e o que foi pago, bem como à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; suspensão dos direitos políticos por cinco anos e; pagamento de multa civil de uma vez o valor dos danos.

Alega o requerente a ocorrência de cerceamento de defesa, ante a ausência da análise dos memoriais apresentados.

É O RELATÓRIO.

Registre-se, de início, a tempestividade da presente ação, uma vez que o trânsito em julgado da r. sentença se deu em 31/01/2017, ficando observado que o requerente não apresentou recurso de apelação.

Assim, através desta ação pretende a nulidade do julgado, alegando cerceamento de defesa por ausência de análise dos memorais apresentados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

A pretensão rescisória veio amparada no artigo 485, V do código de Processo Civil/1973, que estabelecida:

"Artigo 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(...) V – Violar literal disposição de lei;"

Denota-se que o referido artigo foi revogado e substituído, guardando correspondência, com o artigo 966 do Código de Processo Civil/2015, que dispõe:

"Artigo 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(...) V – violar literal disposição de lei;"

A violação literal da lei a que se refere o inciso V do art. 966, do CPC, é aquela direta e não deduzível a partir de interpretação.

De outra banda, assinale-se que o erro de fato que dá margem à ação rescisória é aquele capaz, por si só, de assegurar o julgamento favorável à parte.

No caso concreto, não se extrai da sentença rescindenda desatenção ou omissão do julgador sobre a ausência de análise das razões contidas nos memorias, uma vez que a r. sentença analisou todos os documentos e fatos constante dos autos, o que gerou à condenação do requerente em indenização ao erário, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil.

A propósito, vale citar:

"Para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC prospere, é necessário que a interpretação dada pelo decisum rescindendo seja de tal modo aberrante que viole dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se recurso ordinário com prazo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

de interposição de dois anos" (RSTJ 93/416).

"Ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei. Justifica-se o judicium rescindens, em caso dessa ordem, somente quando a lei tida por ofendida o foi em sua literalidade, conforme, aliás, a expressão do art. 485-V do CPC. Não o é ofendida, porém, dessa forma, quando o acórdão rescindendo, dentre as interpretações cabíveis, elege uma delas e a interpretação eleita não destoa da literalidade do texto de lei" (RSTJ 40/17).

"Não é rescindível a sentença em que o juiz, ainda quando errando na apreciação da prova, declarou expressamente que decidia como o fez porque determinado fato ocorrera" (RSTJ 146/247).

Assim, no caso dos autos, as questões foram devidamente apreciadas pelo D. Juiz de Direito sentenciante, não cabendo ação rescisória para reavivar o tema ou reapreciação de matéria fática, ante a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que foi condenado nas sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (**fls.215/224)**.

Nesse sentido:

"AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NO ART. 485, V, DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. ANÁLISE DE PROVA. 1. De acordo com a jurisprudência dominante do STJ, a ação rescisória não é o meio adequado para corrigir suposta injustiça da sentença, apreciar má interpretação dos fatos, reexaminar as provas produzidas ou complementá-las. A violação de literal disposição de lei que autoriza o ajuizamento de ação rescisória é aquela que enseja flagrante transgressão do "direito em tese", porquanto essa medida excepcional não se presta simplesmente para corrigir eventual injustiça do decisum rescindendo, sequer para abrir nova instância recursal, visando ao reexame das provas (AR 3.991/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 6.8.2012). Em outras palavras, "não se conhece do pedido de rescisão com fulcro no inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil, dado que a violação de lei, na

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

rescisória fundada no citado dispositivo, deve ser aferida primo oculi e evidente, de modo a dispensar o reexame das provas da ação originária" (Ar 3.029/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 30.8.2011). (...) 3. Verifica-se que o autor busca discutir a circunstância do curso de oficial de farmácia frequentado pelo réu não ter sido reconhecido pelo MEC e pela Secretaria de Educação Estadual e, até mesmo, o uso de documento falso. Dessa forma, a ação rescisória não deveria ter sido fundamentada no inciso V do art. 485 e sim no inciso IX ou, até mesmo, no inciso VI. É que "desconstituir a qualificação jurídica atribuída aos fatos e documentos apurados quando do julgamento da ação rescindenda é tarefa que não pode ser exercida na via da ação rescisória proposta por violação literal de dispositivo de lei (485, V, do Código de Processo Civil" (AgRg no AREsp 73.641/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 21/08/2012). 4. Ação rescisória improcedente." (AR 4.313/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 29/04/2013)

Ante o exposto, indefere-se a petição inicial, com arrimo no artigo 330, inciso III, do Código de Processo Civil, extinguindo-se o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso I, da Lei Adjetiva.

P.I.

São Paulo, 1º de agosto de 2017.

Isabel Cogan
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA RELATORA DA 12ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP.

Ação Rescisória

2143843-96.2017.8.26.0000

ORLANDO MILAN, já identificado nos autos em epígrafe de **AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA (parte adversa: MPE)**, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado (instrumento de mandato acostado no feito em tela), abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, nos termos do art. 253 do Regimento Interno do TJSP (**alternativamente com fundamento no art. 1.021 e seguintes, c.c. 1.070, do NCPC - caso esse o entendimento da Relatoria**) e em face da R. Decisão Monocrática de fls. 236/239 (***que indeferiu a petição inicial pelo art. 330, III, do CPC, extinguindo o feito sem resolução do mérito – publicada em 22/09/2017***), para manejar contra aludida Decisão isolada **AGRAVO REGIMENTAL (ou retido)** conforme as Razões Anexas, observando o disposto no art. 255 do RITJSP no tocante a eventual juízo de reconsideração, e caso mantida a Decisão hostilizada, que seja colocada em mesa, com voto, para julgamento pelo Colegiado.

Reitera o pedido de gratuidade judiciária encartado na inicial da ação rescisória (item 9).

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 09 de Outubro de 2017.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO, Liberado nos autos em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código 0FSED05M.

Autos de **AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2143843-96.2017.8.26.0000 - 12ª Câmara de Direito Público - Relatora: Desembargadora ISABEL COGAN**

Agravante: **Orlando Milan**

Agravado: **MPE**

Egrégio TJSP

Douta Câmara de Direito Público

Doutos Julgadores

Trata-se de Agravo Regimental manejado em face da R. Decisão Monocrática da lavra da Relatora que **INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL da Ação Rescisória (fls.236/239), extinguindo o feito sem resolução do mérito.**

Entendeu a Douta Magistrada que a violação literal da lei invocada pelo Agravante em sua peça exordial, suscitada pelo inciso V, do art. 966, do CPC, é **"aquela direta e não deduzível a partir de interpretação".**

Nessa toada, disse a Magistrada que **o erro de fato que dá margem à ação rescisória seria aquele capaz de por si só assegurar o julgamento favorável à parte, além do que, no caso concreto, não se extrairia da sentença rescindenda desatenção ou omissão do julgador sobre a ausência de análise das razões contidas nos memoriais,** sendo que, ao ver da Magistrada, **a sentença teria analisado todos os documentos e fatos constantes dos autos,** gerando a condenação da parte em ACP por improbidade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO MILAN NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código 07EBD05M.

Citou a Decisão ora agravada precedentes no sentido de que a ação pela verve do art. 485, V, do CPC, **só é de prosperar quando a interpretação dada pela sentença seja de todo aberrante violando dispositivo legal em sua literalidade**, afastada a hipótese de eleição de interpretações cabíveis.

Por fim, é firme a Decisão agravada **no sentido de que o Juiz de Direito teria apreciado devidamente as questões**, não podendo a rescisória reavivar o tema e a matéria fática "**ante a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que foi condenado nas sanções previstas na Lei nº 8.429/92**" (fls. 215/224) - verbis.

Com todas as ***vênias*** e deferência para com a Senhora Relatora que prolatou a Decisão Monocrática, é caso de provimento do Agravo Regimental **para que a ação rescisória tenha curso, afastando assim o indeferimento da inicial**.

Vejamos:

Dos argumentos da Ação Rescisória:

"*1 -) O Parquet Estadual no ano de 2008 aforou a referida ACP em face do ora Autor desta ação rescisória, ao argumento de que ele enquanto PREFEITO MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU, SP, teria realizado licitações (cartas convites) para compra de cartazes e folders para a Festa das Nações, isto no ano de 2003, compra essa eivada de valor superior ao de mercado, com prejuízo ao erário.*

Certo que a ação foi manejada contra outros Réus (fls. 02/39), sendo que a inicial, após as defesas preliminares, foi RECEBIDA apenas em face do ora Autor e de Osvaldo Milan e Osvaldo Milan – ME, em face da conduta retro, conforme fls. 1.077/1.084.

2 -) Certo que o ora Autor CONTESTOU a referida ação, conforme fls. 1.091/1.099. Houve RÉPLICA do MPE (fls. 1.111/1.117), Despacho de especificação de provas (fls. 1.118/1.119), tendo o ora Autor especificado provas conforme fls. 1.120 e o Parquet declinado (fls. 1.121). Foi DESIGNADA AUDIÊNCIA de conciliação (fls. 1.122), que realizada deferiu PROVA PERICIAL e NOMEOU PERITO (fls. 1.130).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003378-96.2017.8.26.0000 e código 07[illegible]05M.

3 -) O ora Autor formulou QUESITOS àquela perícia, indicando assistente técnica (fls. 1.134/1.135), recolhendo os honorários do expert (fls. 1.152/1.153). O Expert juntou o LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL ao ora Autor (fls. 1.165/1.203), sobrevindo IMPUGNAÇÃO do ora Autor (fls. 1.231/1.232), daí os ESCLARECIMENTOS do Perito (fls. 1.238/1.240).

4 -) O ora Autor então, naquele feito, noticiou a substituição de seu assistente técnico, juntando LAUDO DIVERGENTE (fls. 1.245/1.251), sobrevindo novos esclarecimentos do Perito do Juízo (fls. 1.261/1.265), com nova Impugnação do ora Autor (fls. 1.268/1.269), falando o Parquet a fls. 1.270/1.273 no sentido do julgamento do feito, tendo o Magistrado local decidido por intimar Perito a novo esclarecimento, evitando assim cerceamento de defesa (fls. 1.274).

5 -) O Perito nessa ordem apresentou novos Esclarecimentos conforme fls. 1.278/1.282), e após Despacho do Magistrado (fls. 1.288), o Parquet insistiu no julgamento do feito (fls. 1.296), tendo o ora Autor naquele feito manejado nova IMPUGNAÇÃO (fls. 1.294/1.296).

6 -) E aqui, Douto Desembargador Relator, reside o ponto nodal e preponderante, móvel da presente RESCISÓRIA:

- No R. Despacho de fls. 1.297, o Magistrado local deliberou que a impugnação quanto aos esclarecimentos do perito seria apreciada quando da sentença, tendo sido indeferido pedido da defesa, deferido prazo de 10 dias para juntada de documentos e DECORRIDO O PRAZO fosse certificado, declarando encerrada a instrução. Determinou o Juiz que OPORTUNAMENTE fosse aberta vista ao MP e INTIMADAS AS PARTES PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS (10 dias) – fls. 1.297.

- Certo que o MPE apresentou seus MEMORIAIS FINAIS, conforme fls. 1.300/1.302.

- Então, foi prolatada a R. SENTENÇA de fls. 1.303/1.308 que julgou parcialmente PROCEDENTE a ação, condenando o ora Autor e a outra parte nos consectários dos arts. 10 e 11 da LIA.

- Essa Sentença foi registrada e publicada em 06/10/2015 e 13/10/2015 (fls. 1.309/1.310).

- Após isso, o Advogado do ora Autor e Advogado naquele feito de origem, teve acesso aos autos (fls. 1.311), tendo manejado os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 1.312/1.313, no sentido de que a DEFESA não fora INTIMADA para a apresentação de MEMORIAIS FINAIS, caracterizando esse fato CERCEAMENTO DE DEFESA, tendo postulado efeito modificativo aos aclaratórios para que fosse oportunizado prazo aos Memoriais Finais e nova composição da lide.

- o Magistrado pediu então fosse certificado tal situação pela Serventia (fls. 1.314), que certificou (fls. 1.315) que NÃO HOUVE A INTIMAÇÃO DO ALI RÉU ORLANDO MILAN para fins dos Memoriais Finais, apenas para o despacho de fls. 1.297 (que mandou intimar para os memoriais).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003878-96.2017.8.26.0000 e código 07EB005M.

- Daí o R. DESPACHO de fls. 1.316 que ante a certidão de fls. 1.315 DEVOLVEU AOS REQUERIDOS O PRAZO DE 15 DIAS PARA QUE SE MANIFESTASSEM EM MEMORIAIS FINAIS. Esse Despacho foi da lavra do JUIZ DE DIREITO ELTON ISAMU CHINEN.

- Esse derradeiro Despacho foi publicado em 23/03/2016 (fls. 1.317), tendo o Advogado de ORLANDO MILAN (ora Autor) feito carga dos autos em 31/03/2016 (fls. 1.318), apresentando então os MEMORIAIS FINAIS DA DEFESA DE ORLANDO MILAN conforme fls. 1.319/1.327.

- No entanto, causando espécie, já sob a ótica da JUÍZA ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, o feito tomou curso diverso daquele direcionado pelo Magistrado anterior. Essa Juíza abriu vista dos Memoriais Finais de Orlando ao MP (fls. 1.328), que por sua vez REITEROU os Memoriais de fls. 1.301/1.302 (dele MP).

- Daí a estranha Decisão de fls. 1.330 da citada Magistrada que entendeu que não tendo havido comprovação de prejuízo à parte, a não apresentação dos memoriais à época não seria causa de nulidade da sentença. Ou seja, a Juíza não aceitou os MEMORIAIS DA DEFESA, reiniciando o prazo recursal a partir da interrupção dos embargos de declaração.

- Certo que não houve interposição de apelo contra a Sentença NULA, tendo sido certificado o TRÂNSITO EM JULGADO conforme fls. 1.333.

- Daí os atos executórios da condenação a partir de fls. 1.334/1.336, 1.379, 1.380/1.382, 1386/1.387 (cumprimento de sentença eletrônico) e 1.391 (ofício ao CNJ-SP).

7 -) Senhor Desembargador Relator: Evidente que houve absurdo CERCEAMENTO DA DEFESA do ora Autor ORLANDO MILAN, uma vez que a Sentença Rescindenda foi proferida após e com a apresentação dos Memoriais Finais ou Parecer Final de fls. 1.301/1.302 do Parquet.

É da Sentença esse aspecto (fls. 1.304-verso), ali constando também que o Réu deixou de se manifestar.

Ou seja, o curso da ação estava traçado com a oportunização dos MEMORIAIS FINAIS pelas partes, conforme o Despacho de fls. 1.297, tanto que o Parquet assim o fez, apresentando sua fala final (fls. 1.301/1.302).

Mas a DEFESA de ORLANDO MILAN sequer foi intimada a tal proceder, sobrevindo a Sentença NULA nesse aspecto, ***por quebra da PARIDADE DE ARMAS****, aspecto RECONHECIDO PELO JUÍZO LOCAL, após os declaratórios de fls. 1.312/1.313, tendo o Magistrado ELTON ISAMU CHINEM devolvido o prazo para os Memoriais Finais da Defesa (fls. 1.316).*

Daí os MEMORIAIS FINAIS apresentados de forma substanciosa pela Defesa de ORLANDO MILAN, conforme fls. 1.319/1.327. Dessa peça inúmeros apontamentos contrários à Perícia que não foram apreciados pela Magistrada ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA ***que deveria prolatar nova Decisão e não simplesmente alegar genérica ausência de comprovação de prejuízo da parte para sequer analisar os Memoriais****, mantendo a Sentença de fls. 1.303/1.308 que estava (como ainda está),*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003878-96.2017.8.26.0000 e código 07EE005.

conspurcada por vício de cerceamento de defesa, restando assim nula, o que deverá ser declarado pela presente via rescisória.

8 -) É caso, portanto, de RESCISÃO do Julgado a quo, que foi proferido apenas e tão somente após a apresentação de Memoriais Finais do pólo ativo daquela ACP, cujo aspecto foi reconhecido após embargos de declaração, com a devolução de prazo para Memoriais pela Defesa, que os apresentou, porém sem sua recepção regular por outra Magistrada que de forma simplista e genérica entendeu ausente de comprovação de prejuízo quanto a mera falta dos memoriais defensivos, mantendo assim a Decisão rescindenda.

Ou seja, a Magistrada deveria emitir nova Decisão, analisando os pontos preponderantes da Defesa destacados nos Memoriais de fls. 1.319/1.327, ou seja, uma vez apresentadas as TESES DAS PARTES, elas devem ser enfrentadas pelo Julgador no momento da Sentença, dando assim efetivo comando ao art. 93 da Constituição da República que exige e obriga a cabal FUNDAMENTAÇÃO do julgado, o que revela respeito aos princípios assegurados às partes do início ao fim do processo como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

Ora, não se pode ouvir apenas uma parte em Memoriais Finais para a prolação da Sentença. Isso é óbvio!

Essa regra é processual, traduzindo os chamados elementos essenciais da sentença, que deve ser MOTIVADA com atenção as teses das partes litigantes (art. 489 do CPC).

Ademais, constitui vício de fundamentação da sentença quando há falta de manifestação do Julgador acerca de argumentos produzidos em sede de alegações defensivas apresentadas nos autos. Mas o que dizer quando essas alegações sequer foram consideradas como juntadas antes da sentença, como no caso presente?

Tão relevante essa questão que a Carta de 88 erigiu a MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES como garantia constitucional, pena de NULIDADE (art. 93, IX) daquelas decisões não devidamente fundamentadas, não olvidando que a motivação deve-se a todas as questões suscitadas pelas partes durante as fases e as regras estabelecidas do processo.

Não se pode tolerar, portanto, a quebra das regras processuais em curso, como no caso em tela, sob o mero argumento de ausência de prejuízo, sem qualquer análise das teses finais da defesa consubstanciadas em Memoriais com densa tese de mérito relativa à prova pericial.

Existiam regras, que foram respeitadas apenas ao MPE (Autor da ACP), e desprezadas no que tocava à defesa, com quebra do contraditório e da ampla defesa, conduta ofensiva ao disposto no art. da CF/88.

Enfim, o vício da Sentença in casu, que a eiva de NULIDADE ABSOLUTA, por quebra do contraditório, ofensa à paridade de armas, ofensa direta a motivação e fundamentação adequada e correta, é inconteste, por ofensa ao superior Princípio da Ampla Defesa, contexto que inclusive dispensa qualquer demonstração de prejuízo, que evidente é presumido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003878-92.2017.8.26.0020 e código 07[illegible]

Mas indo-se além, é de ser observado que o Código de Processo Civil vigente, por seu art. 489, parágrafo 1º, IV, passou a considerar NÃO FUNDAMENTADA a decisão judicial que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo Magistrado.

A Juíza a quo não atentou para esse dispositivo. E mais ainda, olvidou que os ***MEMORIAIS FINAIS****constituem peça prevista no referido diploma adjetivo, conforme o art. 364, parágrafo 2º,* ***que dispõe que o debate oral pode ser substituído por razões finais escritas, apresentadas pelo autor e pelo réu em prazos sucessivos de 15 dias.***

Ora, esses dispositivos processuais não foram criados pelo legislador apenas figurativamente. Devem ser observados, não cabendo ao julgador algum critério de conveniência para sua observação, pena de incidir em precária prestação jurisdicional, que nula não poderá persistir.

De outro norte, o CPC de 73, no art. 454, parágrafo 3º, tinha regra semelhante ao do art. 364, parágrafo 2º do atual diploma. Já o art. 456 do código antigo tinha norma expressa no sentido de que ***"encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz daria a sentença desde logo ou em dez dias"****. Ou seja, era imprescindível à época da Sentença rescindenda ou o debate oral ou os memorais para a sua prolação! E isso não foi respeitado quanto ao Réu naquela ação e ora Autor nesta causa.*

De qualquer modo, os dispositivos do art. 93, IX, da CF-88 estavam vigentes à época. Além do art. 5º, LV (quanto à ampla defesa e ao contraditório).

Houve, portanto, violação aos dispositivos retro da Carta Política de 88 e ao CPC, quer pelo antigo, quer pelo novo, além da ofensa aos Princípios da Ampla Defesa, do Contraditório e da Fundamentação das Decisões Judiciais.

9 -) Da moldura acima é de se concluir cabível a presente AÇÃO RESCISÓRIA na forma do art. 966, V, do CPC, com PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA para obstar o cumprimento da decisão rescindenda, evitando assim dano de difícil recuperação como constrição de salário (o Autor é PROFESSOR DA REDE ESTADUAL com SALÁRIO de R$ 2.915,20 e deixou de ser Prefeito desde 2004) ou moradia familiar.

Caso se entenda que o regramento cabível era o do CPC de 73, o cabimento da ação é pelo art. 485, V do antigo Codex, com PEDIDO DE PROVIMENTO LIMINAR para obstar o cumprimento da decisão rescindenda pela ótica do art. 489 do antigo diploma, pelos argumentos acima.

Requer assim:

- o processamento regular da ação com a CITAÇÃO do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para contestar o feito se o desejar.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO CARLOS SALLES BERNARDI JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003878-96.2017.8.26.0000 e código 0F5EB05M.

- o provimento acautelador da TUTELA PROVISÓRIA para obstar o indevido cumprimento da sentença rescindenda, observando que já há CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ELETRÔNICO em curso.

- o deferimento da GRATUIDADE JUDICIÁRIA uma vez os parcos rendimentos do Autor que desde 2004 não é mais Prefeito e que como Professor Estadual aufere apenas o valor mensal de R$ 2.915,20, conforme holleriths anexos, bem como pela Declaração anexa, além dos termos do art. 98, parágrafo 1º, VIII e art. 99 do CPC. A impossibilidade reside no alto custo dos 5% sobre o valor da causa a recolher como depósito (art. 968, II, do CPC), o que importaria em R$ 10.699,71 (5% de R$ 213.994,32 – valor nominal de 16/04/2008 – inicial de fls. 02/39). O Autor declara expressamente não ter condições a tal dispêndio sem prejuízo de sua mantença pessoal e familiar.

- ao cabo, pela PROCEDÊNCIA DA AÇÃO para RECONHECER A NULIDADE ABSOLUTA do feito nesse ponto e por via de consequência RESCINDIDA a Sentença de fls. 1.303/1.308, dos autos da ACP Nº 0000580-44.2008.8.26.0424, da Comarca de Pariquera-Açu, declarando sem efeito jurídico algum os atos executivos em curso, com o comando de que seja proferida nova Decisão, desta feita mediante a análise dos Memoriais da Defesa de fls. 1.319/1.327.

Protesta por todos os meios em direito admitidos, sem exceção, sem prejuízo do julgamento antecipado da causa após citada a parte adversa e com a vinda de eventual defesa, uma vez se tratar de questão meramente de direito.

Dá à causa o valor da causa da ação originária (R$ 213.994,32).

Julgada procedente a ação, requer seja o Estado de São Paulo condenado ao pagamento do valor de 5% da causa pela sucumbência e por ter dado causa a ação rescisória por erro judicial estatal.

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 24 de Julho de 2017." (da inicial da ação).

Das Razões do Pedido de Reforma da Decisão Agravada:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS MALHEIROS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2008378-96.2017.8.26.0000 e código 07E000028305.

Como é possível verificar, a ação rescisória foi aforada visando rescisão do julgado da Comarca de Pariquera-Açu que ao seu ensejo apenas recepcionou os Memoriais do Autor da Ação Civil Pública, a saber, o Ministério Público, deixando de recepcionar os Memoriais da Defesa que foram acostados após embargos de declaração providos, tendo o Magistrado ELTON ISAMU CHINEN devolvido o prazo de memoriais na decisão dos aclaratórios.

Para bem entender:

Após os trâmites regulares da ação, inclusive perícia, **o Juiz da causa de origem DETERMINOU QUE OPORTUNAMENTE fosse aberta vista ao MP e INTIMADAS AS PARTES PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS – 10 DIAS** – fls. 1.297 daquele feito.

Ai reside o início da NULIDADE que escancara, com todas as vênias.

O **Ministério Público apresentou seus Memoriais Finais conforme fls. 1.300/1.302.**

Foi prolatada a Sentença de fls. 1.303/1.308 que **julgou parcialmente PROCEDENTE a ação**, condenando o Autor nas penas do art. 10 e 11 da LIA, decisão essa registrada e publicada em 06/10/2015 e 13/10/2015 (fls. 1.309/1.310).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003378-92.2017.8.26.0404 e código 0[illegible]M.

O que fez a defesa do Autor: no prazo legal, **manejou embargos de declaração** apontando que não tivera oportunizado o direito de apresentar seus memoriais finais, por não intimado a tal ato (fls. 1.312/1.313, o que caracterizaria cerceamento de defesa, sobrevindo o despacho de fls. 1.314 que determinou certificasse a serventia tal lapso, o que confirmado conforme fls. 1.315 (certidão). Daí o despacho de fls. 1.316 do **Juiz ELTON ISAMU CHINEN** devolvendo o prazo de **15 dias para memoriais finais da defesa**.

Os **MEMORIAIS FINAIS da defesa foram apresentados tempestivamente** (fls. 1.319/1.327), com diversos apontamentos sobre as impropriedades da perícia.

Porém, **causando espécie e evidente cerceamento de defesa, a Juíza seguinte, Dra. ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, invertendo a lógica sequencial determinada pelo Magistrado anterior, de forma teratológica abriu vista dos Memoriais da Defesa ao Ministério Público (fls. 1.328), que reiterou seus memoriais de fls. 1.301/1.302.**

Daí a surreal Decisão de fls 1.330 da citada Magistrada **que entendeu não ter havido COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO À PARTE pela não apresentação dos memorias antes da sentença, o que não seria causa de nulidade, mantendo assim o decisum alvo da rescisória.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003878-92.2017.8.26.0000 e código 07EB005M.

Ou seja, **os MEMORIAIS da Defesa jamais foram recepcionados pela Justiça local de Pariquera-Açu que deveria apreciá-los proferindo nova Decisão,** até porque acatados os embargos de declaração que permitiu a vinda dos memoriais depois da sentença. O **Juiz ELTON ISAMU CHINEN** acabara por chancelar **efeitos modificativos evidentes**, autorizadores de nova decisão com análise dos memoriais da defesa **que eram substanciosos quanto à prova pericial mal produzida no feito.**

Solar que houve cerceamento de defesa do Réu naquela ACP, cujos memoriais não poderiam ser afastados sob **a singela alegação de não comprovação de prejuízo à parte**, pois ***in casu*** o prejuízo decorre do fato em si, **além do que nos memoriais finais a defesa pontuava diversas impropriedades da prova pericial,** conforme as diversas impugnações apontadas pelo item 5 da inicial da rescisória com menção aos autos de origem.

A sentença foi proferida sem essa análise, não obstante tenha tido a oportunidade de analisar os memorais do MPE apresentados antes da sua prolação e os mencionados na referida decisão.

É da sentença esse aspecto (fls. 1.304-verso), ali constando ainda que o Réu deixou de se manifestar.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS ALVES BRAGA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003378-96.2017.8.26.0000 e código 07EB005M.

Ora, **deixou de se manifestar porque não fora a ele oportunizado tal providência,** que após os declaratórios providos **pode apresentar seus MEMORIAIS FINAIS que de forma estranhíssima não foram recepcionados pela nova Magistrada que desprezou o que seu colega anterior tinha deliberado.**

Mais uma vez: **o juízo local havia reconhecido esse lapso, confirmado pela serventia, tocante a não intimação da defesa para os seus Memoriais, tendo o Magistrado provido declaratórios da sentença para a vinda desses memoriais,** daí que a Juíza seguinte **deveria proferir nova decisão** e não simplesmente desprezar os memorias da defesa mantendo aquela decisão cujos embargos de declaração haviam logrado crivá-la de efeitos infringentes.

Logo, a linha de entendimento da Juíza tocante a **uma genérica ausência de prejuízo à parte**, mantendo assim a sentença, soou absurda e contrária ao regramento processual legal pertinente, notadamente do art. 489 do CPC (***tocante aos chamados elementos essenciais da sentença, que deve ser motivada, com atenção às teses das partes litigantes***), pena de vício de fundamentação, inclusive quando há falta de manifestação do julgador sobre os argumentos produzidos em sede de alegações finais defensivas.

Mas **o que dizer quando sequer permitiram à defesa a apresentação regular de seus Memoriais Finais,** o que oportunizado apenas a uma das partes da lide?

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003378-96.2017.8.26.0004 e código 07[illegible]
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible], protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003378-96.2017.8.26.0004 e código 07[illegible]

Certo que depois, após embargos de declaração da sentença, **o Juiz ELTON abriu vista para os Memoriais da Defesa, que apresentados foram relegados pela Juíza ANA.** Simples assim!

E tão relevante esse aspecto que a Carta de 88 da República erigiu a **MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES** como garantia constitucional, pena de **NULIDADE** (art. 93, IX), daquelas decisões não devidamente fundamentadas, **que para tal deveria analisar todas as questões suscitadas pelas partes DURANTE AS FASES E AS REGRAS ESTABELECIDAS NO PROCESSO.**

Olvidou ainda a decisão local de Pariquera-Açu que o NCPC, **por seu art. 489, parágrafo 1°, IV,** considera **como NÃO FUNDAMENTADA a decisão judicial que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, EM TESE, infirmar a conclusão adotada pelo Magistrado,** além do que, os **MEMORIAIS FINAIS constituem peça e momento processual previsto no atual Código Adjetivo, conforme o art. 364, parágrafo 2°** (diz que o debate oral pode ser substituído por razões finais escritas, no prazo de 15 dias).

Mesmo no *codex* de 73 o art. 454, parágrafo 3°, tinha regra semelhante. **O art. 456 do código antigo dizia de forma clara que encerrado o debate ou oferecidos os memoriais,** o juiz daria a sentença no prazo ali previsto.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADAILTON DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003878-96.2017.8.26.0400 e código 07EEDD5M.

Ou seja, imprescindível ou os debates orais, ou os memoriais, dispositivos previstos em ambos os diplomas processuais não como peça decorativa, mas regras de observação e cumprimento obrigatório pelo Juiz.

Deixou a Juíza local de Pariquera-Açu de atentar para esses comandos, violando não só esses artigos, mas também a Carta Constitucional pela ótica de ausência de motivação/fundamentação isenta da sentença, como pelo cerceamento de defesa e ofensa direta à ampla defesa e contraditório).

Da Decisão Monocrática ora agravada:

A Douta Relatora **Desembargadora ISABEL COGAN**, a quem o Agravante rende todas as homenagens pela costumeira sapiência e preparo jurídico, desta feita não houve com o esperado acerto, com todas as *vênias*.

Frise de início que jamais o Agravante objetivou usar de "chicana" com a propositura da rescisória. Buscou o reconhecimento de seu direito ao justo processo e a igualdade de armas, **tanto assim que reconhecido pelo Juiz ELTON ISAMU CHINEN a necessidade de franquear prazo para os Memoriais**, que foram apresentados tempestivamente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADAUTO CORREIA MARTINS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003378-96.2017.8.26.0000 e código 0F5EDD05M.

Ademais, **o acatamento da rescisória não implicaria em prejuízo algum ao caso, pois apenas seria proferida nova sentença** desta feita com a análise dos memoriais da defesa e da acusação (que fora ponderado isoladamente).

Malgrado todos esses argumentos, **a Douta Relatora entendeu por indeferir a inicial, extinguindo o feito sem julgamento do mérito, pela ótica de que a violação da lei deveria ser aquela direta** e não passível de interpretação, além do que **o erro de fato seria aquele que por si só acarretasse julgamento favorável à parte**, além do que, no caso concreto, **a R. Sentença teria analisado todos os documentos e fatos constantes dos autos**.

Ora, com todas as *vênias*, a **VIOLAÇÃO LITERAL DA LEI no caso foi MAIS QUE DIRETA** e não simplesmente deduzível de interpretação do Agravante.

Os fatos acima indicados **é que comprovam de forma induvidosa essa violação da Lei**. E a LEI, tanto pelo Código de 73, como pelo atual, é que determinava e determina (respectivamente art. 454, parágrafo 3º e art. 364, parágrafo 2º) essa observância da análise dos memoriais finais para então sentenciar.

De outro norte, **evidente que caso analisados os Memoriais da Defesa o Magistrado local poderia ainda que em tese**, ter posicionamento distinto daquele esposado na sentença proferida sem essa análise.

É algo provável, **dadas as particularidades dos apontamentos sobre a perícia (que vinha sendo exaustivamente impugnada pela defesa) constantes dos Memoriais.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS ALVES BRAGA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003378-92.2017.8.26.0000 e código 07588005.

Nesse sentido, o legislador pátrio fez inserir o comando do **art. 489, parágrafo 1°, IV, do NCPC**, ali dizendo **NÃO ESTAR FUNDAMENTADA a decisão judicial que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo CAPAZES de, em tese, INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA PELO MAGISTRADO**.

Ora, essas regras foram desprezadas **com VIOLAÇÃO LITERAL DA LEI**. Não se trata de mera interpretação do Agravante.

É algo concreto. Fato!

E a lei processual **erigiu um dado de presunção legal pela verve do art. 489, parágrafo 1º, IV, do CPC atual, no sentido da não fundamentação da sentença quando o Juiz não enfrentou todos os argumentos deduzidos pelas partes, CAPAZES em tese de alterar a convicção dele Magistrado**.

Existiam regras e essas regras só foram observadas ao ***Parquet*** local, que intimado em seu gabinete pode apresentar seus memoriais, **o que negado num primeiro momento à defesa pela Justiça e depois por ela reconhecido nos declaratórios da sentença, que então oportunizou os memoriais, que (pasmem) depois não foram recepcionados pela Magistrada seguinte num evidente imbróglio, com prejuízo legalmente provável à parte.**

De maneira que, o entendimento monocrático da D. Relatora não encontra sustentação, com a devida vênia, até mesmo pela ótica ali desfiada de que a Juíza teria analisado todos os documentos e fatos constantes dos autos, sendo então despiciendo os memorais da defesa.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ... e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003878-96.2017.8.26.0000 e código 0F5EDD05M.

Esse entendimento parte de pressuposto equivocado, na medida em que a **LEI PROCESSUAL – art. 489, parágrafo 1°, IV**, é textual quanto à necessidade da análise de todos os argumentos deduzidos pelas partes, **CAPAZES de em tese**, alterar o julgamento, o que remete à obrigatoriedade da análise inclusive dos memorais finais, além do que a D. Relatora não poderia supor ou imaginar **COM SEGURANÇA ABSOLUTA que a Magistrada local não tivesse entendimento contrário caso tivesse analisado os memoriais da defesa** apresentados após os declaratórios com efeitos infringentes (que abriu prazo para essa peça da defesa).

Como poderia a D. Relatora concluir que a Magistrada manteria a Sentença incólume caso analisasse devidamente os memoriais? Ora, em tese a Magistrada poderia ter alterado a Sentença ou proferido o novo *decisum* com modificação da condenação, até mesmo apenando com mais rigor, ou não.

Enfim, **houve evidente falha da jurisdição na Comarca de Pariquera-Açu, pois desrespeitados os comandos legais processuais acima indicados**, que com toda a licença não são alegorias processuais, mas sim comandos expressos que exigem respeito e atenção do julgador.

Houve violação ao art. 489, parágrafo 1°, IV do CPC, na medida em que falha a motivação da sentença pela ausência de atenção as teses das partes, inclusive daquelas insertas nos memoriais finais, considerando esse dispositivo como **NÃO FUNDAMENTADA A DECISÃO JUDICIAL que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes, em tese, de modificar a conclusão adotada pelo Juiz.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003378-96.2017.8.26.0400 e código 07[illegible]05M.

Mais, houve desrespeito ao art. 364, parágrafo 2°, do CPC, **que alude ao debate oral, que poderá ser substituído por MEMORIAIS FINAIS ESCRITOS**, apresentados pelas partes em 15 dias, regra essa idêntica àquela do CPC de 73, que por seu art. 454, parágrafo 3° tinha regra idêntica.

Esse desrespeito avançou ainda ao ferir dispositivos constitucionais como o da correta motivação das decisões (art. 93, IX) e da ampla defesa e do contraditório (art. 5°, LV), neste caso pela análise da sentença apenas dos memoriais do ***Parquet*** (autor da ACP de origem).

Repetindo: não considerar esses dispositivos é ter como meras alegorias processuais seus ditames. Eles existem para observação e cumprimento pelo Magistrado, pena de NULIDADE do processo a partir de então. E isto não ocorreu no caso concreto, com todas as ***vênias*** e não foi observado pela Relatora.

Cabível, dessarte, a reforma da Decisão Monocrática, que permitirá, sem qualquer prejuízo ao feito de origem (***sequer a prescrição terá curso***), nova composição da lide, desta feita de forma correta e legal, com a apreciação dos Memorais da Defesa e do Autor daquela ACP.

CONCLUSÃO E PEDIDO:

Isto posto, observado o Princípio da Dialeticidade na forma acima, roga, caso a Relatora não tenha exercido Juízo de Reconsideração da Decisão agravada, **seja CONHECIDO E PROVIDO o agravo para que se reconheça a viabilidade da ação rescisória e seu curso regular, REFORMANDO ASSIM a Decisão vergastada**, por ser medida de Direito e de Justiça.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS MALHEIROS e outros, em 07/08/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2003378-96.2017.8.26.0000 e código 07EE005.

Reitera o pedido de gratuidade judiciária encartado na exordial da Ação Rescisória (item 9), pelos fundamentos ali expedidos, caso não deferido pela Relatora.

Registro, 09 de Outubro de 2017.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/10/2017 às 20:06 , sob o número WPRO17008139772.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003878-96.2017.8.26.0000 e código 07568005.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000908310

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental nº 2143843-96.2017.8.26.0000/50000, da Comarca de Pariquera-Açu, em que é agravante ORLANDO MILAN, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores EDSON FERREIRA (Presidente) e J. M. RIBEIRO DE PAULA.

São Paulo, 22 de novembro de 2017

ISABEL COGAN

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 12818
AGRAVO REGIMENTAL Nº 2143843-96.2017.8.26.0000/50000
COMARCA: PARIQUERA-AÇU
AGRAVANTE: ORLANDO MILAN
AGRAVADA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E OUTROS

AGRAVO REGIMENTAL. Decisão que, em ação rescisória, indeferiu petição inicial. Argumentos do agravante foram apreciados por ocasião da prolação da decisão monocrática - Ausência de fato ou fundamento novo para a alteração do decidido. AGRAVO NÃO PROVIDO.

Cuida-se de agravo regimental interposto contra decisão que, em ação rescisória, indeferiu a petição inicial, com fundamento no artigo 330, inc. III, do Código de Processo Penal e, via de consequência, extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, da Lei Adjetiva.

Alega o agravante que qualquer violação à lei decorre da interpretação equivocada do julgador, além do que, a ocorrência o erro de fato inconteste nos autos dá ensejo ao manejo da ação rescisória.

É o relatório.

Registre-se, de início, que ficam deferidos os benefícios da justiça gratuita ao agravante.

Insurge-se o agravante contra a decisão monocrática que ora se reproduz:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código [illegible]

"Vistos.

*Cuida-se de ação rescisória intentada contra sentença que julgou procedente ação de improbidade administrativa (**fls.215/224),** condenando o requerente a ressarcia o dano ao erário do Município de Pariquera-Açu/SP, no valor resultante da diferença entre o valor do mercado do produto/serviço fornecido e o que foi pago, bem como à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; suspensão dos direitos políticos por cinco anos e; pagamento de multa civil de uma vez o valor dos danos.*

Alega o requerente a ocorrência de cerceamento de defesa, ante a ausência da análise dos memoriais apresentados.

É O RELATÓRIO.

Registre-se, de início, a tempestividade da presente ação, uma vez que o trânsito em julgado da r. sentença se deu em 31/01/2017, ficando observado que o requerente não apresentou recurso de apelação.

Assim, através desta ação pretende a nulidade do julgado, alegando cerceamento de defesa por ausência de análise dos memorais apresentados.

A pretensão rescisória veio amparada no artigo 485, V do código de Processo Civil/1973, que estabelecida:

"Artigo 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código [illegible]

(...) V – Violar literal disposição de lei;"

Denota-se que o referido artigo foi revogado e substituído, guardando correspondência, com o artigo 966 do Código de Processo Civil/2015, que dispõe:

"Artigo 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(...) V – violar literal disposição de lei;"

A violação literal da lei a que se refere o inciso V do art. 966, do CPC, é aquela direta e não deduzível a partir de interpretação.

De outra banda, assinale-se que o erro de fato que dá margem à ação rescisória é aquele capaz, por si só, de assegurar o julgamento favorável à parte.

No caso concreto, não se extrai da sentença rescindenda desatenção ou omissão do julgador sobre a ausência de análise das razões contidas nos memorias, uma vez que a r. sentença analisou todos os documentos e fatos, o que gerou à condenação do requerente em indenização ao erário, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil.

A propósito, vale citar:

"Para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC prospere, é necessário que a interpretação dada pelo decisum rescindendo seja de tal modo aberrante que viole dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se recurso

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código [illegible]

ordinário com prazo de interposição de dois anos" (RSTJ 93/416).

"Ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei. Justifica-se o judicium rescindens, em caso dessa ordem, somente quando a lei tida por ofendida o foi em sua literalidade, conforme, aliás, a expressão do art. 485-V do CPC. Não o é ofendida, porém, dessa forma, quando o acórdão rescindendo, dentre as interpretações cabíveis, elege uma delas e a interpretação eleita não destoa da literalidade do texto de lei" (RSTJ 40/17).

"Não é rescindível a sentença em que o juiz, ainda quando errando na apreciação da prova, declarou expressamente que decidia como o fez porque determinado fato ocorrera" (RSTJ 146/247).

*Assim, no caso dos autos, as questões foram devidamente apreciadas pelo D. Juiz de Direito sentenciante, não cabe ação rescisória para reavivar o tema ou reapreciação de matéria fática, ante a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que foi condenado nas sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (**fls.215/224)**.*

Nesse sentido:

"AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NO ART. 485, V, DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. ANÁLISE DE PROVA. 1. De acordo com a jurisprudência dominante do STJ, a ação rescisória não é o meio adequado para corrigir suposta injustiça da sentença, apreciar má interpretação dos fatos, reexaminar as provas produzidas ou complementá-las. A violação de literal disposição de lei que autoriza o ajuizamento de ação rescisória é aquela que enseja flagrante transgressão do "direito em tese", porquanto essa medida excepcional não se presta simplesmente para corrigir eventual injustiça do decisum rescindendo, sequer para abrir nova instância recursal, visando ao

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código [illegible]

reexame das provas (AR 3.991/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 6.8.2012). Em outras palavras, "não se conhece do pedido de rescisão com fulcro no inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil, dado que a violação de lei, na rescisória fundada no citado dispositivo, deve ser aferida primo oculi e evidente, de modo a dispensar o reexame das provas da ação originária" (Ar 3.029/SP, 3ª Seção, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 30.8.2011). (...) 3. Verifica-se que o autor busca discutir a circunstância do curso de oficial de farmácia frequentado pelo réu não ter sido reconhecido pelo MEC e pela Secretaria de Educação Estadual e, até mesmo, o uso de documento falso. Dessa forma, a ação rescisória não deveria ter sido fundamentada no inciso V do art. 485 e sim no inciso IX ou, até mesmo, no inciso VI. É que "desconstituir a qualificação jurídica atribuída aos fatos e documentos apurados quando do julgamento da ação rescindenda é tarefa que não pode ser exercida na via da ação rescisória proposta por violação literal de dispositivo de lei (485, V, do Código de Processo Civil" (AgRg no AREsp 73.641/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 21/08/2012). 4. Ação rescisória improcedente." (AR 4.313/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 29/04/2013)

Ante o exposto, indefere-se a petição inicial, com arrimo no artigo 330, inciso III, do Código de Processo Civil, extinguindo-se o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso I, da Lei Adjetiva."

Sinteticamente, o agravante reiterou, neste agravo regimental, os argumentos expostos na petição inicial da ação rescisória: pretende a nulidade do julgado, alegando cerceamento de defesa por ausência

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código [illegible]

de análise dos memorais apresentados.

Os argumentos foram apreciados por ocasião da prolação da decisão monocrática e, em sede de agravo regimental, não se verificou fato ou fundamento novo para a alteração daquele **decisum**.

Desta forma, o indeferimento da petição inicial da ação rescisória fica mantido pelos fundamentos adotados naquela decisão monocrática, ora ratificados.

Ante o exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao agravo regimental.

ISABEL COGAN
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP.

2143843-96.2017.8.26.0000

Orlando milan, já identificado nos autos do Agravo Regimental em epígrafe em que é parte adversa o MPESP, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado (com procuração nos autos), abaixo signatário, ***ante os termos do Venerando Acórdão de fls. 25/31, proferido pela 12ª Câmara de Direito Público do TJSP, que manteve o indeferimento de anterior Ação Rescisória, negando assim Provimento ao Regimental***, entendendo, smj e com todas as vênias, não existir razão para tal Decisão Colegiada, por negativa de vigência de Lei Federal, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, nos termos e prazos do art. 1029 e incisos do CPC e art. 105, III, "a", da CF/88, para MANEJAR RECURSO ESPECIAL visando que a Corte da Cidadania reforme a decisão em questão para que assim possa ser apreciada a lide rescisória de origem (pedido de fundo do regimental), tudo consoante as inclusas Razões de Recurso Especial.

Deixa de recolher custas uma vez que a Decisão ora recorrida DEFERIU os benefícios da gratuidade judiciária ao Recorrente.

Informa que houve o devido prequestionamento (que não precisa ser explícito conforme pacífico entendimento do STJ), uma vez o revolvimento de toda a matéria da rescisória na Decisão recorrida.

Termos em que, pede deferimento quanto ao processamento recursal.

Registro, 01 de Março de 2018.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código WPRO18001583325.

Autos de Agravo Regimental Nº 2143843-96.2017.8.26.0000 – Decisão da 12ª Câmara de Direito Público do TJSP

Recorrente: **ORLANDO MILAN**

Recorrido: MPE

RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL

Egrégio STJ – Superior Tribunal de Justiça

Douto Relator - Doutos Julgadores

Trata-se de Recurso Especial pela autorização do art. 105, III, "a" da CF de 1988, por flagrante negativa de vigência de Lei Federal mantida pelo julgamento da 12ª Câmara de Direito Público do Egrégio TJSP, cujo Acórdão ora recorrido manteve o INDEFERIMENTO de petição inicial de Ação Rescisória oportunamente manejada.

Foi negado provimento ao regimental, que atacava a Decisão de indeferimento de petição inicial de ação rescisória com base no art. 330, inc. III, do Código de Processo Civil, extinguindo o feito, sem resolução do mérito, pelo art. 485, I do mesmo codex.

O Acórdão ora recorrido DEFERIU os BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA ao Recorrente. Porém, transcreveu a decisão da rescisória e ao cabo afirmou que os argumentos da referida ação foram repetidos no regimental, notadamente quanto ao CERCEAMENTO DE DEFESA POR AUSÊNCIA DE ANÁLISE DOS MEMORIAIS APRESENTADOS, e que não teriam sido apontados fato ou fundamento novo para alterar a decisão de indeferimento já citada.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2143843-96.2017.8.26.0000 e código WPRO18001583325.

Ao transcrever a Decisão de indeferimento da petição inicial da rescisória, obviamente restou avivado o devido prequestionamento, até porque o regimental atacou pontos exatos da lide rescisória.

Vejamos assim, com todas as vênias, o que dizia a inicial indeferida da rescisória (questão de fundo do regimental):

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP.

*ORLANDO MILAN, brasileiro, casado, professor, com RG Nº 4.409.356/SSP-SP e CPF/MF Nº 480.003.108-72, residente e domiciliado à Rua Santa Natalia, Nº 23, centro, em Pariquera-Açu, SP, neste ato por seu bastante Procurador e Advogado (**instrumento de mandato em anexo**), abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, com fulcro no art. 966, V (violação manifesta de norma jurídica), do CPC, para propor **AÇÃO RESCISÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA (art. 969 do CPC)** em face da R. Sentença de fls. 1303/1308, prolatada nos autos da **AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Processo Nº 0000580-44.2008.8.26.0424**, Comarca de Pariquera-Açu, SP, sendo parte adversa no referido feito o MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO (Autor), que deverá constar nesta ação como Réu, devendo ser CITADO para seus termos nos termos do art. 970 do CPC, tudo consoante os seguintes substratos de fato e de direito adiante expostos:*

*1 -) O Parquet Estadual, no ano de 2008, aforou a referida ACP em face do ora Autor desta ação rescisória, ao argumento de que ele enquanto **PREFEITO MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**, SP, teria realizado licitações (cartas convites) para compra de cartazes e folders para a Festa das Nações, isto no ano de 2003, compra essa eivada de valor superior ao de mercado, com prejuízo ao erário.*

*Certo que a ação foi manejada também contra outros Réus (fls. 02/39), sendo que a inicial, após as defesas preliminares, **foi RECEBIDA apenas em face do ora Autor e de Osvaldo Milan e Osvaldo Milan – ME**, pela conduta retro de aquisição de folders com valor acima ao de mercado, conforme fls. 1.077/1.084.*

*2 -) Certo que o **ora Autor CONTESTOU a referida ação**, conforme fls. 1.091/1.099. Houve **RÉPLICA** do **MPE** (fls. 1.111/1.117), **Despacho de especificação de provas** (fls. 1.118/1.119), tendo o ora Autor especificado provas conforme fls. 1.120 e o Parquet declinado (fls. 1.121). Foi **DESIGNADA AUDIÊNCIA de conciliação (fls. 1.122), que realizada deferiu PROVA PERICIAL e NOMEOU PERITO** (fls. 1.130).*

*3 -) O ora Autor **formulou QUESITOS** àquela perícia, **indicando assistente técnica** (fls. 1.134/1.135), recolhendo os honorários do expert (fls. 1.152/1.153). O Expert juntou o **LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL ao ora Autor** (fls. 1.165/1.203), sobrevindo **IMPUGNAÇÃO** do ora Autor (fls. 1.231/1.232), daí os **ESCLARECIMENTOS do Perito** (fls. 1.238/1.240).*

*4 -) O ora Autor então, naquele feito, noticiou a **substituição de seu assistente técnico, juntando LAUDO DIVERGENTE** (fls. 1.245/1.251), sobrevindo **novos esclarecimentos do Perito do Juízo** (fls. 1.261/1.265), **com nova Impugnação do ora Autor** (fls. 1.268/1.269), falando o Parquet a fls. 1.270/1.273 no sentido do julgamento do feito, tendo o Magistrado local decidido por intimar Perito a **novo esclarecimento**, evitando assim cerceamento de defesa (fls. 1.274).*

*5 -) O Perito nessa ordem apresentou **novos Esclarecimentos** conforme fls. 1.278/1.282), e após Despacho do Magistrado (fls. 1.288), o **Parquet** insistiu no julgamento do feito (fls. 1.296), tendo o ora Autor naquele feito manejado **nova IMPUGNAÇÃO** (fls. 1.294/1.296).*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GAIO CESAR PAVESI PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-96.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

*6 -) E aqui, Douto Desembargador Relator, reside o ponto nodal e preponderante, **móvel da presente RESCISÓRIA**:*

*- No R. Despacho de fls. 1.297, o Magistrado local **deliberou que a impugnação quanto aos esclarecimentos do perito seria apreciada quando da sentença**, tendo sido indeferido pedido da defesa, deferido prazo de 10 dias para juntada de documentos e **DECORRIDO O PRAZO fosse certificado**, declarando encerrada a instrução. Determinou o Juiz que OPORTUNAMENTE fosse aberta vista ao MP e INTIMADAS AS PARTES PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS (10 dias) – fls. 1.297.*

*- Certo que **o MPE apresentou seus MEMORIAIS FINAIS, conforme fls. 1.300/1.302**.*

*- Então, **foi prolatada a R. SENTENÇA de fls. 1.303/1.308 que julgou parcialmente PROCEDENTE a ação**, condenando o ora Autor e a outra parte nos consectários dos arts. 10 e 11 da LIA.*

- Essa Sentença foi registrada e publicada em 06/10/2015 e 13/10/2015 (fls. 1.309/1.310).
*- Após isso, **o Advogado do ora Autor e Advogado naquele feito de origem**, teve acesso aos autos (fls. 1.311), tendo manejado **os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 1.312/1.313**, no sentido de que a DEFESA não fora INTIMADA para a apresentação de MEMORIAIS FINAIS, caracterizando esse fato CERCEAMENTO DE DEFESA, tendo postulado **efeito modificativo aos aclaratórios para que fosse oportunizado prazo aos Memoriais Finais** e nova composição da lide.*

*- o Magistrado pediu então **fosse certificado tal situação pela Serventia** (fls. 1.314), **que certificou (fls. 1.315) que NÃO HOUVE A INTIMAÇÃO DO ALI RÉU ORLANDO MILAN para fins dos Memoriais Finais, apenas para o despacho de fls. 1.297** (que mandou intimar para os memoriais).*

*- Daí o **R. DESPACHO de fls. 1.316** que ante a certidão de fls. 1.315 DEVOLVEU AOS REQUERIDOS O PRAZO DE 15 DIAS PARA QUE SE MANIFESTASSEM EM MEMORIAIS FINAIS. Esse Despacho foi da lavra do **JUIZ DE DIREITO ELTON ISAMU CHINEN**.*

- Esse derradeiro Despacho foi publicado em 23/03/2016 (fls. 1.317), tendo o Advogado de ORLANDO MILAN
(ora Autor) feito carga dos autos em 31/03/2016 (fls. 1.318), apresentando então os MEMORIAIS FINAIS DA DEFESA DE ORLANDO MILAN conforme fls. 1.319/1.327.

*- No entanto, causando espécie, já sob a ótica da **JUÍZA ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA**, o feito tomou curso diverso daquele direcionado pelo Magistrado anterior. **Essa Juíza abriu vista dos Memoriais Finais de Orlando ao MP** (fls. 1.328), que por sua vez **REITEROU os Memoriais de fls. 1.301/1.302** (dele MP).*

*- Daí a estranha **Decisão de fls. 1.330** da citada Magistrada que entendeu **que não tendo havido comprovação de prejuízo à parte, a não apresentação dos memoriais à época não seria causa de nulidade da sentença**. Ou seja, a Juíza **não aceitou os MEMORIAIS DA DEFESA**, reiniciando o prazo recursal a partir da interrupção dos embargos de declaração.*

*- Certo que não houve interposição de apelo contra a **Sentença NULA**, tendo sido certificado o TRÂNSITO EM JULGADO conforme fls. 1.333.*
*- Os atos **executórios da condenação tiveram curso a partir de fls. 1.334/1.336, 1.379, 1.380/1.382, 1386/1.387** (cumprimento de sentença eletrônico) e 1.391 (ofício ao CNJ-SP).*

*7 -) Senhor Desembargador Relator: Evidente que houve absurdo **CERCEAMENTO DA DEFESA do ora Autor ORLANDO MILAN**, uma vez que a Sentença Rescindenda **foi proferida após e somente com a apresentação dos Memoriais Finais ou Parecer Final de fls. 1.301/1.302 do Parquet**.*
*É da Sentença esse aspecto (fls. 1.304-verso), ali **constando também que o Réu deixou de se manifestar**.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL CESAR PINTO SOUSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-96.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

Ou seja, o curso da ação estava traçado ***com a oportunização dos MEMORIAIS FINAIS pelas partes****, conforme o Despacho de fls. 1.297, tanto que o* ***Parquet*** *assim o fez,* ***apresentando sua fala final*** *(fls. 1.301/1.302).*

Mas a ***DEFESA de ORLANDO MILAN*** *sequer foi intimada a tal proceder, sobrevindo a* ***Sentença NULA*** *nesse aspecto,* ***por quebra da PARIDADE DE ARMAS****, aspecto* ***RECONHECIDO PELO JUÍZO LOCAL, após os declaratórios de fls. 1.312/1.313****, tendo o Magistrado ELTON ISAMU CHINEM* ***devolvido o prazo para os Memoriais Finais da Defesa*** *(fls. 1.316).*

Daí os ***MEMORIAIS FINAIS*** *apresentados de forma* ***substanciosa*** *pela Defesa de ORLANDO MILAN, conforme fls. 1.319/1.327.* ***Dessa peça inúmeros apontamentos contrários à Perícia que não foram apreciados*** *pela Magistrada ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA* ***que deveria prolatar nova Decisão e não simplesmente alegar genérica ausência de comprovação de prejuízo da parte para sequer analisar os Memoriais****, mantendo a Sentença de fls. 1.303/1.308 que estava (como ainda está), conspurcada por vício de cerceamento de defesa, restando assim nula, o que deverá ser declarado pela presente via rescisória.*

8 -) É caso, portanto, de ***RESCISÃO do Julgado a quo****, que foi proferido apenas e tão somente* ***após a apresentação de Memoriais Finais do pólo ativo daquela ACP****, cujo aspecto foi reconhecido após embargos de declaração, com a devolução de prazo para Memoriais pela Defesa, que os apresentou,* ***porém sem sua recepção regular por outra Magistrada que de forma simplista e genérica entendeu ausente de comprovação de prejuízo quanto a mera falta dos memoriais defensivos****, mantendo assim a Decisão rescindenda. Errou a Magistrada!*

Ou seja, a ***Magistrada deveria emitir nova Decisão****, analisando os pontos preponderantes* ***da Defesa destacados nos Memoriais de fls. 1.319/1.327****, ou seja,* ***uma vez apresentadas as TESES DAS PARTES****, elas deveriam ter sido enfrentadas pela Julgadora no momento da Sentença, dando assim efetivo comando ao art. 93 da Constituição da República* ***que exige e obriga a cabal FUNDAMENTAÇÃO do julgado****, o que revelaria respeito aos princípios assegurados às partes do início ao fim do processo como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.*

Ora, ***não se pode ouvir apenas uma parte em Memoriais Finais para a prolação da Sentença****. Isso é óbvio!*

Essa regra é processual, traduzindo os chamados ***elementos essenciais da sentença, que deve ser MOTIVADA*** *com atenção as teses das partes litigantes (art. 489 do CPC).*

Ademais, ***constitui vício de fundamentação da sentença quando há falta de manifestação do Julgador acerca de argumentos produzidos em sede de alegações defensivas apresentadas nos autos****. Mas o que dizer quando essas alegações sequer foram consideradas como juntadas antes da sentença, como no caso presente?*

Tão relevante essa questão que a Carta de 88 erigiu a ***MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES como garantia constitucional, pena de NULIDADE (art. 93, IX)*** *daquelas decisões não devidamente fundamentadas, não olvidando que a motivação* ***deve-se a todas as questões suscitadas pelas partes durante as fases e as regras estabelecidas do processo.***

Não se pode tolerar, portanto, a quebra das regras processuais em curso, como no caso em tela, ***sob o mero argumento de ausência de prejuízo, sem qualquer análise das teses finais da defesa consubstanciadas em Memoriais com densa tese de mérito relativa à prova pericial****.*

Existiam regras, ***que foram respeitadas apenas ao MPE (Autor da ACP)****, e* ***desprezadas no que tocava à defesa****, com quebra do contraditório e da ampla defesa, conduta ofensiva ao disposto no art. 5º, LV, da CF/88.*

Enfim, o vício da Sentença ***in casu****, que a* ***eiva de NULIDADE ABSOLUTA, por quebra do contraditório, ofensa à paridade de armas, ofensa direta a motivação e fundamentação adequada e correta****, é inconteste,* ***por ofensa ao superior Princípio da Ampla Defesa****, contexto que inclusive dispensa qualquer demonstração de prejuízo, que evidentemente é presumido.*

Mas indo-se além, é de ser observado que o ***Código de Processo Civil vigente, por seu art. 489, parágrafo 1º, IV****, passou a considerar NÃO FUNDAMENTADA a decisão judicial que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo Magistrado.*

A Juíza ***a quo*** *não atentou para esse dispositivo. E mais ainda, olvidou que os* ***MEMORIAIS FINAIS*** *constituem peça prevista no referido diploma adjetivo, conforme o art. 364, parágrafo 2º,* ***que dispõe que o debate oral pode ser substituído por razões finais escritas, apresentadas pelo autor e pelo réu em prazos sucessivos de 15 dias****.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-96.2017.8.26.0224 e código W003F3M.

Ora, esses dispositivos processuais não foram criados pelo legislador apenas figurativamente. ***Devem ser observados, não cabendo ao julgador algum critério de conveniência para sua observação, pena de incidir em precária prestação jurisdicional****, que nula não poderá persistir.*
De outro norte, o CPC de 73, no art. 454, parágrafo 3º, tinha regra semelhante ao do art. 364, parágrafo 2º do atual diploma. Já o art. 456 do código antigo tinha norma expressa no sentido de que ***"encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz daria a sentença desde logo ou em dez dias"****. Ou seja,* ***era imprescindível à época da Sentença rescindenda ou o debate oral ou os memorais para a sua prolação****! E isso não foi respeitado quanto ao Réu naquela ação e ora Autor nesta causa.*
De qualquer modo, ***os dispositivos do art. 93, IX, da CF-88 estavam vigentes à época. Além do art. 5º, LV*** *(quanto à ampla defesa e ao contraditório).*
Houve, portanto, ***violação aos dispositivos retro da Carta Política de 88 e do CPC****, quer pelo antigo, quer pelo novo, além da ofensa* ***aos Princípios da Ampla Defesa, do Contraditório e da Fundamentação das Decisões Judiciais.***
9 -) Da moldura acima é de se concluir cabível a presente ***AÇÃO RESCISÓRIA*** *na forma do art. 966, V, do CPC, com* ***PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA*** *para* ***obstar o cumprimento da decisão rescindenda****, evitando assim dano de difícil recuperação como constrição de salário (****o Autor é PROFESSOR DA REDE ESTADUAL com SALÁRIO de R$ 2.915,20 e deixou de ser Prefeito desde 2004****) ou moradia familiar.*

Caso se entenda que o regramento cabível era o do CPC de 73, ***o cabimento da ação é pelo art. 485, V do antigo Codex****, com* ***PEDIDO DE PROVIMENTO LIMINAR*** *para obstar o cumprimento da decisão rescindenda pela ótica do art. 489 do antigo diploma, pelos argumentos acima.*

Requer assim:

- o processamento regular da ação com a ***CITAÇÃO*** *do* ***MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*** *para contestar o feito se o desejar.*
- o provimento acautelador da ***TUTELA PROVISÓRIA*** *para obstar o indevido cumprimento da sentença rescindenda, observando que já há* ***CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ELETRÔNICO*** *em curso.*
- o deferimento da ***GRATUIDADE JUDICIÁRIA*** *uma vez os parcos rendimentos do Autor que desde 2004 não é mais Prefeito e que como Professor Estadual aufere apenas o valor mensal de* ***R$ 2.915,20****, conforme holleriths anexos, bem como pela Declaração anexa, além dos termos do art. 98, parágrafo 1º, VIII e art. 99 do CPC.* ***A impossibilidade reside no alto custo dos 5% sobre o valor da causa a recolher como depósito (art. 968, II, do CPC), o que importaria em R$ 10.699,71*** *(5% de R$ 213.994,32 – valor nominal de 16/04/2008 – inicial de fls. 02/39), sem falar na correção do valor da causa. O Autor declara expressamente não ter condições a tal dispêndio sem prejuízo de sua mantença pessoal e familiar.*
- ao cabo, pela PROCEDÊNCIA DA AÇÃO para RECONHECER A NULIDADE ABSOLUTA do feito nesse ponto e por via de consequência RESCINDIDA a Sentença de fls. 1.303/1.308, dos autos da ACP Nº 0000580-44.2008.8.26.0424, da Comarca de Pariquera-Açu, ***declarando sem efeito jurídico algum os atos executivos em curso****, com o comando de que seja proferida nova Decisão, desta feita mediante a análise dos Memoriais da Defesa de fls. 1.319/1.327.*
Protesta por todos os meios em direito admitidos, sem exceção, sem prejuízo do julgamento antecipado da causa após citada a parte adversa e com a vinda de eventual defesa, uma vez se tratar de questão meramente de direito.
Dá à causa o valor da causa da ação originária (R$ 213.994,32).
Julgada procedente a ação, requer seja o Estado de São Paulo condenado ao pagamento do valor de 5% da causa pela sucumbência ***e por ter dado causa a ação rescisória por erro judicial estatal****.*

Termos em que, pede deferimento.

Registro, 24 de Julho de 2017.

Termos em que, pede deferimento.
Registro, 01 de Março de 2018.
CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364" (verbis).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000580-44.2008.8.26.0424 e código WPRO18001583325.

DO FATOS E DO DIREITO: Excelentíssimos Senhores Ministros:

Faz-se necessária breve incursão nos argumentos da citada Ação Rescisória cuja inicial foi indeferida e que motivou o Regimental improvido, cuja decisão é ora recorrida pela via do especial.

A ação rescisória foi aforada visando a rescisão do julgado da Comarca de Pariquera-Açu, que em Ação Civil Pública, ao ensejo da sentença, apenas recepcionou os Memoriais do Ministério Público, deixando de recepcionar os Memoriais da Defesa que foram apresentados após EMBARGOS DE DECLARAÇÃO providos com a devolução do prazo.

Para entender:

Após o curso da Ação Civil Pública, inclusive com perícia, o Juiz de piso DETERMINOU que oportunamente fosse aberta vista ao MP e intimadas as partes para apresentação de Memoriais – 10 dias (fls. 1.297 daquele feito).

Ai o ponto nodal da NULIDADE que escancara.

O Parquet Estadual apresentou seus MEMORIAIS FINAIS a fls. 1.300/1.302 daquela ACP.

Então foi PROLATADA SENTENÇA que julgou parcialmente procedente a ação, CONDENANDO o Autor nas penas do art. 10 e 11 da Lei de Improbidade, decisão registrada e publicada em 06/10/2015 e 13/10/2015 (fls. 1.309/1.310 daquela ACP).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0008478-56.2017.8.26.0224 e código [illegible].

O que fez o então Réu (ora Recorrente): no prazo legal EMBARGOU DE DECLARAÇÃO apontando que não fora a ele oportunizado o direto de apresentar os MEMORIAIS da defesa, por não intimado a tanto (fls. 1.312/1.313), o que caracterizaria CERCEAMENTO DE DEFESA. O Juiz local a fls. 1.314 rogou fosse certificado tal ocorrência, o que confirmado pela Serventia (fls. 1.315), sobrevindo o Despacho do JUIZ ELTON ISAMU CHINEN devolvendo o prazo de 15 dias para os MEMORIAIS da defesa (fls. 1.316).

Os MEMORIAIS DA DEFESA foram apresentados tempestivamente (fls. 1.319/1.327), com diversos APONTAMENTOS SOBRE AS IMPROPRIEDADES DA PERÍCIA.

No entanto, causando espécie e evidente CERCEAMENTO de defesa, a Juíza ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, invertendo a lógica sequencial determinada pelo Juiz anterior, de forma teratológica, abriu VISTA dos memoriais da defesa ao MPE que de sua vez reiterou seus memorais que já tinham sido apresentados.

Daí a surreal DECISÃO de fls. 1.330 da citada Magistrada “que entendeu não ter havido COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO À PARTE pela não apresentação dos memoriais antes da sentença, o que não seria causa de nulidade, mantendo assim a sentença proferida sem anteriormente aos memoriais da defesa”.

Ou seja, os MEMORIAIS da defesa nunca foram apreciados pela Justiça de Pariquera-Açu, SP, que ao sentenciar o fez parcialmente, só analisando os memoriais do MPE, sequer analisando os da Defesa que eram substanciosos quanto a impropriedades da perícia.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL LUIS FERREIRA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

A absurda alegação de não comprovação de prejuízo feita pela Juíza local foi absurda, uma vez que o prejuízo decorre do fato em si, até porque ao motivar a sentença o Magistrado deve perfilhar as teses das partes litigantes, pena de vício de fundamentação (art. 489 do CPC).

Não soou razoável, justo e legal que apenas o MPE tenha tido o direito de antes da sentença oferecer seus Memoriais e a Defesa, após embargar a sentença quanto a esse vício, obtendo o direito a tal por um Juiz e o fazendo, tenha tido como preterido seu direito pela Juíza seguinte que deveria emitir outra sentença com a apreciação dos Memoriais da Defesa.

Houve assim vício evidente, inclusive se analisado o art. 93, IX, da Carta de 88, tocante ao comando constitucional de MOTIVAÇÃO das decisões como garantia constitucional do cidadão, eivando de NULIDADE aquelas decisões não devidamente fundamentadas, que a tal devem analisar todas as questões suscitadas pelas partes DURANTE AS FASES E AS REGRAS ESTABELECIDAS NO PROCESSO.

Esse comando inclusive teve recepção pelo art. 489, parágrafo 1º, IV, do CPC atual, que considera NÃO FUNDAMENTADA a decisão judicial que NÃO TENHA ENFRENTADO TODOS OS ARGUMENTOS DEDUZIDOS NO PROCESSO, CAPAZES DE, EM TESE, INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA PELO MAGISTRADO, além do que os MEMORIAIS FINAIS constituem peça e momento processual previsto no art. 364, parágrafo 2º (debate substituído por razões finais escritas – 15 dias).

Essa regra processual era prevista no CPC de 73 pelo art. 454, parágrafo 3º, e pelo art. 456 quanto à substituição dos debates pelos memoriais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-96.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

Ou seja, imprescindível o debate oral ou os memoriais, dispositivos expressamente previstos no diploma adjetivo quer atual como o antigo de 73, NÃO SE TRATANDO DE PEÇAS DECORATIVAS, mas regras de observação e cumprimento obrigatório pelo Juiz, inclusive pela atenção a PARIDADE DE ARMAS, princípio aplicável a todos os contendores.

A Juíza de Pariquera-Açu, SP, não observou esses comandos legais e mesmo constitucional e nem a paridade de armas, cerceando a defesa do Réu (ora Recorrente).

Esses dispositivos acima indicados, portanto, foram violados, por não obedecidos, atraindo assim a possibilidade da rescisória corretamente manejada, cujo pleito era o da RESCISÃO da Sentença de primeiro grau por NULA, ressaltando que nenhum prejuízo adviria àquele feito, que somente teria como efeito a prolação de novo decisum com a devida apreciação dos Memoriais da Defesa.

No entanto, a Relatora da Ação Rescisória houve por bem, ao seu talante, INDEFERIR A INICIAL e assim extinguir o feito pela **ÓTICA DE QUE A VIOLAÇÃO DA LEI DEVERIA SER DIRETA E NÃO PASSÍVEL DE INTERPRETAÇÃO, BEM COMO QUE O ERRO DE FATO SERIA AQUELE QUE POR SI SÓ ACARRETASSE JULGAMENTO FAVORÁVEL À PARTE, SEM PREJUÍZO DE QUE AO VER DELA RELATORA A SENTENÇA TERIA ANALISADO TODOS OS DOCUMENTOS E FATOS DOS AUTOS**.

Mas com as devidas vênias, o caso escancara VIOLAÇÃO LITERAL E DIRETA DA LEI e não de simples interpretação como por ela entendido.

Ora, a Lei Processual Pátria, quer do CPC de 73 (art. 454, parágrafo 3º), quer do atual (art. 364, parágrafo 2º), é que determinava, como determina essa observância da necessária análise dos Memoriais Finais para então sentenciar o feito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL CESAR PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

Não se trata de interpretação!

E em tese a Sentença poderia ter sido lançada de forma diferente, caso analisados os pontos dos Memoriais da Defesa que trabalhou com particularidades da perícia não observados no decisum a quo.

Tanto assim a regra do art. 489, parágrafo 1º, IV, do CPC, ali afirmando NÃO ESTAR FUNDAMENTADA a decisão judicial que não tenha enfrentado todos os argumentos deduzidos no processo CAPAZES de, em TESE, infirmar a conclusão adotada pelo Juiz. Trata-se de regra de presunção legal!

Regras, portanto, desprezadas pela Juíza local de Pariquera-Açu e não atentadas pela Relatora da Rescisória.

E essas regras existiam e foram desprezadas à Defesa e só prestigiadas ao PARQUET ESTADUAL que pode apresentar seus Memoriais Finais antes da Sentença e por ela apreciados.

Daí o desacerto da Relatora da Rescisória, matéria devidamente desfiada no AGRAVO REGIMENTAL, que ciente desses apontamentos relevantes da NULIDADE da Sentença de piso, deveria ter sido PROVIDO para dar curso a Rescisória, cassando a Decisão de indeferimento da inicial daquela ação rescindenda.

Longe disso, a mesma Relatora que indeferiu a inicial da rescisória, foi a Relatora do Regimental, por óbvio mantendo seu entendimento ao argumento de que ausente fato ou fundamento novo para alterar aquela decisão. Era provável esse desenrolar do regimental!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIEL DE CARVALHO SILVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-96.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

DO PEDIDO: Dessa forma, Doutos Ministros, evidente que a Decisão ora recorrida, que NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, não houve com o devido acerto, na medida em que secundou sem a mínima fundamentação, a própria decisão recorrida que indeferiu a inicial da rescisória, sem analisar detidamente, como de rigor, os sólidos argumentos de NULIDADE da sentença de primeira instância detalhadamente expostos quer na rescisória, quer no próprio regimental a que pouco se deu atenção, com as devidas vênias.

E de fato, as violações perpetradas pela Juíza de primeiro grau, exaustivamente detalhadas na rescisória e no regimental, que atraíram a hipótese do art. 485, V, do CPC, foram aberrantes e conspurcaram os dispositivos legais em sua total literalidade.

De forma que, para fins de restauração da lei, do estado democrático do direito e da justiça, **é que se faz de rigor e se postula o RECONHECIMENTO da impropriedade jurídica da Decisão do Regimental, para que sobrevenha sua REFORMA no sentido de seu PROVIMENTO para o regular processamento da RESCISÓRIA, afastado o indeferimento da inicial da ação rescindenda para curso regular na forma da lei processual**.

Aguarda **PROVIMENTO.**

Registro, 01 de Março de 2018.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93.364

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/03/2018 às 22:04 , sob o número WPRO18001583325.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009878-56.2017.8.26.0224 e código WPRO18001583325.

Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1498525/SP, do(a) qual é Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra PRESIDENTE DO STJ e no qual figuram, como AGRAVANTE, ORLANDO MILAN, advogados(as) CAIO CÉSAR FREITAS RIBEIRO (SP093364) e, como AGRAVADO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e, como INTERESSADO, GILBERTO JOSE SALETTI MELCHER e, como INTERESSADO, OSVALDO MILAN e, como INTERESSADO, OSVALDO MILAN e, como INTERESSADO, REINALDO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO e, como INTERESSADO, SILVIA GOMES SALETTI DOS SANTOS e, como INTERESSADO, LAURO DENDEVITZ e, como INTERESSADO, SEBASTIANA CORREA DENDEVITZ e, como INTERESSADO, GULUC - INSTALACOES ELETRICAS LTDA - EPP e, como INTERESSADO, REINALDO CARDOSO DOS SANTOS SOBRINHO e, como INTERESSADO, SELEART LTDA e, como INTERESSADO, MANOEL SIMAO CARDOSO e, como INTERESSADO, EDISON AKABANE, constam as seguintes fases: em 10 de maio de 2019, RECEBIDOS OS AUTOS ELETRONICAMENTE NO(A) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TJSP - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO; em 27 de maio de 2019, DISTRIBUÍDO POR COMPETÊNCIA EXCLUSIVA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ; em 27 de maio de 2019, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) PRESIDENTE DO STJ (RELATOR) - PELA SJD; em 24 de junho de 2019, NÃO CONHECIDO O RECURSO DE ORLANDO MILAN; em 24 de junho de 2019, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO - DOCUMENTO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO - PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 25/06/2019; em 24 de junho de 2019, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - DESPACHO / DECISÃO; em 25 de junho de 2019, PUBLICADO DESPACHO / DECISÃO EM 25/06/2019; em 25 de junho de 2019, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; em 25 de junho de 2019, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; em 26 de junho de 2019, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 395216/2019 (CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF) EM 26/06/2019; em 26 de junho de 2019, JUNTADA DE PETIÇÃO DE CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF Nº 395216/2019 (JUNTADA AUTOMÁTICA); em 05 de julho de 2019, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) DESPACHO / DECISÃO EM 05/07/2019; em 05 de julho de 2019, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) DESPACHO /

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 07/08/2023 às 11:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wGb5Hr5M.

Superior Tribunal de Justiça

DECISÃO EM 05/07/2019; em 19 de agosto de 2019, TRANSITADO EM JULGADO EM 16/08/2019; em 19 de agosto de 2019, BAIXA DEFINITIVA PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO. Certifica, por fim, que o assunto tratado no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Adicional por Tempo de Serviço.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:
Número da Certidão: **3166698**
Código de Segurança: **6BFF.F992.73CD.C5**
Data de geração: **02 de agosto de 2023, às 18:48:54**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 07/08/2023 às 11:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código wGb5Hr5M.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000682201

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000527-26.2020.8.26.0424, da Comarca de Pariquera-Açu, em que são apelantes CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN e MARIA CELIA TRENTINO MILAN, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PERCIVAL NOGUEIRA (Presidente), LEONEL COSTA E BANDEIRA LINS.

São Paulo, 25 de agosto de 2022.

PERCIVAL NOGUEIRA
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO, LEONEL COSTA E BANDEIRA LINS e PERCIVAL NOGUEIRA, liberado nos autos em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 38.665

Apelação Cível nº 1000527-26.2020.8.26.0424

Comarca: PARIQUERA-AÇU

Apelantes: MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN e CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUIZ: André Gomes do Nascimento

EMBARGOS DE TERCEIRO – Pretensão das embargantes a que seja resguardada a meação, ao reconhecimento da divisibilidade do imóvel rural e respeito ao valor mínimo de avaliação do bem imóvel, caso a arrematação lhe seja inferior – Divisibilidade do imóvel que não pôde ser apurada, ante a ausência de discussão sobre a existência de benfeitorias e cultivo no local – Prova pericial, apta a comprovar a divisibilidade do imóvel, que não foi requerida pelas embargantes – Valor de arrematação – Necessária observância do art. 843, § 2º, do CPC, que garante às embargantes o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação – Entendimento do STJ – Sentença parcialmente reformada, para tanto – Recurso de apelação provido em parte.

Trata-se de recurso de apelação tempestivamente interposto por *Maria Célia Trentino Milan* e *Claire Maria Pinotti Milan*, às fls. 324/337, em face da r. sentença de fls. 319/321 que julgou improcedentes os embargos de terceiro.

Irresignadas, as embargantes interpuseram recurso de apelação, requerendo, em preliminar de mérito, a gratuidade processual.

Quanto ao mérito, pretendem ver resguardada a meação, a fim de que não seja atingida pela penhora dos bens. Defendem a divisibilidade do bem e sustentam que a conclusão pela divisibilidade do imóvel rural depende de prova pericial não produzida nos autos.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

As apelantes pretendem que seja respeitado o valor mínimo de avaliação, caso o valor da arrematação seja inferior, nos termos do artigo 843, §2º, CPC.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 341/344.

Parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça, às fls. 351/354, que opinou pelo desprovimento do recurso de apelação. Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Preliminarmente, defiro a gratuidade processual nessa fase recursal.

Quanto ao mérito, o inconformismo recursal merece acolhimento apenas parcial.

Primeiramente, observa-se que apesar das alegações das embargantes, a quota-parte que lhes pertence está resguardada.

Tal reconhecimento restou consignado, inclusive, na sentença prolatada às fls. 319/320:

> *"Possível o julgamento antecipado do presente feito, nos termos do artigo 355, I, do CPC, vez que a questão trazida à*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e outros, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

> *baila é unicamente de direito.*
> *A decisão proferida nos autos principais deferiu a penhora do bem em questão somente sobre a cota-parte dos executados, motivo pelo qual não há que se falar em desfazimento da penhora".*

Com relação à (in)divisibilidade do bem objeto da penhora, malgrado as embargantes, ora apelantes, pretendam o reconhecimento de que o imóvel rural é bem divisível, a matéria comporta alguns esclarecimentos.

No julgamento dos embargos de declaração nº 2245791-76.2020.8.26.0000/50000 opostos pelas apelantes, em face da decisão colegiada que julgou o agravo de instrumento nº 2245791-76.2020.8.26.0000, relativo aos presentes autos, esta *C. Oitava Câmara* se manifestou expressamente sobre a indivisibilidade do imóvel, nos seguintes termos:

> *"(...) a apuração da divisibilidade de um bem depende das característica econômicas do imóvel, bem como das benfeitorias havidas e do módulo rural mínimo. No caso concreto, não foi mencionada a existência de benfeitorias, áreas de preservação permanente ou cultivo agropastoril, nem mesmo discutida a (im)possibilidade de desdobramento do bem imóvel decorrentes das benfeitorias. E, apesar de às fls. 9/10 as embargantes terem noticiado a juntada de "documento do INCRA que atesta o módulo fiscal em ADAMANTINA em 20 alqueires, com possibilidade de parcelamento mínimo de 3 alqueires" tal documento não é suficiente para se concluir pela divisibilidade do bem*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e outros, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

imóvel. No julgamento da Apelação Cível nº 1001643-27.2019.8.26.0481, o i. Des. Sidney Romano reforçou os fundamentos acima adotados, relativos à comprovação da divisibilidade do imóvel.

Observa-se:

'Apelação Cível Embargos de terceiro Penhora que recai sobre imóvel rural Possibilidade de penhora de parte do imóvel quando possível o seu desmembramento sem descaracterizá-lo - Bem divisível - Inaplicabilidade do disposto no artigo 843 do CPC De rigor salvaguardar a quota-parte da embargante, na fração ideal de 50% do bem, eis que não poderia responder, com seu patrimônio, por dívida que não lhe comunicava Procedência que se impunha - R. sentença reformada Recurso provido. (...)

Em que pese o argumento do Ministério Público agravado de que a indivisibilidade do imóvel é econômica, devendo, portanto, a alienação se dar nos termos do artigo 843, § 2º do CPC, não há como ser acolhido, até porque admitido que o imóvel é divisível.

Como já dito, na avaliação de fls. 1280 dos autos principais, se fez menção expressa ao fato de que dito imóvel não possui benfeitorias, tudo a presumir sobre a divisibilidade do imóvel. No mais, devidamente demonstrado pelo agravante que a fração mínima de parcelamento estabelecido na legislação (2,00 ha) é menor que a área de propriedade do executado (3,44 ha). O princípio da responsabilidade, inerente ao processo de execução, determina que apenas bens do devedor ou de terceiros responsáveis indicados pela lei respondam pela dívida executada (art. 789 do CPC), podendo a execução atingir o patrimônio de terceiros apenas em casos excepcionalíssimos'.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO, MARCELO SEMER, LUIS FERNANDO NISHIYAMA e outros, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

Diante da ausência de comprovação dos argumentos alegados e nessa oportunidade reiterados pelas embargantes, não há como se deferir a penhora de parte do imóvel, ante a impossibilidade de se reconhecer a divisibilidade do mesmo, pois não aventada a existência de benfeitorias, áreas de preservação permanente e cultivo local".

Assim, em que pese a genérica possibilidade de se fracionar os alqueires, a divisibilidade concreta do bem se apura mediante a análise de suas características, tais quais a existência de áreas de preservação permanente, cultivo local, benfeitorias, entre outros.

Entretanto, a prova pericial, apta a demonstrar a divisibilidade do imóvel rural, apenas foi requerida nessa fase recursal, quando, em verdade, deveria ter sido pleiteada quando do ajuizamento dos embargos de terceiro, por conformar meio de comprovação do direito alegado pelas embargantes.

À exordial consta pedido genérico de produção de provas *"Protestam por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção",* sem especificação das provas e finalidades.

Por fim, importante salientar, quanto à garantia da quota-parte das embargantes, o artigo 843, §2º do Código de Processo Civil que prevê, *verbis*:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e outros, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

> *"Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.*
>
> *§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.*
>
> *§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação".* [grifou-se].

A partir de tal regramento, o bem indivisível pode ser alienado apenas se o valor da alienação for suficiente para assegurar ao coproprietário não responsável o correspondente à sua quota-parte calculada sobre o valor de avaliação do bem.

É o que informa o precedente do *E. Superior Tribunal de Justiça*:

> *"2.* ***O novo diploma processual, além de estender a proteção da fração ideal para os demais coproprietários de bem indivisível, os quais não sejam devedores nem responsáveis legais pelo adimplemento de obrigação contraída por outro coproprietário, ainda delimitou monetariamente a alienação judicial desses bens****.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e outros, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

*3. **A partir do novo regramento, o bem indivisível somente poderá ser alienado se o valor de alienação for suficiente para assegurar ao coproprietário não responsável 50% do valor de avaliação do bem** (artigo 843, §2º, CPC/2015).*

*Essa nova disposição legal, de um lado, referenda o entendimento de que o bem indivisível será alienado por inteiro, ampliando a efetividade dos processos executivos; de outro, amplia a proteção de coproprietários inalcançáveis pelo procedimento executivo, assegurando-lhes a manutenção integral do seu patrimônio, ainda que monetizado. (...)" [*grifou-se].

(Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1.728.086/MS; Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJ: 03/02/2019)".

Diante de tais considerações, de rigor se torna a **reforma parcial da r. sentença,** apenas para que seja ***consignado expressamente o atendimento à previsão contida no artigo 843, §2º, CPC, garantindo-se às embargantes o direito a que a sua quota-parte seja do calculada sobre o valor da avaliação do bem, qualquer que seja o valor de arrematação.***

Isso posto, meu voto **dá parcial provimento ao recurso de apelação, reformando em parte a sentença, para os fins e nos**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e outro(s), em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

estritos termos acima enunciados.

JOSÉ **PERCIVAL** ALBANO **NOGUEIRA** JÚNIOR
Relator
(assinatura eletrônica)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821253.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO, JOSE PERCIVAL ALBANO NOGUEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 25/08/2022 às 18:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e código 1F821253.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP.

Autos **Nº 1000527-26.2020.8.26.0424/50000**

MARIA CELIA TRENTINO MILAN, brasileira, casada, Professora Aposentada, com RG Nº 5.059.299-3/SSP-SP e CPF/MF Nº 658.013.188-87, residente e domiciliada à Rua Santa Natália, Nº 23, centro, em Pariquera-Açu, SP, e **CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN**, brasileira, casada, Professora de Educação Básica, com RG Nº 7.771.643-7/SSP-SP e CPF/MF Nº 047.225.858-30, residente e domiciliada à Rua Antonio Campostrini, Nº 15, Jardim Elvira Zanella, em Pariquera-Açu, SP, nos autos em epígrafe de **APELAÇÃO CÍVEL**, cujo Acórdão deu provimento em parte ao recurso (***apenas para garantir às Apelantes sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação, deixando de apreciar a discussão da divisibilidade de imóvel rural cuja prova pericial não teria sido requerida oportunamente***), neste ato por seu Advogado (procuração anexa), abaixo firmado, comparecem a Vossa Excelência, respeitosamente, para com fulcro no art. 109, V, do CPC, vir manejar **RECURSO ESPECIAL** ao Colendo **STJ**, observado o **Enunciado Administrativo 8** da referida Corte Superior (*não exigência da indicação do critério ou fundamento da*

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLerConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

relevância da questão federal até a vinda de lei regulamentadora), tudo consoante as **RAZÕES DE RECURSO** em anexo, pugnando por seu regular processamento, admissibilidade e seguimento à Instância Superior na forma da lei.

Termos em que, pedem e esperam deferimento.

Registro, 08 de Março de 2023.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

Autos Nº 1000527-26.2020.8.26.0424

Origem: Comarca de Pariquera-Açu – SP – Vara Única

Embargos de Declaração em Apelação de Decisão de Embargos de Terceiro

Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público do Egrégio TJSP

RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL

Egrégio STJ

Douto Ministro Relator

Doutos Ministros Julgadores

Trata-se de Decisão Colegiada da **8ª Câmara de Direito Público do Egrégio TJSP** que deu provimento em parte a recurso de Apelação Cível manejada em face de Sentença de Embargos de Terceiro, esta proferida pelo juízo singular de Pariquera-Açu, SP.

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

O ponto que interessa e alvo do presente Recurso Especial diz respeito a não apreciação do apelo mencionado **no que diz respeito ao pedido de reforma da Sentença de piso quanto à comprovação da divisibilidade de imóvel rural (Matrícula 19.979 – de Adamantina, SP),** tendo o Juiz de Pariquera-Açu negado tal apreciação sem nenhum argumento razoável, ainda que indicando nas entrelinhas tal necessidade, **porém não saneando o feito, preterindo a oportunidade de especificação de provas e julgando antecipadamente a lide dando a questão como unicamente de direito.**

Com efeito, na ação de origem (**EMBARGOS DE TERCEIRO**), as Recorrentes postularam, dentre outros pleitos, **o reconhecimento da DIVISIBILIDADE do imóvel rural situado em ADAMANTINA, SP, Matrícula 19.979,** para que dessa forma recaísse a PENHORA determinada no Cumprimento de Sentença Nº 0000378-52.2017.8.26.0424 (Comarca de Pariquera-Açu), apenas da parte ou fração dos Executados, ou seja, 12,5% de cada, preservada a meação das Recorrentes, então Embargantes, além da parte das coproprietárias (irmãs dos Devedores).

Nesse particular aspecto, assim foi redigida a inicial dos citados Embargos de Terceiro, com a devida *vênia*:

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP.

Por Dependência

Autos Nº 0000378-52.2017.8.26.0424

MARIA CELIA TRENTINO MILAN, brasileira, casada, Professora Aposentada, com RG Nº 5.059.299-3/SSP-SP e CPF/MF Nº 658.013.188-87, residente e domiciliada à Rua Santa Natália, Nº 23, centro, em Pariquera-Açu, SP, e **CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN**, brasileira, casada, Professora de Educação Básica, com RG Nº 7.771.643-7/SSP-SP e CPF/MF Nº 047.225.858-30, residente e domiciliada à Rua Antonio Campostrini, Nº 15, Jardim Elvira Zanella, em Pariquera-Açu, SP, neste ato por seu Advogado (instrumento de mandato anexo), que abaixo assina, comparecem a Vossa Excelência, respeitosamente, para manejar **EMBARGOS DE TERCEIRO c.c. PEDIDO LIMINAR**, em face do

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, a ser intimado na pessoa de seu representante legal nesta cidade de Pariquera-Açu, SP, com endereço no Fórum da Comarca, tudo conforme os seguintes substratos de fato e de direito:

PRIMEIRAMENTE:

Os Embargos ora aforados encontram sustentação jurídica conforme a Súmula 134 do STJ, que autoriza o cônjuge defender-se, como terceiro, da constrição de bem imóvel do casal, efetuada em razão de dívida assumida pelo outro cônjuge.

DOS FATOS e DO DIREITO:

As Embargantes, na condição de cônjuges, foram intimadas a respeito da Penhora determinada a fls. 184 e Avaliação de fls. 243/244 dos autos do **Cumprimento de Sentença Nº 0000378-52.2017.8.26.0424** em que são executados seus maridos, respectivamente Senhores Orlando Milan e Osvaldo Milan, além da Osvaldo Milan ME.

Os imóveis penhorados, de sua vez, são aqueles mencionados a fls. 182, ou seja, os das Matrículas **18.556** (fls. 104/107), **16.001** (fls. 108/111), **19.979** (fls. 112/114), **19.982** (fls. 116/118) e **5.734** (fls. 120/122).

Certo que o Cumprimento de Sentença alhures mencionado dá conta da condenação dos Executados na **Ação de Improbidade Nº 580-44.2008**, que teve curso nesta Comarca de Pariquera-Açu.

De sua vez, é certo que as hastas públicas dos bens constritos via penhora estavam designados para o mês de agosto passado, tendo sido cancelados os eventos por conta de correção do processo dada a não intimação dos cônjuges – fls. 315.

As Embargantes não foram Rés nesse feito de origem e por via de consequência óbvia **não fazem parte do título executivo derivado da condenação.**

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

De outro sentir, é cabal que a condenação em tela não reverteu em proveito da sociedade conjugal, inexistindo qualquer elemento concreto nesse sentido, não sendo admitida uma absurda presunção de tal crivo, além do que, é do Exequente o ônus de provar o contrário.

Logo, é certo que a **MEAÇÃO das Embargantes**, na qualidade de cônjuges dos Executados, deve ser protegida e resguardada da penhora, *ex vi* do disposto no artigo 1.659, IV, do CC, na esteira de que essa meação não deve responder por obrigações decorrentes de atos ilícitos exclusivos do cônjuge e sem qualquer relação com a sociedade marital.

Nesse sentido, é pacífico o entendimento da jurisprudência:

- APELAÇÃO – EMBARGOS DE TERCEIRO *– Bloqueio de valores em conta corrente conjunta nos autos de cumprimento de sentença de ação civil pública por ato de improbidade administrativa na qual o cônjuge da embargante é réu – Pretensão de desbloqueio de 50% dos valores objeto de penhora – Possibilidade – Conta corrente conjunta – Inexistência de solidariedade entre os correntistas – Comprovação nos autos de que os vencimentos da embargante, à época da constrição dos valores, eram depositados na conta corrente conjunta – Meação da embargante que não deve responder por obrigações provenientes de atos ilícitos do cônjuge, tendo em vista ausência de reversão em proveito do casal (art. 1.659, IV, CC) – Precedentes do C. STJ e deste Tribunal de Justiça – Sentença reformada – Recurso de apelação provido.* (Apelação Cível Nº 1007038-04.2018.8.26.0297 – j. 20.07.2020 – Relator Des. Maurício Fiorito – 3ª Câmara de Direito Público do TJSP, v.u.).

Colhe-se desse recentíssimo julgado:

"No caso, **o valor bloqueado é decorrente de ação civil pública por ato de improbidade administrativa na qual o cônjuge da apelante é réu**, ou seja, **"embora os fatos que deram origem ao ajuizamento de ação civil pública em face do marido da embargante tenham supostamente ocorrido na constância da sociedade conjugal, não há qualquer indício de que o ilícito praticado tenha revertido em benefício do patrimônio comum do casal"** (TJSP. 2ª Câmara de Direito Público. Apelação nº 1006275-33.2017.8.26.0266. Rel. Des. Claudio Augusto Pedrassi. j. 30/01/2019)".

O **TRF da 1ª Região, na Apelação Nº 0003397-67.2011.4.01.9199**, da Relatoria do Desembargador Federal CATÃO ALVES, da 7ª Turma, assentou que **"segundo entendimento do STJ a penhora não pode recair sobre a meação do cônjuge, por dívida contraída por sociedade da qual fazia parte o outro cônjuge, se não se comprovar que a família se beneficiou da dívida".**

Já o **STJ** no **REsp 50.443/RS, Relator o Ministro ARI PARGENDLER**, afirmou que **"a meação da mulher só responde pelos atos ilícitos praticados pelo marido mediante prova de que ela foi beneficiada com o produto da infração, cabendo o ônus da prova ao credor"**, que aqui neste caso é do Parquet Estadual.

Nesse sentido, o **STJ** editou a **Súmula 251** como parâmetro aos casos relativos à meação do cônjuge que só responde por ato ilícito **quando o credor provar** que o enriquecimento resultante em execução fiscal aproveitou ao casal.

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

De não olvidar, bem a propósito, que os imóveis das **Matrículas 19.979** (fls. 216/219), **19.982** (fls. 220/223) e **5.734** (fls. 224/227) foram **doados aos Executados e suas irmãs** por seus genitores em 2006. Os demais adquiridos regularmente.

De sua vez, a literalidade da lei é de clareza absoluta:

- Artigo 1.659, inciso IV, do Código Civil, ao afirmar que excluem-se da comunhão "as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal".

Portanto, é plenamente e legalmente possível excluir da penhora a meação do cônjuge não-devedor, fazendo *jus* as Embargantes, neste caso, a liberação da metade ou 50% da cota-parte penhorada dos seus maridos, tendo-se a conta de consideração entendimento do C. STJ no sentido de que **"a constrição não pode se dar em proporção maior que a parte exclusiva dos devedores da obrigação, preservando-se a parte dos demais cotitulares do patrimônio"** (STJ, 4ª Turma, REsp 1.184.584-MG, j. 22.04.2014, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO").

A dívida dos Executados, portanto, é incomunicável aos seus cônjuges e aos demais coproprietários, no caso irmãs deles devedores.

Soa, portanto, cabível na hipótese ora versada o desfazimento da constrição, com a liberação da meação das Embargantes da penhora de todos os imóveis supra, sem prejuízo da cota-parte das irmãs dos Executados.

Até porque, é de se ter a conta de consideração, na hipótese, que o imóvel rural penhorado - **Matrícula 19.979 (fls. 216/219 – imóvel doado em 2006 aos Executados e irmãs coproprietárias)**, diz respeito a bem divisível, eis que num total de **20,00 alqueires**, outrora dentro da Fazenda Aguapeí, em Adamantina, SP, cujo registro anterior era a Transcrição 2.142, ou seja, possível a penhora **apenas da parte exclusiva dos Devedores, em respectivo número de alqueires**, preservada a meação dos cônjuges dos mesmos e a parte dos coproprietários, não sendo assim o caso de incidência do artigo 843 CPC.

A divisibilidade desse imóvel decorre de sua própria natureza e destinação rural, neste caso específico de produção por alqueire de cana de açúcar (**área que, alías, foi dada em Parceria Agrícola junto à empresa BRANCO PERES AGRO S/A -** fls. 157/175 – **contratos anexos**), podendo ser fracionada sua totalidade e vendida por alqueire, sem prejuízo de sua destinação. Algo evidente. Dividir em 05 alqueires, 10, 02 etc.

E a **Lei Civil** substantiva, por critério objetivo, assim o caracteriza: ***"Artigo 87: Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam".***

Bem diferente seria aventar de uma absurda divisibilidade de um automóvel, obviamente.

Ora, como visto, o fracionamento em alqueire não altera a substância da propriedade rural, ou diminui seu valor (o alqueire tem seu valor individual) ou acarreta prejuízo de seu uso (o plantio se dá no alqueire que sobejar do fracionamento).

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

Nessa ótica, se é possível fracionar em alqueires, é certo ponderar que a penhora recaia quanto a esse imóvel apenas no tocante a parte exata dos Executados devedores, em quantidade de alqueires e, por sua vez, destacada e protegida a meação das Embargantes e a parte das coproprietárias irmãs dos Devedores, as Senhoras Maria Aparecida Milan e Eva Milan, cuja receita dos contratos de parceria agrícola sobre a área presta-se ao custeio da Sra. Ana Fidalgo Milan, que é usufrutuária dos imóveis informados.

De rigor assim o afastamento de uma **odiosa alienação judicial de toda a propriedade rural** que é **divisível**, apenas para cobrar uma dívida a atingir os **meros 25% (ou 12,5% de cada) do total dos Executados**, em prejuízo de **75% da área pertencente a pessoas que não são devedoras de nada, inclusive de uma das áreas em prejuízo de ajuste comercial com prazo até 2024** (fls. 157/175 – empresa **BRANCO PERES AGRO S/A**), cuja receita se presta à sobrevivência da usufrutuária desse e dos demais imóveis (Sra. Ana Fidalgo Milan).

Importante destacar a existência de recente precedente do **TJSP**, nos autos do **Agravo de Instrumento Nº 2147955-06.2020.8.26.0000**, 23ª Câmara de Direito Privado, J. 30/07/2020, Relator o Desembargador HÉLIO NOGUEIRA, **onde assentada a divisibilidade de imóvel rural de 26 hectares (igual a 11 alqueires), destacado ali a compreensão de ser a propriedade divisível, possível então a retificação da penhora a preservar a unidade condominial dos demais coproprietários, mantendo-se a penhora apenas na fração ideal do quanto pertencente aos executados** (anexo).

De todo modo, na remota hipótese do Juízo assim não entender, quanto a divisibilidade desse imóvel rural, é de se ter a consideração o verbete do art. 843, caput, do CPC, ao ali definir que ***"tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem"***, sendo que o parágrafo 2º desse dispositivo aponta que ***"não será levada a efeito a expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação"***.

Ou seja, o coproprietário ou o cônjuge não devedor tem direito de receber sua quota-parte **tomando por base o valor da avaliação do bem**, e não o valor da expropriação, resultando de tal comando legal que caso a expropriação não atinja o valor que deve ser entregue a tais sujeitos, ela não deverá ser consumada.

De tal forma que a excussão patrimonial deverá sempre observar o valor de reserva da meação e da quota-parte dos coproprietários (como neste caso em particular), que deverá ser computado pelo valor integral da avaliação do bem. Assim, eventual alienação por valor inferior deveria ser suportada pelo credor que promover a execução e não pelo cônjuge ou coproprietário não devedor, não olvidando in casu que o credor aqui é o MP.

Este o entendimento do STJ, in **REsp 1.728.086-MS**, 3ª Turma, Relator Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, v.u., j. 27/08/2019.

Desse julgado colhe-se de sua ementa:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLerConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE BEM IMÓVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO DE EX-CÔNJUGE PENDENTES. DEFESA DA MEAÇÃO. RESERVA DE METADE DO VALOR DA AVALIAÇÃO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DESCONSIDERADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Debate-se a extensão da proteção da meação reservada a ex-cônjuge na hipótese de execução de título extrajudicial. 2. O novo diploma processual, além de estender a proteção de fração ideal para os demais coproprietários de bem indivisível, os quais não sejam devedores nem responsáveis legais pelo adimplemento de obrigação contraída por outro companheiro, ainda delimitou monetariamente a alienação judicial desses bens. ***3. A partir do novo regramento, o bem indivisível somente poderá ser alienado se o valor de alienação for suficiente para assegurar ao coproprietário não responsável 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação do bem (art. 843, parágrafo 2º, do CPC/2015)****. 4. Essa nova disposição legal, de um lado, referenda o entendimento de que o bem indivisível será alienado por inteiro, ampliando a efetividade dos processos executivos; de outro, amplia a proteção dos coproprietários inalcançáveis pelo procedimento executivo, assegurando-lhes a manutenção integral de seu patrimônio, ainda que monetizado.*

O TJSP no **Agravo de Instrumento Nº 2010837-56.2018.8.26.0000**, 30ª Câmara de Direito Privado, Relatora Desembargadora **MARIA LÚCIA PIZZOTTI**, seguiu na mesma linha supra.

É que nesse caso, a implementação dessa regra vem de encontro a prestigiar o próprio DIREITO DE PROPRIEDADE, porquanto o cônjuge ou condômino de suposto bem indivisível, se o caso, **é proprietário de parcela desse bem**, e não de outro bem que dele possa resultar, daí porque o dinheiro de sua venda deve representar sua parte pelo **valor real de mercado**, resultado daí a necessidade de avaliação condizente a descobrir de forma concreta e idônea esse valor real da propriedade, evitando sérios prejuízos financeiros ao meeiro quando a avaliação não representar o valor de mercado, medida essa que deve se efetivar através de estudo sério e adequado a evitar baixo valor da *res*.

Essa transmutação, portanto, da ***res*** por ***pecúnia***, *destarte, deve ser mais idônea através de nova avaliação do valor de mercado com a análise de que a área é produtiva (*isto se o caso do Juízo local não ter a compreensão da divisibilidade do imóvel – **matrícula 19.979).**

No entanto, é fato que nos autos do cumprimento de sentença, ora alvo destes Embargos de Terceiro, o Juízo na Decisão que homologou a avaliação de fls. 243/244 e deferiu o pedido de alienação judicial (fls. 259/260), **deixou de determinar a necessária observação do disposto no artigo 843, parágrafo 2º, do CPC**, resvalando tal omissão tanto nos documentos da empresa responsável pelas hastas (LANCE JUDICIAL – fls. 268/270), como nos Editais de fls. 294/297.

CONCLUSÃO E PEDIDO:

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLerDocumentoConferencia.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 as 23:27 , sob o número WPRO23002563331

Em face de tal quadro fático, que demonstra que a pretensão das Embargantes tem densidade jurídica adequada, tudo devidamente comprovado, faz-se de rigor a preservação da meação das Embargantes, uma vez que não há qualquer indício de que o ilícito praticado tenha revertido em benefício do patrimônio comum do casal, o que corroborado pela origem lícita dos imóveis penhorados, assente ainda o fato de que divisível o imóvel da matrícula 19.979, área rural de 20 alqueires, de produção de cana de açúcar, cabível nessa hipótese a liberação dos 75% pertencentes às Embargantes e coproprietárias (irmãs dos Executados) que não são devedoras de nada, **remanescendo a penhora nos 25% (12,5% de cada Executado) da área aptos e liberados à alienação**.

Requerem assim:

1 -) Em **pleito LIMINAR** de tutela de urgência, até que sobrevenha o julgamento de mérito dos presentes Embargos, **seja obstada liminarmente a designação de nova data do leilão dos imóveis penhorados**, evitando assim prejuízo às Embargantes e mesmo às demais coproprietárias, medida necessária ante os termos do Despacho de fls. 342 que sinaliza o leilão iminente após intimação dos coproprietários, mas sem os alertas do artigo 843, parágrafo 2º, do CPC (***preservação do valor da meação dos cônjuges e coproprietários pelo valor da avaliação e não da arrematação***).

2 -) Sejam, no mérito, julgados procedentes os embargos para:

- ser expressamente reconhecido que a dívida de origem dos Executados ORLANDO MILAN e OSVALDO MILAN, esposos das Embargantes, **não se comunica com elas cônjuges, por não terem revertido em favor da sociedade conjugal, preservada assim sua meação legal de 50% em relação aos bens penhorados deles devedores primários** (artigo 1.659, IV, do CC), afastando assim da penhora a meação das Embargantes ou sua reversa legal.

- na esteira do disposto no artigo 87 do CC, bem como do precedente do TJSP – Agravo de Instrumento Nº 2147955-06.2020.8.26.0000, 23ª Câmara de Direito Privado, Relator: Des. HÉLIO NOGUEIRA, seja considerado e reconhecido como divisível o imóvel rural da Matrícula Matrícula 19.979, e dessa forma, retificada a penhora desse imóvel para considerar a constrição apenas da parte ou fração ideal cabente aos Executados (12,5% de cada), preservada a meação das embargantes e a parte das coproprietárias (irmãs dos Executados).

- na esteira dos precedentes já antes arguidos**, ser preservada a MEAÇÃO das Embargantes de todos os outros imóveis penhorados, sem exceção, afastando essa parte das penhoras, sem prejuízo da parte de direito das coproprietárias dos imóveis (irmãs dos Executados).**

Alternativamente, caso o Juízo não concorde com os pleitos anteriores:

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

- Uma vez os critérios objetivos da Lei pertinente, **seja DETERMINADA nova avaliação por critérios técnicos mais idôneos, via elementos comparativos de mercado etc,** visando assim cabal certeza a respeito dos valores reais e efetivos dos imóveis, até pelo decurso do tempo, inclusive e notadamente quanto ao imóvel rural mencionado e seu valor em decorrência de produtividade de cana de açúcar, mormente em razão de que a eventual alienação deverá carrear às Embargantes e coproprietárias (irmãs dos devedores) o valor real da avaliação e não da arrematação, sendo assim pertinente tal reanálise de valor dos bens penhorados.

De se ter a conta de consideração, nesse sentido, que o artigo 873, inciso I, do CPC, admite nova avaliação quando da ocorrência de erro na avaliação, *in casu* decorrente da não consideração do valor de mercado dos imóveis penhorados, notadamente do imóvel rural, não considerado na avaliação a produção de cana no mesmo, não se tratando assim de área improdutiva.

Nessa linha, postulam, identificado o real valor de mercado dos imóveis penhorados (**ou não – caso o Juízo assim não entenda**), notadamente o rural da **matrícula 19.979**, seja reconhecido em favor das Embargantes e coproprietárias, em caso de alienação judicial desses bens, **que a sua meação e quota-parte dos demais meeiros seja respeitada pelo valor da avaliação dos bens e não pelo valor da arrematação, conforme acima explicitado** (REsp 1.728.086-MS – artigo 843, parágrafo 2º, do CPC).

- por fim, que seja obstado qualquer ato posterior de eventual arrematação nas hastas públicas, **caso o valor ali ofertado e tido como vencedor não atinja patamar que resguarde a meação das Embargantes e a quota-parte das coproprietárias pelo valor da avaliação dos imóveis**, como dimana do artigo 843, parágrafo 2º, do CPC e dos precedentes já mencionados do TJSP e STJ, determinando precedentemente esse comando legal à empresa **LANCE JUDICIAL LEILÕES** para cabal respeito em relação aos imóveis considerados indivisíveis. Deveras, os bens não poderão ser vendidos por valor abaixo se o auferido pela venda não for suficiente para garantir o pagamento da meação dos cônjuges e coproprietários pelo valor avaliado.

3 -) Requerem seja deferida a **gratuidade judiciária** uma vez seus ganhos que de pouco mais der 3 mil reais mensais (Célia – R$ 3.024,53/ Claire – R$ 3.653,87 – salário base) com , além do quadro nacional vivenciado pela pandemia do COVID-19, que impôs à população em geral brasileira restrições de circulação e de exercício de atividades econômicas pela necessidade de isolamento e distanciamento social, especialmente em homenagem aos princípios constitucionais do devido processo legal e do acesso à justiça, sem prejuízo do elevado valor da execução que deve ser o mesmo do valor da causa do cumprimento de sentença (+ de R$ 700.000,00 - segundo fls. 143 e 338).

4 -) Protestam por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção.

5 -) Requerem seja a parte adversa regularmente intimada quanto aos termos da presente propositura para que apresente sua certa contrariedade ao ora manejado.

6 -) Dão à causa o valor de R$ 703.355,02 (cfr. cota do MP de fls. 338).

Termos em que, pedem e esperam deferimento.

Registro, 30 de Setembro de 2020.

MARCÍLLIO ANTÔNIO FREITAS RIBEIRO

OAB/SP Nº 260.527"

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

É do item 4 da "Conclusão e Pedidos" dessa inicial o **protesto por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção**.

Após regular processamento dos Embargos de Terceiro, o Magistrado de piso, como dito **EQUIVOCADAMENTE, houve por bem, teratológicamente, por JULGAR ANTECIPADAMENTE a lide**, ao argumento errado de que a **"questão trazida à baila é unicamente de direito"** (verbis – fls. 319/321), fundamentando sua decisão pela ótica do artigo 355, I, do CPC.

A primeira violação da Lei Federal, portanto, diz respeito ao disposto nesse artigo, uma vez que o **PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA DIVISIBILIDADE DO IMÓVEL RURAL DA MATRÍCULA 19.979 (Adamantina, SP), demandava PROVA PERICIAL,** que deveria ter sido produzida.

Tanto assim essa Sentença ter expressamente assentado que:

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

“ .....

No caso em apreço, o bem penhorado vem a ser uma fazenda com 20 alqueires, destinada à agricultura. Considerando a possível existência de áreas agricultáveis e outras imprestáveis a tal atividade, considerando a possível existência de reserva legal, cobertura florestal, benfeitorias e mesmo que fosse possível apartar todos estes elementos, de sorte que cada cota contivesse exatamente as mesmas benfeitorias ....” (verbis – fls. 320).

Ao cabo, o Juiz de Pariquera-Açu julgou **IMPROCEDENTES os Embargos,** o que ensejou o **APELO de fls. 324/337**, que nesse ponto específico buscou fosse reformada a Decisão de piso com o **RECONHECIMENTO DA DIVISIBILIDADE do imóvel,** conforme precedentes do TJSP acostado ao recurso, ou **alternativamente que fosse ANULADA a Sentença para a necessária instalação de INSTRUÇÃO com a determinação de PERÍCIA** para confirmar a divisibilidade da área.

No entanto, a 8ª Câmara de Direito Público, do Egrégio TJSP, entendeu por dar provimento em parte ao Apelo, apenas para garantir às Recorrentes o correspondente à sua quota-parte sobre o valor da avaliação, **deixando de acatar o recurso no tocante a divisibilidade do imóvel rural mencionado, entendendo que a prova pericial apta a tal comprovação não havia sido requerida pelas então Embargantes** (fls. 369/377).

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

Disse o **Acórdão ora recorrido** que:

"... Assim, em que pese a genérica possibilidade de se fracionar os alqueires, a divisibilidade concreta do bem se apura mediante a análise de suas características, tais quais a existência de áreas de preservação permanente, cultivo local, benfeitorias, entre outros.

Entretanto, a prova pericial, apta a demonstrar a divisibilidade do imóvel rural, apenas foi requerida nessa fase recursal, quando, em verdade, deveria ter sido pleiteada quando do ajuizamento dos embargos de terceiro, por conformar meio de comprovação do direito alegado pelas embargantes.

À exordial consta pedido genérico de produção de provas "Protestam por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção", sem especificação das provas e finalidades" (verbis – fls. 374).

Tal decisão, por sua vez, foi alvo de aclaratórios, dada a contradição existente entre o decidido e o contexto do caderno processual e do regramento jurídico atinente á espécie, uma vez que era de rigor que o Juízo ad quem de SP alternativamente reformasse a Sentença anulando-a e determinando o retorno dos autos para a necessária instrução do processo, afastando assim o errado julgamento antecipado da lide, eis que não se tratava de questão meramente de direito, mas sim de questão **a reclamar PROVA PERICIAL NECESSÁRIA para a verificação da DIVISIBILIDADE do imóvel da Matrícula 19.979 de Adamantina, SP.**

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

O Colegiado da 8ª Câmara de Direito Público do TJSP deveria ter provido o recurso nesse sentido, **anulando a Sentença para que os autos volvessem à primeira instância para o saneador e determinação de especificação de provas.**

Ou seja, o correto, processualmente falando, **era o advento de DESPACHO SANEADOR com a fixação dos pontos controvertidos,** assinando nessa linha e oportunidade prazo para a indicação de prova, com sua justificativa.

E ademais, era certo que o **PONTO CONTROVERTIDO da lide era o de saber se a área rural em comento seria ou não divisível**, e isto adviria da prova pericial a ser suplicada em sede de especificação de provas.

Até porque O próprio Juízo Singular de Pariquera-Açu, na Sentença dos Embargos de Terceiro, fez menção e considerações sobre a área e suas características, sinalizando implicitamente que er necessária perícia, errando, porém, ao julgar antecipadamente a lide.

Os **declaratórios** foram firmes no assentar que:

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

- as embargantes tinham direito de exercer seu ônus probatório (art. 561, II, do CPC), principalmente porque existiam pontos controvertidos na causa a reclamar sua fixação.

- que era necessária a fase de especificação de provas, após o despacho saneador.

- que havia a discussão a respeito da divisibilidade do imóvel Matrícula 19.979, o que alinhado após a contestação (fls. 295/298), remetendo a situações análogas e documento do INCRA (fls. 299/302 e documentos de fls. 303/310, 311 e 312/318).

- que a prática forense estabeleceu duas regras clássicas quanto a produção da prova: 1ª fase pelo protesto genérico para futura produção probatória (art. 282, VI, do CPC) e a 2ª fase após a contestação do réu, quando o Juiz chama as partes à especificação das provas, que será guiada pelos pontos controvertidos entre inicial e defesa (art. 324 do CPC), devidamente fixados no referido ato processual.

- que o STJ no AgRG no Ag 206.705 – Relator o Ministro ALDIR PASSARINHO, 4ª Turma, assim decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. MANIFESTAÇÃO A CONSIDERAR. PRECLUSÃO. I – Preclui o direito à especificação de provas se a parte, instada a requerê-la por despacho posterior à contestação, deixa de fazê-lo, dando margem ao julgamento antecipado da lide por se cuidar de matéria de direito. II – Agravo regimental desprovido".

- as Embargantes, portanto, não precluíram de seu direito à produção da prova pericial, pois era necessário fosse saneado o feito e determinada a especificação de provas.

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLocalizarDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

- assim, tanto a Sentença como o Acórdão recorrido, obstaram o direito das Embargantes de protestar e produzir sua prova pericial necessária ao caso.

- que persistindo a sentença teria havido cerceamento de defesa, com a nulidade do julgado de primeira instância, conforme Apelação Cível 1004799-07.2019.8.26.0066, ali constando que:

"... A propósito: "O julgamento antecipado da lide deve acontecer quando evidenciada a desnecessidade de produção de prova; de outro modo, caracterizado fica o cerceamento de defesa" **(RSTJ 48/05 – in NEGRÃO, Cód. de Proc. Civil", Saraiva, 36ª ed., pág. 238, nota 6 àquele dispositivo legal).**

De outra sorte, tem-se que a parte tem o direito de utilizar-se de "todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos" de modo a "provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa" **(art. 332 do antigo CPC, cuja redação é análoga a do art. 369 do CPC em vigor).**

No entanto, a 8ª Câmara de Direito Público **REJEITOU os embargos,** ao argumento de que inexistiu contradição no Acórdão da Apelação (fls. 27/34 do Processo 1000527-26.2020.8.26.0424/50000).

No entanto, existiu sim séria **CONTRADIÇÃO no Acórdão que julgou o apelo, uma vez a patente existência de proposições inconciliáveis entre si pela verve do contexto acima bem explicitado.**

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

Isto porque a jurisprudência e a doutrina entendem pela não antecipação do julgamento da lide, quando da necessidade de dilação probatória para aferição de aspectos relevantes a causa, como ***in casu***.

É caso, destarte, de processamento do REsp autorizado pelo artigo 105, III, "a", da CF/88, porquanto foram **VIOLADOS os seguintes dispositivos de LEI FEDERAL**:

- **Artigo 561, II, do CPC:** foi obstado o direito das Recorrentes de exercer seu ônus probatório, pois existiam pontos controvertidos a reclamar o saneador e especificação de provas.

- **Artigo 369 do CPC:** foi obstado o direito das Recorrentes de utilizar de todos os meios em direto admitidos para provar a verdade dos fatos em que se fundava sua pretensão.

- **Artigo 324 do CPC:** foi obstado o direito das Recorrentes de usar de seu direito de especificação de provas na fase do saneador preterido pelo Acórdão recorrido. Nesse sentido **REsp 329.034 e AgRg no REsp 1.376.551** anexos.

- **Artigo 355, I, do CPC:** o julgamento antecipado da lide foi incorreto, e o dispositivo em tela foi violado, uma vez que era necessária a dilação probatória para produção de prova pericial.

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

Noutro tanto, a matéria foi devidamente prequestionada, com o revolvimento do assunto e suas particularidades no Apelo e nos Embargos de Declaração e respectivos Acórdãos que os apreciou, além do que o **STJ já pacificou ser desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida** (EDROMS 18.205/SP, Ministro **FELIX FISCHER**, DJ 08/05/2006, p. 240).

DO PEDIDO:

Isto posto, requerem seja **CONHECIDO e PROVIDO o presente Recurso Especial**, para fins de ser reconhecida a **CONTRARIEDADE A LEI FEDERAL supra (artigos 561, II, do CPC; 369 do CPC, 324 do CPC e 355, I, do CPC)**, e por via de consequência **REFORMADO o Acórdão da 8ª Câmara de Direito Público do E. TJSP**, para que **seja PROVIDO O APELO no sentido de ser anulada a Sentença de piso da Comarca de Pariquera-Açu, SP, com o retorno dos autos à Instância singular para que ali seja instalada a fase de instrução com o saneador e despacho de especificação de provas.**

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

Registro, 08 de Março de 2023.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO.Protocolado em 26/04/2023 às 09:51:18, sob o número WPRO23004819279. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F821256.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2023 às 23:27 , sob o número WPRO23002563331

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
[Lotação do Usuário]
[Endereço da lotação do usuário]

TERMO DE VISTA À PGJ

Processo nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe:	**Apelação Cível**
Assunto:	**Improbidade Administrativa**
Órgão Julgador:	**8ª Câmara de Direito Público**
Relator:	**PERCIVAL NOGUEIRA**
Partes:	**é apelantes MARIA CELIA TRENTINO MILAN E OUTRO, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Pariquera Açu - Vara Única**
Nº do processo na origem:	**1000527-26.2020.8.26.0424**

São Paulo, 26 de abril de 2023.

Exmo(a) Senhor(a),

Fica aberta a vista à douta Procuradoria Geral da Justiça para contraminuta, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontram-se disponíveis no endereço http://esaj.tjsp.jus.br.

BRUNO GONÇALVES SOARES
Escrevente Técnico Judiciário
da SJ 4.10 - Serv. de Proces. de Rec. aos Tribunais Superiores do 1º ao 4º Gr. de Câm. de Dir. Público

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a). Procurador(a) de Justiça.
Rua Riachuelo, 115 – s/ 417

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO GONCALVES SOARES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F83ECE6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

BRUNO GONCALVES SOARES

De: postmaster@mpsp.mp.br
Enviado em: quarta-feira, 26 de abril de 2023 13:16
Para: BRUNO GONCALVES SOARES
Assunto: Entregue: Termo de vista para contraminuta do processo digital nº 1000527-26.2020.8.26.0424.
Anexos: Entregue: Termo de vista para contraminuta do processo digital nº 1000527-26.2020.8.26.0424.

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO GONCALVES SOARES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1F83F20A.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Apelação Cível - Improbidade Administrativa**
Apelante:	**Claire Maria Pinotti Milan e outro**
Apelado:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 5 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

Processo nº 1000527-26.2020.8.26.0424
Agravo de decisão de inadmissibilidade de recurso especial
Agravantes: Maria Celia Trentino Milan e Celia Maria Pinotti Milan
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Egrégio Tribunal,
Eméritos Julgadores.

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão de fls. 505/506 que inadmitiu recurso especial manejado em face do v. acórdão de fls. 369/377, integrado por decisão proferida em embargos de declaração (fls. 456/463),que deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto em sede de embargos de terceiro, visando consignar expressamente o atendimento à previsão contida no artigo 843-§ 2º do CPC, garantindo-se às embargantes o direito a que a sua quota-parte seja do calculada sobre o valor da avaliação do bem, qualquer que seja o valor de arrematação (fls. 509/526).

Consoante a decisão recorrida:

O recurso não merece trânsito.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DANIEL ROBERTO FINK.Protocolado em 05/05/2023 às 10:11:06, sob o número WPRO23005243141. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código WbZSPz1k.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

No que diz respeito às provas pretendidas, bem como a divisibilidade do bem imóvel objeto da discussão, assim a fundamentação da douta Turma Julgadora sobre a questão (fl. 374): *"...em que pese a genérica possibilidade de se fracionar os alqueires, a divisibilidade concreta do bem se apura mediante a análise de suas características, tais quais a existência de áreas de preservação permanente, cultivo local, benfeitorias, entre outros. Entretanto, a prova pericial, apta a demonstrar a divisibilidade do imóvel rural, apenas foi requerida nessa fase recursal, quando, em verdade, deveria ter sido pleiteada quando do ajuizamento dos embargos de terceiro, por conformar meio de comprovação do direito alegado pelas embargantes. À exordial consta pedido genérico de produção de provas "Protestam por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção", sem especificação das provas e finalidades."*

Com efeito, os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar as conclusões do v. acórdão combatido que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo, tampouco ficando evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas, isso sem falar que rever a posição da Turma Julgadora importaria em ofensa à Súmula nº 7 do Col. Superior Tribunal de Justiça.

Inadmito, pois, o recurso especial (fls. 469/488) com fundamento no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil.

Aduzem as agravantes que não se aplica a disposição contida na Súmula nº 07, reforçando as razões de levantadas no recurso especial de que o acórdão violou os artigos 324, 355, I, 369 e 561, II, do CPC/ 15 quando julgou antecipadamente feito que demandava prova pericial.

É o relatório.

***

O recurso não merecia mesmo seguimento.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DANIEL ROBERTO FINK.Protocolado em 05/05/2023 às 10:11:06, sob o número WPRO23005243141. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código WbZSPz1k.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .

Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

As razões do recurso especial, e mesmo as do presente agravo, deixam inequívoco o intuito das agravantes em utilizar o Superior Tribunal de Justiça para reexame de matéria fático-probatória, não sendo essa a finalidade dessa insurgência excepcionalíssima.

Conforme manifestação de fls. 501/504, que ora reitero, o julgamento antecipado da lide não configura cerceamento de defesa, posto que facultado ao magistrado ampla liberdade para analisar a conveniência e a necessidade da produção de provas, podendo perfeitamente indeferir provas se considerar que as constantes nos autos já são aptas a formar sua convicção em relação às questões de fato ou de direito vertidas no processo, sem que isso implique ofensa ao direito de defesa dos litigantes.

Ademais, como bem salientou o Nobre Desembargador em seu despacho, a prova pericial apenas foi requerida na fase recursal, "quando, em verdade, deveria ter sido pleiteada quando do ajuizamento dos embargos de terceiro, por conformar meio de comprovação do direito alegado pelas embargantes."

Desse modo, a decisão encontra-se em consonância com os ditames legais específicos, restando claro que o objeto do presente recurso não se limita à violação de preceito legal federal e sim ao simples desejo de reexaminar fatos que fundamentaram a decisão.

No mais, a mera alegação de contrariedade à lei é insuscetível, por si só, de acarretar a abertura da instância especial, sendo certo que o agravo serve para as situações especialíssimas, não podendo virar instrumento banal de abertura das portas dos Tribunais Superiores.

Portanto, sendo nítido o intuito da recorrente de que se proceda a um novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, o parecer é pela mantença da decisão de inadmissibilidade do

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DANIEL ROBERTO FINK.Protocolado em 05/05/2023 às 10:11:06, sob o número WPRO23005243141. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código WbZSPz1k.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

recurso especial e, caso conhecido o agravo, pelo seu desprovimento.

São Paulo, 04 de maio de 2023.

DANIEL ROBERTO FINK
Procurador de Justiça,
em acumulação ao 1º PJIDC

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DANIEL ROBERTO FINK.Protocolado em 05/05/2023 às 10:11:06, sob o número WPRO23005243141. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código WbZSPz1k.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
SJ 4.10 - Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores do 1º ao 4º Grupo de Câmaras de Direito Público

Processo nº 1000527-26.2020.8.26.0424

Vistos.

1. Nos termos do artigo 1042, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil atual, mantenho a(s) decisão(ões) agravada(s) por seus próprios fundamentos.

2. Subam os autos.

São Paulo, 5 de maio de 2023.

WANDERLEY FEDERIGHI
Presidente da Seção de Direito Público

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por WANDERLEY JOSE FEDERIGHI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1FC3650A.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 4.10 - Serv. de Proces. de Rec. aos Tribunais Superiores do 1º ao 4º Gr. de Câm. de Dir. Público
Praça Almeida Júnior, 72 - 4º andar- Sala 41 - Liberdade - CEP: 01510-010 - São Paulo/SP

REMESSA

Processo nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Apelação Cível - Improbidade Administrativa**
Apelante	**Claire Maria Pinotti Milan e outro**
Apelado	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a):	**PERCIVAL NOGUEIRA**
Órgão Julgador:	**8ª Câmara de Direito Público**

Remeto os presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça.

São Paulo, 16 de maio de 2023.

_____

Lucia Antonia Stelutti Keller - Matrícula: M309176
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUCIA ANTONIA STELUTI KELLER. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código 1FF7BA3A.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 2379171/SP, do(a) qual é Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES e no qual figuram, como AGRAVANTE, CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN e, como AGRAVANTE, MARIA CELIA TRENTINO MILAN, advogados(as) CAIO CÉSAR FREITAS RIBEIRO (SP093364), MARCILLIO ANTONIO FREITAS RIBEIRO (SP260527) e, como AGRAVADO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e, como INTERESSADO, ORLANDO MILAN, constam as seguintes fases: em 23 de maio de 2023, RECEBIDOS OS AUTOS ELETRONICAMENTE NO(A) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO; em 12 de junho de 2023, DISTRIBUÍDO POR COMPETÊNCIA EXCLUSIVA À MINISTRA PRESIDENTE DO STJ; em 12 de junho de 2023, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) PRESIDENTE DO STJ (RELATORA) - PELA SJD; em 28 de junho de 2023, NÃO CONHECIDO O RECURSO DE CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN E MARIA CELIA TRENTINO MILAN; em 28 de junho de 2023, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO - DOCUMENTO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO - PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 29/06/2023; em 28 de junho de 2023, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - DESPACHO / DECISÃO; em 29 de junho de 2023, PUBLICADO DESPACHO / DECISÃO EM 29/06/2023; em 29 de junho de 2023, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; em 29 de junho de 2023, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; em 04 de julho de 2023, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 663497/2023 (CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF) EM 04/07/2023; em 04 de julho de 2023, JUNTADA DE PETIÇÃO DE CIÊNCIA PELO MPF Nº 663497/2023; em 10 de julho de 2023, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) DESPACHO / DECISÃO EM 10/07/2023; em 11 de julho de 2023, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 681464/2023 (AGINT - AGRAVO INTERNO) EM 11/07/2023; em 11 de julho de 2023, JUNTADA DE PETIÇÃO DE AGRAVO INTERNO Nº 681464/2023; em 11 de julho de 2023, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (VISTA AO AGRAVADO PARA IMPUGNAÇÃO DO AGINT - PETIÇÃO Nº 681464/2023. PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 12/07/2023); em 12 de julho de 2023, PUBLICADO VISTA AO AGRAVADO PARA IMPUGNAÇÃO DO AGINT EM 12/07/2023 PETIÇÃO Nº 681464/2023 -; em 12 de julho de 2023, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

Superior Tribunal de Justiça

DO ESTADO DE SÃO PAULO; em 12 de julho de 2023, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; em 13 de julho de 2023, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 687462/2023 (CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF) EM 13/07/2023; em 13 de julho de 2023, JUNTADA DE PETIÇÃO DE CIÊNCIA PELO MPF Nº 687462/2023; em 24 de julho de 2023, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) VISTA AO AGRAVADO PARA IMPUGNAÇÃO DO AGINT EM 24/07/2023; em 14 de setembro de 2023, JUNTADA DE CERTIDÃO : CERTIFICO QUE DECORREU SEM MANIFESTAÇÃO O PRAZO, QUE TEVE INÍCIO EM 01/08/2023 E TÉRMINO EM 13/09/2023, PARA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO APRESENTAR RESPOSTA À PETIÇÃO N. 681464/2023 (AGRAVO INTERNO), DE FLS. 585.; em 14 de setembro de 2023, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) PRESIDENTE DO STJ (RELATORA) COM ENCAMINHAMENTO À ARP; em 28 de setembro de 2023, DETERMINADA A DISTRIBUIÇÃO DO FEITO; em 09 de outubro de 2023, REDISTRIBUÍDO POR SORTEIO, EM RAZÃO DE AGRAVO INTERNO, À MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES - SEGUNDA TURMA; em 09 de outubro de 2023, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA) - PELA SJD; em 09 de outubro de 2023, RECEBIDOS OS AUTOS NO(A) GABINETE DA MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES; em 28 de novembro de 2023, INCLUÍDO EM PAUTA PARA 12/12/2023 00:00:00 PELA SEGUNDA TURMA (SESSÃO VIRTUAL) - PETIÇÃO Nº 00681464/2023 - AGINT NO ARESP 2379171/SP; em 28 de novembro de 2023, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - PAUTA DE JULGAMENTOS; em 29 de novembro de 2023, PUBLICADO PAUTA DE JULGAMENTOS EM 29/11/2023; em 30 de novembro de 2023, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO DE INTIMAÇÃO Nº I000963-2023-AJC-2T AO (À)MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; em 05 de dezembro de 2023, MANDADO DEVOLVIDO ENTREGUE AO DESTINATÁRIO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MANDADO Nº 001070-2023-AJC-2T); em 05 de dezembro de 2023, ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTO MANDADO DE INTIMAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES Nº 001070-2023-AJC-2T (PAUTA) COM CIENTE EM 04/12/2023; em 18 de dezembro de 2023, CONHECIDO O RECURSO DE CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN E MARIA CELIA TRENTINO MILAN E NÃO-PROVIDO , POR UNANIMIDADE, PELA SEGUNDA TURMA - PETIÇÃO N° 00681464/2023 - AGINT NO ARESP 2379171/SP; em 19 de dezembro de 2023, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO - ACÓRDÃO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO - PETIÇÃO Nº 2023/0681464 - AGINT NO ARESP 2379171 - PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 20/12/2023; em 19 de dezembro de 2023, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - EMENTA / ACORDÃO; em 20 de dezembro de 2023, PUBLICADO EMENTA /

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

Superior Tribunal de Justiça

ACORDÃO EM 20/12/2023 PETIÇÃO Nº 681464/2023 - AGINT; em 20 de dezembro de 2023, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (ACÓRDÃOS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; em 20 de dezembro de 2023, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (ACÓRDÃOS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; em 18 de janeiro de 2024, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) EMENTA / ACORDÃO EM 18/01/2024; em 18 de janeiro de 2024, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) EMENTA / ACORDÃO EM 18/01/2024; em 23 de janeiro de 2024, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 30473/2024 (CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF) EM 23/01/2024; em 23 de janeiro de 2024, JUNTADA DE PETIÇÃO DE CIÊNCIA PELO MPF Nº 30473/2024; em 26 de fevereiro de 2024, TRANSITADO EM JULGADO EM 26/02/2024; em 26 de fevereiro de 2024, BAIXA DEFINITIVA PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO. Certifica, por fim, que o assunto tratado no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Atos Administrativos, Improbidade Administrativa.Tutela Provisória, Tutela de Urgência.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:
Número da Certidão: **3363007**
Código de Segurança: **9319.1F4E.7AE8.256B**
Data de geração: **27 de fevereiro de 2024, às 11:49:39**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 4.10 - Serv. de Proces. de Rec. aos Tribunais Superiores do 1º ao 4º Gr. de Câm. de Dir. Público
Praça Almeida Júnior, 72 - 4º andar- Sala 41 - Liberdade - CEP: 01510-010 - São Paulo/SP - Telefone da Vara Não informado

CERTIDÃO

Processo nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Apelação Cível - Improbidade Administrativa**
Apelante	**Claire Maria Pinotti Milan e outro**
Apelado	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a):	**PERCIVAL NOGUEIRA**
Órgão Julgador:	**8ª Câmara de Direito Público**
Vara de Origem:	**Vara Única**

CERTIDÃO

Em cumprimento às **Ordens de Serviço 04/2021 da Presidência da Seção de Direito Privado** e **27/2021 da Presidência da Seção de Direito Público**, para regular andamento do feito, juntei certidão de objeto e pé referente ao(s) recurso(s) submetido(s) a exame(s) do Superior Tribunal de Justiça e/ou Supremo Tribunal Federal com decisão transitada em julgado.

São Paulo, 18 de março de 2024.

BRUNO GONÇALVES SOARES - Matrícula M371579
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO GONCALVES SOARES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000527-26.2020.8.26.0424 e o código LYZGddNK.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 4.10 - Serv. de Proces. de Rec. aos Tribunais Superiores do 1º ao 4º Gr. de Câm. de Dir. Público
Praça Almeida Júnior, 72 - 4º andar- Sala 41 - Liberdade - CEP: 01510-010 - São Paulo/SP - Telefone da Vara Não informado

CERTIDÃO

Processo nº:	**1000527-26.2020.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Apelação Cível - Improbidade Administrativa**
Apelante	**Claire Maria Pinotti Milan e outro**
Apelado	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Relator(a):	**PERCIVAL NOGUEIRA**
Órgão Julgador:	**8ª Câmara de Direito Público**
Vara de Origem:	**Vara Única**

CERTIDÃO DE REMESSA

Certifico que o(a) Apelação Cível de nº 1000527-26.2020.8.26.0424 , movido(a) por Claire Maria Pinotti Milan e outro contra Ministério Público do Estado de São Paulo foi remetido(a) para a vara de origem.

São Paulo, 18 de março de 2024.

BRUNO GONÇALVES SOARES - Matrícula M371579
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código kCdUpF5l.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe − Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, 16 de abril de 2024.
Eu, ___, Gilson Carlos Pedro, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON CARLOS PEDRO, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código KMt0HCf7.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856- 1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

CERTIFICA-SE que em 16/04/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Pariquera-Acu, (SP), 16 de abril de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 16/04/2024 às 13:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código tce1eSox.

MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE PARIQUERA-AÇU

Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu/SP

Autos nº 0000378-52.2017.8.26.0424

Meritíssimo Juiz,

1. Fls. 484/539: Ciente sobre o indeferimento da ação rescisória.

2. Fls. 540/582: Ciente sobre o parcial provimento da Apelação interposta pelas embargantes, para o fim de garantir o direito de que a quota-parte seja calculada sobre o valor da avaliação independentemente do valor de arrematação do imóvel (fls. 547).

3. Requeiro o prosseguimento do leilão judicial já determinado.

Pariquera-Açu, data certificada eletronicamente.

Lucas Mostaro de Oliveira
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/04/2024 às 13:54 , sob o número WPQU24700035030
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código GXnx0AQD.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0000378-52.2017.8.26.0424**
Foro: **Foro de Pariquera-Açu**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **16/04/2024 13:53**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Pariquera-Acu, 16 de Abril de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 16/04/2024 às 15:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 1EyfAOzK.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA
Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Acu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0000378-52.2017.8.26.0424**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Atos Administrativos**
Exequente:	**Ministério Público do Estado de São Paulo**
Executado:	**Orlando Milan e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

Considerando o decidido no acórdão proferido na ação de embargos de terceiro defiro a realização do leilão do bem, ressalvando que a quota-parte do cônjuge será calculada sobre o valor da avaliação do bem, independente do valor da arrematação do imóvel.

Cumpra-se o necessário para realização do leilão.

Intime-se.

Pariquera-Acu, 07 de junho de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE GOMES DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 07/06/2024 às 11:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código W1dP9pEM.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0398/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)	D.J.E
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Considerando o decidido no acórdão proferido na ação de embargos de terceiro defiro a realização do leilão do bem, ressalvando que a quota-parte do cônjuge será calculada sobre o valor da avaliação do bem, independente do valor da arrematação do imóvel. Cumpra-se o necessário para realização do leilão. Intime-se."

Pariquera-Acu, 7 de junho de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/06/2024 às 12:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código VnM4vWpp.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0398/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 10/06/2024. Considera-se a data de publicação em 11/06/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB 93364/SP)
Adriano Piovezan Fonte (OAB 306683/SP)

Teor do ato: "Vistos. Considerando o decidido no acórdão proferido na ação de embargos de terceiro defiro a realização do leilão do bem, ressalvando que a quota-parte do cônjuge será calculada sobre o valor da avaliação do bem, independente do valor da arrematação do imóvel. Cumpra-se o necessário para realização do leilão. Intime-se."

Pariquera-Açu, 7 de junho de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/06/2024 às 23:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código fjYmC4Sf.

Processo 0000378-52.2017.8.26.0424

CIRCE ZANELLA RIBEIRO <circe.zanella@tjsp.jus.br>

sex, 14/06/2024 15:51

Para:contato@grupolance.com.br <contato@grupolance.com.br>

Boa tarde.

Transcrevo abaixo a r. Decisão proferida nos autos do processo em epígrafe e solicito providências para prosseguimento do leilão:

"Vistos.
Considerando o decidido no acórdão proferido na ação de embargos de terceiro defiro a realização do leilão do bem, ressalvando que a quota-parte do cônjuge será calculada sobre o valor da avaliação do bem, independente do valor da arrematação do imóvel.
Cumpra-se o necessário para realização do leilão.
Intime-se.
Pariquera-Acu, 07 de junho de 2024."

Senha do processo: lvq9yx

Att.

CIRCE ZANELLA RIBEIRO
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro - Pariquera-Açu/SP - CEP: 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: ckozikoski@tjsp.jus.br

Aviso: O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do TJ-SP, são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJ-SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 14/06/2024 às 15:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5r5QnEXi.

Reencaminhado: Processo 0000378-52.2017.8.26.0424

Microsoft Outlook
<MicrosoftExchange329e71ec88ae4615bbc36ab6ce41109e@tjsp.onmicrosoft.com>
sex, 14/06/2024 15:51

Para:contato@grupolance.com.br <contato@grupolance.com.br>

1 anexos (48 KB)

Processo 0000378-52.2017.8.26.0424;

A entrega a estes destinatários ou grupos está concluída, mas não foi enviada nenhuma notificação de entrega pelo servidor de destino:

contato@grupolance.com.br (contato@grupolance.com.br)

Assunto: Processo 0000378-52.2017.8.26.0424

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 14/06/2024 às 15:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 5r5QnEXi.

RE: Processo 0000378-52.2017.8.26.0424

contato@grupolance.com.br <contato@grupolance.com.br>
sex, 14/06/2024 16:43
Para:CIRCE ZANELLA RIBEIRO <circe.zanella@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Ilmo(a). Sr(a). Escrevente, boa tarde!

Acusamos o recebimento da r. decisão abaixo e procederemos com as providências de estilo.

Pedimos ainda, que as intimações, notificações e outros, sejam encaminhados ao e-mail central: contato@grupolance.com.br, para que possamos atendê-los com brevidade.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Lance Judicial - Leilões judiciais, extrajudiciais e trabalhistas.

Grupo Lance
Qualidade, performance e confiança desde 2009.
contato@grupolance.com.br

Whatsapp **+55 11 3003-0577**

grupolance.com.br

Siga nosso perfil no Instagram e acompanhe as últimas novidades

Whatsapp 3003-0577
Atendimento Nacional

Siga nossa página no Facebook

Siga nosso perfil no Linkedin

“Para receber todas as nossas oportunidades da sua região diretamente em seu WhatsApp acesse: https://linktr.ee/grupolance “

De: CIRCE ZANELLA RIBEIRO <circe.zanella@tjsp.jus.br>
Enviado: sexta-feira, 14 de junho de 2024 15:51
Para: contato@grupolance.com.br <contato@grupolance.com.br>
Assunto: Processo 0000378-52.2017.8.26.0424

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 14/06/2024 às 16:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NC5lxEcj.

Boa tarde.

Transcrevo abaixo a r. Decisão proferida nos autos do processo em epígrafe e solicito providências para prosseguimento do leilão:

"Vistos.
Considerando o decidido no acórdão proferido na ação de embargos de terceiro defiro a realização do leilão do bem, ressalvando que a quota-parte do cônjuge será calculada sobre o valor da avaliação do bem, independente do valor da arrematação do imóvel.
Cumpra-se o necessário para realização do leilão.
Intime-se.
Pariquera-Acu, 07 de junho de 2024."

Senha do processo: lvq9yx

Att.

Logotipo TJSP **CIRCE ZANELLA RIBEIRO**
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu
Av. Dr. Fernando Costa, 215 - Centro - Pariquera-Açu/SP - CEP: 11930-000
Tel: (13) 3856-1853
E-mail: ckozikoski@tjsp.jus.br

Aviso: O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do TJ-SP, são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJ-SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CIRCE ZANELLA RIBEIRO, liberado nos autos em 14/06/2024 às 16:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código NC5lxEcj.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO FORO DE PARIQUERA-AÇU – SP

Processo nº 0000378-52.2017.8.26.0424

GILBERTO FORTES DO AMARAL FILHO, JUCESP Nº 550, leiloeiro pelo Sistema **GRUPO LANCE** - devidamente habilitado neste Tribunal, honrado com sua nomeação, por intermédio seu advogado infra-assinado, Dr. Adriano Piovezan Fonte, OAB SP 306.683, nos autos em epígrafe, vem, permissa máxima vênia, a presença de Vossa Excelência, requerer o que segue:

1. Requer a juntada da minuta do edital de publicação de Leilão para aprovação, com novas datas com **1º Leilão** que terá início no dia **22/07/2024 às 00h**, e terá **encerramento no dia 25/07/2024 às 13h e 05min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **29/08/2024 às 13h e 05min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **80% do valor da avaliação atualizada, nos termos do artigo 843, §2º do Código de Processo Civil.**

2. Informa que as condições de venda e pagamento do bem apregoado estarão disponíveis no portal desta Gestora de Leilões (www.lancejudicial.com.br/www.grupolance.com.br).

3. Requer a juntada da matricula atualizada dos bens imóveis apregoado a estes autos.

4. Requer a juntada da avaliação atualizada dos bens móveis apregoado a estes autos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código q5IohLWP.

5. Sugerimos que após a aprovação do edital seja publicado despacho de intimação das partes com advogado constituído nos autos.

6. Para regular o praceamento do imóvel, sugerimos também a cientificação dos interessados, sobre a forma e datas da realização das praças em até 10 dias antes do início das mesmas, a fim de que sejam evitadas futuras nulidades processuais.

7. De outra parte, caso não seja realizado o sugerido no item acima e com o escopo concretizar a atuação da Gestora GRUPO LANCE neste M.M. Juízo, nos termos do inciso I do art. 889 do CPC, procederá a cientificação do(s) terceiro(s) envolvido(s) nestes autos, bem como do(s) credor(es) com ônus real e do executado caso o mesmo não tenha advogado constituído nos autos, através de carta ou por petição para cientificação aos autos que foram expedidas as garantias sobre o(s) bem(ns) a ser(em) alienado(s), sendo estas posteriormente comprovadas aos autos.

8. Abaixo o rol de cientificação procedida por esta GESTORA:

EXECUTADO:

OSVALDO MILAN

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella Pariquera-Acu-SP CEP 11930-000.

OSVALDO MILAN ME

Rua Francisco Elias, 15, Jardim Elvira Zanella Pariquera-Acu-SP CEP 11930-000.

COPROPRIETÁRIOS:

CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN

Rua João Tobias Filho, nº 24, Pariquera Açu/SP.

MARIA APARECIDA MILAN

Alameda Armando Salles De Oliveira, 110, Adamantina - SP, 17800000.

R Natalia Santa, 23, Vl Rosely, Pariquera Acu - SP, 11930000.

EVA MILAN

Alameda Armando Salles De Oliveira, 110, Adamantina - SP, 17800000.

R Mato Grosso, 579, Jd Agua Boa, Dourados - MS, 79811160.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código q5lohLWP.

MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN

Rua Santa Natalia, 23, Casa, Pariquera-Acu - SP, 11930000.

R Jose Antonio Coelho, 435, Ap 121, Vl Mariana, Sao Paulo - SP, 04011906.

PENHORA:

MM. Juízo da 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104.

MM. Juízo da Justiça Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciaria de Registro-SP, proc. 5000293-05.2020.4.03.6129.

MM. Juízo da Justiça Federal da 1ª Vara de Registro-SP, proc. 5000293-05.2020.4.03.6129.

MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Tupã-SP, proc.50001887420184036104.

9. Diante da nova redação do caput e parágrafos **§ 1º e 2º do art. 887 do CPC**, já em vigor, informa esta Gestora procederá a publicação do edital legal com antecedência mínima de 5 dias antes do início do pregão, dentro do seu sítio eletrônico, qual seja, www.lancejudicial.com.br/www.grupolance.com.br, dispensando-se, portanto, as demais publicações legais.

10. Requer, outrossim, que as futuras intimações relativas ao presente processo, quando houver necessidade de ciência do Leiloeiro e sua equipe, sejam enviadas por uma das seguintes opções a escolha deste M.M. Juízo:

a. pelo e-mail: contato@grupolance.com.br ou;
b. que conste no despacho o nome do Leiloeiro ou o portal;

Para assim, haver o devido acompanhamento e andamento do presente feito.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Termos em que, pede deferimento.

19 de junho de 2024

ADRIANO PIOVEZAN FONTE
306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código q5lohLWP.

VARA ÚNICA DO FORO DE PARIQUERA-AÇU - SP

EDITAL DE LEILÃO e de intimação do executado **ORLANDO MILAN, OSVALDO MILAN e OSVALDO MILAN ME, bem como dos coproprietários MARIA APARECIDA MILAN, EVA MILAN, MARIA CÉLIA TRENTINO MILAN, CLAIRE MARIA PINOTTI MILAN.** O **Dr. Andre Gomes do Nascimento**, MM. Juiz de Direito da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu – SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão do bem, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do Cumprimento de Sentença – **Processo nº 0000378-52.2017.8.26.0424 -** em que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** move em face do referido executado e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DOS LEILÕES: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.grupolance.com.br, com **1º Leilão** que terá início no dia **22/07/2024 às 00h**, e terá **encerramento no dia 25/07/2024 às 13h e 05min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **29/08/2024 às 13h e 05min (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **80% do valor da avaliação atualizada, nos termos do artigo 843, §2º do Código de Processo Civil.**

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O Leilão será conduzido pelo leiloeiro **Gilberto Fortes do Amaral Filho, JUCESP Nº 550,** leiloeiro pelo Sistema **GRUPO LANCE -** www.lancejudicial.com.br/www.grupolance.com.br, devidamente habilitado pelo TJ/SP.

DO LOCAL DO BEM:
A) R. Vinicius de Moraes, 68 - Jardim Mandacaru, Adamantina - SP, 17800- 000.
B) Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, Adamantina/SP.
C) Alameda Dr. Armando de Sales Oliveira Adamantina - SP, 17800-000.
D) Alameda Santa Cruz, lote 09, quadra 124, Adamantina/SP.

DÉBITOS: O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 horas após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial que será emitida e enviada por esse Leiloeiro através de e-mail em favor do Juízo responsável. O arrematante também deverá efetuar o pagamento da COMISSÃO no importe de 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação ao Leiloeiro no prazo de até 24 horas após o encerramento do leilão. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante.

DO PARCELAMENTO: Os interessados em arrematar de forma parcelada poderão apresentar propostas através do sistema: www.grupolance.com.br - (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código rDKnM1iW.

etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz, nos termos do art. 895 do Código de Processo Civil. Em qualquer hipótese a oferta de pagamento deverá ser de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.

HIPOTECA: Na existência de **hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda**, nos termos do **artigo 1.499 CC, inciso VI.** (*Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação*). Do mesmo modo, nos termos do disposto no **artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430).** Quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante).

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, **serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente das hastas/leilão**, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pelo Grupo Lance, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do CPC.

COPROPRIETÁRIOS: Na existência de mais proprietário(s) do(s) bem(ns) penhorado(s), as regras para a venda judicial serão regidas pelo Código de Processo Civil, nos exatos termos do artigo 843 e seguintes.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada **mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente**, após o recolhimento das custas pelo arrematante, que será depositário dos bens porventura deixados no imóvel, caso o mesmo esteja ocupado.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento de todas as despesas, devidamente comprovadas nos autos, especialmente, mas não limitando, a comissão 2,5% sobre o valor de avaliação do(s) bem(ns) ao Leiloeiro/Gestora, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levado a praça, caso não seja pago o percentual devido.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art. 903, CPC/15).

RELAÇÃO DOS BENS:
A) UM PRÉDIO RESIDENCIAL EM ALVENARIA, coberto com telhas, com 40,28m2 de área construída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 28, no conjunto Habitacional Jardim Mandacaru atualmente denominado Jardim dos Poetas, nesta cidade e comarca de Adamantina, e seu respectivo terreno compreendendo o lote 8 (oito) da quadra

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código rDKnM1iW.

“D”, com a área superficial de 212,16 metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confronta com o lote nº7; e, pelos fundos mede 8,84 metros e confronta com o lote nº 23. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 01094200-4. Matriculado no CRI de Adamantina-SP sob o nº 16.001.**

DESCRTIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.c 40,28m², 02 dorms, Conj. Jardim dos Poetas, Adamantina/SP.

ÔNUS: AV.9 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.10** PENHORA expedida nestes autos. **AV.11** PENHORA expedida nestes autos. **AV.13** PENHORA expedida pela Justiça Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciaria de Registro-SP, proc. 5000293-05.2020.4.03.6129.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL: R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para out/2019 (conf.fls.243).

VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO: R$ 119.759,96 (cento e dezenove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos) para jun/2024 - atualizado conforme tabela prática monetária do TJ/SP.

B) UM ÁREA DE TERRAS COM 20,00 ALQUEIRES PAULISTA, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaiso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado juno ao INCRA., em maior porção, sob nº 615013004472-0; área total: 58,0 há.; mód. Fiscal: - 20,0; n. mód. Fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento: -3 ,0 há., denominado “Sitio Santana I”. **Inscrito na receita federal sob o nº 0.728.256-7. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 19.979.**

DESCRTIÇÃO COMERCIAL: Fazenda Aguapeí, 48,40 hectares, Adamantina/SP.

ÔNUS: AV.7 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos. **AV.11** PENHORA expedida pela Justiça Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciaria de Registro-SP, proc. 5000293-05.2020.4.03.6129.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL: R$ 1.000.000,00 (um milhão e cem mil reais) para out/2019 (conf.fls.243).

VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO: R$ 1.330.666,26 (um milhão, trezentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos) para jun/2024 - atualizado conforme tabela prática monetária do TJ/SP.

C) UM IMÓVEL URBANO constituído pelo lote de terreno sob nº 2 (dois) da quadra nº 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontado pela frente com a Alameda Armando de Balles Oliveira; por um lado, com o lote nº 1; por outro lado com o lote nº 3; e, pelos fundos com o lote nº 16, da mesma quadra. BENFEITORIAS: Uma casa residencial em alvenaria coberta de telhas. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 21500. Matriculado no CRI de Adamantina sob o 19.982.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código rDKnM1iW.

DESCRTIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial, a.t 384m², Adamantina/SP.

ÔNUS: AV.8 PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos. **AV.11** PENHORA expedida pela 1ª Vara Federal de Tupã-SP, proc.50001887420184036104. **AV.13** PENHORA expedida pela Justiça Federal da 1ª Vara de Registro-SP, proc. 5000293-05.2020.4.03.6129.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL: R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) para out/2019 (conf.fls.243).

VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO: R$ 252.826,59 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos) para jun/2024 - atualizado conforme tabela prática monetária do TJ/SP.

D) METADE DO LOTE DE TERRENO sob o nº 9 (nove) da quadra nº 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de 288,00 metros quadrados, medindo 18 metrôs de frente por 16 metros das frente aos fundos, situada à Alameda Santa Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a citada via pública; por um lado com a Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio para o comercio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, cobe4rto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao são comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com telhas. BENFEITORIAS: Um imóvel residencial e um imóvel comercial, ambos em alvenaria. **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 253800 e 254000. Matriculado no CRI de Adamantina sob o nº 5.734.**

DESCRTIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Residencial/Comercial, 01 salão, 02 casas, 01 garagem, Adamantina/SP.

ÔNUS: AV.7 PENHORA expedida pela 8ª Vara Cível de São Paulo, proc. 0003210-41.2012.403.6104. **AV.8** PENHORA expedida nestes autos. **AV.9** PENHORA expedida nestes autos. **AV.11** PENHORA expedida pela Justiça Federal da 1ª Vara de Registro-SP, proc. 5000293-05.2020.4.03.6129.

50% DO VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para out/2019 (conf.fls.243).

VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO DE 50% DO IMÓVEL: R$ 186.293,28 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos) para jun/2024 - atualizado conforme tabela prática monetária do TJ/SP.

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o art. 274, § único, do CPC. Nos termos do **Art. 889, § único**, CPC o(s) executado(s) terá (ão) ciência do dia, hora e meio de realização dos leilões, através dos correios ou por Oficial de Justiça ou por meio deste presente EDITAL. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. 19 de junho de 2024.

Dr. Andre Gomes do Nascimento
MM. Juiz de Direito da Vara Única do Foro de Pariquera-Açu – SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código rDKnM1iW.

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 5.734

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 5.734 DATA:- 05-novembro-1.979
M	Metade do lote de terreno sob nº 9 (nove) da quadra nº 124 (cento e vinte e quatro), com a área superficial de 288,00 metros quadrados, medindo 18 metros de frente por 16 metros da frente aos fundos, situada à Alameda Santa Cruz, nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a citada via pública; por um lado com a Rua Rui Barbosa, com a qual faz esquina; por outro lado com o lote nº 10; e, pelos fundos com a metade remanescente do lote nº 9, referido, contendo as seguintes benfeitorias:- um salão de tijolos, coberto com telhas, próprio para comércio, com 3 portas de aço ondulado; uma casa de tijolos, coberta com telhas, tipo bangalô, com seis cômodos, forrados, os quais fazem frente para a Alameda Santa Cruz; um outro prédio de tijolos, coberto com telhas, com uma pequena área, próprio para residência, anexo ao salão comercial, fazendo frente para a Rua Rui Barbosa, contendo, nos fundos, uma garagem de tijolos, coberta com telhas.- Eu _____, escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.--
1- R. 01 Prot. 01 Nº 18951 05-11-79	Adquirentes:- ANA FIDALGO MILAN e seu marido Domingos Milan, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 153.034.978-87; Transmitentes:- Generosa Fidalgo Conrad e seu marido Edmundo Conrad, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, CIC:- 012.410.018-04; Título:- Divisão amigável; Forma do título:- Escritura Pública de 26 de outubro de 1.979, das notas do 1º Cartório local, lavrada às fls. 46 do Lº 43; Valor:- Cr$ .... 297.653,20 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e vinte centavos);'Registro anterior nº 4.355,digo, Registro anterior nº 01 da matrícula nº 4.355 deste Cartório.- Eu _____, escrevente autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.-- Deste:- 600,00; Recibo:- 1.416-Série "B".-
AV. 2 19-9-03	**Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que a proprietária Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, é casada pelo regime da comunhão de bens com Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)**
AV. 3 23-3-06	**Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado na Prefeitura local sob n. 253800 e 254000, conforme carnês de IPTU do corrente exercício, ora apresentados.- Desta:-**

= CONTINUA NO VERSO =

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO VALOR: R$ 21,26

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 09:12:06 - VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código PzRTLW7Y.

Atos e referências	Livro n.º 2 - Registro Geral
	nihil - "ex officio".- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 4 23-3-06	Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de - 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 37.462,92.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 57/06.- O Substº do Oficial, (José O. S. Neto)
R. 5 2-8-06	Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 63/65 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 11.817,53 (onze mil e oitocentos e dezessete reais e cinqüenta e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 293,84; Guia:- 144/06.- O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 2-8-06	USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já quali-

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código PzRTLW7Y.

onr Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 5.734 — FICHA 2

ficada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuido ao imóvel:- R$ 11.817,53, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alinea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.391, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 5.734, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 5.734, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 9-M. 5.734, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n.

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada pelo www.registradores.onr.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código PzRTLW7Y.

00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 16.001 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 5.734, em 13 de julho de 2021.

Por requerimento datado de 2 de julho de 2021, acompanhado de cópia autenticada da certidão de óbito extraída da matrícula n. 121475 01 55 2021 4 00034 267 0013552 73, expedida em 28-6-21, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais deste distrito, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que no dia 26 de junho de 2021, ocorreu o falecimento da credora usufrutuária Ana Fidalgo Milan, ficando, portanto, cancelado o R. 6 desta matrícula.- Valor da avaliação municipal do imóvel:- R$ 190.000,00, sendo considerado 1/3 desse valor para cálculo das custas e emolumentos.- Título prenotado sob n. 150.631, em 5-7-21.- Desta:- R$ 234,73; Guia:- 28/21 - (Selo digital n. 1196933310A000009476321X).-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Substituto do Oficial, (Guilherme Luís Caldeira Vergilio)

AV. 11-M. 5.734, em 13 de novembro de 2023.

PENHORA – Pelo ofício EF/GGH, expedido em 10 de outubro de 2023, r. despacho proferido em 26 de setembro de 2023, e demais documentos oriundos da Justiça Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Registro, deste Estado, extraídos do Processo de Execução Fiscal n. 5000293-05.2020.4.03.6129, onde figuram como exequente a UNIÃO FEDERAL, CNPJ n. 26.994.558/0001-23 e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 1.143.971,78 (um milhão e cento e quarenta e três mil e novecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% do imóvel pertencente ao executado, foi penhorada** por auto datado de 27-6-2022, sendo o próprio executado nomeado fiel depositário. Observações: i) A presente penhora abrange também partes ideais dos imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 19.979 todas desta Serventia; e, ii) Nos termos da Lei Federal n. 8.212/1991, art. 53, § 1º, em decorrência da penhora, a parte ideal acima referida, de titularidade do executado, fica indisponível. Título prenotado sob n. 158.393, em 9-11-23. Desta:- A final – (Selo digital n. 1196933310A000014984230).-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código PzRTLW7Y.

Cartório de Registro de Imóveis

COMARCA DE ADAMANTINA — ESTADO DE SÃO PAULO

Livro n.º 2 - Registro Geral

MATRÍCULA N.º 16.001

Atos e referências	MATRÍCULA N.º 16.001 DATA:- 02 dezembro 1992.-
M	Um prédio residencial em alvenaria, coberto com telhas, com 40,28m2 de áreaconstruída, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, situado na Rua Seis, nº 68, no Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, nesta cidade ecomarca de Adamantina, e seu respectivoterreno compreendendo o lote 8 (oito) da quadra "D", com a área superficial de 212,16 metros quadrados, medindo: 8,84 metros de frente para a referida via pública; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o imóvel mede 24,96 metros e confronta com o lote nº 9; pelo lado esquerdo mede 24,96 metros e confronta como lote nº 7;e, pelos fundos mede 8,84 metros e confronta com o lote nº 23, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob nº 01094200-4; Proprietária:- COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSESSOCIAL - CRHIS., sociedade de economia mista intermunicipal, com sede na cidade de Araçatuba, deste Estado, inscrita no CGC/MF sob nº 51.097.236/0001-29; Construtora:- PAEZ DE LIMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Capital deste Estado, inscrita no CGC/MF sob nº 49.577.752/0001-09; Registro anterior:- 01 e AVs. 04 e 05 da matrícula nº 14.968 deste Cartorio.- Eu [illegible], escrevente autorizado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 01 Prot.1-A Nº 64046 02 12 92	Adquirentes:- ABRAÃO JOSÉ DOS SANTOS, RG. 13.323.798-SP, comerciário e s/mr. VILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, RG. nº 22.505.035-SP, do lar, brasileiros,casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes nesta cidade, portadores do CIC sob número ... 036.705.328-46; Transmitentes - doadora do terreno e vendedora da benfeitoria:- A proprietária e construtora, respectivamente, referidas na matrícula; Título:- Doação e Compra e Venda; Forma do título:- Instrumento Particular com caráter de escritura pública celebrado nesta cidade, aos 18 de dezembro de 1991, em quatrovias, legalizado, uma via arquivada; Valor-terreno:- Nihil; Valor-benfeitoria:- Cr$ .. 3.967.297,01 (três milhões e novecentos e sessenta e sete mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e umcentavo); - Foram apresentadas e ficam arquivadas cópias reprográficas das Certidões Negativas de Débitos expedidas pelo MTPS/ INSS, a saber:- nº 955664 - Série "B",expedida em 31 08 92, pela Região Fiscal de Araçatuba, deste Estado (doadora);e, nº 753783 - Série "C", expedida em 13 11 92, pela Região Fiscal de São Paulo-Lapa (vendedora)e cópias reprográficas das Certidões de Quitações de Tributos Federais Administrados pelaSecretaria da Receita Federal expedidas por Araçatuba, em 23 11 92 (doadora) e por São Paulo, em 14 09 92 (vendedora).- Eu [illegible], escrevente autorizado, datilografei,conferi e subscrevi.-
R. 02 idem	Credora:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, instituição financeira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasília-DF. e Agênciadesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 00.360.305/0001-04; Devedores:- Os adquirentes constantes do R. 01; Título:- Hipoteca (em primeira e especial hipoteca); Forma do título:- A mesma do R. 01, referido; Valor do mútuo:- Cr$ 3.807.386,77,pagável através de 300 prestações mensais e consecutivas dovalor inicial total de Cr$ ... - continua no verso -

M: matrícula - R: registro - Av: averbação

MATRÍCULA N.º 16.001

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nLyyvgjs.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:27:56 - VALOR: R$ 21,26

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Atos e referências	Livro n.º - Registro Geral
	Cr$ 34.048,71, vencendo-se a primeira prestação a contar 30 dias da data do título, à taxa anual de juros nominal de - 5,90% e efetiva de 6,0621%; Pena convencional:- 10%; De--- mais condições: As do título.- Eu [illegible], escrevente - autorizado, datilografei, conferi e subscrevi.- Destes:- 24.132,40; Guia:- 227/92.-
AV. 3 11-2-04	Pela certidão expedida em 11 de setembro de 2003, da escritura pública de cessão de créditos e de assunção de dívidas lavrada em 18 de março de 2002, no Cartório do 19 Ofício de Notas de Brasília-DF, a fls. 1/3 do livro n. 2323-E, a credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, já qualificada, cedeu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, empresa pública federal, com sede em Brasília-DF, na SBS Q. 4 Lote 03/04, Edifício Anexo do Prédio da Matriz da CEF, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.527.335/0001-13, todos os direitos oriundos do crédito hipotecário objeto do R. 2 desta matrícula, compreendendo o principal, seu reajuste monetário, os juros e demais encargos, bem como as garantias existentes, pelo preço de R$ 23.316,60 (vinte e três mil e trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Demais condições:- As do título.- Foram apresentadas:- a Certidão Positiva de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, com Efeitos de Negativa, sob n. 6.496.731, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e, a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa sob n. 472192003-23001040, emitida via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivadas nas pastas próprias sob n. 1/04 e 21/04, respectivamente.- Título prenotado sob n. 92.440, em 10-2-04.- Desta:- R$ 100,78; Guia:- 28/04.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, [illegible] (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 4 27-3-07	Pelo instrumento particular celebrado nesta cidade em 26 de março de 2007, legalizado e arquivado, foi pela credora Empresa Gestora de Ativos, autorizado o cancelamento do R. 2 desta matrícula, em virtude da liquidação da dívida.- Título prenotado sob n. 101.561, em 26-3-07.- Desta:- R$ 57,41; Guia:- 59/07.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, [illegible] (Guilherme L. C. Vergilio)
AV. 5 22-9-08	Pela Lei Municipal n. 2.625, de 4 de outubro de 1995, arquivada, a Rua Seis, passou a denominar-se Rua Vinicius de Moraes; e, o Conjunto Habitacional Jardim Mandacaru, passou a denominar-se Jardim dos Poetas, nesta cidade.- Desta:- Nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, [illegible] (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 6 22-9-08	Pela escritura pública de venda e compra de 18 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 158 e 159 do livro n. 222, os proprietários Abraão José dos Santos e sua mulher Vilma Maria Pereira dos Santos, CIC n. 179.450.938-09, já qualificados, venderam o imóvel pelo valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a JURANDIR SAVI, RG. n. 14.082.876-SSP/SP e CIC n. 045.824.018-48, brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado na Rua Adoniran Barbosa, n. 269 - Vila Jardim Ipiranga, nesta cidade.- Título prenotado sob n. 106.207, em 19-9-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 178/08.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.- O Escrevente, [illegible] (Guilherme L. C. Vergilio)
R. 7 2-10-08	Pela escritura pública de venda e compra de 29 de setembro de 2008, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 211 e 213 do livro n. 222, verifica-se que o USUFRUTO do imóvel foi constituído a título oneroso por ANA FIDALGO MILAN,

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nLyyvgjs.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:27:56 - VALOR: R$ 21,26

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 16.001 | FICHA 2

RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade, por venda que lhe fez o proprietário Jurandi Savi, já qualificado, pelo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 313,88; Guia:- 186/08.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 8-M. 16.001, em 2 de outubro de 2008.

Pela escritura pública referida no registro anterior, o proprietário Jurandir Savi, já qualificado, vendeu o imóvel, gravado com o usufruto objeto do R. 7, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, solteira, maior, professora aposentada, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Célia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua Antonio Campostrine, n. 15 - Jardim Elvira Zanella, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Título prenotado sob n. 106.333, em 1º-10-08.- Deste:- R$ 350,04; Guia:- 186/08.-.-.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 9-M. 16.001, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado** Orlando Milan, **foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 16.001, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nLyygjs.

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 11-M. 16.001, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 19.982 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 12-M. 16.001, em 13 de julho de 2021.

Por requerimento datado de 2 de julho de 2021, acompanhado de cópia autenticada da certidão de óbito extraída da matrícula n. 121475 01 55 2021 4 00034 267 0013552 73, expedida em 28-6-21, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais deste distrito, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que no dia 26 de junho de 2021, ocorreu o falecimento da credora usufrutuária Ana Fidalgo Milan, ficando, portanto, cancelado o R. 7 desta matrícula.- Valor da avaliação municipal do imóvel:- R$ 80.000,00, sendo considerado 1/3 desse valor para cálculo das custas e emolumentos.- Título prenotado sob n. 150.631, em 5-7-21.- Desta:- R$ 224,72. Guia:- 28/21 - (Selo digital n. 1196933310A000000947 6421V).-.-.-.-.-.-.-.-.-.

O Substituto do Oficial, (Guilherme Luís Caldeira Vergilio)

AV. 13-M. 16.001, em 13 de novembro de 2023.

PENHORA – Pelo ofício EF/GGH, expedido em 10 de outubro de 2023, r. despacho proferido em 26 de setembro de 2023, e demais documentos oriundos da Justiça Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Registro, deste Estado, extraídos do Processo de Execução Fiscal n. 5000293-05.2020.4.03.6129, onde figuram como exequente a UNIÃO FEDERAL, CNPJ n. 26.994.558/0001-23 e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 1.143.971,78 (um milhão e cento e quarenta e três mil e novecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% do imóvel pertencente ao executado, foi penhorada** por auto datado de 27-6-2022, sendo o próprio executado nomeado fiel depositário. Observações: i) A presente penhora abrange também partes ideais dos imóveis matriculados sob n. 19.982, 5.734 e 19.979 todas desta Serventia; e, ii) Nos termos da Lei Federal n. 8.212/1991, art. 53, § 1º, em

= CONTINUA NA FICHA N. 3 =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nLyvgjs.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:27:56 - VALOR: R$ 21,26

decorrência da penhora, a parte ideal acima referida, de titularidade do executado, fica indisponível. Título prenotado sob n. 158.393, em 9-11-23. Desta:- A final – (Selo digital n. 1196933310A00000114983232).-----

O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código nLyvvgjs.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:27:56 - VALOR: R$ 21,26

onr Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMOVEL:- Uma área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 hectares, localizada na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, neste município de Adamantina, dentro das seguintes confrontações:- na cabeceira com a estrada Adamantina a Valparaíso; por um lado com Luiz Prado Filho; por outro lado com Emilio Casas Fidalgo; e, pelos fundos com o Córrego Oito, devidamente cadastrado junto ao INCRA., em maior porção, sob n. 615013 004472-0; Area total:- 58,0 ha.; mód. fiscal:- 20,0; n. mód. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 0,0 ha., denominado "Sítio Santana I";

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 2.142, de 2-3-60 deste Registro.-

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

A presente matrícula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.979, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaíso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Por ato de ofício, faz-se esta averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula se acha cadastrado perante o INCRA, em maior porção, sob n. 615013 004472-0; área total:- 58,00 ha.; mód. fiscal:- 20,0 ha.; n. móds. fiscais:- 2,90 e fração mínima de parcelamento:- 3,0 ha., em nome de Domingos Milan, de nacionalidade brasileira, conforme CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, ora apresentado; e, se acha inscrito na Receita Federal sob n. 0.728.256-7, conforme Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural referida no registro seguinte.- Desta:- nihil - "ex officio".-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4tpOS7J9.

onr Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

MATRÍCULA 19.979 — FICHA 1 VERSO

R. 4-M. 19.979, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 79.275,80 (setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural sob n. 9098.1AF5.4FD8.7D2E, relativa ao ITR sobre o imóvel.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 57/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 69/71 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 83.031,03 (oitenta e três mil e trinta e um reais e três centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 508,63; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4tpOS7J9.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:41:26 - VALOR: R$ 21,26

R. 6-M. 19.979, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 83.031,03, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Foram apresentados:- o CCIR/INCRA - Exercícios 2003 a 2005, quitado; e, a Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural n. 8D0D.F7E3.F839.9835, relativa ao ITR sobre o imóvel, confirmada por esta unidade imobiliária.- Título prenotado sob n. 99.393, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.979, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 0003210-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 8-M. 19.979, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4tpOS7J9.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:41:26 - VALOR: R$ 21,26

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

MATRÍCULA 19.979 | FICHA 2 VERSO

AV. 9-M. 19.979, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 19.979, em 13 de julho de 2021.

Por requerimento datado de 2 de julho de 2021, acompanhado de cópia autenticada da certidão de óbito extraída da matrícula n. 121475 01 55 2021 4 00034 267 0013552 73, expedida em 28-6-21, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais deste distrito, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que no dia 26 de junho de 2021, ocorreu o falecimento da credora usufrutuária Ana Fidalgo Milan, ficando, portanto, cancelado o R. 6 desta matrícula.- Valor venal-proporcional:- R$ 826.750,00, sendo considerado 1/3 desse valor para cálculo das custas e emolumentos.- Título prenotado sob n. 150.631, em 5-7-21.- Desta:- R$ 341,65; Guia:- 28/21 - (Selo digital n. 1196933310A0000009476621R).-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Substituto do Oficial, (Guilherme Luís Caldeira Vergilio)

AV. 11-M. 19.979, em 13 de novembro de 2023.

PENHORA – Pelo ofício EF/GGH, expedido em 10 de outubro de 2023, r. despacho proferido em 26 de setembro de 2023, e demais documentos oriundos da Justiça Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Registro, deste Estado, extraídos do Processo de Execução Fiscal n. 5000293-05.2020.4.03.6129, onde figuram como exequente a UNIÃO FEDERAL, CNPJ n. 26.994.558/0001-23 e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 1.143.971,78 (um milhão e cento e quarenta e três mil e novecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% do imóvel pertencente ao executado, foi penhorada** por auto datado de 27-6-2022, sendo o próprio executado nomeado fiel depositário. Observações: i) A presente penhora abrange também partes ideais dos imóveis matriculados sob n. 19.982, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia; e, ii) Nos termos da Lei Federal n. 8.212/1991, art. 53, § 1º, em decorrência da penhora, a parte ideal acima referida, de titularidade do executado, fica indisponível. Título prenotado sob n. 158.393, em 9-11-23. Desta:- A final – (Selo digital n. 1196933310A0000011498523Y).-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4tpOS7J9.

onr Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA	FICHA
19.982	1

Adamantina, 1º de setembro de 2003.

IMÓVEL:- Um imóvel urbano constituído pelo lote de terreno sob n. 2 (dois) da quadra n. 11 (onze), com a área superficial de 384,00 metros quadrados, medindo 12,00 metros de frente, por 32,00 metros da frente aos fundos, localizado nesta cidade e comarca de Adamantina, confrontando pela frente com a Alameda Armando de Salles Oliveira; por um lado, com o lote n. 1; por outro lado com o lote n. 3; e, pelos fundos com o lote n. 16, da mesma quadra, devidamente cadastrado na Prefeitura local sob n. 21500;

PROPRIETARIO:- DOMINGOS MILAN, brasileiro, casado, do comércio, residente nesta cidade;

REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição n. 4.717, de 20-11-64, deste Registro.-.

O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 1-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

A presente matricula foi aberta em conformidade com o disposto na letra "a", do item 44, do Capítulo XX - Provimento n. 58/89 (Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado).- Desta:- nihil - "ex officio".-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 2-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 15 de maio de 2003, acompanhado de cópias reprográficas da certidão de casamento n. 396, expedida em 6-11-01, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Valparaiso, deste Estado e dos documentos pessoais adiante mencionados, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que o proprietário Domingos Milan, portador do RG. n. 7.232.502-SSP/SP e do CIC n. 153.034.978-87, é casado pelo regime da comunhão de bens com Ana Fidalgo Milan, portadora do RG. n. 25.388.617-X-SSP/SP e do CIC n. 323.147.468-05, desde 15 de julho de 1945, portanto, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77. Título prenotado sob n. 91.142, em 29-8-03.- Desta:- R$ 7,18; Guia:- 162/03.-.
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

AV. 3-M. 19.982, em 1º de setembro de 2003.

Por requerimento datado de 7 de agosto de 2003, acompanhado da certidão n. 93/03, expedida em 6-2-03, pela Prefeitura do Município de Adamantina e dos Alvarás de Habite-se n. 14/65 e 24/02, expedido em 27-2-03, pela Secretaria de Planejamento-Departamento de Engenharia daquela repartição, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que sobre o imóvel foi construída uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas, sob n. 110 da Alameda Armando de Salles Oliveira, cujas plantas para sua edificação foram aprovadas por aquela repartição em nome de Domingos Milan, em 11-3-65, com a área de 109,50 metros quadrados e em 23-9-02, com a área de 72,89 metros quadrados, totalizado uma área construída de 182,39 metros quadrados, estimando-se à obra o valor de R$ 195.872,26, segundo tabela do Sinduscon/SP. Apresentada com referên-

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4Yv8Onls.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:51:18 - VALOR: R$ 21,26

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

cia à obra, a Certidão Negativa de Débito-CND do INSS n. 007532003-21030010, emitida em 9-5-03, via Internet, confirmada por esta unidade imobiliária e arquivada na pasta própria sob n. 101/03. Título prenotado sob n. 91.143, em 29-8-03.- Desta:- R$ 163,94; Guia:- 162/03.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 4-M. 19.982, em 23 de março de 2006.

Conforme Carta de Adjudicação expedido em 13 de março de 2006, devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Dr. José Roberto Canducci Molina, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta comarca, que homologou a adjudicação por r. sentença de 10 de outubro de 2005, transitada em julgado, extraído dos Autos de Inventário n. 1.388/01, dos bens deixados pelo falecimento de DOMINGOS MILAN - CIC n. 153.034.978-87, ocorrido em 25 de outubro de 2001, no estado civil de casado sob o regime de comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Ana Fidalgo Milan, verifica-se que o imóvel avaliado em R$ 14.069,30 (quatorze mil e sessenta e nove reais e trinta centavos), foi adjudicado a favor de ANA FIDALGO MILAN, RG n. 25.388.617-X-SSP/SP e CIC n. 323.147.468-05, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Alameda Armando de Salles Oliveira n. 110, nesta cidade. Valor utilizado para cálculo do ITBI:- R$ 50.945,62.- Título prenotado sob n. 98.348, em 22-3-06.- Deste:- R$ 418,26; Guia:- 57/06.-
O Substº do Oficial, (José de Oliveira Santos Neto)

R. 5-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

Pela escritura pública de doação com reserva de usufruto de 18 de julho de 2006, lavrada no Tabelião de Notas local, a págs. 66/68 do livro n. 207, a proprietária Ana Fidalgo Milan, já qualificada, transmitiu o imóvel a título de doação, ao qual foi atribuído o valor de R$ 14.224,30 (quatorze mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), a MARIA APARECIDA MILAN, RG. n. 6.451.821-SSP/SP e CIC n. 004.963.038-56; EVA MILAN, RG. n. 6.451.823-SSP/SP e CIC n. 004.963.028-84, ambas solteiras, maiores, professoras aposentadas, residentes e domiciliadas na Alameda Armando de Salles Oliveira, n. 110, nesta cidade; OSVALDO MILAN, RG. n. 10.205.631-SSP/SP e CIC n. 044.450.578-43, empresário, casado sob o regime de comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos do pacto antenupcial registrado sob n. 3.473 no Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Junqueirópolis, deste Estado, com Claire Maria Pinotti Milan, RG. n. 7.771.643-SSP/SP e CIC n. 047.225.858-30, professora, residentes e domiciliados na Rua João Tobias Filho, n. 24, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado; e, ORLANDO MILAN, RG. n. 4.409.356-SSP/SP e CIC n. 480.003.108-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com Maria Celia Trentino Milan, RG. n. 5.059.299-SSP/SP e CIC n. 658.013.188-87, professores, residentes e domiciliados na Rua Santa Natália, n. 23, na cidade de Pariquera-Açu, deste Estado, todos brasileiros.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimentos do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 327,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

= CONTINUA NA FICHA N. 2 =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4YV8Onls.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:51:18 - VALOR: R$ 21,26

ONR Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 2

R. 6-M. 19.982, em 2 de agosto de 2006.

USUFRUTO VITALICIO - Pela escritura pública referida no registro anterior, a doadora ANA FIDALGO MILAN, já qualificada, reservou para si o usufruto vitalício sobre o imóvel.- Valor atribuído ao imóvel:- R$ 14.224,30, sendo considerado 1/3 desse valor para efeito de cálculo de custas e emolumentos.- Consta do título, que em relação às donatárias Maria Aparecida Milan e Eva Milan, foram apresentadas no tabelião do título, as guias de recolhimento do ITCMD, quitadas; e, em relação aos donatários Osvaldo Milan e Orlando Milan, consta declaração sob as penas da Lei, de que não foi apresentada a guia de recolhimento do ITCMD, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso II, § 1º c/c art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei 10.705, de 28-12-00.- Título prenotado sob n. 99.392, em 31-7-06.- Deste:- R$ 241,69; Guia:- 144/06.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Escrevente, (Guilherme L. C. Vergilio)

AV. 7-M. 19.982, em 11 de agosto de 2017.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 9 de agosto de 2017 e enviada eletronicamente por Camila Escobar Lenoir, da 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, que tem como Escrivã/Diretora Andréia Martins Capretz, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000176156, extraída do Processo de Execução Civil n. 00032110-41.2012.403.6104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0001-23, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pela 8ª Vara Cível da comarca de São Paulo, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 402.307,24 (quatrocentos e dois mil e trezentos e sete reais e vinte e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 5 de maio de 2015, sendo nomeada fiel depositária Ana Fidalgo Milan. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 138.235, em 9-8-17. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luis Vergilio)

AV. 8-M. 19.982, em 12 de junho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 11 de junho de 2019 e enviada por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000271284, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário OSVALDO MILAN, CPF n. 044.450.578-43, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Osvaldo Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia, além de um imóvel pertencente à comarca de Jacupiranga, deste Estado.. Título prenotado sob n. 144.097, em 11-6-19. Desta:- A final.-
O Oficial, (Ademar Luis Vergilio)

AV. 9-M. 19.982, em 18 de julho de 2019.

PENHORA – Na certidão para averbação de penhora emitida em 15 de julho de 2019 e enviada

= CONTINUA NO VERSO =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4Y8Onls.

SOLICITADO POR: LANCE EPP - CPF/CNPJ: ***.414.090-** DATA: 14/06/2024 08:51:18 - VALOR: R$ 21,26

onr Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 2 VERSO

por João Amaro Lisboa Neto, Oficial Maior do Ofício Judicial do Foro Distrital de Pariquera-Açu, comarca de Jacupiranga, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Alexandre Cleto Porto, através do ofício eletrônico – Protocolo PH000276384, extraída do Processo de Execução Civil n. 00003785220178260424, onde figuram como exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 01.468.760/0001-90, e como executados o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, E OUTROS, em trâmite naquela Vara Judicial, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 235.922,02 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e dois centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% da NUA PROPRIEDADE, pertencente ao executado Orlando Milan, foi penhorada** por auto ou termo datado de 19 de março de 2019, sendo o mesmo nomeado fiel depositário. A presente penhora abrange também os imóveis matriculados sob n. 19.979, 16.001 e 5.734 todas desta Serventia. Título prenotado sob n. 144.356, em 15-7-19. Desta:- A final.-.
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 10-M. 19.982, em 13 de julho de 2021.

Por requerimento datado de 2 de julho de 2021, acompanhado de cópia autenticada da certidão de óbito extraída da matrícula n. 121475 01 55 2021 4 00034 267 0013552 73, expedida em 28-6-21, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais deste distrito, legalizados e arquivados, foi requerido e faço esta averbação para constar que no dia 26 de junho de 2021, ocorreu o falecimento da credora usufrutuária Ana Fidalgo Milan, ficando, portanto, cancelado o R. 6 desta matrícula.- Valor da avaliação municipal do imóvel:- R$ 250.000,00, sendo considerado 1/3 desse valor para cálculo das custas e emolumentos.- Título prenotado sob n. 150.631, em 5-7-21.- Desta:- R$ 234,73; Guia:- 28/21 - (Selo digital n. 1196933310A000000947 6521T).-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
O Substituto do Oficial, (Guilherme Luís Caldeira Vergilio)

AV. 11-M. 19.982, em 1º de junho de 2022.

PENHORA – Na certidão de penhora emitida em 30 de maio de 2022 e enviada por Luis Gustavo Passi, Oficial de Justiça da 1ª Vara Federal da comarca de Tupã, deste Estado, que tem como Escrivão/Diretor Paulo Rogério Vanemacher Marinho, através do ofício eletrônico - Protocolo PH000418413, extraída do Processo de Execução Fiscal n. 50001887420184036104, onde figuram como exequente a ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, CNPJ n. 26.994.558/0045-44, e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, em trâmite pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Federal de Tupã, deste Estado, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 643.736,64 (seiscentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% do imóvel pertencente ao executado, foi penhorada** por auto ou termo datado de 15-3-2021, sendo o próprio executado nomeado fiel depositário.- Título prenotado sob n. 153.736, em 30-5-22.- Desta:- A final - (Selo digital n. 1196933310A000001030 3222W).-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

AV. 12-M. 19.982, em 26 de outubro de 2023.

Pelo ofício expedido em 10 de outubro de 2023, pela 8ª Vara Federal Cível da comarca de São Paulo, deste Estado, assinado eletronicamente pelo Exmo. Sr. Dr. Caio José Bovino Greggio, MM. Juiz Federal Substituto daquela Vara, extraído dos Autos de Execução de Título Extrajudicial - Processo n. 0003210-41.2012.4.03.6104, legalizado e arquivado, foi determinado o cancelamento da penhora referida na AV. 7 desta matrícula.- Título prenotado sob n. 158.220, em 20-10-23.- Desta:- Nihil - Por Ordem Judicial - (Selo digital n. 1196933E10A000001146 4223S).-.-.-.-.-.-.-
O Substituto do Oficial, (Guilherme Luís Caldeira Vergilio)

AV. 13-M. 19.982, em 13 de novembro de 2023.

PENHORA – Pelo ofício EF/GGH, expedido em 10 de outubro de 2023, r. despacho proferido em 26 de setembro de 2023, e demais documentos oriundos da Justiça Federal da 1ª Vara da

= CONTINUA NA FICHA N. 3 =

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4Yv8Onls.

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL
Cód. Nacional da Serventia: 11.969-3

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ADAMANTINA - SP

MATRÍCULA 19.982 | FICHA 3

Subseção Judiciária de Registro, deste Estado, extraídos do Processo de Execução Fiscal n. 5000293-05.2020.4.03.6129, onde figuram como exequente a UNIÃO FEDERAL, CNPJ n. 26.994.558/0001-23 e como executado o proprietário ORLANDO MILAN, CPF n. 480.003.108-72, verifica-se que para garantia da dívida no valor de R$ 1.143.971,78 (um milhão e cento e quarenta e três mil e novecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos), **parte ideal correspondente a 25,00% do imóvel pertencente ao executado, foi penhorada** por auto datado de 27-6-2022, sendo o próprio executado nomeado fiel depositário. Observações: i) A presente penhora abrange também partes ideais dos imóveis matriculados sob n. 16.001, 5.734 e 19.979 todas desta Serventia; e, ii) Nos termos da Lei Federal n. 8.212/1991, art. 53, § 1º, em decorrência da penhora, a parte ideal acima referida, de titularidade do executado, fica indisponível. Título prenotado sob n. 158.393, em 9-11-23. Desta:- A final – (Selo digital n. 1196933310A00000114982234).-
O Oficial, (Ademar Luís Vergilio)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,26

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 4Y8Onls.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: junho/2024
Indexador utilizado: TJSP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	TOTAL
1		05/10/2019	90.000,00	119.759,96	119.759,96
2		05/10/2019	1.000.000,00	1.330.666,26	1.330.666,26
3		05/10/2019	190.000,00	252.826,59	252.826,59
4		05/10/2019	140.000,00	186.293,28	186.293,28
		TOTAIS	**1.420.000,00**	**1.889.546,09**	**1.889.546,09**

		Subtotal			**R$ 1.889.546,09**

		TOTAL GERAL			**R$ 1.889.546,09**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2024 às 12:44 , sob o número WPQU24700057092
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 2sOZTd3P.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU – SP.

Autos Nº

0000378-52.2017.8.26.0424

ORLANDO MILAN, já identificado nos autos em epígrafe de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA manejado pelo MPESP, por seu Advogado, abaixo firmado, comparece a Vossa Excelência, respeitosamente, ante os termos da R. Decisão de fls. 587, para expor e requerer como segue:

1 -) A R. Decisão em questão deliberou pela realização do **LEILÃO** dos bens penhorados, com a ressalva de que a quota-parte do cônjuge será calculada sobre o valor da avaliação desses bens, independente do valor da arrematação do imóvel, conforme decisão superior.

2 -) De sua vez, os bens em questão são aqueles identificados a fls. 384/387:

- imóvel residencial em alvenaria (Matrícula 16.001), com valor de R$ 100.435,70.

- imóvel rural com 20,00 alqueires paulista (Matrícula 19.979), com valor de R$ 1.227.547,42.

- imóvel urbano residencial (Matrícula 19.982), com valor de R$ 212.030,92.

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JE1wCgAU.

- metade de lote de terreno com características comerciais e residenciais (Matrícula 5.734), com valor de R$ 312.466,42 ou R$ 156.233,31.

Os valores acima foram atualizados pela empresa leiloeira com base no valor da avaliação.

3 -) E é certo que a **AVALIAÇÃO desses imóveis data de 05/10/2019**, tendo sido homologada em 05/03/2020 (fls. 243/244 e 259/260). Já se passaram quase CINCO anos dessa avaliação.

4 -) Assim sendo, avizinhando-se o LEILÃO só agora na metade de 2024, soa razoável atender ao precedente do STJ a respeito da contemporaneidade:

"***a avaliação do bem objeto de leilão deve ser feita em momento próximo à expropriação para manter a contemporaneidade da aferição do valor, tendo em vista que fatores externos podem influir na variação do preço do objeto"*** **(STJ, REsp 1.103.235**/PR, 2ª T., J. 19/03/2009)".

5 -) Não fosse só esse dado preponderante, a ensejar a necessidade de **NOVA AVALIAÇÃO**, é fato que a AVALIAÇÃO feita em **2019** preteriu regra processual cogente expressa, a saber, aquela que exige que a **AVALIAÇÃO do Oficial de Justiça viesse com VISTORIA e LAUDO respectivos,** conforme o *caput* do artigo 872, I do CPC, bem como fosse observado o inciso I do mesmo artigo, no que toca ao DEVER (leia-se do *caput*) de **ESPECIFICAR os bens com as suas características e o estado em que se encontram.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JE1wCgAU.

Deveras, é certo e pontual que a **AVALIAÇÃO de outubro de 2019** foi feita totalmente desconforme com as exigências positivadas pelos artigos 872 e 873 do CPC (***o oficial de justiça o fez por mera estimativa, sendo que quanto ao imóvel rural pelo VTN – valor da terra nua, sem considerar a existência de CULTIVO PERMANENTE DE CANA na área***), no tocante a constar a especificação dos bens com suas características, o estado em que se encontravam e o correspondente valor de mercado, notadamente para que no caso de coproprietários a alienação viesse a ser pelo **CORRETO VALOR DE MERCADO** e não por um mero valor estimativo como feito pelo Oficial de Justiça de Adamantina a fls. 243/244, labor esse que por evidente lançou dúvida fundada sobre o valor real dos bens, o que se demonstra pelo **PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA** em anexo, feito em novembro de 2023 (anexo).

De se observar que nesse Parecer Técnico feito por **CORRETOR DE IMÓVEIS** (***não pela exótica figura do Oficial de Justiça, legitimidade evidentemente equivocada do CPC, com a devida vênia, dada a ausência de capacidade técnica desse servidor)***, o profissional alude a existência, na área rural dos 20,00 alqueires paulistas, a existência de **CULTIVO PERMANENTE de cana de açúcar**, dando assim como valor do bem o de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Ou seja, valor bem distante daquele singelamente identificado pelo oficial de justiça. E evidentemente que o valor da terra nua é bem diferente do valor de terra cultivada, cuja produção no caso é comercializada com a empresa **BRANCO PERES S/A,** via de **Contrato de Parceria Agrícola.**

De modo que, aliado ao tempo decorrido daquela AVALIAÇÃO até a presente data, i. é., quase cinco anos, aliado ao posicionamento do STJ a respeito da contemporaneidade, bem como pelos parâmetros do **PARECER TÉCNICO** acima mencionado e mesmo pela desatenção da AVALIAÇÃO de 2019 quanto as características específicas dos bens e seu estado, ferindo os artigos 872, caput e inciso I e 873 e incisos do CPC, soa de rigor, malgrado aquela AVALIAÇÃO tenha sido lá atrás homologada,

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JE1wCgAU.

determine o Juízo NOVA AVALIAÇÃO que atenda esses importantes aspectos ora arguidos.

Até porque, por evidente, se foi preterida forma legal processual expressa, ainda que homologada a AVALIAÇÃO lá atrás, **impõe-se o reconhecimento da ilegalidade de ofício pelo Juízo, chamando a ordem a situação**, mormente também pelo decurso do tempo decorrido, que prejudica a contemporaneidade entre a data da avaliação e a da hasta pública.

Nesse sentido:

"(...) Constatada divergência significativa na avaliação do imóvel penhorado, bem como omissão de registro no laudo de diversas benfeitorias existentes e características naturais peculiares da propriedade rural, necessária nova avaliação, com fulcro no art. 683, CPC/73 (art. 873, NCPC), a ser realizada por profissional dotado de conhecimento técnico sobre o assunto, visando dirimir os conflitos existentes e que a execução seja realizada de modo menos gravoso ao devedor. (...)" (Processo AI 94660042016809000. Órgão Julgador 3ª Câmara Cível, DJ 16/06/2016).

6 -) De outro lado, é necessário argumentar, noticiando, que a cota-parte de ORLANDO MILAN do imóvel rural **Matrícula 19.979** foi **ALIENADA JUDICIALMENTE** nos autos do Processo Nº 0003210-41.2012.4.03.6104, em curso perante a 8ª Vara Federal de São Paulo, conforme documentos anexos.

Assim, **soa de rigor seja LEVANTADA** a penhora desse imóvel no tocante a cota-parte de ORLANDO MILAN.

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JE1wCgAU.

7 -) Já no tocante ao imóvel da Alameda Armando Salles, em Adamantina, **Matrícula 19.982**, é certo que esse imóvel penhorado nos autos do Processo Nº 5000188-74.2018.4.03.6104 – 1ª Vara Federal de Registro, é alvo de Embargos de Terceiro – Processo Nº 5000294-82.2023.4.03.6129 – 1ª Vara Federal de Registro, **com liminar deferida sob a ótica de ser bem de família**, sustando o leilão respectivo, conforme documentos anexos.

De maneira que, soa de rigor seja excluído do leilão destes autos, ante a potencial possibilidade de decretação definitiva de sua IMPENHORABILIDADE, crivo esse que protegerá o imóvel de qualquer alienação judicial.

8 -) Do exposto, atento ao fato de que a AVALIAÇÃO que embasa o Leilão deixou de atender a regra dos artigos 872, I, atento ao 873 e incisos do CPC, aliado ao **precedente do STJ** quanto a necessidade de **contemporaneidade da AVALIAÇÃO com a ALIENAÇÃO JUDICIAL**, além dos parâmetros objetivos do PARECER TÉCNICO da lavra de CORRETOR DE IMÓVEIS referente ao valor dos imóveis em questão, **REQUER, em caráter excepcional, DETERMINE o Juízo NOVA AVALIAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS**, observado os aspectos supra mencionados a respeito da alienação judicial em outro processo do Imóvel da Matrícula 19.979 e a liminar de suspensão de leilão em outro processo do Imóvel da Matrícula 19.982 por se tratar de bem de família, **excluindo-os do Leilão futuro destes autos**.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Registro, 20 de Junho de 2024.

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO

OAB/SP 93.364

Rua José Antônio de Campos, Nº 400 – 2º pavimento – centro
Registro – SP – CEP: 11900-000 – Tel: 55 13 38222161
e-mail: ccfr_adv@yahoo.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código JE1wCgAU.

Justiça Federal da 3ª Região - 1º grau
PJe - Processo Judicial Eletrônico

14/02/2024

Número: **0003210-41.2012.4.03.6104**

Classe: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**
Órgão julgador: **8ª Vara Cível Federal de São Paulo**
Última distribuição : **30/03/2012**
Valor da causa: **R$ 402.307,24**
Assuntos: **Multas e demais Sanções**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
UNIÃO FEDERAL (EXEQUENTE)	
ORLANDO MILAN (EXECUTADO)	
	CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
309564167	07/12/2023 17:27	02 Auto de arrematação lote 028B	Outros Documentos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código MkQl5hhU.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua João Guimarães Rosa, 215 - Bairro Centro - CEP 01303-030 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br

AUTO Nº 10391546/2023

AUTO DE ARREMATAÇÃO DE BEM IMÓVEL
295ª Hasta Pública Unificada

Processo: Execução de Título Extrajudicial nº 0003210-41.2012.4.03.6104
Partes - UNIÃO FEDERAL (AGU) X ORLANDO MILAN
Vara - 8ª Vara Cível Federal de São Paulo
Número do lote – 028 - item B
Valor da arrematação- R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Ao(s) quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, nos termos do art. 901 do Código de Processo Civil, foi determinada a lavratura do presente Auto de Arrematação do(s) bem(ns) levados a Leilão Público, realizado eletronicamente na rede mundial de computadores, no sítio https://www.fidalgoleiloes.com.br/leilao.php?idLeilao=2884, sob a responsabilidade de Douglas José Fidalgo, leiloeiro(a) oficial credenciado(a), presidido pelo(a) MM(a). Juiz(a) Federal, Dr.(a) Lesley Gasparini, cujo maior lance foi ofertado no dia 04/12/2023, às 10:56 horas, bem(ns) esse(s) que se encontra(m) penhorado(s) nos autos do processo acima, constante(s) do Edital de Leilão devidamente publicado, localizado(s) na Fazenda Aguapeí - Adamantina/SP, tendo como fiel depositário o(a) Sr.(a) Orlando Milan, e como **arrematante o(a) senhor(a) a seguir identificado(a):**

Nome: Rogério de Sá Locatelli
CPF/CNPJ: 206.399.958-96
RG/Emissor: 25374713 SSP/SP
Endereço: Rua José Medina, 130 - Parque das Esmeraldas II
Cidade/Estado: Marília/SP
CEP: 17516-715
Telefone: (14)99626-5731 (14)98119-9629
E-mail: rogerlocatelli@hotmail.com

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):

B) A fração ideal de 1/4 de 01 área de terras com 20,00 alqueires paulista, iguais a 48,40 ha, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, município de Adamantina. Cadastro no INCRA nº 615013 004472-0. Registrado na matrícula nº 19.979 do Registro de Imóveis de Adamantina/SP.
Obs.: Constam na matrícula restrições em outros processos judiciais.

Determina o(a) Juiz(a) Federal Presidente que o(a) arrematante contate a Vara em que tramita o processo após 15 (quinze) dias da data de encerramento do leilão, apresentando sua via do Auto de Arrematação para requerer a Carta de Arrematação a ser expedida nos termos do artigo 901, § 2º do Código de Processo Civil, para viabilidade da transferência da posse e do domínio do bem, e ainda, cópia dos documentos necessários para instrução da referida Carta.

E para constar, lavrei o presente, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) MM. Juiz(a) Federal Presidente da Hasta e pelo leiloeiro, que assina por si e pelo(a) arrematante. Eu, Alberto Hideo Yamamoto, Técnico Judiciário, RF nº 2747, conferi.

Este documento foi gerado pelo usuário 041.***.***-64 em 14/02/2024 18:45:18
Número do documento: 23120717265892600000299182060
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23120717265892600000299182060
Assinado eletronicamente por: MILENA SITTOLIN SETUBAL - 07/12/2023 17:26:59

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código MkQl5hhU.

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Hideo Yamamoto**, **Diretor do Núcleo de Hastas Públicas Unificadas**, em 05/12/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Douglas Jose Fidalgo**, **Usuário Externo**, em 05/12/2023, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lesley Gasparini**, **Diretora do Núcleo de Hastas Públicas Unificadas**, em 05/12/2023, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10391546** e o código CRC **45CCF013**.

0016290-21.2023.4.03.8001 10391546v2

Este documento foi gerado pelo usuário 041.***.***-64 em 14/02/2024 18:45:18
Número do documento: 23120717265892600000299182060
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23120717265892600000299182060
Assinado eletronicamente por: MILENA SITTOLIN SETUBAL - 07/12/2023 17:26:59

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código MkQl5hhU.

Justiça Federal da 3ª Região - 1º grau
PJe - Processo Judicial Eletrônico

14/02/2024

Número: **0003210-41.2012.4.03.6104**

Classe: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**
Órgão julgador: **8ª Vara Cível Federal de São Paulo**
Última distribuição : **30/03/2012**
Valor da causa: **R$ 402.307,24**
Assuntos: **Multas e demais Sanções**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
UNIÃO FEDERAL (EXEQUENTE)	
ORLANDO MILAN (EXECUTADO)	
	CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
309564169	07/12/2023 17:27	Ata-295ª HPU-2º leilão	Outros Documentos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código cfCgoYK6.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua João Guimarães Rosa, 215 - Bairro Centro - CEP 01303-030 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br

ATA Nº 10386144/2023

ATA DA 295ª HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO – 2º LEILÃO

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia quatro do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, encerraram-se os trabalhos da **295ª Hasta Pública Unificada** da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, realizada eletronicamente na rede mundial de computadores, no sítio https://fidalgoleiloes.com.br/leilao.php?idLeilao=2884, local em que a oferta de lances esteve disponível a partir de 20711/2023, contando com a participação de Douglas José Fidalgo, Leiloeiro Oficial credenciado responsável pela Hasta e do representante da Central de Hastas Públicas Unificadas, Alberto Hideo Yamamoto, sob a presidência da MMa. Juíza Federal Dar. Lesley Gasparini. Foram realizados os pregões nos seguintes termos:

Lotes cancelados: 02, 19, 60 (item C), 67, 68, 77 (item A), 81, 83, 91, 97, 105, 109, 122, 132, 136, 139, 144, 147, 151, 155, 169, 177, 178.

Lotes arrematados: 12 (item D), 14, 16, 18, 25, 26, 28 (item B), 32, 45, 77 (item B), 84, 90, 104, 135 (item A1), 142, 143, 148, 154, 171 (itens A, B, D, E, F), 174.

Em razão da arrematação do lote 104, processo nº 5007744-65.2020.4.03.6102, restou prejudicado o apregoamento do lote 103 processo nº 0003228-92.2017.4.03.6102, tendo em vista tratarem-se dos mesmos bens.

A Fazenda Nacional, por intermédio de seu Procurador, Dr. Marcelo Mello Locio, renuncia expressamente ao prazo estabelecido pelo artigo 24, II, alínea b, da Lei 6.830/80, quanto à adjudicação dos bens arrematados no(s) seguinte(s) lote(s): 16, 18, 45, 77 (item B), 90, 104, 135 (item A1), 143, 148, 154, 171 (itens A, B, D, E, F).

Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Juíza Presidente declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata redigida pelo servidor Alberto Hideo Yamamoto, subscrita pelo Leiloeiro Oficial e MMa. Juíza Federal Dra. Lesley Gasparini, Presidente da 295ª Hasta Pública Unificada (2º Leilão).

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Hideo Yamamoto**, **Diretor do Núcleo de Hastas Públicas Unificadas**, em 04/12/2023, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Douglas Jose Fidalgo**, **Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARCELO MELLO LOCIO**, **Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 19:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lesley Gasparini**, **Diretora do Núcleo de Hastas Públicas Unificadas**, em 05/12/2023, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Este documento foi gerado pelo usuário 041.***.***-64 em 14/02/2024 18:42:18
Número do documento: 23120717265902900000299182062
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23120717265902900000299182062
Assinado eletronicamente por: MILENA SITTOLIN SETUBAL - 07/12/2023 17:26:59

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código cfCgoYK6.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10386144** e o código CRC **D83AC211**.

Este documento foi gerado pelo usuário 041.***.***-64 em 14/02/2024 18:42:18
Número do documento: 23120717265902900000299182062
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23120717265902900000299182062
Assinado eletronicamente por: MILENA SITTOLIN SETUBAL - 07/12/2023 17:26:59

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código cfCgoYK6.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.

PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA

Este parecer atende aos requisitos da Lei 6.530/76 e a Resolução 1.066/2007 COFECI. Obedecendo aos critérios mercadológicos da ABNT 14.653-2 – Avaliação de Imóveis Urbanos.

1. DADOS DO PROPONENTE:

Nome: Maria Aparecida Milan e outros

Objeto: 02 Imóveis residenciais Urbanos e 01 Imóvel Rural.

Endereço: Al. Armando Salles de Oliveira, nº 110 - Centro

Cidade: Adamantina – SP.

2.LOCALIZAÇÃO:



Al. Santa Cruz, nº 1077 – Centro – Adamantina – SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.



Rua Vinicius de Moraes, nº 68 – Jardim dos Poetas.



Bairro Lagoa Seca – Adamantina - SP.

3. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO LAUDO

Nome: Solar Corretora de Imóveis S/S Ltda.

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 528 - Centro

Município: Adamantina - SP

Telefone: (18) 3521-1866

Inscrição no CRECI nº 31464-J

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.

4. OBJETIVO:

Finalidade: Estabelecer noção de valor comercial, para atender solicitação judicial.

5. VISTORIA:

Data: 03 de novembro de 2023.

IDENTIFICAÇÕES E CARACTERISTICAS DOS IMÓVEIS:

IMÓVEL 01 – *metade do lote de terreno sob nº 9, da quadra nº 124, com a área de 288,00 m², situado na Al. Santa Cruz, º 1077 - Centro e Rua Rui Barbosa, nº 515 – Centro, contendo uma casa residencial com a área superficial de 106,78 m² de construção, e um prédio comercial com a área superficial aproximadamente de 126,25 m², registrado na matricula 5.734 no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.*



VALOR COMERCIAL DE AVALIAÇÃO.....R$ 340.000,00
(Trezentos e quarenta mil reais).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.

IMÓVEL 02 – *um imóvel residencial em alvenaria, coberta com telhas, com 40,28 m² de área construída, com 02 quartos, 01 sala, 01 cozinha e 01 banheiro, situado na Rua Seis, atual Rua Vinicius de Morais, nº 68, Conjunto Habitacional Mandacaru – Jardim dos Poetas, município de Adamantina, Registrado na Matricula 16.001 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.* ***OBS. O imóvel ora avaliado, atualmente possui uma área superficial de 114,92 m² de construção conforme certidão atualizada da Prefeitura Local.***



VALOR COMERCIAL DE AVALIAÇÃO.....R$ 150.000,00
(Cento e cinquenta mil reais).

IMÓVEL 03 – 01 (uma) área de terras com 20,00 alqueires paulista, localizado na Fazenda Aguapeí, Barra ou Rio Feio, Bairro Lagoa Seca, município de Adamantina, Registrado na Matricula 19.979 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.



VALOR COMERCIAL DE AVALIAÇÃO.....R$ 3.600.000,00
(Três milhões e seiscentos mil reais).

6. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA:

Matriculas: 5.734, 16.001 e 19.979 Cartório de Registro de Imóveis de Adamantina.

7. ANALISE DO MERCADO IMOBILIÁRIO:

Os imóveis urbanos encontram-se situados: um no centro, caracterizado por bairro residencial e comercial, e o outro no Conjunto Habitacional Jardim dos Poetas, caracterizado por bairro popular, o imóvel rural encontra-se situado no bairro lagoa seca, nas proximidades da **Usina Branco Peres S/A**, com a qual a propriedade tem contrato de cultivo permanente e fornecimento de cana de açúcar é caracterizado por bairro agrícola, com atividades para plantio de cana de açúcar.

8. PERSPECTIVA DE MERCADO:

Havendo desiquilíbrio entre oferta e procura, sendo boas as perspectivas de comercialização em médio e à longo prazo.

9. RESULTADO DA AVALIAÇÃO:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.

Com base nas informações coletadas no mercado local, características dos imóveis, estabelecemos a noção de valores comercial dos mesmos.

10. NORMAS TÉCNICAS E MÉTODOLOGIA:

A Norma Técnica aplicado no referido parecer foi **NBR** 14.563 da **ABNT** – *Associação Brasileira de Normas Técnicas*. A metodologia aplicada foi o **Método Comparativo Direto de Dados de Mercado.**

Este laudo foi elaborado com observância aos princípios dos códigos de ética profissional do **CRECI-SP**, e de acordo com as normas técnicas da **ABNT** - *Associação Brasileira de Normas Técnicas*, constando de 07 (sete) folhas impressas de um só lado, sendo esta a última folha datada e assinada digitalmente.

11. CONCLUSÃO:

Concluímos que os valores atribuídos aos referidos imóveis, reflete com boa precisão o potencial de conversão desses ativos imobilizados em moeda corrente, sendo que para emissão dessa noção de valores, realizamos vistoria aos imóveis e não detectamos qualquer fatores que possa compromete-los.

VALOR COMERCIAL AVALIAÇÃO (*matricula 5.734*) **.....R$ 340.000,00**

(Trezentos e quarenta mil reais).

VALOR COMERCIAL AVALIAÇÃO (*matricula 16.001*)**.....R$ 150.000,00**

(Cento e cinquenta mil reais).

VALOR COMERCIAL AVALIAÇÃO (*matricula 19.979*) **.....R$ 3.600.000,00**

(Três milhões de seiscentos mil reais).

VALOR TOTAL DE AVALIAÇÃO.....R$ 4.090.000,00

(Quatro milhões e noventa mil reais)).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

SOLAR – Corretora de Imóveis
CNPJ: 29.928.642/0001-37 - CRECI – 31464-J
COMPRA – VENDA – ADMINISTRA IMÓVEIS
Av. Rio Branco, n° 528 – Tel. – (18) 3521-1866 Fax: (18)3521-5569
Adamantina – SP.

Adamantina, 07 de novembro de 2023.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

SOLAR CORRETORA DE IMÓVEIS S/S LTDA

CRECI 31.464 - J

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código zvX8JxuE.

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

09/05/2023

Número: **5000294-82.2023.4.03.6129**

Classe: **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**
Órgão julgador: **1ª Vara Federal de Registro**
Última distribuição : **08/05/2023**
Processo referência: **5000188-74.2018.4.03.6104**
Assuntos: **Bem de Família Legal**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARIA APARECIDA MILAN (EMBARGANTE)	CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO (ADVOGADO)
EVA MILAN (EMBARGANTE)	CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL (EMBARGADO)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
286520851	09/05/2023 17:16	Decisão	Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código uKFwARmL.

EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL (37) Nº 5000294-82.2023.4.03.6129 / 1ª Vara Federal de Registro
EMBARGANTE: MARIA APARECIDA MILAN, EVA MILAN
Advogado do(a) EMBARGANTE: CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO - SP93364
EMBARGADO: UNIÃO FEDERAL

D E C I S Ã O

VISTOS EM INSPEÇÃO – PERÍODO DE 22 A 26 DE MAIO DE 2023

PORTARIA REGT-01V Nº 89 – PUBLICADA NO DEJF Nº 74, DE 24/04/2023

Trata-se de ação de *embargos de terceiro com pedido de liminar,* ajuizada por MARIA APARECIDA MILAN e EVA MILAN contra a UNIÃO, por meio da qual visam, liminarmente, à suspensão de hasta pública do imóvel matriculado sob o nº 19.982, do CRI de Adamantina/SP, determinada nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 5000188-74.2018.4.03.6104, em curso na 1ª Vara Federal de Registro/SP.

Em sede de provimento final pugnam as embargantes seja declarada a impenhorabilidade absoluta do imóvel supracitado, com a consequente desconstituição da penhora que recai sobre o bem constrito. Para tanto dizem que, à luz das disposições constantes na Lei nº 8.009/90, constitui-se em imóvel residencial de entidade familiar, recaindo sobre este, portanto, a proteção do instituto do bem de família.

Em petição inicial, as embargantes narram, em síntese, não integram o processo de execução de nº 5000188-74.2018.4.03.6104, em trâmite nesta 1ª Vara federal de Registro/SP. Nesse feito foi efetivada a penhora com a consequente designação de hasta pública do imóvel matriculado sob o nº19982, do CRI de Adamantina/SP, cuja propriedade foi indicada como sendo do executado, Orlando Milan. Alegam, ainda, as ora embargantes serem coproprietárias do imóvel supracitado, bem como que este se trata de bem de família, conforme definição constante na Lei nº 8.009/90.

A peça vestibular noticia que: *"[...] As Embargantes nunca se casaram e sempre viveram no citado imóvel junto com seus pais, cuidando dos mesmos até sua morte. Nesse sentido, é certo que referido imóvel quando a Sra. ANA FIDALGO MILAN, genitora das Embargantes era viva, foi então considerado IMPENHORÁVEL, reconhecido como BEM DE FAMÍLIA como tutela do direito constitucional à moradia (Decisão do TRF da 3ª Região – anexo). Note-se que as Embargantes eram as procuradoras de sua genitora, conforme a inclusa procuração pública, todas com o mesmo endereço do imóvel constrito. Ademais, os documentos anexos da Prefeitura de Adamantina comprovam que referido imóvel foi cadastrado em nome de DOMINGOS MILAN, genitor das Embargantes. De outro lado, as fotos ora acostadas bem indicam o imóvel em épocas distintas, sempre presentes as Embargantes e familiares, na referida casa de características simples, sendo evidente sua natureza residencial/moradia. Da mesma forma, correspondências anexas demonstram que nesse imóvel sempre residiram as Embargantes. Enfim, as Embargantes sempre utilizaram o imóvel em tela como MORADIA PERMANENTE, desde os anos 60,*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código uKFwARmL.

estando assim protegidas pela impenhorabilidade do local onde residem já idosas. Por fim, na recente CONSTATAÇÃO e REAVALIAÇÃO do imóvel em questão, o Oficial de Justiça certificou que foi recebido pelas Embargantes, que informaram RESIDIR no citado imóvel (anexo – Id 285330402 dos autos da Execução) [...]". (id. 286292886).

Colacionaram documentos.

É o breve relatório

Passo a apreciar a tutela de urgência requerida em petição inicial.

Em pedido de antecipação de tutela, as embargantes requerem a concessão de medida liminar, a fim de que seja suspensa a hasta pública do imóvel de Matrícula nº 19982, do CRI de Adamantina/SP

Anoto que a **tutela provisória**, quanto à sua natureza, divide-se em tutela antecipada, quando se pretende, total ou parcialmente, a antecipação do bem da vida; e em tutela cautelar, quando se pretende providência que, sem antecipar o bem da vida ao final postulado, apresente caráter eminentemente instrumental.

Quanto aos fundamentos da tutela provisória (art. 294 do CPC), divide-se em tutela da evidência, que dispensa o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, e tutela de urgência, que exige tal requisito, nos termos do caput do art. 300 do CPC.

A **tutela da evidência** tem seus contornos definidos no art. 311 do CPC e somente pode ser concedida liminarmente nas hipóteses definidas nos incisos II e III do aludido dispositivo, *verbis*:

> *II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;*
>
> *III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;*

Por seu turno, a tutela de urgência, que exige o "perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo", consoante acima destacado, pressupõe também a "probabilidade do direito".

Eis a redação do citado dispositivo:

> *"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

A tutela de urgência pode ser requerida basicamente de duas formas: a) na própria petição inicial da demanda principal, de forma semelhante ao regramento até então vigente; ou b) em caráter antecedente, antes mesmo do ajuizamento da ação principal, na forma disciplinada no art. 303 do CPC, caso em que a parte autora deve indicar na petição inicial que pretende aditá-la para complementação de sua argumentação (art. 303, § 5°, CPC).

Por seu turno, ao dispor acerca dos embargos de terceiro, o art. 674 do Código de Processo Civil estabelece que: *"Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro"*. Por sua vez, o parágrafo primeiro estatui que: *"Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor"*.

No caso dos autos em exame, tenho que seja viável o deferimento da tutela antecipada, neste momento inicial do processo, visando a preservar a indicada propriedade/posse imobiliária de terceiros, as embargantes, MARIA APARECIDA e EVA MILAN.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código uKFwARmL.

Compulsando os documentos coligidos ao presente feito, vislumbro a presença da verossimilhança do direito alegado, proteção da moradia.

O registro do imóvel supracitado (id. 286296510) acostado aos autos demonstra, em sede de cognição sumária, a propriedade alegada pelas embargantes. Conforme consta do registro, a propriedade foi transferida às embargantes e ao executado, Orlando Milan, pela genitora destes mediante escritura pública de doação com reserva de usufruto vitalício, levada a averbação na matrícula do imóvel em 02.08.2006. Consta, ainda, que o usufruto vitalício que recaía sobre o imóvel foi extinto em 26.06.2021, devido ao falecimento da genitora dos donatários.

Por fim, mostra-se presente, no caso em tela, a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso a tutela pretendida seja concedida apenas ao final do processo, haja vista a real possibilidade de alienação do imóvel supracitado nos autos da execução nº 5000188-74.2018.4.03.6104.

Ante o exposto, visando evitar dano irreparável ou de difícil reparação às embargantes, **(i) DEFIRO** o pedido liminar para determinar a suspenção da hasta pública do imóvel matriculado sob o nº 19982, do CRI de Adamantina/SP.

Certifique-se nos autos da execução n° 5000188-74.2018.4.03.6104.

Expeça-se o necessário para comunicação e ciência ao Sr. Leiloeiro, **com urgência**, serve a presente de mandado.

Ato contínuo, CITE-SE a UNIÃO para responder aos termos da presente ação, conforme art. 679 do CPC.

Cite-se. Intime(m)-se. Publique-se. Cumpra-se.

REGISTRO**, 9 de maio de 2023.**

JOÃO BATISTA MACHADO, Juiz Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código uKFwARmL.

CCS BPA Ana Fidalgo Milan - Contrato nº 281

BRANCO PERES AGRO S/A

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE CANA DE AÇÚCAR E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular de contrato de venda e compra de cana de açúcar e na melhor forma de direito, de um lado Sra. **ANA FIDALGO MILAN**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade RG nº 25.388.617-X SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 323.147.468-05, neste ato representada pela Sra. **Maria Aparecida Milan**, brasileira, solteira, maior, professora aposentada, portadora da cédula de identidade RG nº 6.451.821SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 004.963.038-56, residentes e domiciliadas na Alameda Dr. Armando Salles de Oliveira, 110, Centro, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, CEP 17800-000, e de outro lado, a empresa **BRANCO PERES AGRO S/A**, com sede em São Paulo, Capital, e filial com parque industrial instalado em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rodovia Doutor Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, CEP 17800-000, devidamente inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 43.619.832/0017-60 e Inscrição Estadual nº 150.010.190.110, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Procurador, Sr. **Luiz Cristofaro Fiorani Arena**, RG nº 8.050.027-4-SSP/SP e CPF/MF nº 726.229.468-72, brasileiro, divorciado, gerente de suprimentos, residente em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rua Antônio Schimidt Villela, nº 1141, Vila Fudimori, CEP 17800-000 e, por seu Diretor, Sr. **Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira**, RG nº 25.240.485-3-SSP/SP e CPF/MF nº 120.905.918-54, brasileiro, casado, contador, residente em Adamantina, Estado de São Paulo, à Rua Tocantins, nº 19, Residencial Aguapeí, CEP 17800-000, doravante simplesmente denominada **COMPRADORA**, resolvem, mutuamente firmar o presente instrumento, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:-

Cláusula Primeira - Do Objeto

A **VENDEDORA** é legítima usufrutuária e possuidora dos seguintes imóveis rurais:

a) Um lote de terras com área de 8,77 alqueires, iguais a 21,22 hectares, situado no Bairro Lagoa Seca, neste município e comarca de Adamantina, denominado "SITIO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 as 08:53 , sob o numero WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

SANTANA III", cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 008 605 9, NIRF nº 0.728.254-0, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 23.175, cujas caracteristicas estão inseridas na matricula retro-citada;

b) Um lote de terras com área de 20,00 alqueires, iguais a 48,40 hectares, localizado na Fazenda Aguapei, Barra ou Rio Feio, neste município e comarca de Adamantina, denominado "SITIO SANTANA I", cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 004 472 0, NIRF nº 0.728.256-7, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 19.979, cujas caracteristicas estão inseridas na matricula retro-citada;

c) Um lote de terras com área de 4,00 alqueires, iguais a 9,68 hectares, encravados no Bairro Lagoa Seca, neste município e comarca de Adamantina, denominado "SITIO SANTANA I", cadastrada junto ao INCRA sob o n 615 013 004 472 0, NIRF nº 0.728.256-7, CNPJ/MF sob o nº 08.411.015/0001-54 e Inscrição Estadual nº 150.093.244.115, matriculado no Oficial de Registro de Imoveis e Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, sob o nº 19.980, cujas caracteristicas estão inseridas na matricula retro-citada;

Parágrafo Primeiro - A VENDEDORA vende à COMPRADORA, que dela compra, os frutos produzidos nos fundos agricolas supra mencionados, conforme consta de mapa agricola fornecido pela VENDEDORA, que faz parte integrante deste, estimados em aproximadamente 795,55 toneladas de cana de açúcar ou 86.866,10 quilogramas de ATR por ano.

Parágrafo Segundo - A VENDEDORA, neste ato, declara expressamente em carater irrevogável e irretratável que a totalidade da cana de açúcar, objeto do presente instrumento, encontra-se livre e desembaraçada de quaisquer ônus, bem como não está vinculada a quaisquer tipos de contratos particulares ou públicos com terceiros, isentando desde já a COMPRADORA de todas e quaisquer responsabilidades perante terceiros.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@bracopares.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.810.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPCU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código 00GV9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Cláusula Segunda - Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início marcado para o dia 01 de janeiro de 2019 e término no final do ciclo da cultura de cana de açúcar, que será plantada durante o ano de 2019 na área constante do mapa em anexo estimado para ocorrer entre dezembro de 2024 e/ou dezembro do último corte possível tecnicamente, conforme as condições técnicas da área.

Cláusula Terceira - Dos Tributos

A **VENDEDORA** autoriza expressamente a **COMPRADORA** a reter na fonte a alíquota de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) a título de FUNRURAL devido ao INSS, bem como a outras obrigações pecuniárias instituídas no curso do presente contrato e as recolherem dentro do prazo.

Parágrafo Primeiro - A **VENDEDORA**, neste ato, declara expressamente que não autoriza o desconto da alíquota de 1,00% (um por cento) a título de taxa convênio devido a Associação dos Fornecedores de Cana da Região da Alta Paulista; e, a alíquota de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) a título de taxa convênio devido a Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região do Oeste Paulista, uma vez que não é filiada a estas entidades de classe.

Parágrafo Segundo - Caso a **COMPRADORA** venha sofrer quaisquer cobranças referente à taxa descrita no parágrafo anterior, a **VENDEDORA** concessa ser devedora da **COMPRADORA**, da importância total que dela venha ser exigida, mais reembolso de todas as despesas a serem apuradas, juros, multas, atualizações monetárias, custas, honorários advocatícios, etc., valor esse que representará dívida líquida, certa e exigível da **COMPRADORA**, nos termos do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil, e será ressarcido em 01 (uma) única parcela com vencimento contra apresentação, representada por nota promissória "pró-solvendo", de emissão da **VENDEDORA**.

"01"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 as 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gv9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Cláusula Quarta - Do Preço

A COMPRADORA pagará a VENDEDORA mensalmente pela produção anual entregue de aproximadamente 795,55 (setecentos e noventa e cinco virgula cinquenta e cinco) toneladas de cana de açúcar por ano, posto na esteira da destilaria, pela média do quilograma do ATR acumulado do mês anterior de cada pagamento, divulgado pelo CONSECANA-SP, multiplicando pelo valor do ATR fixo e contratado de 109,19 por tonelada.

Parágrafo Único - O pagamento devido por força deste instrumento será feito diretamente pela COMPRADORA a VENDEDORA, mediante crédito/depósito na conta nº 107209-9 junto a Agência nº 0470-7 do banco nº 001 Banco do Brasil S/A, de titularidade da Sra. ANA FIDALGO MILAN, CPF/MF sob o nº 323.147.468-05, neste ato indicada pela VENDEDORA, cuja efetivação do depósito importa em quitação automática por parte da VENDEDORA, quanto ao valor da parcela, ou através de outra forma legal a ser definida expressamente entre as partes.

Cláusula Quinta - Do Adiantamento dos Pagamentos

A COMPRADORA fará adiantamentos semestrais dos pagamentos a VENDEDORA, em moeda corrente do país, todo o dia 05 (cinco) dos meses de março e setembro de cada ano, tendo como início o dia 05 de março de 2019 e término no dia 05 de setembro do último ano do ciclo, a título de adiantamento do objeto deste contrato, a saber:-

Parágrafo Primeiro - Ano de 2019 - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três virgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Segundo - Ano de 2020 - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três virgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

"04"

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,8, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17.500-000, Adamantina - SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.819.832/0017-66 Inscrição Estadual 150.019.190.119

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Parágrafo Terceiro - Ano de 2021 - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Quarto - Ano de 2022 - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Quinto - Ano de 2023 - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Sexto - Ano de 2024 - 02 (dois) pagamentos semestrais de aproximadamente 43.433,05 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e três vírgula cinco) Kg de ATR, cada pagamento;

Parágrafo Sétimo - Quando da entrega da produção anual objeto da presente compra e venda, a COMPRADORA emitirá a nota fiscal da totalidade da cana adquirida da VENDEDORA, momento em que a VENDEDORA dará a COMPRADORA, plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação de bem paga e satisfeita, não tendo mais nada a receber da COMPRADORA a título de adiantamento e pagamento da venda e compra da cana de açúcar, objeto do presente instrumento.

Cláusula Sexta - Da Garantia Real Para Cumprimento da Obrigação

A VENDEDORA reconhece expressamente que a cana de açúcar objeto do instrumento ora celebrado é condição fundamental para que a COMPRADORA realize seu objeto social que é a fabricação de derivados de cana de açúcar, sobretudo açúcar e álcool, e o cumprimento dos compromissos comerciais já assumidos e dos por assumir, em face dos adquirentes dos referidos

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17580-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@branoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.882/0017-60 Inscrição Estadual 130.010.000.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

produtos.

Parágrafo Primeiro - Em razão disso e para garantia do integral cumprimento de todas as obrigações assumidas neste instrumento a VENDEDORA dá à COMPRADORA, em 1º (primeiro) grau e sem concorrência de terceiros, em conformidade com os artigos 5º a 8º da Lei 8.929/94:- Penhor agrícola, nos termos dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil e demais disposições legais aplicáveis, sobre a cana de açúcar dos anos/safras 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/20024 e 2024/2025, quando se encerrará o presente penhor, que se encontra no local indicado na referida cláusula primeira.

Parágrafo Segundo - Mediante essa garantia constituída a favor da COMPRADORA a VENDEDORA declara-se ciente da obrigação contida no artigo 18 da Lei 8.929/94 de, na ocorrência de medidas judiciais ou administrativas objetivando a penhora, sequestro da cana de açúcar dada em garantia, denunciar a quem de direito ou à respectiva autoridade a existência deste instrumento e suas garantias, sob pena de não o fazendo responder pelos prejuízos decorrentes da omissão.

Cláusula Sétima - Disposições Gerais e Finais

Parágrafo Primeiro - Estão incluídos no preço do produto agrícola todos os tratos culturais, dentre outras despesas necessárias para que a cana de açúcar se apresente em boas condições para industrialização por ocasião de sua moagem.

Parágrafo Segundo - O presente contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, no sentido que não comporta o arrependimento posterior das partes.

Parágrafo Terceiro - O presente instrumento obriga não só as partes contratantes, assim como seus herdeiros e sucessores no caso de falecimento da usufrutuária, ao pleno

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 19400-000, Adamantina - SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: portaria@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.150.115

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 as 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

cumprimento, implicando sua rescisão em perdas e danos devidos pela parte culpada a inocente, inclusive lucros cessantes.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo alienação do imóvel, onde se encontra á cana de açúcar, objeto do presente instrumento, a VENDEDORA cede e transfere de maneira irrevogável e irretratável, total, integral, onerosa e definitiva todos os direitos, obrigações e deveres, inclusive adiantamentos de valores em moeda corrente nacional para custeio de plantio, tratos culturais e ainda pagamentos, decorrentes do presente instrumento ao novo possuidor e/ou proprietário o qual por sua vez assume perante a COMPRADORA, integralmente todos os direitos e obrigações mencionados decorrentes do presente instrumento que continuará nas mesmas condições firmadas anteriormente.

Parágrafo Quinto - A VENDEDORA desde logo autoriza a COMPRADORA, em caráter irrevogável e irretratável e independentemente de outra formalidade, a ceder o presente instrumento à empresa pertencente ou não ao mesmo grupo econômico que o dela COMPRADORA, quer seja dela acionista, quotista, controladora, controlada ou coligada, direta ou indiretamente, ou sua fornecedora, sempre observado o equilíbrio econômico e viável para o cumprimento do presente instrumento, ficando a COMPRADORA obrigada subsidiariamente ou solidariamente aos pagamentos.

Parágrafo Sexto - É expressamente vedado a VENDEDORA ceder, transferir ou dar destinação diversa do uso ou finalidade previsto neste instrumento, a terceiros, no todo ou em parte seus direitos e obrigações, seja a título gratuito ou oneroso, sem prévia anuência por escrito da COMPRADORA.

Parágrafo Sétimo - A VENDEDORA também não poderá contratar empréstimos e financiamentos com quaisquer estabelecimentos de créditos, oficiais ou particulares, que onere no todo ou em parte as safras ou colheitas da cana de açúcar objeto deste instrumento, sem prévia anuência por escrito da COMPRADORA.

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP: 57600-000, Adamantina - SP
Fone (18) 3502-2500 - Fax (18) 3502-2501 - e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.532/0017-80 - Inscrição Estadual 150.010.196.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

Parágrafo Oitavo - A parte que violar qualquer das cláusulas vigentes no presente instrumento, fica obrigada ao pagamento de uma multa à parte inocente, equivalente em reais a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato, assim considerado o valor da cana produzida durante todo o ciclo aqui contratado, mais a indenização das perdas, danos e lucros cessante a serem apurados e no caso COMPRADORA, os custos do não cumprimento dos contratos feitos por esta em função da aquisição do produto ora adquirido (washout), custas e honorarios advocaticios, para qualquer das partes contratantes que, sem justa causa, violar ou deixar de cumprir no todo ou em parte as disposições contidas neste instrumento que serão exigidos em regular processo de execução.

Parágrafo Nono - Caso a VENDEDORA, por qualsquer motivos próprios ou alheios a sua vontade não consigam entregar a quantidade de cana de açúcar ora contratada, as partes assumem o compromisso, irrevogável e irretratável como obrigação de fazer, de firmar termo aditivo para adequar a quantidade de cana de açúcar ora contratada. A VENDEDORA desde já autoriza a COMPRADORA em caráter irrevogável e irretratável em proceder aos descontos dos valores devidamente corrigidos que foram objeto de adiantamento e/ou pagamentos efetuados pela COMPRADORA para a VENDEDORA.

Parágrafo Décimo - A fim de dar cumprimento ao disposto nas cláusulas do presente contrato, ficam as partes desde logo autorizadas a valerem-se do Poder Judiciário, a fim de garantir a entrega e o recebimento da cana de açúcar.

Parágrafo Décimo Primeiro - As partes elegem o foro da Comarca de Adamantina, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para que nele

Rod. Dr. Plácido Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Posta 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3562-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.019.832/0017-60 Inscrição Estadual 150.010.100.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 as 08:53 , sob o numero WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

BRANCO PERES AGRO S/A

sejam dirimidas eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente instrumento.
Assim estando às partes justas e acordadas quanto ao que aqui fizeram inserir, dando ao contrato o valor de R$ 1.000,00 (mil reais) para efeito meramente fiscal, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que a tudo presenciaram.

Adamantina (SP), 20 de julho de 2018.

ANA FIDALGO MILAN
Vendedora

BRANCO PERES AGRO S/A
Compradora
Luiz Cristofaro Fiorani Arruda (Procurador)
Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira (Diretor)

Testemunhas:

Sergio Abrão Pereira Cervigni
RG nº 30.578.598-X-SSP/SP
CPF/MF nº 302.651.338-58

Eva Milan
RG nº 30.612.370-8-SSP/SP
CPF/MF nº 225.578.918-35

Visto Departamento Jurídico:-

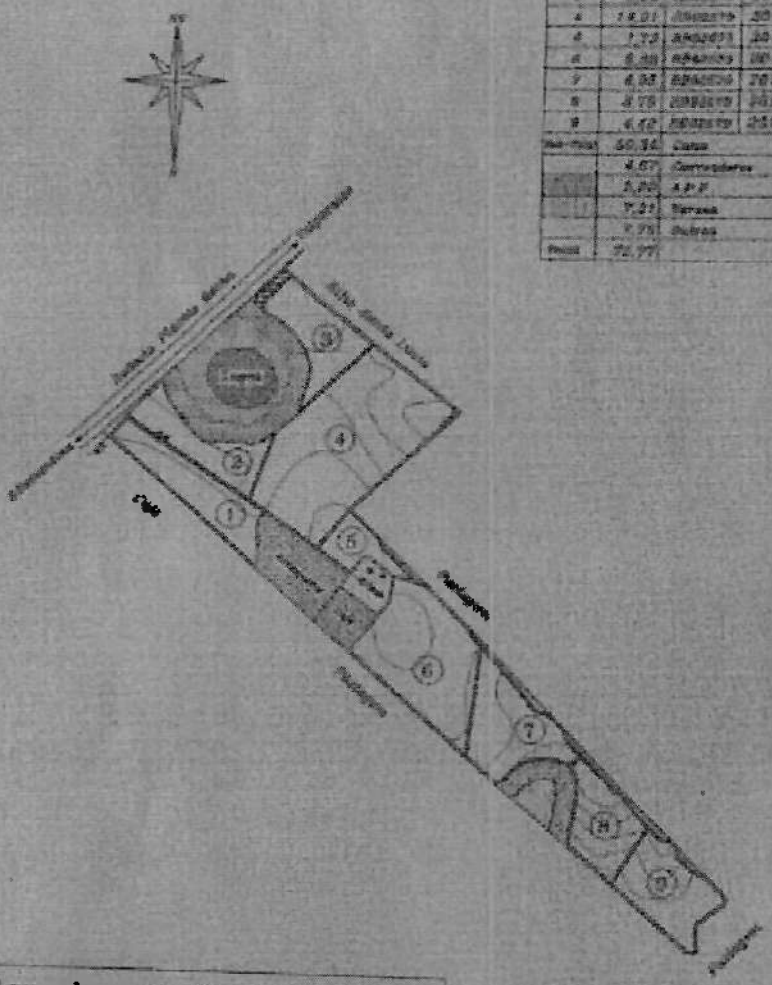
Alessandro Barros Costa
OAB/SP nº 143.005

Rod. Dr. Flávio Rocha, Km 19,6, s/nº, Bairro Lagoa Seca, Cx. Postal 134, CEP 17800-000, Adamantina – SP
Fone (18) 3502-2500 Fax (18) 3502-2501 e-mail: juridico@brancoperes.com.br
CNPJ/MF 43.619.832/0017-60 Inscrição Estadual 130.070.190.110

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 às 08:53 , sob o número WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.

45 CCIR - 6.150.130.044.720
N: 7.621.821 - E: 496.732

Situação das Áreas				
Pontos	Área - ha	Perímetro	Planta	Obs.
1	4,35	886,26 m	2010	
2	3,70	886,26 m	2010	
3	3,38	886,26 m	2010	
4	19,01	886,26 m	2010	
5	1,73	886,26 m	2010	
6	8,48	886,26 m	2010	
7	4,93	886,26 m	2010	
8	8,75	886,26 m	2010	
9	4,15	886,26 m	2010	
Sub-Total	60,34	Casa		
	4,67	Corredores		
	5,50	APP		
	7,21	Terreno		
	1,75	Outros		
Total	75,77			



Levantamento Planialtimétrico

Propriedade: Sítio Santana III	
Proprietário: William Branco Peres e Outros	
Município: Adamantina SP	
Área - Ha: 75,77	Área - Alq: 31,31
Escala: 1 : 12.500	Data: Dezembro - 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/06/2024 as 08:53 , sob o numero WPQU24700057785
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000378-52.2017.8.26.0424 e código oD6Gy9ZC.